

José Ernani de Almeida

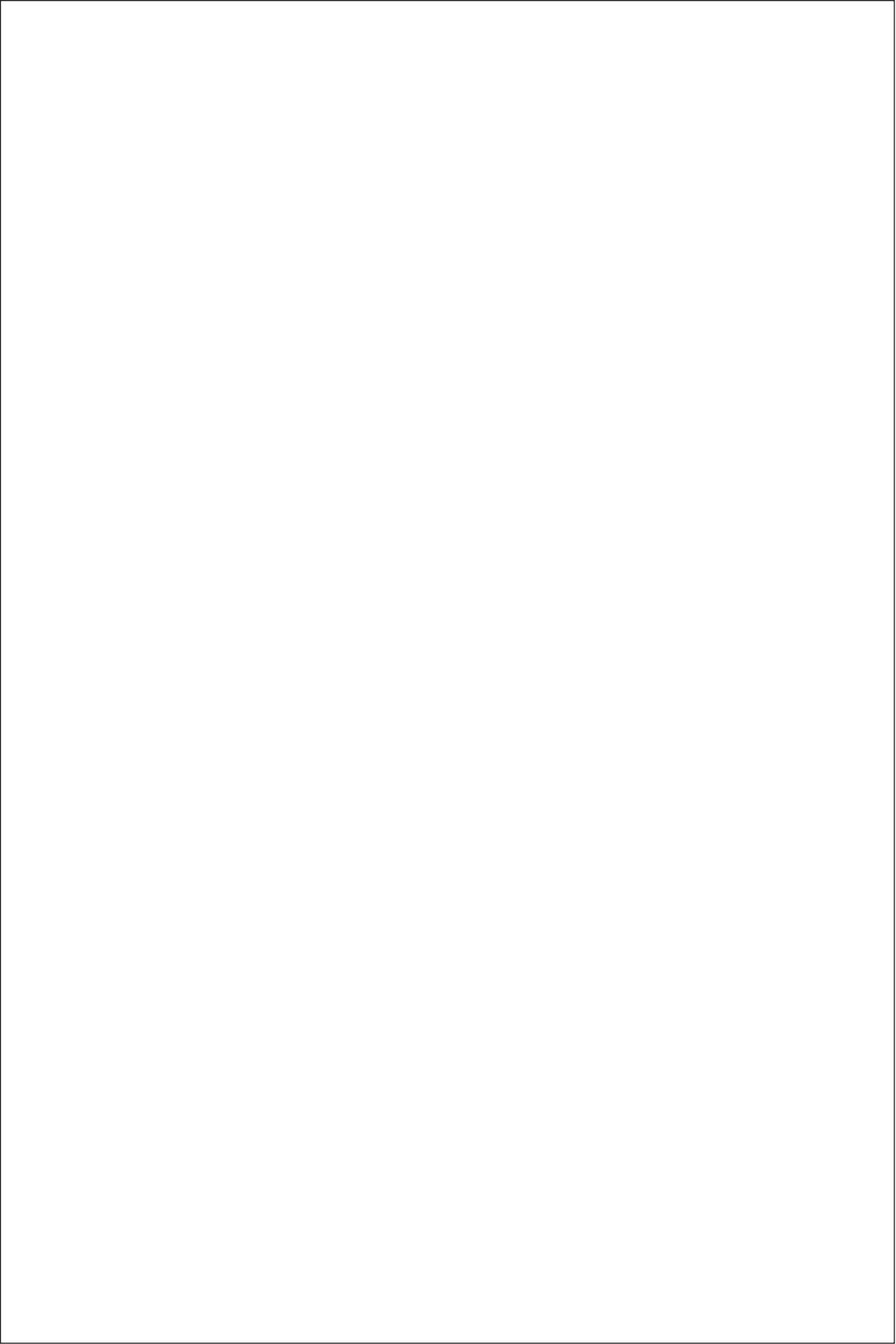
# DENUNCISMO & CENSURA

nos meios de comunicação  
de Passo Fundo -1964/1978

VERSÃO  EBOOK

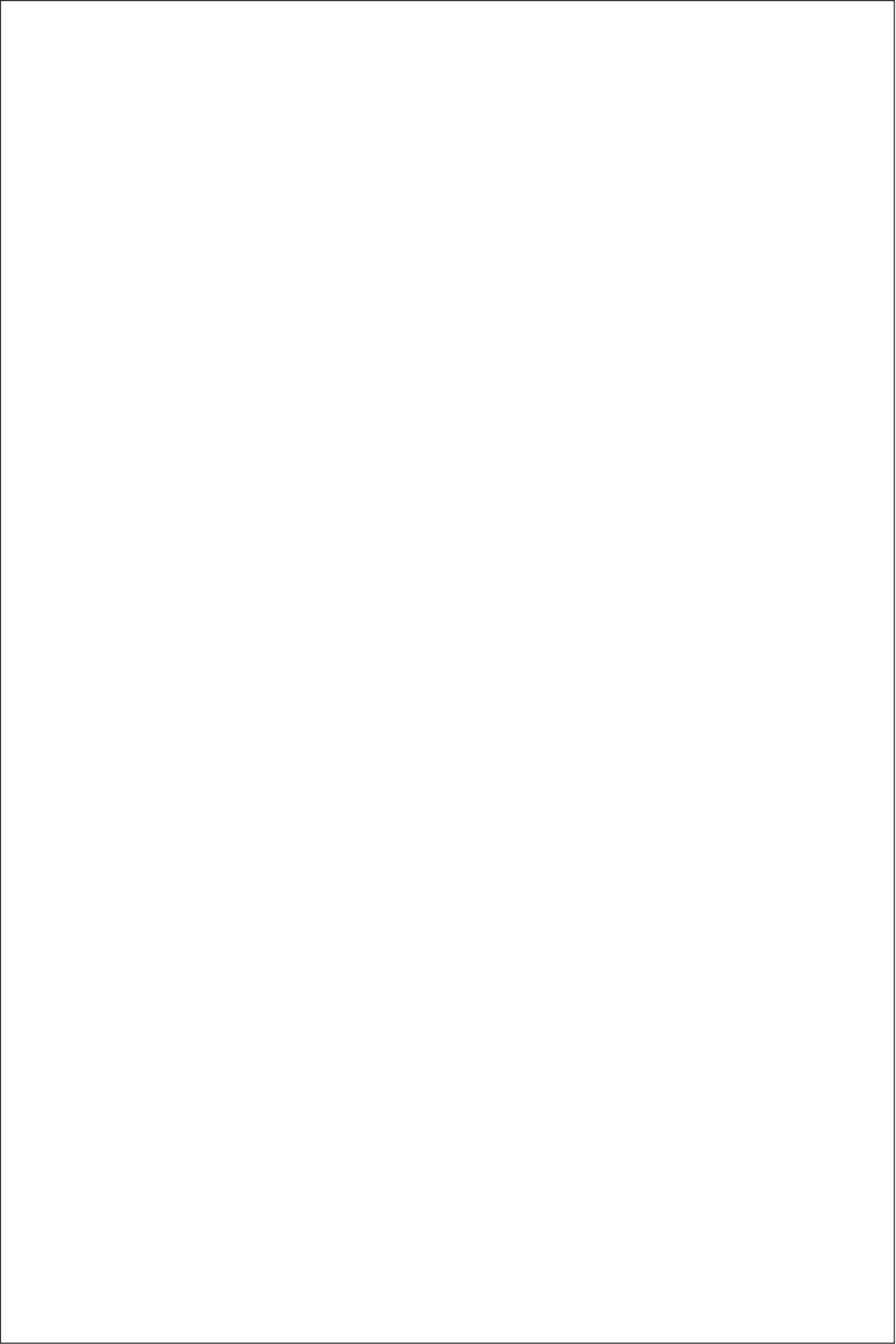


*méritos*  
editora



# DENUNCISMO & CENSURA

nos meios de comunicação  
de Passo Fundo -1964/1978



# DENUNCISMO & CENSURA

nos meios de comunicação  
de Passo Fundo -1964/1978



José Ernani de Almeida

*Passo Fundo*

2006

*méritos*  
editora

© 2006, Méritos Editora Ltda.  
Versão e-book lançada em 2020

Rua Padre Valentin, 564  
Passo Fundo, RS, CEP 99070-100  
Fone/Fax: (54) 3313-7317  
Página na internet: [www.meritos.com.br](http://www.meritos.com.br)  
E-mail: [sac@meritos.com.br](mailto:sac@meritos.com.br)

Charles Pimentel da Silva  
Editor

Todos os direitos reservados e protegidos pela lei nº 9.610 de 19/02/1998. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora ou do autor, poderá ser reproduzida ou transmitida para fins comerciais. As cópias de trechos para citações podem ser feitas de acordo com o modelo da ABNT:

Almeida, José Ernani de. Denuncismo e censura nos meios de comunicação de Passo Fundo – 1964/1978. Passo Fundo: Méritos, 2006. 304 p. [Versão e-book].

---

A447d Almeida, José Ernani de  
Denuncismo e censura nos meios de comunicação  
de Passo Fundo – 1964/1978 / José Ernani de  
Almeida. - Passo Fundo: Méritos, 2006.  
304 p.

1. Censura 2. Meios de Comunicação  
3. Ditadura 4- História dos meios de Comunicação –  
Passo Fundo I. Título

CDU: 981.65:659.3

---

Catálogo na fonte: bibliotecária Marisa Miguellis CRB10/1241

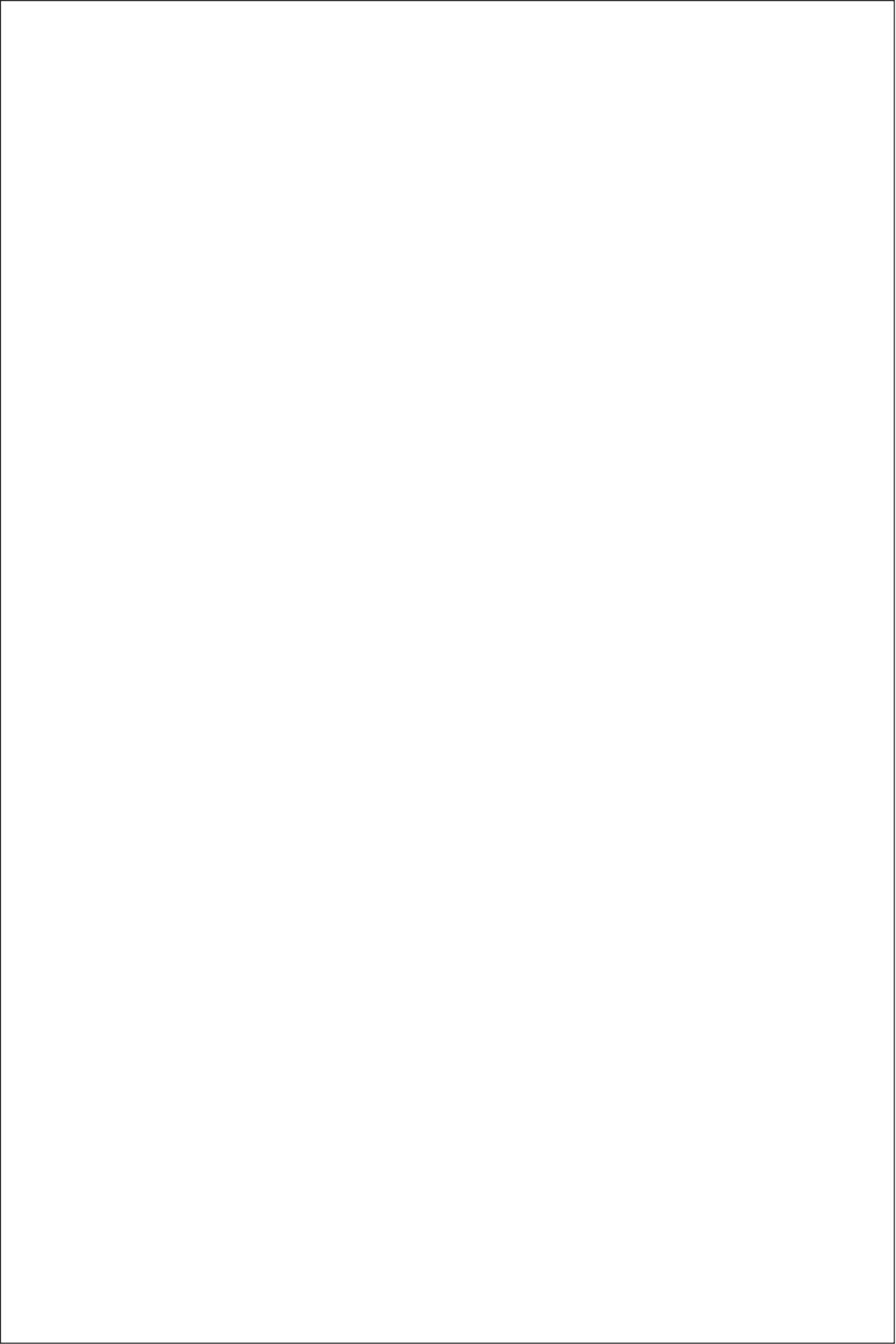
ISBN do livro em papel: 85-89769-26-7

Impresso no Brasil

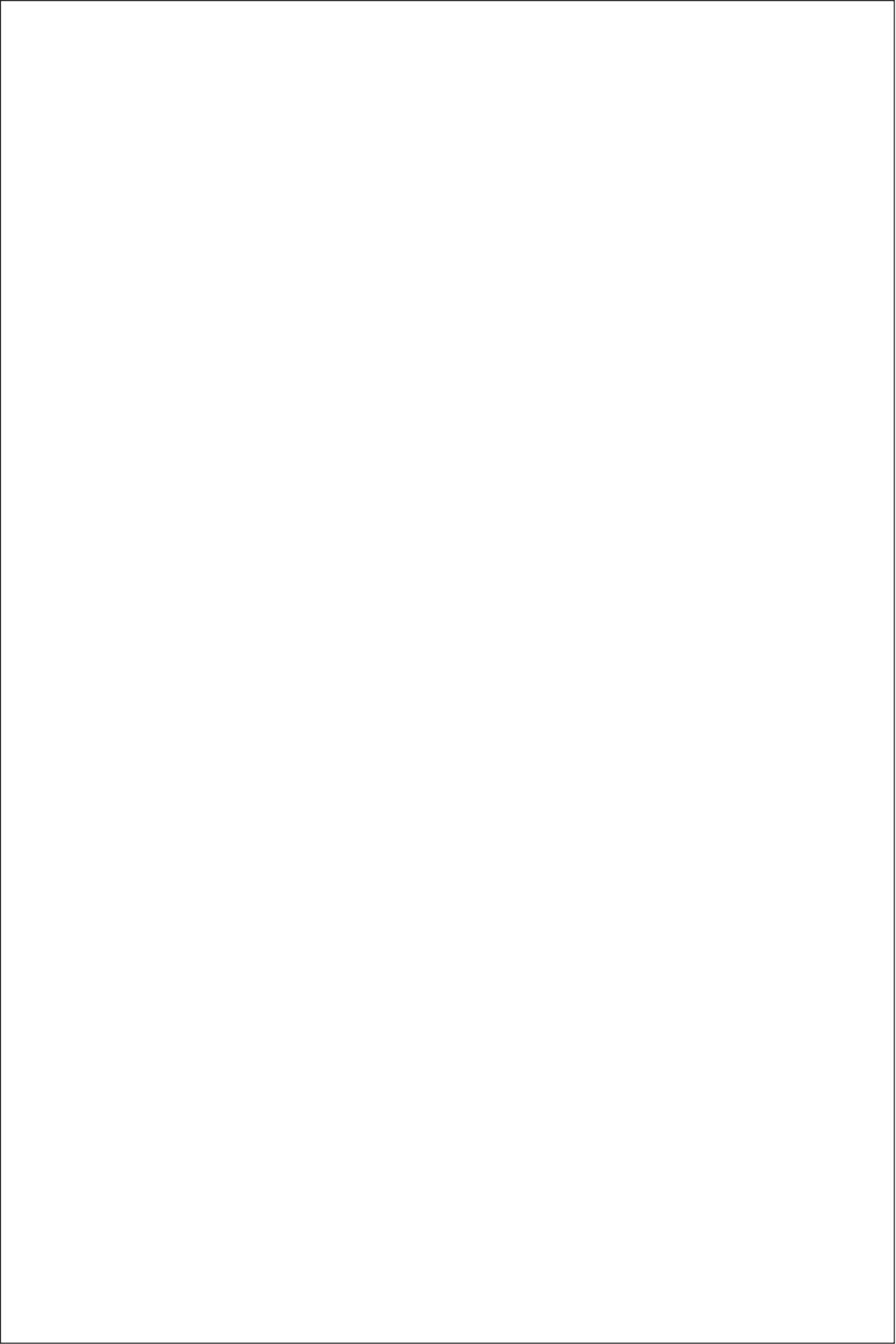
*Contar é muito, muito difícil. Não pelos anos que já se passaram. Mas pela astúcia que têm certas coisas passadas – de fazer balancê, de se remexerem dos lugares. O que eu falei de exato? Foi. Mas teria sido? Agora, acho que nem são. São tantas horas de pessoas, tantas coisas em tantos tempos, tudo miúdo recruzado.*

*(...) A vida inventa! A gente principia as coisas, no não saber por que, e desde aí perde o poder de continuação – porque a vida é mutirão de todos, por todos remexida e temperada.*

*(Guimarães Rosa. Grande Sertão: Veredas)*



*À coordenação do curso de mestrado em História da UPF e a todos os professores do curso, particularmente ao professor Tau Golin, que orientou este trabalho em todas as etapas, incentivando nos momentos de desânimo, apresentando sugestões valiosas, mostrando os caminhos para o enriquecimento do texto, com paciência inesgotável; aos colegas da Faplan e do Garra pela compreensão e incentivo nas horas difíceis; à equipe do Arquivo Histórico Regional pela convivência e pela colaboração na coleta de informações; à Maria Emilse Locatelli, pela leitura rigorosa do texto e pelas observações pertinentes; ao “Tinga” pela fiel parceria; à minha querida mãe; a você “Seu Belarmino”, onde estiver, por ter me ensinado a enfrentar desafios; à meus filhos Cristiane, Carolina e Cassiano, pelo apoio cotidiano; à Jocélia, a quem dedico este trabalho, pela compreensão, carinho e incentivo.*



# Prefácio

Uma sociedade violada em sua democracia é, invariavelmente, fragmentada em seu cotidiano. As relações mediadas pela política e pelos fóruns públicos de debate sobre o seu destino são tomadas de aleijumes. Três esferas sociais passam a circular, às vezes se entrecortando: a dos reprimidos, embarcados ora pelo medo, ora pelo heroísmo; a dos oportunistas; mas, sobretudo, a dos perversos, e suas ramificações, que vão desde as práticas da conivência, da subserviência, até a criminalidade política.

A obra de José Ernani remonta, através da pesquisa e da documentação, a impressionante trama dos idealistas e democratas – dos habitados pelo medo –, dos oportunistas e perversos durante a ditadura militar em Passo Fundo, no Planalto Médio do Rio Grande do Sul. Demonstra como o ódio invadiu e alimentou o cotidiano das facções, como os militares, ao mesmo tempo em que cumpriam as ordens ditatoriais do sistema, sofriam o

assédio de grupos políticos locais, com o interesse de instrumentalizá-los para suas perversões e arrivismos.

O lugar de tensão escolhido por Ernani para universalizar o município de Passo Fundo do período da ditadura foi a imprensa local e sua teia de relações políticas, econômicas e sociais. E mesmo a ausência de fenômenos importantes, cujos registros estavam ausentes. Além das leituras minuciosas dos jornais, da consulta da documentação judicial e das correspondências particulares, o autor conseguiu entrevistar personagens testemunhais importantíssimos. Entre eles, militares que serviram na unidade de Passo Fundo. Afora os intrincados interesses da política, soube perceber características identitárias, uma cultura perversa e subterrânea, dissimulada no dia-a-dia, e que se revelou como uma espécie de *método comum*, um traço comportamental presente nas relações.

Essa cultura dissimulada publicamente e perversa nos subterrâneos da vida política, educacional e cultural está brilhantemente demonstrada no capítulo e nas passagens que tratam do *denuncismo*. Neste estudo, o termo foi elevado a uma categoria de análise. Um elemento de dimensão permanente, sem o qual, inclusive, não se compreendem os períodos subseqüentes e a atualidade.

Dessa forma, além de cumprir com as exigências de um livro de história, com método e rigor acadêmico, José Ernani faz desfilar os personagens da época, muitos ainda vivos, os quais não ficam escondidos nas estruturas, nos partidos políticos, nos órgãos de poder ou nas entidades profissionais. São indivíduos que fazem a história. Eles carregam as responsabilidades dos caminhos que escolheram. Nesta obra, eles não somem sob alcunhas, em caricaturas e classificativos, tipo comunis-

tas, direitistas, entreguistas, democratas etc. O autor privilegiou o *fazer*, as ações, em sua conjuntura histórica. Os sentidos que tiveram, por isso, são encontrados nas suas práticas.

Nunca, como neste livro, a imprensa e os personagens políticos do período da ditadura militar tinham sido objetos de tão vigoroso estudo histórico. Com seu ineditismo, José Ernani abre um leque de possibilidades de análises, dimensionando Passo Fundo como parte de uma rede nacional de um conturbadíssimo período – o lugar da região no cenário estadual e do país durante a ditadura militar.

A partir do estudo da censura e da repressão no município, Ernani foi muito além de sua preocupação fundamental de análise. Colocou o seu temário na dimensão de práticas verdadeiramente fundantes do município, as quais operam no cotidiano das relações sociais.

Esta é uma obra imprescindível para se compreender a particularidade de Passo Fundo durante a ditadura militar, em especial, nas décadas de 1960 e 1970.

*Tau Golin*

Jornalista e historiador



# Sumário

Prefácio .....	11
Introdução .....	17

---

## I.

### **O Golpe de 1964: conjuntura e implantação**

O golpe de 1964: sua conjuntura .....	40
Passo Fundo às vésperas do golpe .....	55
A implantação do regime militar .....	64
Passo Fundo: sede do governo gaúcho .....	67
O autoritarismo .....	72

---

## II.

### **A censura**

Elementos gerais sobre a censura .....	81
A censura no Brasil .....	85
A censura no período militar .....	98

**III.**

**A censura e a repressão em Passo Fundo**

O quadro político gaúcho .....	121
A política passo-fundense .....	126
Os jornais passo-fundenses no contexto do golpe ....	133
A censura em Passo Fundo .....	142
As prisões de passo-fundenses .....	151
Jornais alinhados ao golpe: jornalistas divididos .....	157
A apreensão de O Nacional e a prisão de João Freitas	164
João Freitas, a maior vítima da repressão em Passo Fundo .....	184
O denunciismo .....	214
A universidade sob vigilância .....	221
A retomada da SPU .....	229
A repressão ao movimento estudantil .....	234
O AI-5 e a constante mudança de postura dos jornais locais .....	243
Uma nova geração de jornalistas .....	249
O fechamento da Rádio Municipal .....	271
O caso Clodoaldo: um teste para a abertura e a liberdade de imprensa em Passo Fundo .....	285
Considerações finais .....	289
Referências .....	297

# Introdução

Em abril de 1964, o governo constitucional do presidente João Goulart foi derrubado por um golpe militar, que instituiu uma ditadura e quebrou a normalidade democrática no país, perdurando até 1985. Logo após o golpe, uma violenta repressão atingiu os setores politicamente mais mobilizados à esquerda no espectro político, com prisões irregulares, cassações, exílios, suspensão de direitos políticos e controle sobre a imprensa.

Vinculado a esses acontecimentos, este livro tem como tema a vigilância, a repressão e a censura aos meios de comunicação social de Passo Fundo, rádios e jornais, bem como às pessoas que exerciam funções nesses veículos, isto é, radialistas e jornalistas. O período delimitado no estudo abrange o início do golpe militar, em abril de 1964 até 1978, quando o país passou a viver o período da “distensão lenta e gradual” proposta pelo presidente Ernesto Geisel.

Partindo desse estudo “micro”, contextualizamos a política passo-fundense do período e identificamos os gru-

pos que disputavam o poder, as questões políticas locais, caracterizadas por uma disputa acirrada pelo controle da Sociedade Pró-Universidade (SPU), e as relações dos grupos com o poder político estadual e nacional. A eclosão do golpe militar encontrou Passo Fundo em plena ebulição política, em razão da citada disputa pelo controle da Sociedade Pró-Universidade.

A SPU tinha como presidente César Santos, médico, deputado federal pelo PTB e líder regional. Seu irmão, Reisolly José dos Santos, era o gerente administrativo da Sociedade Pró-Universidade e também figura expressiva do Partido Trabalhista Brasileiro. Assim, a SPU tinha tomado coloração política de adesão integral ao PTB de João Goulart e Leonel Brizola.

Na Faculdade de Agronomia, o seu então diretor, Flávio Coutinho Annes, entrou em choque com a direção da SPU, alegando falta de condições para o curso, que sequer tinha salas de aula. Foi o estopim da crise que culminou com o pedido de fechamento da unidade universitária, autorizado pelo MEC e efetuado pela própria SPU, e distribuição de seus alunos para as faculdades de Agronomia de Porto Alegre, Santa Maria e Pelotas.

O prefeito municipal na época, Mário Menegaz, e o deputado estadual Romeu Martinelli, ferozes inimigos do PTB, passaram a articular a derrubada dos irmãos César e Reissoly José dos Santos da direção da Sociedade Pró-Universidade, criando um clima político dos mais acirrados e que, obviamente, agravar-se-ia com o golpe militar desfechado contra o governo de João Goulart.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> ANNES, Murilo Coutinho. Depoimentos informais sobre a criação do ensino superior em Passo Fundo – 1950-1986. 1999. p. 3.

A produção historiográfica com o objetivo de elucidar e reconstituir os fatos desse período em nossa região é algo que se faz necessário, uma vez que poucas são as produções acadêmicas a esse respeito. Assim, a pesquisa torna-se importante para a memória da sociedade. Esses acontecimentos tiveram sérias conseqüências nas esferas política, social e econômica, tanto que ainda hoje seus reflexos são percebidos entre nós.

Este é um estudo que se insere predominantemente na área de domínio da história regional e cuja delimitação busca focar a identidade própria da região. A historiadora Ana Luiza Reckziegel afirma:

Entre as muitas vertentes explicativas para o termo região, um ponto consensual é de que região seria a particularização dos lugares, a sua individualização. Nesse sentido, caberia afirmar que uma concepção válida é aquela que define região como um espaço de identidade ideológico-cultural e representatividade política, articulado em torno de interesses específicos, geralmente econômicos, por uma fração ou bloco regional de classe que nele reconhece sua base territorial de reprodução.<sup>2</sup>

Ao delimitar o espaço regional, percebemos a necessidade de fazer interagir o que se delimitou como regional, o micro, com o macro, isto é, o local com as influências por ele sofridas do contexto nacional. Nessa perspectiva, Vera Alice Cardoso Silva ressalta:

(...) o enfoque regionalista não pode limitar-se à coleta de dados e à observação da dinâmica dos processos in-

---

<sup>2</sup> RECKZIEGEL, Ana Luiza G. S. *A diplomacia marginal: vinculações entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)*. Passo Fundo: Ediupf, 1999, p. 20.

ternos à região delimitada para estudo. A interpretação compreensiva desta dinâmica depende da análise de sua inserção do movimento global do sistema.<sup>3</sup>

É nessa perspectiva que este livro se encontra, na medida em que a região delimitada pelo pesquisador, um espaço micro, uma cidade e sua gente, interagem com o espaço global, sem o qual não possuiria as características salientadas.

É assim que o golpe de 1964 veio acentuar as rivalidades locais, as inimizades e as disputas pelo poder político, educacional, comunicacional e simbólico no município. A pesquisa realizada nos jornais *O Nacional* e *Diário da Manhã* demonstra que esses veículos passaram a ser a tribuna preferencial dos grupos políticos passo-fundenses para a defesa de suas teses e para ataques aos adversários. Permeando essa questão local evidencia-se a questão nacional, com a ascensão dos militares ao poder e, conseqüentemente, as cassações, as prisões e a censura aos meios de comunicação social, que atingiram também Passo Fundo.

Tanto as emissoras de rádio de Passo Fundo – rádio Municipal, pertencente ao Município, e rádio Passo Fundo, de propriedade da Rede de Emissoras Reunidas Rádio Cultura Ltda. – como os dois jornais noticiaram os acontecimentos que haviam determinado a derrubada do governo de João Goulart e a ascensão dos militares ao poder. A imprensa local deu ampla cobertura ao golpe de 1964 e ao fato de o governador do estado, Ildo Meneghetti, ter transferido para Passo Fundo o seu governo em abril daquele ano por um período de seis dias.

---

<sup>3</sup> SILVA, Vera Alice Cardoso. Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995, p. 44.

Em seus editoriais os jornais passo-fundenses manifestaram-se de forma favorável ou, pelo menos, não condenaram o novo governo brasileiro, postura que somente seria alterada por parte de *O Nacional* um ano após o golpe militar. Essa mudança deveu-se à apreensão da edição do jornal de 29 de março de 1965 e à prisão do jornalista João Baptista de Melo Freitas.

Este estudo analisa a repressão político-ideológica e a resistência constituída a partir da instauração do regime militar de 1964 no Brasil, bem como as suas repercussões no cenário regional. Assim, no contexto de todo o estudo estão presentes dois elementos muito fortes e contraditórios desse processo: a repressão/coerção do Estado e a resistência da sociedade.

A repressão/coerção do Estado materializou-se através da violência física, da censura, prisões, torturas e mortes; através das estruturas ideológicas representadas pela Igreja, educação e imprensa. Isso levou a que as pessoas se calassem, exilassem-se e tivessem medo, incutido pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN), de que um inimigo interno tomasse conta da sociedade. As informações que chegavam à população através da imprensa eram de tal forma selecionadas que só se podia ler, ver e ouvir aquilo que caracterizasse o crescimento e o desenvolvimento do país.

Um aparato de censura e propaganda era previamente esquematizado, de tal modo que a imprensa foi convencida a consentir com tal programa. Entretanto, gradativamente, foram aparecendo os primeiros sinais de resistência, protagonizados por setores da imprensa, da Igreja, do meio estudantil, intelectuais e artistas, que foram os pioneiros dessa reação.

Duas fontes primárias utilizadas para a elaboração deste livro são os jornais *O Nacional* e *Diário da Ma-*

*nhã*,<sup>4</sup> que circularam no período do estudo e que se encontram arquivados no Arquivo Histórico Regional. O estudo dessas fontes exige cuidados de parte do pesquisador para que não caia em armadilhas, pois estudar o jornal como fonte histórica é diferente de vê-la como fonte de informação histórica.<sup>5</sup> Cláudio Pereira Elmir salienta que “o jornal jamais pode ser construído enquanto resultado de investigação rigorosa; precisa de muitas mediações e de muitos documentos”.<sup>6</sup> Esse historiador, assim como Márcia Janete Espig<sup>7</sup> e outros pesquisadores, salienta a necessidade de se fazer uso de várias fontes, o que possibilita a realização de um trabalho coerente.

Partindo dessa orientação, fizemos uso, igualmente, da fonte oral, buscando selecionar as testemunhas dentro dos parâmetros trabalhados por Chantal de Toutier-Bonazzi, ou seja, buscando selecionar as testemunhas adequadas, bem como o lugar mais apropriado para realizar a entrevista, além da elaboração de um roteiro para guiá-la.<sup>8</sup>

A historiadora Daniele Voldman salienta que “a fonte oral é o material recolhido por um historiador para as necessidades de sua pesquisa, em função de suas hi-

4 *O Nacional* foi fundado em 19 de junho de 1925 por Herculano Araújo Annes, advogado e jornalista. Mais tarde, o jornal passou para a propriedade de Múcio de Castro. O *Diário da Manhã* foi fundado em 28 de novembro de 1935 pelo jornalista Túlio Fontoura.

5 ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas do seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos do PPG em História da UFRGS*, n. 13, dez. 1995, p. 20.

6 *Idem* nota 16, p. 21.

7 ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, PUCRS-Curso de Pós-graduação em História, v. XXIV, n. 2. dez. 1998, p. 269-289.

8 TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

póteses e do tipo de informações que pareça necessário possuir”.<sup>9</sup> Porém, para que a pesquisa oral desempenhe plenamente seu papel, precisa reconhecer seus limites e, até, fazer deles uma força. Aqui, é necessário salientar o que afirma Philippe Joutard:

(...) estou convencido de que a história oral fornece informações preciosas que não teríamos podido obter sem ela, haja ou não arquivos escritos; mas devemos, em contrapartida, reconhecer seus limites e aquilo que seus detratores chamam suas fraquezas, que são as fraquezas da própria memória, sua formidável capacidade de esquecer, que pode variar em função do tempo presente, suas deformações e equívocos, sua tendência para a lenda e o mito. Estes mesmos limites talvez constituam um de seus principais interesses (...) O que os historiadores consideram radicalmente como um ponto fraco do testemunho oral não apenas nos permite compreender melhor o “vivido” dos testemunhos, mas também conhecer os motores da ação. Esses “erros” nos apresentam uma forma de verdade superior. Um único exemplo, mas de peso: através da história oral colhemos, freqüentemente, os “rumores”.<sup>10</sup>

As entrevistas foram realizadas com jornalistas, radialistas, professores, políticos, muitos deles presos durante o período de exceção, e com parentes daqueles já falecidos. Também foram entrevistadas pessoas que participaram das administrações do município de Passo

---

<sup>9</sup> VOLDMAN, Daniele. Definições e usos. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p. 36.

<sup>10</sup> JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tânia Maria; ALBERTI, Verana (Org.). *História oral: desafios para o séc. XXI*. Casa de Oswaldo Cruz. Ed. O Cruz, FGV/CPOCC, Rio de Janeiro, 2000. p. 31-45.

Fundo, além de militares que exerceram importantes funções nos quartéis locais ao longo do regime militar.

Tendo como suporte essas fontes – jornais, a bibliografia e os depoimentos – numa época em que tudo era censurado previamente, como peças de teatro, filmes, jornais, livros, músicas, programas de rádio e de televisão, e os censores estavam espalhados por todo o país, decidiam tudo o que os brasileiros podiam ver, ouvir e ler, buscamos compreender como essa censura e repressão atuaram em Passo Fundo.

Prisões, ameaças anônimas, denúncias, apreensão de jornal, o fechamento da Rádio Municipal, foram alguns dos fatos que fizeram parte dos “anos de chumbo” vividos pelos passo-fundenses. Assim, os fios condutores dos capítulos aqui estruturados são a opressão e a resistência, tendo sempre a preocupação de estabelecer a relação existente entre os acontecimentos locais, os estaduais e nacionais.

Num estado marcado pelo autoritarismo, pelo coronelismo, pelo conservadorismo das elites, a ação dos censores foi vista, pela maioria, como algo necessário e normal para o momento que vivia o país. A historiadora Ana Luiza Martins, a respeito da aceitação da censura, relata:

(...) esse controle aparece como uma constante, reiniciando em momentos de crise política aguda ou mesmo circunstâncias inesperadas e subliminarmente, insuflado por indivíduos, grupos, classes sociais e, sobretudo, pelo poder constituído. Acima disso e nesse enfoque, interessa enfatizar três aspectos que presidem ao curso da censura no Brasil. Um primeiro, no qual cabe insistir na constância do controle da ação e das mentes na história do país, que nasceu e viveu sob o signo da censura,

dadas as características de sua formação colonial, o que nos condiciona até o presente diante da inserção do Brasil no quadro do capitalismo internacional. Um segundo, que cuida de ilustrar, com alguns exemplos da história do impresso no país, as características muito próprias dessa censura, da qual se infere, não sem certo espanto, nossa tradição de convívio com o caráter restritivo dispensado às letras e às formas de pensamento. E, finalmente, um terceiro aspecto, que se liga ao anterior, que acabou por conferir ao nosso convívio com as letras um caráter ornamental, acentuando ainda mais o traço estamental de nossa sociedade – conforme já se inferiu da censura seletiva dispensada aos grupos privilegiados da sociedade colonial e joanina.<sup>11</sup>

A idéia de proibir, de censurar, portanto, historicamente fazia parte do cotidiano das gerações anteriores e passou a ser algo normal, natural, legítimo e necessário. Institucionalizada, a proibição também produziu fatos hilariantes, como o alerta do pároco da cidade de Sertão, próxima a Passo Fundo, que expressou o comportamento regional ao publicar na edição de 3 de março de 1964 do jornal *O Nacional*:

Conforme as leis eclesiásticas podem ser padrinhos de crisma somente os católicos em comunhão com a Santa Igreja. Portanto, não podem ser padrinhos: Os casados só pelo civil; os ajuntados; Todos os que pertencerem a seitas cristãs: evangélicos, luteranos, assembleia de Deus; Espíritas, batuqueiros etc.; Comunistas, nacionalistas – especialmente os Grupos de 11. Por isso cuidem os pais

---

<sup>11</sup> MARTINS, Ana Luiza. Sob o signo da censura. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Fapesp, 2002.

na escolha dos padrinhos de seus filhos, para que sejam católicos de virtude comprovada que sirvam de exemplo para os afilhados. (a) Máximo Coghetto - Pároco<sup>12</sup>

A intolerância do pároco revela, de forma clara, a postura de amplos setores da Igreja Católica, não só em relação a outras igrejas cristãs, aos “ajuntados”, mas, sobretudo, no tocante à questão política. Demonstra, igualmente, que, ao lado da censura política, sempre muito forte, havia a censura moral, de usos e costumes.

Os “Grupos de 11”, segundo o historiador Boris Fausto, “deveriam se articular em todo país para resistir às tentativas golpistas e ajudar a implantar medidas, como a convocação de uma Assembléia Constituinte e a moratória da dívida externa. Eles foram organizados por Leonel Brizola em 1963.”<sup>13</sup> Brizola pregava reformas de base, “principalmente a reforma agrária”, as quais vinham ao encontro dos anseios e despertavam paixões por parte dos trabalhadores rurais, que necessitavam “comprar sua terra ou adquirir implementos agrícolas”.<sup>14</sup> Segundo Baldissera, Brizola detinha um grande poder carismático, sendo considerado um “líder nato”; assim, “era seguido e admirado”, pois possuía “grande capacidade de comunicação com o povo”.<sup>15</sup> Com tal força, no final de 1963 passou a “conclamar a população a formar grupos de onze integrantes, semelhantes a um time de futebol, os Grupos de Onze, que seri-

---

<sup>12</sup> *O NACIONAL*, Passo Fundo, 3 mar. 1964, p. 5.

<sup>13</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1996. (Didática, 1).

<sup>14</sup> BALDISSERA, Marli Almeida. *Onde estão os grupos de onze? Os comandos nacionalistas na região do Alto Uruguai - RS*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo, abr. 2003, p. 15.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 18.

am como um exército popular na tentativa de pressionar o presidente e o Congresso para a votação das reformas”.<sup>16</sup>

Compreender a história é imprescindível à cidadania e, nessa perspectiva, a memória é fundamental, pois, como Loiva Otero Félix ressalta:

Se a pergunta pelo sentido da condição humana e de sua trajetória está na base da explicação para o fazer história como investigação-testemunho, a memória é um dos suportes essenciais para o encontrar-se dos sujeitos coletivos, isto é, para a definição dos laços de identidade.<sup>17</sup>

A memória, portanto, tem a função de estabelecer uma estreita ligação e lançar uma ponte entre o passado e o presente, realizando uma evocação de ambos; está intimamente ligada à história, uma vez que o historiador tem a função de recuperar os fatos para o presente, com um sentido de temporalidade, interpretando-os.

A razão principal de escrever sobre o período militar, iniciado em 1964, é para chamar a atenção aos custos da ditadura. Há, igualmente, uma razão pessoal: como radialista da época – ingressei na Rádio Passo Fundo em 1966 –, vivenciei muitos dos fatos que neste trabalho serão relatados e convivi com muitos dos personagens que aqui apresentam seu relato sobre o período. A única herança de 64, fora a dor de suas vítimas, são as lições que se podem tirar desse período de nossa história, ou seja, lembrar, para aprender os erros, e fazer

---

<sup>16</sup> BALDISSERA, Marli Almeida. *Onde estão os grupos de onze? Os comandos nacionalistas na região do Alto Uruguai - RS*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Passo Fundo, abr. 2003, p. 19.

<sup>17</sup> FELIX, Loiva Otero. *História e memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: Ediupf, 1998, p. 35.

da democracia conquista permanente. Para Loiva Otero Félix:

Estudar memória é falar não apenas de vida e de perpetuação da vida através da história; é falar, também, de seu reverso, do esquecimento, dos silêncios, dos não-ditos e, ainda, de uma forma intermediária, que é a permanência de “memórias subterrâneas” entre o esquecimento e a memória social. (...) “As memórias reprimidas” situam-se nas “zonas de sombras” e de silêncios que se formam no ato de evocação - lembrar e esquecer. Caracterizam-se, essencialmente, por serem a memória de alguns no grupo social, mas não a memória de todos, cuja possibilidade de manifestação traria sofrimentos maiores do que as próprias lembranças, razão pela qual vão se acumulando e ficando socialmente reprimidas. Podem ser vistas como uma opção do indivíduo ou do grupo para evitar o sofrimento pessoal e social que o lembrar acarreta.<sup>18</sup>

Partindo desses pressupostos, analisamos aspectos do período caracterizado como “regime militar”, que se caracterizou, de um lado, por repressão e tentativas de manutenção do regime por parte dos militares e civis instalados no poder a partir de 1964 e, por outro, por tentativas de resistência por parte de setores da população. O que ocorreu no país nesse período é da máxima importância à compreensão dos acontecimentos políticos, sociais e econômicos presentes. É fundamental, portanto, situar esses acontecimentos no contexto da época. No capítulo I, denominado “O golpe de 1964”, ana-

---

<sup>18</sup> FÉLIX, Loiva Otero. Política, memória e esquecimento. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). *Usos de memórias* (política, educação e identidade). Passo Fundo: UPF, 2002. p. 31-34.

lisando a bibliografia existente, traçamos um quadro da conjuntura que levou ao golpe militar relacionando-a com o contexto local da época.

Encerrada a fase militar da segunda Guerra Mundial, com a derrota do nazifascismo e do militarismo japonês, o mundo deparou-se com uma oportunidade ao estabelecimento de regimes democráticos, com traços particulares em cada caso nacional. Desaparecida a ameaça dos regimes de força que haviam definido o quadro internacional da década de 1930, tudo parecia indicar o início de uma época nova, com amplas perspectivas democráticas. As ditaduras pareciam atiradas ao lixo. Era a aurora após a tenebrosa noite de tantos anos de tortura, de violência, de insânia, culminando nos quadros dos campos de concentração nazistas, que os filmes mostravam e que apavoravam o mundo. Entraríamos, então, numa fase nova, o pior havia passado. Entretanto, o lançamento da bomba atômica pelos americanos em Hiroxima demonstrou que o horror não havia sido vencido, apenas mudara de fisionomia.

Para Nelson W. Sodré, “a chamada guerra fria, realmente, foi a continua o do prolongado e sangrento conflito iniciado com invasão da Pol nia em 1939. O mundo, longe do que parecera no início, não conheceria paz”.<sup>19</sup>

No Brasil, as conseq ncias do pós-guerra foram imediatas. Em 1945 rearranjos institucionais foram feitos para permitir a continuidade do “populismo”, agora na experiência democrática. Para Jorge Ferreira:

Cooptados, manipulados, iludidos e amedrontados com as persegui es da Polícia Especial, os assalariados, após

---

<sup>19</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. 1964: a ditadura anunciada. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *Golpe de 64*. Porto Alegre, UE/Porto Alegre, 1994.

1945, não teriam conseguido livrar-se das amarras ideológicas tecidas na época anterior: cerceados em suas lutas pela manutenção da legislação corporativista e a tutela estatal dos sindicatos, traídos com a atuação dos pelegos sindicais e confundidos politicamente com as lideranças populistas, as mais antigas como Vargas, as mais recicladas como Goulart. Os comunistas, igualmente iludidos com o nacionalismo, reforçaram os laços, já apertados, da teia populista.<sup>20</sup>

Conforme Ângela de Castro Gomes, “o populismo é uma política de massas, vale dizer, é um fenômeno vinculado à proletarização dos trabalhadores na sociedade complexa moderna, sendo indicativo de que tais trabalhadores não adquiriram consciência e sentimento de classe: não estão organizados e participando da política como classe”.<sup>21</sup>

Assim, em 1950, Vargas, que ao longo do Estado Novo, por sua habilidade política, conseguira introduzir no país alterações significativas e inéditas, reelegeu-se pelo voto e como candidato de oposição. A vitória de Vargas após o período de governo de Eurico Dutra, que dilapidara as divisas acumuladas durante a guerra, pode ser entendida com base nesta análise de Ângela de Castro Gomes sobre o “populismo”:

(...) o populismo está igualmente associado a uma certa conformação da classe dirigente, que perdeu sua representatividade e poder de exemplaridade, deixando de criar

---

<sup>20</sup> FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>21</sup> GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

os valores e os estilos de vida orientadores de toda a sociedade. Em crise e sem condições de dirigir com segurança o Estado, a classe dominante precisa conquistar o apoio político das massas emergentes. Finalmente, satisfeitas estas duas condições mais amplas, é preciso um terceiro elemento para completar o ciclo: o surgimento do líder populista, do homem carregado de carisma, capaz de mobilizar as massas e empolgar o poder.<sup>22</sup>

Getúlio Vargas, que iniciou seu último mandato presidencial em janeiro de 1951, três anos e meio depois, em 24 agosto de 1954, foi deposto por um golpe de estado. No mesmo dia 24 de agosto, ao invés de organizar a resistência aos golpistas, suicidou-se, o que, para Armando Boito Jr.,

(...) foi uma capitulação sem luta. Seus ex-companheiros de governo, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), pelo qual Vargas elegeu-se presidente, e o jornal Última Hora, porta-voz do governo Vargas junto à opinião pública, tampouco esboçaram qualquer reação ao golpe de Estado. Ao contrário, esforçaram-se, com bastante esmero, para conter o protesto popular que, na forma de quebra-quebras, alastrara-se por todo o país contra o novo governo. No início de setembro o governo Café Filho, constituído pelos golpistas, estava consolidado no poder.<sup>23</sup>

**Sobre os motivos determinantes da crise de 1954, Boito Jr. ainda esclarece:**

(...) a burguesia industrial consoma o seu rompimento com a política populista e se alia à burguesia comercial e

---

<sup>22</sup> FERREIRA, op. cit., p. 25.

<sup>23</sup> BOITO JR., Armando. *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, p. 9-10.

ao imperialismo para combater o governo Vargas. Foi a política de concessões e de temporização que o governo, para recompor a política populista, vinha sendo obrigado a manter frente ao movimento popular que uniu as frações burguesas contra o governo populista de Vargas. (...) O desfecho da crise foi determinado, em última instância, pela contradição que opunha o conjunto da burguesia e o imperialismo às classes populares e, não, pelas contradições no interior das classes dominantes. Porém, a burguesia comercial e o imperialismo norte-americano foram as forças dirigentes do golpe de 1954.<sup>24</sup>

O suicídio de Vargas teve efeito imediato. O povo saiu às ruas, à procura dos alvos mais expressivos de seu ódio. Em Passo Fundo, o jornal *Diário da Manhã*, antigetulista, teve sua sede depredada e um jovem redator, aspirante a oficial da Brigada Militar, Jenner Saldi de Oliveira Leite, assassinado a tiros na noite do dia 24 de agosto na frente da sede do periódico, na rua Coronel Chicuta.<sup>25</sup>

Já em 1946, findo o Estado Novo, era flagrante a rivalidade entre os dois jornais passo-fundenses. Como exemplo, na eleição à Prefeitura Municipal, *O Nacional* apoiava a campanha de Armando Annes, egresso da UDN e apoiado pelo PTB, ao passo que o *Diário da Manhã* colocou-se a favor da candidatura de Dionísio Lângaro do PSD. Às vésperas da eleição, as lideranças pró-Annes reuniram-se na redação de *O Nacional* e observaram que a campanha estava perdida, pois no distrito de Marau, hoje município, que era na época sólido baluarte do PSD, Dionísio Lângaro tiraria facilmente a

---

<sup>24</sup> BOITO JR., Armando. *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, p. 96-97.

<sup>25</sup> *DIÁRIO DA MANHÃ*, Passo Fundo, 27 ago. 1954, p. 1.

diferença que perderia na cidade. Então foi chamado Eduardo Barreiro, líder do emergente Partido Comunista Brasileiro em Passo Fundo, e descobriu-se uma solução “mágica”: os comunistas deveriam divulgar apoio ao candidato do PSD para impedir uma vitória avassaladora de Dionísio Lângaro em Marau, onde os padres dominavam.

Assim, *O Nacional* publicou uma edição especial que circulou horas antes da eleição em Marau apoiando padres e pessedistas. Como resultado, a diferença, conforme o previsto, foi mínima e Armando Annes ganhou a eleição.<sup>26</sup>

O episódio, narrado pelo jornalista Argeu Santarém, permite-nos apreender bem a dimensão da disputa política passo-fundense e da influência dos jornais no contexto do município. As campanhas políticas locais foram permanentemente marcadas pela presença dos dois jornais e dos jornalistas Túlio Fontoura e Múcio de Castro, respectivamente, proprietários do *Diário da Manhã* e de *O Nacional*.

Túlio Fontoura foi candidato a deputado estadual pelo PSD e terminou assumindo a direção da Imprensa Oficial do governo de Ildo Meneghetti. Múcio de Castro foi candidato a deputado estadual duas vezes, pelo PTB e pelo MDB, chegando a assumir pelos trabalhistas. O estudo da história da política passo-fundense passa, necessariamente, pelos dois jornalistas, que personificaram os pólos contrastantes na luta pelo mando político, social, econômico e cultural da região.

Em Passo Fundo, o PTB, que estava no comando da Prefeitura Municipal desde 1947, venceu novamente

---

<sup>26</sup> SANTARÉM, Argeu. *República dos coqueiros: histórias e estórias do Passo Fundo*. Não-Me-Toque: Santo Antonio. 1984, p. 12.

no pleito de 1955, o qual coincidiu com a eleição para presidente da República. Foi eleito prefeito municipal Wolmar Antonio Salton com 8.728 votos. O candidato Gervásio Araújo Annes, do PSD, obteve 6.017 votos.

Assim, PSD e PTB foram revezando-se no comando político da cidade até o golpe de 1964, quando novos atores surgiram no contexto político da cidade, por força dos acontecimentos nacionais. Um desses personagens, foi o comandante do 1<sup>o</sup>/20<sup>o</sup> Regimento de Cavalaria, capitão Grey Belles, que exerceu com grande autoritarismo o comando da unidade do Exército local. O comandante determinou prisões, intimou inúmeras pessoas a comparecer ao quartel local, apreendeu jornais, além de ter outras atitudes que beiram o hilário, como a inauguração da estátua de um cavalo no pátio do quartel, cerimônia na qual o comandante fez as autoridades locais sorverem largos goles de chá de alfafa.<sup>27</sup> Em entrevista que nos concedeu, o militar, hoje residindo em Brasília, justificou suas atitudes e manifestou a certeza de que, em breve, “os militares, como em 1964, serão novamente chamados para pôr fim à desordem provocada pelo atual governo”.

A metodologia utilizada neste estudo constituiu-se de pesquisa bibliográfica, documental e depoimentos orais. A pesquisa bibliográfica e documental permitiu-nos embasar a trajetória histórica das instituições e fundamentar o período da censura e repressão. A utilização da história oral na coleta de dados foi de fundamental importância, uma vez que nos deparamos com uma carência de obras específicas sobre a questão da censura e da repressão em âmbito local. O tema aqui proposto busca preencher lacunas existentes no estudo da histó-

---

<sup>27</sup> SANTARÉM, Argeu. *República dos coqueiros: histórias e estórias do Passo Fundo. Não-Me-Toque: Santo Antonio. 1984, p. 28.*

ria local.<sup>28</sup> Também verificamos o desaparecimento de documentos e até mesmo de edições dos jornais do período abordado, o que nos levou a buscar as fontes orais. Meihy<sup>29</sup> e Félix<sup>30</sup> esclarecem que não se pode considerar a história oral como um substituto para as carências documentais, serve para complementá-la. Entretanto, conforme Félix, a história oral possibilita o resgate da memória e propicia, por meio dos depoimentos, “(...) a escuta de diferentes vozes ainda não ouvidas”, as percepções, os acontecimentos, o esclarecimento dos fatos sobre determinado período estudado, no caso dos que foram atingidos pela censura e pela repressão, que precisam ser “registradas antes que o tempo as silencie em definitivo”.<sup>31</sup>

Recuperar a história através da memória remete-nos a caminhos que lidam com questões sociais, políti-

---

<sup>28</sup> A temática da história local, mais especificamente da região do Planalto Médio, município de Passo Fundo, ainda é escassamente tratada numa perspectiva histórico-historiográfica da política regional. Os trabalhos existentes são referentes, basicamente, às obras de Francisco Antonino Xavier e Oliveira, *Annaes do município de Passo Fundo*, em três volumes recompilados pela Universidade de Passo Fundo em 1990, e Delma Rosendo Ghem, *Passo Fundo através do tempo*. Em ambas as obras, seus autores fazem uma compilação de informações sobre a história de Passo Fundo, sem, no entanto, deterem-se numa abordagem mais analítica, mencionando o período em questão apenas panoramicamente. Mais contemporaneamente: DIEHL, Astor Antônio (Org.) *Passo Fundo: uma história várias questões*. Passo Fundo: Ediupf, 1998. KUJAVA, Henrique; DALBOSCO, Vera Lúcia; DIEHL, Astor Antônio (Org.). *Visões da história do planalto rio-grandense (1980-1995)*. Passo Fundo: Ediupf, 2001. PRATES, Ana Maria da Rosa. *A trajetória de Nicolau de Araújo Vergueiro na história política de Passo Fundo - RS (1930-1932)*. Dissertação (Mestrado), Universidade de Passo Fundo, 2001. Recentemente: RAGNINI, Sócrates Mezzomo. *Sofrimento psíquico no trabalho policial no período da repressão - 1964-1984: os expurgados na Brigada Militar*. Dissertação (Mestrado), Universidade de Passo Fundo, 2005.

<sup>29</sup> MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Edições Loyola, 1996. p. 27.

<sup>30</sup> FÉLIX, Loiva O. Política, memória e esquecimento. A questão da memória: o lembrar como ato social e político. In: TEDESCO, João C. (Org.) *Usos de memórias* (política, educação e identidade). Passo Fundo: Ediupf. 2002, p. 15-38.

<sup>31</sup> *Ibidem*, p. 23.

cas e com o imaginário dos sujeitos na (re)construção do passado, recuperando o “vivido conforme concebido por quem a viveu”.<sup>32</sup> Os relatos orais colhidos dos personagens que viveram o período da censura e da repressão em Passo Fundo demonstram que a memória possibilita “resgatar as marcas de como foram vividos, sentidos, compreendidos determinados momentos, determinados acontecimentos”.<sup>33</sup>

O estudo está estruturado em três capítulos. No capítulo I, denominado “O golpe de 1964: conjuntura e implantação”, analisando a bibliografia existente sobre o episódio, apresentamos o painel dos acontecimentos no âmbito nacional e estadual, bem como do contexto político passo-fundense às vésperas do golpe militar. Passo Fundo surgiu nas manchetes da imprensa gaúcha com destaque, uma vez que denúncias apontavam a existência de um complô para derrubar o então governador Ildo Meneghetti, que seria assassinado, quando de sua visita a Passo Fundo, em dezembro de 1963, por “comandos nacionalistas” orientados pelo Partido Comunista.

Derrubado o governo Goulart, o governador Ildo Meneghetti, temendo uma reação dos brizolistas, refugiou-se em Passo Fundo, onde instalou o governo gaúcho por seis dias, no quartel da Brigada Militar. Novamente Passo Fundo estava no centro das atenções políticas. Esses episódios são analisados no trabalho com base na cobertura feita pelos jornais locais, *O Nacional* e *Diário da Manhã*.

---

<sup>32</sup> BRAND, Antonio. História oral: perspectivas, questionamentos e sua aplicabilidade em culturas orais. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale dos Sinos*, São Leopoldo: Unisinos, n. 2, v. 4, p. 198, jul/dez. 2000.

<sup>33</sup> MONTENEGRO, Antônio Torres. História oral: caminhos e descaminhos – Memória, história, historiografia. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Anpuh, Marco Zero, n. 25, 1993, p. 55-65.

Como já nos primeiros dias após o golpe militar, o autoritarismo começou a manifestar um aspecto cruel e intimidatório, os jornais, preocupados com o que lhes poderia acontecer, trataram de eliminar qualquer indício de oposição ao novo governo. Em uma operação de memória ainda não esclarecida todas as edições de abril de 1964 do *Diário da Manhã* desapareceram, com exceção de quatro apenas, como relataremos ao longo deste livro.

No capítulo II, “A censura”, procuramos apresentar uma síntese da história da censura no Brasil até chegar ao período dos governos pós-1964. Nesse capítulo destacamos como a censura foi institucionalizada, sistematizada e materializada em todo o país pelo regime militar.

Finalmente, no capítulo III, “A censura e a repressão em Passo Fundo”, abarcamos questões como o quadro político passo-fundense da época e suas reações ao novo contexto criado pelo golpe militar; a postura dos jornais locais, muitas vezes contraditória, apoiando o golpe militar em nível nacional e, ao mesmo tempo, condenando a atuação das autoridades militares no âmbito municipal; as disputas políticas locais, originando uma verdadeira “epidemia denunciasta”, que assolou a cidade atingindo políticos, estudantes, professores, jornalistas e radialistas, e o modo como as autoridades militares agiram naquele momento; as prisões, o medo e as perseguições políticas; a apreensão de jornais e o fechamento de uma emissora de rádio; o trabalho dos jornalistas sob a ameaça da censura e as formas que encontravam para denunciar o que estava acontecendo no país e na cidade. Neste capítulo registramos a fala dos diferentes sujeitos que atuaram nesse contexto através do relato oral.



# I.

## O Golpe de 1964: conjuntura e implantação

Acabou nosso carnaval  
Ninguém ouve cantar canções  
Ninguém passa mais brincando feliz  
E nos corações  
Saudades e cinzas foi o que restou  
(...)  
E no entanto é preciso cantar  
Mais que nunca é preciso cantar  
(Vinicius de Moraes e Carlos Lyra,  
*Marcha da Quarta-feira de Cinzas*)<sup>34</sup>

---

<sup>34</sup> Vinicius de Moraes e Carlos Lyra compuseram, em 1963, o hino da UNE. Na mesma noite, compuseram também a *Marcha da Quarta-feira de Cinzas*. Mais tarde, Lyra declararia, talvez num arroubo de exagero, que não havia se dado "(...) conta do que estava acontecendo. Mas [que ele] estava prevendo o golpe que viria a ocorrer entre 31 de março e 1º de abril de 1964!". CASTELLO, José. *Vinicius de Moraes: o poeta da paixão*, uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 226.

## O golpe de 1964: sua conjuntura

A queda do presidente João Goulart não chegou a ser surpresa para muitos brasileiros. Sua posse, que se seguiu à renúncia do presidente Jânio Quadros, de quem era vice-presidente, deu-se num ambiente político conturbado. Setores das Forças Armadas tentaram impedir que Jango, um trabalhista e getulista reconhecido, assumisse a presidência.

O quadro complicou-se ainda mais porque o vice-presidente, no momento em que Jânio renunciou, estava em viagem oficial à República Popular da China, então presidida por Mao Tse-Tung, o histórico líder comunista da revolução chinesa. No apogeu da Guerra Fria, Goulart era um obstinado defensor da ampliação das relações do Brasil com países não vinculados exclusivamente ao bloco capitalista. Anteriormente, como vice-presidente de Juscelino Kubitschek, visitara a União Soviética, fato que já havia causado grande desconforto aos políticos anti-reformistas e a importantes setores das Forças Armadas.

Naquele mês de agosto de 1961, no campo da política, o Brasil estava dividido, e a posse de João Goulart foi antecedida de grande mobilização política, tanto por parte dos que o apoiavam como de seus opositores. De acordo com René Armand Dreifuss:

A tentativa de evitar que João Goulart tomasse posse foi travada por bloco de poder popular, do qual participavam a burguesia industrial de porte médio, os setores agrários do sul do país e políticos tradicionais que se opunham às demandas dos militares da ESG e aos interesses multinacionais e associados. Chegou-se a um acordo, fixando-se a presidência a um programa de inspira-

ção pessedista e impondo-se regime parlamentar que, efetivamente, limitou o poder de João Goulart. A estrutura populista logrou êxito em sua tentativa de refrear João Goulart e em conter o bloco modernizante-conservador, que começou a procurar outras soluções para o impasse.<sup>35</sup>

Como o Rio Grande do Sul, através do governador Leonel Brizola e do III Exército, ficou com Goulart, por um momento ocorreu a ameaça de guerra civil. É possível que Goulart nem tivesse subido ao poder em 1961 se não tivesse havido, naquele momento, uma divisão do Exército. A guerra civil foi evitada e a situação, contornada através de uma dessas medidas conciliatórias tão freqüentes em nossa história: a adoção do parlamentarismo. O problema representado pela recusa de amplos setores conservadores civis e militares em aceitar Goulart continuava, mas, pelo menos, a confrontação fora adiada. Analisando o período parlamentarista, Argelina C. Figueiredo esclarece:

O parlamentarismo foi uma solução institucional adequada aos conservadores interessados em conter o movimento pró-reformas. Dada a maioria conservadora no Congresso, o novo sistema era uma garantia adicional contra a implementação de um programa rápido de reformas. Esta garantia era reforçada pelo dispositivo do ato adicional que impedia a dissolução do Congresso. (...) o parlamentarismo, enquanto arranjo institucional que favorecia a posição conservadora, excluía a possibilidade de implementação de um programa de reformas profundas, mas permitia o estabelecimento de reformas mode-

---

<sup>35</sup> DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 130.

radas e parciais, como parte de uma estratégia preemp-tiva de um conflito social incontrolável.<sup>36</sup>

Em janeiro de 1963, o sistema de governo foi submetido a um plebiscito. Cerca de 9,5 milhões, de um total de 12,3 milhões de votantes, responderam “não” ao parlamentarismo. Retornava, assim, o presidencialismo, com João Goulart na chefia do governo. De acordo com Luis Roberto Lopes,

a supressão do parlamentarismo significou a volta dos poderes habituais e originalmente previstos para Goulart e essa vitória de um homem comprometido com a causa do populismo nacionalista e reformista levou a situação política brasileira a um clima de radicalização de posições. Os conservadores, financiados pelo capitalismo norte-americano e contando com o respaldo do apoio do Alto Comando Militar, utilizavam-se de parte da imprensa e de organismos como o IBAD e IPES para desenvolver sua ação política.<sup>37</sup>

O complexo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) desencadeou ampla campanha baseada na histeria anticomunista, convencendo setores significativos de empresários, políticos, jornalistas, religiosos, sindicalistas, profissionais liberais, militares e trabalhadores de que Goulart, de fato, tinha a intenção de comunizar o país.

---

<sup>36</sup> FIGUEIREDO, Argelina C. Democracia & reforma: a conciliação frustrada. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.) *1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas, São Paulo: Unicamp, 1997, p. 49.

<sup>37</sup> LOPES, Luis Roberto. *História do Brasil contemporâneo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982, p. 113.

Os grupos que exigiam reformas sociais e nacionalistas e que trabalhavam para obter a difícil conscientização coletiva multiplicavam-se à sombra do comprometimento oficial. Jorge Ferreira relata:

Embora heterogêneas e nem sempre unidas, as esquerdas formaram logo no início do governo Goulart, o que Argelina Figueiredo chamou de “coalizão radical pró-reformas”. Eram elas as Ligas Camponesas, o Partido Comunista Brasileiro – PCB, o bloco parlamentar autodenominado Frente Parlamentar Nacionalista, o movimento sindical representado pelo Comando Geral dos Trabalhadores – CGT, organizações de subalternos das Forças Armadas, os estudantes por meio da União Nacional dos Estudantes – UNE e, também, uma pequena organização trotskista.<sup>38</sup>

Os estudantes, através da UNE, radicalizaram suas propostas de transformação social e passaram a intervir diretamente no jogo político. Ocorreram ainda mudanças importantes no comportamento da Igreja Católica. A partir da década de 1950, muitos de seus integrantes começaram a se preocupar, antes de tudo, com as camadas populares que constituíam sua base social. O papa João XXIII, nas encíclicas *Mater et Magistra*, de 1961, e *Pacem in Terris*, de 1963, atacava o comunismo, mas defendia a necessidade de mudanças graduais na sociedade. O Concílio Vaticano II confirmou essas idéias, e o papa Paulo VI permitiu que os católicos se engajassem em projetos de cunho não socialista. O próprio anticomunismo cerrado foi dando lugar a uma

---

<sup>38</sup> FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. Brasil: do ensaio ao golpe (1954-1964). *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Anpuh, v. 24. n. 47, jan./jun. 2004, p. 185-186.

atitude mais equilibrada: combatia-se o comunismo, mas reconhecia-se que os males do capitalismo tinham provocado a revolta e, com isso, a expansão comunista.<sup>39</sup>

Às vésperas da deposição de Goulart, reuniram-se a esse heterogêneo grupo os membros da Frente de Mobilização Popular e do Grupo dos 11, ambos liderados por Brizola. Jorge Ferreira historia:

No início de 1963 surgiu a Frente de Mobilização Popular. Ali estavam reunidas as principais organizações de esquerda que lutavam pelas reformas de base. A FMP esforçava-se para que João Goulart assumisse imediatamente o programa reformista, sobretudo a reforma agrária. (...) Ao mesmo tempo, procurava se impor como força viável às reformas diante das posições do PCB, interpretadas como moderadas. Na FMP estavam representados os estudantes, os operários urbanos, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, o Pacto de Unidade e Ação e a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, os subalternos das Forças Armadas; facções das Ligas Camponesas; grupos de esquerda revolucionária como AP, a POLOP, o POR-T e segmentos de extrema-esquerda do PCB, bem como políticos do Grupo Compacto do PTB e da Frente Parlamentar Nacionalista.<sup>40</sup>

Os anos de 1962 a 1964 foram marcados pelo rápido crescimento das lutas populares. Os trabalhadores conseguiram uma ampla mobilização pró “reformas de

---

<sup>39</sup> GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 243-270.

<sup>40</sup> FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. Brasil: do ensaio ao golpe (1954-1964). *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Anpuh, v. 24. n. 47, jan./jun. 2004. p. 189.

base” propostas por Goulart. A defesa do *slogan* “na lei ou na marra” demonstrava que, gradativamente, a formulação das demandas começava a adquirir um tom agressivo, ameaçador. Daniel Aarão Reis Filho registra a respeito:

As forças organizadas mais à esquerda não fugiam a este padrão. Para as correntes radicais, a democracia realmente existente, considerada *burguesa*, valia apenas como campo de manobras e acúmulo de forças. O próprio PCB, que optara por formulações moderadas, desde 1958, e que fizera da luta pela reconquista da legalidade, perdida em 1947, uma de suas bandeiras mais importantes, viu-se envolvido no roldão. De um lado, porque também fazia parte de sua cultura política um grande desprezo pela *democracia burguesa*. De outro, porque, em certos momentos, para manter influência em setores populares radicalizados, e não perdê-los para correntes extremistas, era necessário acompanhar os passos da dança.<sup>41</sup>

Luis Carlos Prestes atacou duramente o Plano Trienal que havia sido formulado pelo ministro do Planejamento Celso Furtado. O plano visava combater a inflação e implementar as reformas de base. “(...) Prestes acusou-o de preservar os interesses dos capitais internacionais e da burguesia associada a eles, privilegiando o imperialismo e os grupos agrário-exportadores. Para os dirigentes do PCB o governo continuava na sua política de conciliar com os inimigos da nação.”<sup>42</sup>

O movimento operário merece uma referência especial. A posse de João Goulart na presidência significa-

---

<sup>41</sup> FILHO, Daniel Aarão Reis O colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 334.

<sup>42</sup> FERREIRA, op. cit., p. 193.

va a volta do esquema populista, num contexto de mobilizações e pressões sociais muito maiores do que no período Vargas. Os ideólogos do governo e os dirigentes sindicais trataram de fortalecer o esquema, que deveria assentar-se na colaboração entre o Estado, onde se incluíam os oficiais nacionalistas das Forças Armadas e os intelectuais formuladores da política do governo, a classe operária organizada e a burguesia industrial nacional.

Sobre a mobilização dos trabalhadores Salvador Sandoval esclarece:

A mobilização dos trabalhadores tinha dois propósitos. As greves de massa eram convocadas para dar apoio a posições políticas que se opunham aos interesses conservadores representados pelo Congresso e pelos comandantes militares, e para exigir mudanças fundamentais nos acordos políticos e propor reformas nacionalistas na estrutura econômica do país como solução para a crise econômica. (...) Embora as greves de massa tivessem por objetivo a garantia de benefícios para os trabalhadores, na verdade eram amiúde convocadas em épocas de crise política, em apoio ao presidente civil contra o Congresso e as elites militares.<sup>43</sup>

O Estado seria o eixo articulador dessa aliança, cuja ideologia básica era o nacionalismo e as reformas socio-

---

<sup>43</sup> SANDOVAL, Salvador. *Os trabalhadores param: greves e mudança social no Brasil: 1945-1990*. São Paulo: Ática, 1994, p. 108-109. Ainda sobre o movimento operário, ver: ARAÚJO, Ângela M. Carneiro (Org.). *Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira*. São Paulo: Scritta, 1997; CARONE, Edgar. *Movimento operário no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: Difel, 1984; MOREIRA, Ruy. *O movimento operário e a questão cidade campo no Brasil: estudo sobre sociedade e espaço*. Rio de Janeiro: Petrópolis, Vozes, 1985.

políticas denominadas de “reformas de base”. A esse respeito refere Boris Fausto:

As Reformas de Base abrangiam um amplo leque de medidas, entre as quais a reforma agrária, com o objetivo de eliminar conflitos pela posse da terra e garantir o acesso à propriedade de milhões de trabalhadores do campo. Para isso, propunha-se a mudança de um dispositivo da Constituição, prevendo a desapropriação da propriedade por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mas somente mediante prévia indenização em dinheiro. Como o Estado não tinha recursos para indenizar proprietários a serem desapropriados, o que inviabilizava a reforma agrária, defendia-se a mudança da Constituição. (...) Ao lado da reforma agrária, defendia-se uma reforma urbana, cujo objetivo principal consistia em criar condições pelas quais os inquilinos poderiam se tornar proprietários das casas alugadas. No plano dos direitos políticos sustentava-se a necessidade de estender o direito de voto a dois setores diversos: os analfabetos e os inferiores das Forças Armadas, de sargento para baixo, no caso do Exército. (...) As Reformas de Base incluíam ainda medidas nacionalistas, prevendo uma intervenção mais ampla do Estado na vida econômica.<sup>44</sup>

As reformas de base não se destinavam a implantar uma sociedade socialista; eram apenas uma tentativa de modernizar o capitalismo e reduzir as profundas desigualdades sociais do país, a partir da ação do Estado. Isso, porém, implicava uma grande mudança à qual as classes dominantes em geral, não apenas os

---

<sup>44</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Edusp; Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1996. p. 447-448.

latifundiários, como se pensava, opunham forte resistência. O governo e os grupos de intelectuais de classe média que se mobilizavam pelas reformas de base supunham poder contar com o apoio da burguesia nacional no combate ao imperialismo e na luta pela reforma agrária. Na realidade, os membros da burguesia nacional preferiram seguir outro caminho, separando-se cada vez mais do governo diante do clima de mobilização social e da incerteza para os investimentos.

René A. Dreifuss sintetiza de forma esclarecedora a postura da burguesia brasileira naquele momento:

A pequena e média burguesia condenava o pacto social populista por ter-se “esgotado” e por seu clima de desorganização. A burguesia profissional, os quadros médio e superior das Forças Armadas e a tecnoburocracia condenavam-no em decorrência de uma relativa depreciação em seus salários e uma crescente insegurança em seu *status*, que eles consideravam ameaçado pelo crescente movimento de massa e a incipiente agitação nos baixos escalões de suas respectivas hierarquias. Uma grande parte dessa agitação era fomentada por agentes provocadoras de direita, agindo com o intuito de causar um confronto decisivo entre o governo e as forças populares. (...) A burguesia financeiro-industrial sentia a ameaça lançada pelas classes trabalhadoras, cada vez mais inquietas e organizadas, a seus entrincheirados privilégios. As várias frações e setores das classes dominantes moveram-se em direção a uma reconciliação política quanto a suas demandas conflitantes, reagindo firmemente e de forma unificada à “emergência da sociedade de massa”, o que a totalidade das classes dominantes percebia como sendo a erosão da ordem capitalista.<sup>45</sup>

---

<sup>45</sup> DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 141-142.

Paralelamente à mobilização da sociedade, na esfera política tornou-se nítida a crescente definição ideológica dos agrupamentos, que, em vários casos, vinham do período Juscelino, ultrapassando os limites dos partidos. O PTB experimentou nesse período um grande avanço, colocando em risco a aliança PSD-PTB; foi o partido que mais cresceu no período 1945-1964. Ao mesmo tempo, ocorreu um declínio do PSD e da UDN. A falta de homogeneidade no interior dos partidos tornou-se maior no período Goulart. Em razão dos fatos ocorridos na União Soviética, onde o stalinismo entrou em crise a partir da divulgação do relatório Kruschov, ocorreu também uma ruptura na esquerda brasileira. Surgiu uma dissidência no PCB que deu origem ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), o qual encontrou na China e, mais tarde, na Albânia seu suposto modelo de fidelidade aos princípios marxista-leninistas.

Dois agrupamentos interpartidários emergiram no Congresso Nacional: a Frente Parlamentar Nacionalista, composta em sua maioria por deputados do PTB e também da UDN e, de outro lado, a Ação Democrática Parlamentar, financiada pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), uma associação que obteve recursos da Agência Central de Inteligência americana (CIA).

É importante ressaltar a atuação da CIA no desfecho do golpe militar de 1964 no Brasil, conforme relato de Luiz Roberto Muniz Bandeira:

Os agentes da CIA teceram, sem dúvida, toda a rede de conspiração contra o governo Goulart, com a colaboração não só de militares brasileiros, mas, também, de latifundiários, comerciantes e industriais, amatlhando os radicais da direita para atos de terror e sabotagem, lutas de guerrilha e antiguerrilha. Os depósitos de material bé-

lico, bem como os campos de treinamento militar, espalhavam-se por todo país, escondidos em igrejas e fazendas.<sup>46</sup>

Enquanto ocorria o realinhamento nos meios civis, verificou-se uma mudança significativa nas Forças Armadas, que consistiu na formulação de uma nova doutrina elaborada pelos militares com a Guerra Fria e ganhou contornos mais nítidos após a ascensão de Fidel Castro ao poder. Determinados setores militares viam na vitória da Revolução Cubana a implantação, no mundo subdesenvolvido, de uma guerra revolucionária que corria paralelamente ao confronto entre os dois grandes blocos de potências. A guerra revolucionária, na ótica desses militares, tinha como objetivo final a implantação do comunismo e abrangia todos os níveis da sociedade, utilizando como instrumentos desde a doutrinação e a guerra psicológica até a luta armada. Assim, era necessário combatê-la com uma ação da mesma amplitude. Garantir a segurança e o desenvolvimento da nação e derrotar o inimigo seriam as funções das Forças Armadas nesse contexto.

De acordo com Boris Fausto:

Nascia assim a doutrina da segurança nacional. Ela não caiu do céu. Foi gerada no âmbito da Escola Superior de Guerra (ESG), fundada em agosto de 1949, com a assistência de conselheiros franceses e americanos. Segundo a lei que a criou, a ESG teria o papel de treinar “pessoal de alto nível no sentido de exercer funções de direção e planejamento de segurança nacional”. Sua fi-

---

<sup>46</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: EdUnb, 2001, p. 127.

nalidade foi ampliada no mesmo ano de sua criação, passando a incluir a elaboração de um “método de análise e interpretação dos fatores políticos, econômicos e militares que condicionam o conceito estratégico.” (...) De um modo geral, podemos dizer que a partir da ESG e de órgãos como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do já mencionado IBAD foram surgindo as linhas definidoras de um regime político considerado capaz de impedir a subversão da ordem e garantir um certo tipo de desenvolvimento econômico.<sup>47</sup>

**Nos círculos associados da ESG-Ipes-Ibad firmou-se a convicção de que só um movimento armado poria fim à anarquia populista. Para esses setores, a radicalização do governo Goulart levaria o país, inevitavelmente, aos braços do comunismo. Segundo René Armand Dreifuss:**

A ação do complexo IPES/IBAD dentro das Forças Armadas visava à neutralização do dispositivo popular de João Goulart e à minimização do apoio militar a diretrizes políticas socialistas ou populistas. A elite orgânica foi também responsável por estimular, entre os militares, grupos favoráveis ao golpe. Sua ação foi sincronizada dentro de um plano geral, cujo alcance nem sempre era de total conhecimento de seus vários membros e participantes. (...) A elite orgânica tentou agir como unidade coordenadora da campanha anti-João Goulart e antipopular, fazendo com que as conspirações faccionárias e os movimentos isolados soubessem da existência um do outro. Esforçou-se para colocar seus homens dentro das diversas conspirações faccionárias, grupos subversivos

---

<sup>47</sup> FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Edusp; Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1996. p. 452-453.

e movimentos civil-militares, algumas vezes simplesmente para manter informada sobre os acontecimentos, para conter e controlar esses grupos específicos e, outras vezes, até para coordenar e seus esforços, assegurando a articulação de atores políticos separados, embora com idéias congruentes.<sup>48</sup>

A participação dos setores militares no golpe de 1964, na verdade, foi apenas mais um episódio dentro de uma longa tradição intervencionista que remonta aos séculos anteriores da história brasileira.<sup>49</sup>

É elucidativo o depoimento do general-de-divisão Octávio Costa à Maria Celina D'Araújo e Gláucio Ary Dillon Soares a respeito da postura dos militares brasileiros ao longo da nossa história:

Tenho um conceito sobre a vida militar. Acho que as Forças Armadas, em qualquer país, em qualquer tempo, se colocam em quatro grandes vertentes: ou elas são profissionais, ou são pretorianas, ou são cesaristas, ou são militaristas. Acho que, ao longo da história do nosso Exército fomos um pouco de tudo isso. E, desgraçada-

---

<sup>48</sup> DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 362-363.

<sup>49</sup> Ainda antes da proclamação da República e durante a época escravista registraram-se inúmeros episódios de participação dos militares na repressão contra movimentos que contestavam o governo – Confederação do Equador, Cabanagem, Guerra dos Farrapos, Praieira. Após a Guerra do Paraguai os militares ganharam consciência de classe e passaram a exigir participação na vida política do Império. Sua participação na proclamação da República foi decisiva. Na década de 1920, o exército foi sacudido internamente por choques entre os diferentes segmentos e patentes que é formado, dando origem ao Movimento Tenentista e à Coluna Prestes. Em 1930 os militares impuseram pelas armas o governo de Getúlio Vargas. Em 1937 deram seu aval à ditadura do Estado Novo e, em 1945, esses mesmos militares seriam os responsáveis pelo afastamento de Vargas. Em 1954 os militares também teriam um papel decisivo na crise que levaria ao suicídio de Getúlio Vargas. Sobre o tema ver GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1994, p. 39-49.

mente, chegamos à última etapa, a do militarismo, ou seja, as Forças Armadas no poder.<sup>50</sup>

Mesmo com a agitação social e política do início da década de 1960, o país continuava a crescer em termos de produto interno bruto (PIB), ainda que as taxas fossem decrescentes. Para conter a inflação e retomar o crescimento econômico, o governo João Goulart lançou o Plano Trienal, elaborado pelo economista Celso Furtado logo depois do plebiscito. Para Jorge Ferreira:

As metas principais eram as de combater a inflação sem comprometer o desenvolvimento econômico e, em um passo seguinte, implementar as reformas, sobretudo no aparelho administrativo, no sistema bancário, na estrutura fiscal e, em particular, a agrária. Assim, seu programa de governo incluía medidas ortodoxas, como medidas para a estabilização econômica negociadas com o FMI, e a alternativa estruturalista, como a reforma agrária. Embora os objetivos propostos por Celso Furtado fossem praticamente consensuais, avalia Argelina Figueiredo, eles implicavam restrição salarial, limitação do crédito e dos preços, bem como cortes nas despesas governamentais, afetando, assim, interesses de capitalistas e trabalhadores.<sup>51</sup>

O plano fracassou porque dependia da colaboração dos setores que dispunham de voz na sociedade. Os inimigos de Jango desejavam a ruína do governo e o gol-

---

<sup>50</sup> ARAÚJO, Maria Celina de (Org.); SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 73.

<sup>51</sup> FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular. Brasil: do ensaio ao golpe (1954-1964). *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, v. 24, n. 47, jan./jun., 2004. p. 193.

pe; a esquerda via o dedo do imperialista por toda a parte; o movimento operário recusava-se a aceitar restrição aos salários; os que se beneficiavam da inflação não tinham interesse no êxito das medidas; os credores externos, igualmente, mostravam-se reticentes.

No começo de 1964, a inflação e a instabilidade interna atingiram índices insustentáveis. Sob permanente desconfiança da direita e da esquerda, o governo Goulart acabaria, de maneira gradativa, isolando-se politicamente. Tentou, então, uma aproximação definitiva com o setor progressista, assinando, em comício público, em 13 de março, uma série de decretos que determinavam reformas radicais, como a nacionalização das refinarias e a reforma agrária. Cerca de 150 mil pessoas participaram do comício no Rio de Janeiro, que ficou conhecido como o “comício da Central”, por ter sido realizado na Praça da República, situada em frente à Estação da Central do Brasil. As bandeiras vermelhas que pediam a legalização do Partido Comunista, as faixas que exigiam a reforma agrária etc. foram vistas pela televisão, causando arrepios nos meios conservadores. Jango optou por um rumo que se revelou desastroso, como relata Jorge Ferreira:

Desde janeiro de 1963, quando Goulart recuperou seus poderes, esquerda e direita se enfrentaram, medindo suas forças em diversos episódios. Com o comício de 13 de março de 1964, no entanto, a estratégia escolhida foi outra: o do confronto aberto. A partir daí, não se tratava mais de saber se as mudanças econômicas e sociais seriam executadas, limitadas ou mesmo impedidas. A questão central passou a ser a tomada do poder político e a imposição de projetos. Como conclui Argelina Figueiredo, a questão democrática não estava na agenda da direita e

da esquerda. A primeira sempre esteve disposta a romper com tais regras, utilizando-as para defender seus interesses. A segunda, por sua vez, lutava pelas reformas a qualquer preço, até mesmo com o sacrifício da democracia. Ambos os grupos, diz a autora, “subscreviam a noção de governo democrático apenas no que servisse às suas conveniências. Nenhum deles aceitava a incerteza inerente às regras democráticas”.<sup>52</sup>

## Passo Fundo às vésperas do golpe

Na verdade, o clima político existente no país levava muitos setores a prever a eclosão de um movimento revolucionário. Apenas não se sabia com certeza quem tomaria a iniciativa: se os detentores do poder ou aqueles que dele pretendiam se apossar. O jornal *Diário da Manhã* de Passo Fundo, no editorial “A Revolução de Janeiro?”, do jornalista Túlio Fontoura, de 1º de janeiro de 1964, alertava:

O senhor Chefe da Casa Civil do senhor Governador do Estado, num pronunciamento feito através de um dos mais conceituados órgãos de imprensa rio-grandense, revelou que, por duas vezes, no mês de dezembro, a revolução fora adiada, adiantando que os agentes da subversão da ordem jurídica estão por marcar nova data para a eclosão do movimento, no decorrer do mês de janeiro entrante. Ninguém ignora neste país, que a revolução vem sendo articulada há muito tempo pelos dois grupos.

---

<sup>52</sup> FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. Brasil: do ensaio ao golpe (1954-1964). *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Anpuh, v. 24, n. 47, jan./jun., 2004. p. 209.

O que está no governo e o que procura assumir o poder. Apenas alguns chefes das Forças Armadas ainda insistem na preservação da ordem vigente, num tremendo esforço para manter no Brasil o regime de características democráticas. (...) A revolução em preparo, no Brasil, é coisa sabida até mesmo dos ingênuos e incrédulos. (...) A dúvida que paira no ar é a respeito do grupo que gritará em primeiro lugar a implantação do estado discricionário, se o que está no poder ou o que pretende dele apossar-se através do movimento subversivo, que poderá também ser com ou sem derramamento de sangue.<sup>53</sup>

A possibilidade de um movimento armado vinha sendo anunciada pela imprensa gaúcha desde dezembro de 1963, quando o então secretário de Segurança do estado, Plínio Cabral, denunciou a existência de um complot para derrubar o governador Ildo Meneghetti. O golpe teria início em Passo Fundo, caso tivesse êxito um suposto plano de assassinato do governador por “Comandos Nacionalistas”, que seriam orientados pelo Partido Comunista Brasileiro. Seria declarado Estado Revolucionário e os guerrilheiros atacariam postos de gasolina, hospitais, rádios etc.<sup>54</sup> A matéria do jornal porto-alegrense foi considerada pelas autoridades passo-fundenses como “fantástica e atentatória a índole pacífica do nosso povo e aos foros de nossa civilização”.<sup>55</sup> A data marcada para o golpe seria 31 de dezembro daquele ano, e, por coincidência ou não, exatamente naquela data o governador deslocou-se a Passo Fundo, fato que se repetiria em abril de 1964.

---

<sup>53</sup> FONTOURA, Túlio. A revolução de janeiro. *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 1º jan. 1964. p. 2.

<sup>54</sup> *CORREIO DO POVO*, Porto Alegre, 23 jan. 1964. p. 1.

<sup>55</sup> *DIÁRIO DA MANHÃ*, Passo Fundo, 24 jan. 1964. p. 4.

Os boatos falavam de um golpe organizado por um estranho personagem, conhecido apenas como “Oswaldo”, a quem estaria subordinado o então deputado Leonel Brizola. A boataria ganhou consistência quando, em 8 de janeiro de 1964, foram presos em Passo Fundo dois homens que portavam seis granadas de alto teor explosivo. O jornal *Diário da Manhã* assim noticiou o acontecido:

Na madrugada do último dia 8 foram presos Geraldo Ramos de Lima e Amilton Machado dos Santos e com estes seis granadas de alto teor explosivo. Ambos foram conduzidos para a Brigada Militar onde se encontram presos. Há possibilidade de tratar-se de ramificações de um movimento subversivo denunciado pelo governo do Estado. As investigações estão sendo feitas em caráter sigiloso e intensivo. O terceiro personagem que tinha as armas em seu poder é Hélio Machado dos Santos. Este seria militar.<sup>56</sup>

O jornal *O Nacional* tratou o assunto da seguinte maneira:

O delegado Serafim Mezzomo adiantou esta semana a reportagem que prosseguem as investigações para esclarecer o caso das granadas encontradas na madrugada de quarta-feira na vila Tupinambás. Segundo a mesma autoridade, estão sendo realizadas intensas buscas para localizar mais um elemento que tem sérias ligações com os “guerrilheiros”. O nome do elemento é “Roberto”, chamado também de “Pernambuco”. As granadas pertencem ao exército. Hélio Machado dos Santos e Amilton

---

<sup>56</sup> DIÁRIO DA MANHÃ, Passo Fundo, 10 jan. 1964. p. 4.

Machado dos Santos são irmãos. O primeiro presta serviço militar no 6º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado de Porto Alegre. As granadas apreendidas são, aparentemente, de treinamento, sem nenhum poder de destruição. As investigações estão sendo acompanhadas pelo titular do DOPS gaúcho, dr. Delmar Kuhn.<sup>57</sup>

Eram, portanto, contraditórias as informações sobre o fato. Mesmo assim rádios, jornais e televisão de todo o país deram grande destaque à prisão dos supostos “guerrilheiros”. Com o passar dos dias, contudo, o assunto caiu no esquecimento.

A força do riso como arma na luta política, recurso utilizado para enfraquecer a posição dos adversários, é conhecida desde a Antigüidade, quando os mestres da retórica ensinavam que uma das melhores maneiras de minar os argumentos do oponente é através da zombaria. Na imprensa passo-fundense da época, o jornalista João Baptista de Melo Freitas era um mestre nesta arte. Sobre os boatos relacionados com a derrubada do governo gaúcho ele escreveu em *O Nacional*:

“Oswaldo”, êsse o mágico nome que hoje corre todo o Brasil. “Oswaldo” o personagem desconhecido – apresentado pelo sr. Zuza Aranha como chefe secreto da “revolução” com data marcada, anunciada pelo sr. Plínio Cabral. “Oswaldo”, o homem a quem Brizola obedece e que amanhã poderá chamar-se Pedro ou João. Segundo o depoimento, “Oswaldo” pretendia depor o governador Meneghetti, fato singular. Em todos os países do mundo os “revolucionários” depõem o Presidente ou o rei ou o ditador. Pois o Presidente, ou o rei ou o ditador

---

<sup>57</sup> *O NACIONAL*, Passo Fundo, 13 jan. 1964. p. 4.

é que dispõem do exército, do tesouro e da máquina de emissões. Depor governador seria uma verdadeira façanha. Naturalmente isso presume que o poderoso III Exército – sendo um Exército do Brasil, não interviria, ficando o governador com apenas uns 12 mil homens da Brigada Militar. Em suma, bastaria invadir o Palácio Piratini e depor o governador. Aliás, a denúncia é corroborada pelo fato de que no dia 31 de dezembro – data marcada para a revolução – o sr. Meneghetti tomou precauções seríssimas e deslocou-se para a estratégica cidade de Passo Fundo, fazendo com que os “revolucionários”, se tomassem o Piratini, não depusessem o governador. Em todo caso, 104 agências secretas de detetives já foram contratadas pelos “contra-revolucionários” de esquerda – dariam um golpe de direita! – para identificar “Oswaldo”, o chefe secreto, o mandante de Brizola. Um detetive amador do Boqueirão – que fez curso por correspondência – alvitrou uma circunspecta hipótese: “Oswaldo” é Lee Oswald, o matador de Kennedy. Após o crime de Dallas (Texas), pretendia fugir para o Rio Grande do Sul, e com o auxílio das forças de esquerda da direita, depor o governador, dar *ultimatum* ao Brasil para retirar as tropas do III Exército e proclamar a República de Piratini.<sup>58</sup>

Há três revoluções aqui no Sul, cujo único elo seria o de pretenderem a tarefa exclusiva e genial de depor, não o presidente, mas o governador da província, fato inócuo em qualquer outro país não adiantado como este. Bem, a primeira revolução é a do sr. Plínio Cabral: revolução de “fascistas vestidos de roupa de esquerda, com a participação de aventureiros” e sem comunistas; a segunda, é a revolução do sr. Zuza Aranha de nazifascistas e expressamente “sem a participação dos comunistas”; e a

---

<sup>58</sup> O NACIONAL, Passo Fundo, 09 jan. 1964. p. 4.

terceira do sr. Antonio Pires, “a guerra revolucionária”, segundo os padrões classicamente marxistas. Da caracterização da ideologia e dos métodos, resultam 3 revoluções. Qual das três é a quente? Ora, a tarefa agora está facilitada ante a descoberta da “base de operações” da Vila Tupinambás, onde a eficiente polícia passo-fundense conseguiu localizar um perigoso ninho de “guerrilheiros”, cujo principal material de consumo era a gostosa “branquinha” nativa.<sup>59</sup>

Em razão de crônicas como essas o jornalista João Freitas passaria a ser uma figura visada após o golpe de 1964, pois sua postura crítica e política incomodara muitos setores da cidade. Na esteira do acirramento da polarização política ele seria uma das vítimas, como veremos no decorrer dos acontecimentos.

No *Diário da Manhã*, o jornalista Túlio Fontoura alertava para a possibilidade de saída de João Goulart do governo em seu editorial:

Se Anália não quiser ir

O quadro das reformas preconizadas pelo Chefe de Estado é muito amplo, reunindo grandes interesses que quando entram em jogo, a gente sabe que tudo ficam em discussões e nada se resolve. (...) Existe outra reforma que ninguém falou e ninguém se preocupa. Trata-se da reforma do caráter dos brasileiros, com a implantação de um regime de moralidade dos costumes, tanto na vida pública como na vida social. Para conseguir todas essas reformas (agrária, tributária, bancária) que são apenas as principais, as de maior significado para retirarem o

---

<sup>59</sup> O *NACIONAL*, Passo Fundo, 13 jan. 1964. p. 4.

Brasil do caos em que se encontra, o Presidente Goulart dispõe apenas de 365 dias, prazo realmente exíguo para a obtenção de tanta coisa boa. Quando o Presidente da República na sua fala à Nação afirma que “a qualquer preço e contra qualquer obstáculo, a Nação será atendida em seus reclamos de desenvolvimento e justiça social”, nos ocorreu a letra da canção carnavalesca que parece chamar-se Maracangalha, que diz a certa altura: “Se a Anália não quiser ir, eu vou só...” Para o sr. João Goulart, a Anália tem diversos apelidos como Parlamento, Plano Econômico, Políticos, Constituição, Regulamentos, e bem poderá acontecer ao sr. João Goulart, o que aconteceu ao visitante de Maracangalha, que teve de ir só, a exemplo do endiabrado homem da vassoura, que na sua fuga, deixou apenas o cabo para satisfazer os anseios do povo brasileiro.<sup>60</sup>

Variam muito as razões apontadas para explicar o golpe de 1964. Há quem o veja como resultado de longo processo de gestação, que teria raízes no tenentismo dos anos vinte, como manifestações precursoras nas intervenções de 1945 (deposição de Vargas), 1954 (suicídio de Vargas), 1955 (crise que antecedeu a posse de Kubitschek) e 1961 (renúncia de Jânio Quadros e veto de seus ministros à posse de Goulart). Muitos buscam sua origem na influência americana, no quadro da Guerra Fria. Para o deputado José Genoíno, do Partido dos Trabalhadores, ex-guerrilheiro e prisioneiro do regime militar, o golpe militar

(...) foi um processo longo. Tinha uma crise de rumos da sociedade brasileira. Havia uma crise de hegemonia que vinha desde o período da Guerra Fria. E houve uma

---

<sup>60</sup> FONTOURA, Túlio. Se Anália não quiser ir. *Diário da Manhã*, Passo Fundo. 5 jan. 1964. p. 2.

radicalização depois da renúncia do Jânio e do movimento pelas reformas de base. (...) Guerra Fria! E os Estados Unidos como guarda-chuva do mundo ocidental. Para mim, foi isso que determinou.<sup>61</sup>

**Na realidade, o golpe que derrubou João Goulart foi articulado quando estruturas tradicionais se viram abaladas em seus alicerces. Para os militares era fundamental manter a ordem social, o respeito à hierarquia, o controle do comunismo. De acordo com Carlos Castello Branco:**

A palavra de ordem surgida dos bastidores da Revolução vitoriosa é “acabar com o comunismo”. A firme disposição do comando militar de realizar essa política, que estaria sendo executada com conotações terroristas neste ou naquele ponto do País, provocou apreensões não só entre os Deputados e Senadores da esquerda, como até mesmo entre aqueles que, no esquema vitorioso, se recusavam à adoção de técnicas extremadas. (...) O receio de que a Revolução vitoriosa esgote seus objetivos na simples repressão policial e adote como conteúdo o anticomunismo “à outrance” parece conduzir a ação de chefes civis e militares do movimento no sentido de preservar o instinto legalista e o sentimento democrático que os moveu na batalha para a remoção do Governo do Sr. João Goulart.<sup>62</sup>

**Quebradas a hierarquia e a disciplina, a ordem transformava-se em desordem, que, por sua vez, justificava a intervenção. Os grandes latifundiários tinham**

---

<sup>61</sup> COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura*: Brasil: 1964-1985. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 35.

<sup>62</sup> CASTELLO BRANCO, Carlos. *Os militares no poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. p. 6.

pesadelos com a possibilidade de uma reforma agrária “na lei ou na marra”.

**Jorge Ferreira esclarece:**

Receosos de perderem seus privilégios, setores conservadores das elites políticas e empresariais, por meio de um golpe militar, atentaram e desmantelaram as instituições democráticas. No entanto, muito embora por motivos diversos, as esquerdas também não valorizaram o regime instituído pela Carta de 1946. A democracia era repleta de “formalismos jurídicos” e, em razão de um Congresso “conservador” e de uma Constituição “ultrapassada”, as reformas de base eram bloqueadas. Assim, para implementar as mudanças econômicas e sociais, era necessário “superar” os limites impostos pelas instituições liberais-democráticas em vigor no país, sobretudo os dispositivos legais que impediam a realização das reformas, sobretudo a agrária.<sup>63</sup>

Os resultados da radicalização foram fatais à democracia e, sobretudo, dolorosos aos que conheceram as prisões da ditadura e o exílio.

Um modelo econômico – o do desenvolvimento nacional autônomo – e o regime político a ele associado – o populismo – tinham esgotado suas possibilidades de existência. Jango representaria uma sobrevida do populismo, destinado a desaparecer desde os últimos tempos de Getúlio.

---

<sup>63</sup> FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular. Brasil: do ensaio ao golpe (1954-1964). *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Anpuh, v. 24, n. 47, jan./jun., 2004. p. 209-210.

## A implantação do regime militar

Tem dias que a gente se sente  
Como quem partiu ou morreu  
A gente estancou de repente  
Ou foi o mundo então que cresceu  
A gente quer ter voz ativa  
No nosso destino mudar  
Mas eis que chega a roda vida  
E carrega o destino pra lá.  
(Chico Buarque de Holanda, *Roda Viva*)

Na madrugada de 31 de março de 1964, as tropas da IV Região Militar, sediadas em Juiz de Fora, Minas Gerais, receberam ordens para marchar e descer a serra em direção ao Rio de Janeiro. No curto espaço de 48 horas o golpe militar alcançou pleno sucesso e o presidente da República, João Goulart, buscou asilo em terras uruguaias. A fraca resistência oferecida pelos que apoiavam o presidente proporcionou aos golpistas uma vitória tranqüila.

Os interesses em jogo que culminaram com o golpe de 1964 não eram tão-somente os do Estado enquanto instituição representante do poder, mas também, e principalmente, de grupos – formados por civis – que agiam diretamente em torno do mesmo, possuindo interesses a preservar.

Segundo Michel Foucault, para estudar um contexto nas características do golpe de 1964, é necessário

não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as

outras; mas ter bem presente que o poder – desde que não seja considerado de muito longe – não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e que lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. Não se trata de conceber o indivíduo como uma espécie de núcleo elementar, átomo primitivo, matéria múltipla e inerte que o poder golpearia e sobre o qual se aplicaria, submetendo os indivíduos ou estraçalhando-os. Efetivamente, aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um poder dos primeiros efeitos do poder. Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um dos seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constitui.<sup>64</sup>

**Ainda sobre a questão do poder e o contexto brasileiro de abril de 1964, é fundamental lembrar o que enfatiza Norberto Bobbio:**

(...) poder não deriva simplesmente da posse ou do uso de certos recursos mas também da existência de deter-

---

<sup>64</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 183-184.

minadas atitudes dos sujeitos implicados na relação. Essas atitudes dizem respeito aos recursos e ao seu emprego e, de maneira geral, ao Poder. Entre tais atitudes, devem ser colocadas as percepções e as expectativas que dizem respeito ao Poder. As percepções ou “imagens sociais do Poder” exercem uma influência sobre fenômenos do Poder real. A imagem que um indivíduo ou grupo faz da distribuição do Poder, no âmbito social a que pertence, contribui para determinar o seu comportamento, em relação ao Poder. Neste sentido, a reputação do Poder constitui um possível recurso do Poder efetivo. (...) No que toca às expectativas, deve dizer-se, de uma maneira geral, que, numa determinada arena de Poder, o comportamento de cada ator (partido, grupo de pressão, Governo etc.) é determinado parcialmente pelas previsões do ator relativa às ações futuras dos outros atores e à evolução da situação em conjunto. Mas é nas relações de Poder que operam através do mecanismo das “reações previstas” que o papel das expectativas se torna mais evidente.<sup>65</sup>

Os que desejavam a derrubada de Goulart eram aqueles que se sentiram prejudicados com as “reformas de base” e as articulações das organizações populares em torno do presidente, a saber: latifundiários, grandes empresários, multinacionais, as camadas média e alta. O golpe foi arquitetado por esses grupos, cabendo aos militares executá-lo e ao Estado, legitimá-lo. O apelo anticomunista foi fator-chave na arregimentação contra Goulart, inclusive por permitir que a crise brasileira fosse inserida e interpretada nos termos da Guerra Fria.

---

<sup>65</sup> BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 1986. p. 937-938.

## Passo Fundo: sede do governo gaúcho

No Rio Grande do Sul, o governador Ildo Meneghetti (PSD), temeroso de uma reação comandada pelo deputado Leonel Brizola, resolveu transferir a sede do governo gaúcho para Passo Fundo. Acompanhando o governador, viajaram o secretário da Fazenda, José Aranha, o secretário da Segurança Pública, Poty Medeiros, o chefe da Casa Civil, jornalista Plínio Cabral, o chefe da Casa Militar, cel. Orlando Pacheco, e o assessor militar do governo, cel. Otávio Frota. Assim, o Quartel do 2º Batalhão Policial passou a ser sede do Governo Revolucionário no período de 1º a 6 de abril de 1964. Ao chegar à sede do 2º Batalhão Policial da Brigada Militar, o governador Meneghetti expediu o seguinte manifesto:

Soldados! Transferi, neste momento, meu governo para esta Unidade. Não sei qual o destino que nos aguarda, nem o sacrifício que teremos de fazer. Mas sei que devemos cumprir com honra o nosso dever de lutar com dignidade por aquilo que julgamos justo e certo. Chegou a hora em que o Rio Grande pede o sacrifício supremo de seus filhos. Não negaremos esse sacrifício. Seguiremos nossa tradição de lutas. Não falharemos ao Brasil nesta hora de angústia, mas também de glória, porque a pátria se ergue para libertar-se da demagogia, da opressão, da mentira e da corrupção. O Governo está presente nesta luta. Recebi um mandato do povo para exercê-lo nas horas boas e nas horas amargas. Aqui estou para exercer as minhas funções de governante nos termos da Constituição, e para tomar todas as medidas, visando levar avante a luta pela libertação de nosso povo, juntamente com os bravos companheiros de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Goiás, Rio Grande do Norte e de tantos outros lugares. Não estamos sós. Conosco

está todo o nosso povo. Estão as mulheres, os trabalhadores, os comerciantes, os industriais, os estudantes. Espero que cada um cumpra com o seu dever.<sup>66</sup>

Por meio das ordens de serviço 1, 2 e 3 o governador determinou, respectivamente, a requisição de todos os veículos do Departamento de Estradas de Rodagem (Daer) e da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE); a abertura de voluntariado em todas as unidades do 2º Batalhão Policial e a requisição de todas as reservas de combustíveis na região, que ficariam à disposição do 2º BP. Pela ordem de serviço nº 4, designou o tenente-coronel Victor Hugo Martins para comandar o dispositivo militar na zona sob controle do governo do estado.<sup>67</sup>

O governo gaúcho estava pronto para combater a reação ao golpe militar, entretanto os partidários do governo deposto não reagiram. Ao deixar Passo Fundo, em 6 de abril, o governador Ildo Meneghetti assim se manifestou:

Definindo-se a situação nacional, com a vitória da democracia e da liberdade, dirijo-me de Passo Fundo, sede do meu governo, a todos os Rio-grandenses apelando para que se restabeleça a ordem e a tranqüilidade. Aos cidadãos que, neste episódio assumiram posição de responsabilidade, endereço meu mais caloroso e veemente apelo no sentido de que cessem toda e qualquer resistência, a qual só poderia derramar sangue sem proveito e sem vantagem alguma. A República tem novo Presidente, conforme comunicação oficial que o governo do Estado

---

<sup>66</sup> RIO GRANDE DO SUL. 2º Batalhão Policial. Livro de Boletins Regimentais. Primeiro Trimestre - 1964. Ordem do Dia, n. 1. p. 354.

<sup>67</sup> RIO GRANDE DO SUL. 2º Batalhão Policial. Livro de Boletins Regimentais. Segundo Trimestre - 1964. Ordens de Serviço. p. 1-2.



Fonte: Arquivo do Quartel do 2º BP da Brigada Militar de Passo Fundo.

Governo gaúcho em Passo Fundo no Quartel do 2º BP da Brigada Militar. Da esquerda para a direita: governador Ildo Meneghetti, prefeito municipal Mário Menegaz, chefe da Casa Civil Plínio Cabral, comandante geral da Brigada Militar coronel Otávio Frota e o comandante do 2º BP tenente-coronel Vítor Hugo Martins. Abril de 1964.

recebeu. Desta forma restabeleceu-se a normalidade constitucional. Elementos insensatos, especialmente em Porto Alegre, apelam para uma resistência que não tem mais sentido, seja pela falta absoluta de forças, seja pelo fato de que o nosso povo não deseja ser escravo do comunismo.

Espero que os poucos que ainda mantêm forças em seu poder, compreendam a realidade do quadro nacional e cooperem com as autoridades constituídas para evitar um inútil derramamento de sangue. Chegou a hora da paz e do entendimento. O Brasil sempre venceu suas crises sem derramar sangue. Sigamos esse exemplo histórico. Quero agradecer ao povo de Passo Fundo, as forças armadas, a gloriosa Brigada Militar a carinhosa acolhida que recebi, eu e meus companheiros de governo.

Ao tomar esta atitude estava certo de que, na valorosa cidade de Passo Fundo, encontraria apoio necessário para organizar as forças de libertação do nosso Estado e combater com eficiência a tentativa de implantar no País uma ditadura comunista. Podem ficar tranqüilos os Rio-grandenses. Dispomos de forças mais do que suficientes para manter a ordem, a tranqüilidade e a liberdade do povo. O Rio Grande do Sul, convocado pelo Brasil, mais uma vez cumpriu o seu dever.<sup>68</sup>

---

<sup>68</sup> RIO GRANDE DO SUL. 2º Batalhão Policial. Livro de Boletins Regimentais. Segundo Trimestre de 1964. Boletim de 06/04/1964. p. 370-371.



Fonte: Arquivo do Quartel do 2º BP da Brigada Militar de Passo Fundo.

Governo gaúcho em Passo Fundo, no Quartel do 2º BP da Brigada Militar. Da esquerda para a direita, ao centro: governador Ildo Meneghetti e o comandante do 2º BP tenente-coronel Vitor Hugo Martins. Abril de 1964.



Fonte: Arquivo do Quartel do 2º BP da Brigada Militar de Passo Fundo.

Governador e acessores no pátio do quartel da brigada militar, am abril de 1964.

## O autoritarismo

O golpe militar de 31 de março de 1964 tinha sido lançado aparentemente para livrar o país da corrupção e do comunismo e para restaurar a democracia, mas o novo regime começou a mudar as instituições do país através de decretos, chamados de “atos institucionais” (AI), justificados como decorrência “do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções”.

Em sua introdução, o ato institucional nº 1, de 9 de abril, deixava bem claro que a “Revolução vitoriosa legitima-se a si própria” e afirmava que o Congresso recebia sua legitimidade do ato institucional. O ato consagrava também o aumento de poderes do Executivo. Dentre as principais medidas, o general-presidente passava a ter poder de apresentar emendas constitucionais ao Congresso, que teria trinta dias para examiná-las, sendo necessário para a aprovação apenas maioria simples, e não os dois terços previstos na Constituição de 1946. O Ato também suspendia a estabilidade dos servidores públicos por seis meses e o presidente passava a ter o poder de declarar estado de sítio, de suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão e de cassar mandatos dos Legislativos federal, estadual e municipal.

As propostas de Goulart deram lugar a um modelo de concentração de renda e de desnacionalização da economia. Assim, o Brasil passaria a viver o tempo do “milagre brasileiro”, (1969-1974), modelo econômico que somente poderia ser viável em condições econômicas fortalecidas, o que justificava os atos institucionais.

Era o início de um tempo que inspirou Drummond a escrever:

Este é tempo de divisas,  
tempo de gente cortada.  
De mãos viajando sem braços,  
Obscenos gestos avulsos.  
(...)  
É tempo de meio silêncio,  
De boca gelada e murmúrio,  
Palavra indireta, aviso na esquina.  
Tempo de cinco sentidos num só.  
O espião janta conosco.<sup>69</sup>

É característico do autoritarismo de Estado desestimular toda ação política, ao mesmo tempo em que mantém uma aparência de democracia, permitindo uma oposição apenas formal e mantendo-a sob seu controle. Desde os seus primeiros dias no poder, os militares passaram a controlar a vida política do país atribuindo a si mesmos poderes excepcionais, que não constavam na Constituição. Sobre o autoritarismo, Norberto Bobbio enfatiza:

Nos regimes autoritários a penetração-mobilização da sociedade é limitada: entre Estado e sociedade permanece uma linha de fronteira muito precisa. Enquanto o pluralismo partidário é suprimido de direito ou de fato, muitos grupos importantes de pressão mantêm grande parte da sua autonomia e por conseqüência o Governo desenvolve ao menos em parte uma função de árbitro a seu respeito e encontra neles um limite para o próprio poder. Também o controle da educação e dos meios de comunicação não vai além de certos limites. Muitas vezes é tolerada até a oposição, se esta não for aberta e pública. Para alcançar seus objetivos, os Governos autoritários po-

---

<sup>69</sup> ANDRADE, Carlos Drumond de. *A rosa do povo*: poema nosso tempo. Rio de Janeiro: Record, 1997. v. 2, p. 29-37.

dem recorrer apenas aos instrumentos tradicionais do poder político: exército, polícia, magistratura e burocracia.<sup>70</sup>

**Em nome da “legitimidade da revolução”, os governos militares promoveram a concentração de poderes. Gradativamente, ocorreu uma militarização do Executivo e, posteriormente, dos demais setores sociais. A respeito desse fenômeno, Alexandre A. Stephanou afirma:**

Entende-se por militarismo o domínio dos militares em relação aos civis, a intervenção direta dos militares na política, a mudança do papel original das Forças Armadas, o uso indevido das funções militares. O contrário do militarismo é o poder dos civis. A militarização de um setor ou de uma instituição é quando os valores militares são impostos ou assimilados em detrimento dos valores que anteriormente vigoravam. O complexo problema das relações entre civis e militares tem início com a profissionalização dos militares, processo que determina o fim da subordinação dos mesmos aos governantes civis. Com a profissionalização, os militares adquirem habilidades e conhecimentos técnicos e se organizam em uma instituição com normas e regulamentos próprios, o que os separa dos demais grupos e instituições sociais. (...) O estímulo para a intervenção militar se dá quando a sociedade atravessa um período de suposto processo de desintegração social, onde somente as Forças Armadas teriam condições de restabelecer a ordem e a disciplina. Os militares se consideram servidores do Estado e da Nação mais do que de um governo particular e podem identificar os valores de sua instituição com os

---

<sup>70</sup> BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Incola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: UnB, p. 100.

fins de proteção e de segurança da sociedade, inclusive pelo medo de que mudanças na ordem constituída possa prejudicá-los. A intervenção dos militares na política geralmente é interpretada como sintoma da decadência da classe política e do poder de organização da sociedade civil. As décadas de 60 e 70 foram o momento máximo do militarismo na América Latina, com a criação de diversos governos militares que transformaram-se em regimes.<sup>71</sup>

Ao longo de nossa história republicana, o aparelho militar desenvolveu uma estrutura escolar que dá conta da formação da quase totalidade dos profissionais das forças armadas. Desenvolveu também doutrinas sobre o emprego da força militar, como é de se esperar de tais instituições, definiu sobretudo posições sobre o desenvolvimento do Estado e da sociedade brasileira.

Para o historiador Eliézer Rizzo de Oliveira:

As teorias políticas geralmente pecam na explicação da capacidade militar de influenciar a vida nacional e o sistema político porque salientam com exclusividade, ora a origem social dos militares, ora a sua participação nas estruturas estatais. Não há como deixar de adotar uma abordagem que inclua estas duas perspectivas, já que a atividade militar, no contexto da história, das estruturas e das lutas sociais, corresponde a uma profissão de caráter estatal cuja natureza política é sublinhada por diversos dos principais pensadores da política. O campo da política envolve e supõe a força, a qual, como instrumento específico, caracteriza o Estado na conhecida definição

---

<sup>71</sup> STEPHANOU, Alexandre Ayub. *Censura no regime militar e militarização das artes*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001. p. 152. (Coleção História, 44).

de Max Weber: “O Estado moderno só pode definir-se em última instância a partir de um meio específico que lhe é próprio: a coação física. “Todo Estado se baseia na força”, disse um dia Trotsky (...) E isso é efetivamente assim”. Em outras palavras, como uma associação política de tipo especial, o Estado não se distingue em razão de seus fins, mas de um meio específico que é o emprego exclusivo da violência legítima.<sup>72</sup>

Para o norte-americano Edwin Lieuwen, co-autor do clássico *Militarismo e política na América Latina*, os militares possuem um sentimento de superioridade sobre os civis, seja pelo modo mais disciplinado de vida, seja pelo porte de armas. Assumir o poder político representa para essa categoria ociosa, em razão da ausência de guerras, oportunidade para promoção e possibilidade de externar o seu desprezo pela “democracia decadente”. Lieuwen detalha o comportamento dos militares no poder:

Os governos militares (...) só se puderam manter no poder com métodos tirânicos. Organizam, por isso, polícias secretas, ostensivamente com o objetivo de “impor a lei”, mas na realidade para estrangular a oposição. Embora tais métodos fosse evidentemente contrários à liberdade e à democracia, o expediente político levou os militares a colocar seu despotismo por trás de uma fachada constitucional.<sup>73</sup>

---

<sup>72</sup> OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. *De Geisel a Collor: forças armadas, transição e democracia*. Campinas: Papirus, 1994. p. 16.

<sup>73</sup> LIEUWEN, Edwin et al. *Militarismo e política na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964. p. 11, 27.

Todas as constituições brasileiras definiram o papel das Forças Armadas no contexto nacional, como mostra o quadro 1:

Quadro 1. Textos constitucionais referentes às Forças Armadas no Brasil de 1824 a 1988.

Constituição	Ano	Texto
1ª Constituição	1824	Artigo 147: "A força militar é essencialmente obediente, jamais poderá reunir-se, sem que lhe seja ordenado pela autoridade legítima".
2ª Constituição (Republicana)	1891	Artigo 14: "As Forças de terra e mar são instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da pátria no exterior e à manutenção das leis no interior. A Força Armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos e obrigada a sustentar as instituições constitucionais.
3ª Constituição	1934	Artigo 162: "As Forças Armadas são instituições nacionais permanentes e, dentro da lei, essencialmente obedientes aos seus superiores hierárquicos. Destinam-se a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a ordem e a lei".
4ª Constituição	1937	Artigo 161: "As Forças Armadas são instituições nacionais permanentes, organizadas sobre a base da disciplina hierárquica e da fiel obediência à autoridade do presidente da República.
5ª Constituição	1946	Artigos 176 e 177: "As Forças Armadas, constituídas essencialmente pelo Exército, Marinha e Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do presidente da República e dentro dos limites da lei. Destinam-se as Forças Armadas a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem".
6ª Constituição	1967	Artigo 92: "As Forças Armadas, constituídas pela Marinha de Guerra, Exército e Aeronáutica, são instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e disciplina, sob a autoridade

Constituição	Ano	Texto
		suprema do presidente da República e dentro dos limites da lei. Destinam-se as Forças Armadas a defender a Pátria e a garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem”.
7ª Constituição	1969	Artigos 90 e 91: “As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do presidente da República e dentro dos limites da lei. As Forças Armadas, essenciais à política de segurança nacional, destinam-se à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem”.
8ª Constituição	1988	Artigo 142: “As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantir dos poderes constituídos e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”.

Fonte: OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. *De Geisel a Collor: forças armadas, transição e democracia*. p. 24-25.

Na tradição constitucional brasileira percebe-se que as funções político-constitucionais do aparelho militar são extremamente abrangentes. Tem prevalecido o princípio segundo o qual as Forças Armadas, instituições nacionais permanentes (isto é, não sendo passíveis de dissolução e desaparecimento – um receio presumível dos fundadores da República), respondem pela manutenção das instituições, da lei e da ordem. Devem obediência ao presidente, isto é, ao chefe de estado, chefe de

governo e comandante supremo das Forças Armadas no regime presidencialista brasileiro, *nos limites da lei*.

O perigo é quando os militares se vêem como a reserva moral da nação, ou quando confundem os objetivos e valores específicos da instituição com os de toda a sociedade, tentando impor o particular ao todo social, como ocorreu no período pós-64.

Os militares brasileiros promotores do golpe militar abandonaram suas funções constitucionais para exercer um outro papel, que lhes era designado pela “Doutrina de Segurança Nacional” (DSN), que reivindicava e justificava a ascendência das Forças Armadas sobre outras instituições, invadindo, com diagnósticos e “soluções”, as demais áreas administrativas do Estado. Para Eliézer R. de Oliveira:

Há muito de verdadeiro nas afirmações de que a sociedade brasileira é desarticulada e que esta desarticulação tem sido responsável pelo espaço político preenchido pelas intervenções militares. Haverá outros elementos a destacar, como o frágil liberalismo institucional, o profundo autoritarismo das relações sociais, o amplo emprego da repressão em lugar do recurso à construção dos espaços de consenso político, a prevalência histórica dos interesses conservadores no Estado Nacional.<sup>74</sup>

Dessa forma, a imprensa nacional, de modo geral, saudou o golpe. Em Passo Fundo o jornal *O Nacional* limitou-se a noticiá-lo. Com relação à postura do jornal *Diário da Manhã*, foi de amplo apoio, conforme podemos deduzir pelos editoriais que vinham sendo publi-

---

<sup>74</sup> OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. *De Geisel a Collor: forças armadas, transição e democracia*. Campinas: Papirus, 1994. p. 27.

cados antes do golpe militar, uma vez que, como já relatamos neste trabalho, inexplicavelmente, todas as edições do mês de abril de 1964 desapareceram. As edições do referido jornal só voltariam a ser arquivadas a partir de 6 de maio de 1964.<sup>75</sup> No jornal *O Nacional* também desapareceram de seus arquivos, ou não foram arquivadas, as edições publicadas entre 4 e 11 de abril de 1964.

Em pouco tempo, a imprensa que havia apoiado o golpe militar passaria a sofrer com as restrições impostas pelo governo militar através de uma feroz censura. Os meios de comunicação passaram a ser controlados e transformados em instrumentos do governo para atingir os objetivos determinados pelo regime militar.

A manipulação visava à obtenção de um consenso quanto à política adotada. Por outro lado, era preciso enquadrar os meios de comunicação dentro dos objetivos nacionais; para tanto, o regime utilizou-se de um leque de medidas que obstruíam a liberdade de imprensa. Havia muitas maneiras de perseguir, intimidar, cercar e prejudicar a imprensa. Da mesma forma que se proclamava a liberdade de imprensa, desenvolviam-se auditorias cuidadosamente planejadas, boicotes de publicidade, negativas de acesso a notícias e, por vezes, duras sevícias a pessoas.

---

<sup>75</sup> A atual direção do jornal não soube explicar a razão do desaparecimento das edições citadas. Encontramos apenas quatro delas no museu Hipólito José da Costa em Porto Alegre. No Arquivo Histórico de Passo Fundo nada foi encontrado também.

## II.

# A censura

*(...) a censura obrigava a imprensa a escrever de viés.*  
(Gabriel Garcia Márquez)

### Elementos gerais sobre a censura

A censura é a mais forte arma de que os regimes autoritários têm se utilizado desde a Antigüidade para impedir a propagação de idéias que podem pôr em dúvida a organização do poder e o seu direito sobre a sociedade.

Historicamente, a censura apresenta-se como um eficaz instrumento de controle social, do qual nem os regimes democráticos costumam abrir mão. Sempre, em todos os tempos, os homens que detêm a direção de um Estado se valem da força contra os que contestam a sua legitimidade.

De acordo com Solange Silva:

Em seu sentido mais profundo, a censura há que ser entendida como proibição, impedimento, interdição. Aqui

é importante lembrar que, na gênese das características que vão definir o ser humano, está a capacidade de produzir interdições. Levi-Strauss afirma que a passagem do reino animal para o reino humano, ou seja, a passagem da natureza à cultura, se dá através da instauração da lei, sobre a qual se constrói o mundo humano, que é simbólico. Desta forma, os pontos de ruptura entre o homem e o animal, entre a cultura e a não-cultura, vão ser assinalados por uma rede de interdições que vai constituir o sistema de normas da vida social, suas instituições, seus sistemas simbólicos. Quando Júri Lotman refere-se à cultura como um “sistema de proibições e prescrições”, assim o faz acenando para o fato de que a cultura alimenta-se do interdito, para através dele ordenar e estruturar o grupo social, fornecendo as normas e regras que orientam a ação da coletividade. Mas, se por um lado homem e cultura podem ser definidos pela interdição, por outro lado é também própria da natureza do homem a transgressão. Com isso, estabelece-se uma estreita ligação entre interdição e transgressão, não no sentido de suprimir as normas e leis, mas no sentido de transgredilas, de subvertê-las, de superá-las. À medida em que fecha as fronteiras para a não-cultura, à medida em que estabelece limites entre a cultura e a natureza, a interdição acaba por traduzir-se como um desafio à auto-afirmação, à força, à capacidade, e com isso lança o homem na busca da superação dos limites. Estes dois pólos conflitantes – interdição e transgressão – devem ser considerados em uma relação simultânea de exclusão e implicação recíprocas; uma relação de adaptação e não-adaptação à norma, de aceitação e recusa da interdição.<sup>76</sup>

---

<sup>76</sup> SILVA, Solange. *O signo amordaçado* (A censura ao livro durante o regime militar), Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1994. p. 11-12. Biblioteca Central - UPF.

O controle do pensamento vigorou no mundo antigo, no greco-romano, na Idade Média, na Moderna, mas foi no século XX que alcançou seu maior rigor.

Os escritos de Pitágoras, em Atenas, foram destruídos e seu autor, acusado de duvidar da existência de Deus. Em Roma, punia-se com morte os autores de sátiras políticas. Augusto mandou destruir obras satíricas de Tito; Tibério, de Cássio; Diocleciano, dos cristãos; Constantino, convertido ao cristianismo, destruiu as pagãs, dando início à repressão cristã contra a heresia.

Foi, entretanto, depois da invenção da imprensa que se iniciou a real e verdadeira preocupação com a censura prévia e se intensificaram as medidas repressivas contra os “infratores”. O regime monárquico absolutista não podia ser posto em discussão. À medida que avançamos nos séculos, fechou-se o espaço à crítica de base. A censura, secular ou religiosa, aparece como uma tradição ibérica. Segundo Leila Mezan Algranti:

Em Portugal a censura de livros é anterior ao estabelecimento da Inquisição, mas se intensificou a partir do surgimento desse tribunal em 1540, quando os temas religiosos passaram a necessitar de aprovação do Santo Ofício para serem impressos. Em 1564, após o Concílio de Trento, publicou-se em Portugal o *Index Romano*, contendo o rol de livros proibidos pela Igreja. Doze anos depois, D. Sebastião impedia a publicação de livros que não tivessem recebido a aprovação da Mesa do Desembargo do Paço – órgão do poder régio – mesmo que tivessem recebido as licenças do Santo Ofício e do Ordinário, isto é, dos censores da Igreja. Era o início do que ficaria conhecido como sistema tripartido de censura, no qual atuavam os representantes do poder civil, do Ordinário (bispo) e do Santo Ofício, controlando a difusão

das idéias políticas e religiosas que ameaçassem a Monarquia e a Igreja católica.<sup>77</sup>

Esse modelo censório português, de censura institucionalizada e mesclada (Inquisição aliada ao Estado), sobreviveu por mais de três séculos, pois, mesmo durante o período pombalino, no século XVIII, quando a execução da censura passou a ser exclusividade do Estado, os religiosos não foram retirados das comissões censórias. Foi nesse período que a censura portuguesa foi transportada ao Brasil, efetuando-se devassas junto às sociedades literárias. Segundo Ana Luiza Martins, “as obras da Ilustração constituíam a grande ameaça que desmontava toda a estrutura colonial, traçada e presidida pelos governos absolutistas e por uma Igreja obscurantista”.<sup>78</sup>

A obra de conquista de novas terras, levada a termo pelo reino português, só foi possível pelo apoio efetivo da Igreja católica, então empenhada na obra de Contra-Reforma, financiando parte dessa conquista e tornando-se co-partícipe do empreendimento ao dividir legalmente o poder com o Estado. O Estado português era a Igreja católica, e vice-versa. A figura jurídica que sacramentou essa disposição foi aquela do direito do padroado, definindo, em finais do século XV, mais do que uma divisa dos poderes, a conjugação e a dependência de poderes entre rei e Igreja. Daí a força com que a tradição católica chegou e atuou no Brasil.

---

<sup>77</sup> ALGRANTI, Leila Mezan. Política, religião e moralidade: a censura de livros no Brasil de D. João VI (1808-1821). In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci, (Org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial do Estado / Fapesp, 2002, p. 91-92.

<sup>78</sup> MARTINS, Ana Luiza. Sob o signo da Censura. In: *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado/Fapesp, 2002. p. 163.

Sobre esse contexto, Ana Luiza Martins explica:

O Estado laico praticamente não existia como tal, mas sim presidido pelo poder religioso, cabendo a este último o controle das mentes, o cuidado com a educação – melhor diríamos, a catequese –, enfim, o subjugamento da palavra. Instituiu-se desde então uma cultura baseada na oralidade, nas palavras proferidas de púlpitos intimidadores, que se fez acompanhar de uma arquitetura religiosa monumental, igualmente classificatória e restritiva. (...) A censura colonial, presidida pela Metrópole, mas sobretudo pela Igreja católica, reforçada pelo braço censor, o Tribunal da Inquisição, existiu de fato. Independente de seu funcionamento mecânico ou não, seja pela extensão do país e pela dificuldade do controle, ela existia no ar, impregnara o cotidiano. Censura que não era só de livro – embora a materialidade destes e a sua visibilidade o fizessem alvo preferencial da repressão – mas incidia sobre práticas, usos e costumes que contrariassem aqueles prescritos pela Metrópole associada à Igreja. Nesse contexto, a história da Colônia vai-se tecendo em meio a sombras, obscurantismos, focos clandestinos, duvidades de comportamento, ocultamentos, simulações, uma tessitura histórica soturna, presidida pela culpa e pelo medo e, portanto, pela fraqueza de pensamento e de ação.<sup>79</sup>

## A censura no Brasil

A censura surgiu no Brasil, portanto, antes da própria imprensa, pois já no século XVIII a Coroa portuguesa proibiu qualquer atividade editorial ou tipográfica

---

<sup>79</sup> Ibidem, p. 159-160.

fica em território brasileiro. O primeiro jornal, *Correio Brasiliense*, foi publicado no exílio, em Londres, por Hipólito José da Costa. O governo luso, ao se transferir para o Brasil, estabeleceu a exclusividade da Imprensa Régia em 1808, trazendo para a colônia o caráter restritivo sobre as publicações e levando a imprensa brasileira a nascer sob censura.

Uma certa ruptura nessa sistemática para o mundo luso-brasileiro, ocorreu com a Revolução de 1820, que representou os primeiros ensaios de uma relativa liberdade de imprensa. Dom João VI, buscando mostrar que a monarquia portuguesa também permitia a liberdade de informação na colônia, suspendeu provisoriamente a censura prévia (decreto de 2 de março de 1821).

Em 28 de agosto de 1821, foi estabelecida oficialmente a liberdade de imprensa no Brasil, um decreto assinado pelo príncipe regente dom Pedro, com o que censores régios foram destituídos e os livros de autores da Ilustração, liberados. A prática da censura, porém, persistiu, principalmente para evitar a difusão de idéias antimonarquistas através dos jornais durante o século XIX.

Alexandre A Stephanou assinala a respeito:

Apesar do decreto de d. Pedro, os jornais republicanos seguiram sendo editados fora do Brasil e circulando clandestinamente, e diversos “homens de imprensa”, por combater a coroa portuguesa, defender o regime republicano ou assumir uma postura liberal, foram assassinados (João Soares Lisboa, editor do “Correio do Rio de Janeiro”, morto em uma emboscada, em 1824; Frei Caneca, colaborador do “Tíffis Pernambucano”, fuzilado na repressão à Confederação do Equador, em 1825; Libero Badaró, responsável pelo “Observador Constitu-

cional” e o “Farol Paulistano”, baleado em 1830; Evaristo da Veiga, diretor da “Aurora Fluminense”, também baleado, em 1832), presos (Cipriano José de Barata, Menezes de Drummond, Borges da Fonseca) ou exilados (Joaquim Ledo, Januário Barbosa). É necessário ressaltar que a principal função do jornalismo no período era política, quem escrevia era um militante, que buscava influenciar, participar ou derrubar o poder estabelecido.<sup>80</sup>

No Brasil, é possível constatar uma verdadeira tradição censória, uma vez que integrou o projeto político de diversos governos brasileiros, iniciando-se no período monárquico e ampliando-se no republicano, especialmente durante o Estado Novo.

No período republicano, podemos apontar três períodos em que a censura oficial foi mais marcante e atuante:

- na Primeira República (1889/1930), com o objetivo principal de evitar um contragolpe monárquico, revoltas regionais e movimentos comunistas;
- no Estado Novo (1937/1945), com o objetivo principal de combater as doutrinas “exóticas” (comunismo, socialismo, anarquismo e fascismo);
- o regime militar (1964/1978), com o objetivo de ocultar as arbitrariedades e garantir a continuidade do regime vigente.

Na verdade, o passado colonial que sobreviveu no Império seria superado se a instauração da República ressignificasse a história na perspectiva do aprofunda-

---

<sup>80</sup> STEPHANOU, Alexandre Ayub. *Censura no regime militar e militarização das artes*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001. p. 23.

mento das relações liberais. Entretanto, as práticas sociais anteriores à República não foram capazes de criar as precondições dessa ressignificação. Na Europa burguesa e revolucionária, os direitos afirmavam-se pela distinção entre o público e o privado, como bem assinalou Marx, ao passo que no Brasil, os direitos eram subsumidos na posse da propriedade, que subverte a relação do público com o privado, produzindo a administração do bem comum como um bem familiar. Poderia a cidadania afirmar-se numa sociedade com características patrimoniais?

Sobre essa questão Paulo Meksenas assinala:

Não basta perceber que os escravos e os pobres, de modo geral, não possuíam o *status* de cidadão. O mesmo pode ser observado em relação às elites brasileiras, a quem faltava o significado da cidadania no sentido mais elementar e liberal: “as ordenações jurídico-formais devem estar acima da vida privada”. O exercício dos “direitos” na vida municipal – a sociedade civil – se concentrava nas mãos das famílias proprietárias, que utilizavam a justiça municipal como um mecanismo do poder pessoal. (...) Os direitos, que sob os séculos XVI e XVII vão lentamente se constituindo na Europa sob o signo das liberdades civis, no Brasil se caracterizam como uma “questão de sangue” e traduziam a origem familiar do indivíduo. Assim, as populações pobres recorriam mais à proteção dos proprietários locais e menos à organização política das suas reivindicações.<sup>81</sup>

**As revoltas, manifestações cívicas ou ações coletivas sempre foram duramente reprimidas e aparecem**

---

<sup>81</sup> MEKSENAS, Paulo. *Cidadania, poder e comunicação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 57.

mais em nome do patriotismo de sentimento local do que na perspectiva da sociabilidade pautada por direitos. As elites, igualmente, aspiravam mais a uma República cujos valores fossem similares àqueles presentes no Império do que a uma República capaz de engendrar a ruptura. Assim, quando o movimento de 1889 se instaurou, traduziu uma modernidade que ocorria nas fronteiras da tradição. Esta é a característica da história brasileira: os acontecimentos de ruptura parecem sempre inacabados, incompletos. Ações populares que em outras sociedades do mundo ocidental obtiveram resultados sociais e políticos significativos, no Brasil penosa e parcialmente se consolidam. Essa peculiaridade da história brasileira levou José de Souza Martins a forjar o termo “história lenta”, asseverando:

(...) na sociedade brasileira, a modernidade se dá no marco da tradição; o progresso ocorre no marco da ordem. Portanto, as transformações sociais e políticas são lentas, não se baseiam em acentuadas e súbitas rupturas sociais, culturais, econômicas e institucionais. O novo surge sempre como um desdobramento do velho: foi o próprio rei de Portugal, em nome da nobreza, que suspendeu o medieval regime de sesmarias na distribuição de terras; foi o príncipe herdeiro da Coroa portuguesa que proclamou a Independência do Brasil; foram os senhores de escravos que aboliram a escravidão; foram os fazendeiros que em grande parte se tornaram comerciantes e industriais ou forneceram capitais para esse desdobramento histórico da riqueza do País. Nessa dinâmica é que pode ser encontrada a explicação para o fato de que são os setores modernos e de ponta, na economia e na sociedade, que recriam ou mesmo, criam, relações sociais arcaicas ou atrasadas, como a peonagem, a escravi-

dão por dívida, nos anos recentes. Trata-se portanto, de uma sociedade estruturalmente peculiar, cuja dinâmica não se explica por processos políticos e históricos dos modelos clássicos.<sup>82</sup>

Nesse contexto, a censura funciona como um elemento fundamental para evitar rupturas bruscas; é uma estratégia do poder de Estado. Esse controle aparece em nossa história como uma constante, reincidindo em momentos de crise política aguda ou mesmo em circunstâncias inesperadas e, subliminarmente, insuflado por indivíduos, grupos, classes sociais e, sobretudo, pelo poder constituído.

Assim, a Primeira República, “recheada” de estados de sítio, foi marcada por uma censura truculenta e sem critério. Os governos dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, amparados pela legislação existente, fecharam vários jornais em todo o país. O controle da palavra impressa, contudo, não se limitou ao texto da lei. A repressão do período investiu firme, batendo de frente com formadores de opinião e órgãos de imprensa. A historiografia da primeira hora da República elenca uma série de transgressões violentas ao regime, traduzida por inúmeras prisões de jornalistas.<sup>83</sup>

---

<sup>82</sup> MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 30.

<sup>83</sup> Foram presos: Saturnino Cardoso, redator da *Democracia*; Pedro Tavares, redator da *República*, de Campos Rio de Janeiro; Carlos von Koseritz, redator da *Reforma*, de Porto Alegre; David Job e Ernesto Gerngross, redatores do *Mercantil*, do Rio Grande do Sul; Hasslocher, redator da *Folha da Tarde*, de Porto Alegre, que teve seu periódico suprimido, assim como o foi também *O Globo*, do Maranhão. E mais: *O Tribuna* e *A Lanceta*, de Pernambuco, tiveram as edições confiscadas; a *Orbe*, de Maceió, e *O Século*, tipografias destruídas; *Diário do Comércio* e *Correio do Povo*, do Rio de Janeiro, redatores advertidos. CARNEIRO, Maria Luíza Tucci. (Org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado; Fapesp, 2002. p. 175.

Após a Revolução de 1930, a censura continuou. Em 1931 surgiu o Departamento Oficial de Publicidade. Na verdade, o novo regime já esboçava um projeto para a imprensa. Naquele ano, Getúlio Vargas afirmava, no discurso pronunciado na Associação Brasileira de Imprensa, a função do jornal de “acompanhar as vicissitudes da nação sem desesperança e vibrar de patriótico entusiasmo nas ocasiões de triunfo”; ressaltava o papel da imprensa na luta contra a injustiça; condenava a imprensa mercenária, paga para agredir ou elogiar, e pedia colaboração na obra de reconstrução iniciada com a Revolução de 1930, no sentido de fiscalização e auxílio, negando boatos e críticas negativas. Para ele, o jornalismo estava no plano do ideal de liberdade, a serviço de uma grande causa.

Em dezembro de 1933, o *Diário da Assembléia Nacional* publicava regras de controle para os meios de comunicação e impressos em geral, por meio das quais vetava críticas ao governo em “termos acrimoniosos”, expressões pejorativas, dirigidas aos mandatários e notícias que prejudicassem a ordem pública.

Em 1934, foi criado no Ministério da Justiça o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural. A Constituição de 1934 proibiu, no seu artigo 113, a propaganda de guerra e qualquer forma de incentivo à subversão da ordem social ou política. Garantia, entretanto, a liberdade de manifestação do pensamento independente de censura, exceto dos espetáculos e diversões públicas, que responderiam pelos abusos nos casos e pela forma determinada por lei. Proibia o anonimato, mas garantia o direito de resposta.

A Carta de 34 já indicava um caminho em direção à restrição da liberdade de imprensa: o poder público surgiu com prerrogativas claras de controle sobre pu-

blições; a censura, negada inicialmente, despontou na proibição prévia de “processos violentos”. O significado indefinido desse conceito permitia interpretações diversas, inclusive quanto à avaliação da subversão da ordem política ou social, e foram igualmente passíveis de censura os espetáculos e diversões públicas.

Após a Intentona Comunista de 1935, a censura sofreu um processo de dilatação, que aumentou progressivamente, até ser institucionalizada na Constituição de 1937. Segundo a historiadora Silvana Goulart:

A Constituição de 1937 deu à imprensa um tratamento de entidade autônoma, legislando sobre sua atuação no artigo 122, da seção de direitos e garantias individuais: “O cidadão é livre para manifestar seu pensamento oralmente, por escrito, impresso ou por imagens, mediante condições e limites legais.” Entretanto, a Carta instituiu a censura prévia, não só para a imprensa, mas para o teatro, o cinema e o rádio, prevendo a intervenção de autoridade competente para proibir a circulação, difusão ou representação do material censurado. A medida visava “garantir a paz, a ordem, a segurança pública, assim como proteger a infância e a juventude no que concerne a manifestações contrárias à moralidade pública e aos bons costumes”. Foram previstas, mas não explicitadas, “providências que se destinavam à proteção do interesse público, do bem-estar do povo e segurança do Estado.”<sup>84</sup>

A partir de 1937, a relação do governo com a imprensa sofreu, portanto, uma grande mudança. Vargas prometeu amparar a “irmandade jornalística”, chamando sua atenção para a gravidade do momento. Alerta-

---

<sup>84</sup> GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial*. São Paulo: Marco Zero, 1990. p. 46.

va quanto ao perigo da desconfiança e da dúvida e afirmava que não poderia haver diferenças dividindo a nação.

Anne-Marie Smith esclarece:

Com o golpe de Vargas em novembro de 1937 e o estabelecimento do Estado Novo fascistóide, a liberdade de imprensa no Brasil entrou num de seus períodos mais tenebrosos. Aliás, o conjunto das liberdades cívicas e políticas entrou em seu período mais negro. Na ditadura, a tortura pela polícia tornou-se rotina, a polícia secreta era muito ativa, os direitos civis (inclusive a liberdade de associação) foram gravemente violados, e os presumidos opositores do regime corriam o risco de prisão, perseguições e exílio.<sup>85</sup>

A censura institucionalizada pela Carta de 1937 materializou-se com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), diretamente subordinado ao presidente da República, que escolhia seus principais dirigentes. O DIP exerceu funções de controle censor no cinema, rádio, teatro, imprensa, “literatura social e política”; proibiu a entrada no país de “publicações nocivas aos interesses brasileiros”; agiu junto à imprensa estrangeira no sentido de evitar que fossem divulgadas “informações nocivas ao crédito e à cultura do país”; dirigiu a transmissão diária do programa radiofônico “*Hora do Brasil*”, que iria atravessar os anos como instrumento de propaganda e divulgação das obras do governo.

Silvana Goulart relata:

---

<sup>85</sup> SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Tradução Waldívnia M. Portinho. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 24.

O Estado Novo ampliou sua capacidade de intervenção nas esferas cultural e ideológica. (...) O DIP também foi fruto dessa ampliação do Estado. Para atingir seus fins, ele controlou, coibiu e centralizou os meios de comunicação de massa. Dessa forma esses meios passaram indiretamente à tutela do Estado e foram obrigados a veicular um discurso emanado do interior do próprio aparelho estatal. Através do DIP - agência governamental - o Estado veiculava seu projeto político-ideológico, procurando firmá-lo como socialmente dominante. O reconhecimento desse discurso pela sociedade deveria traduzir a legitimidade que ela outorgava ao Estado. O DIP organizou seu modelo de divulgação e propaganda em níveis diferentes: atuou no sentido de popularizar o regime para amplas camadas da população veiculando as propostas e realizações do governo, os atos do chefe de Estado e dos demais componentes da hierarquia estatal. Nesse projeto, a imprensa e o rádio foram os meios mais utilizados devido a sua grande penetração e alcance público.<sup>86</sup>

O DIP regulava as relações entre Estado e sociedade, selecionando e construindo fatos e imagens. A preocupação principal era com a propagação do anarquismo, do socialismo e, sobretudo, do comunismo no Brasil. A repressão a essas doutrinas se dava por meio da proibição e apreensão de obras *subversivas*, da queima de livros, dos inquéritos policiais para os responsáveis pelas obras, do fechamento de bibliotecas, livrarias e gráficas, da infiltração de espões em encontros culturais nas assembleias de trabalhadores. Em nome da “vigilância da cultura e da moral”, foram proibidas obras de Vítor Hugo, Dostoiévsky, Maxim Gorki, Voltaire, Jorge

---

<sup>86</sup> GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial*. São Paulo: Marco Zero, 1990. p. 19.

Amado, Monteiro Lobato, Gilberto Freire, Graciliano Ramos, Tolstoi, Lênin, Trostki e, é claro, Marx.

A historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro destaca:

A Revolução de 30 instituiu ainda, desde os seus primeiros dias, a figura do “censor postal”, responsável pelo controle de correspondência e de envio de livros pelo correio, evitando a entrada de propaganda doutrinária impressa no Brasil. Outro tipo de norma censória estabelecida, já no Estado Novo, e que pode ser considerada inusitada, é a que proibia as obras exclusivamente pela língua em que fora escrita. A partir de 1938, de “acordo com a orientação oficial, livros, jornais e bíblias mantidos nas residências, associações comerciais, escolas e clubes deveriam estar em português”. A posse de um impresso em qualquer língua estrangeira, independente do conteúdo, “poderia se prestar como prova do crime, vindo a comprometer ideologicamente o seu proprietário.”<sup>87</sup>

A censura do DIP, embora incorporasse outros elementos, foi essencialmente política e representou uma das faces da tentativa de exercer uma política de comunicação social englobada num projeto de hegemonia cultural e dominação política. Assim, foi de encontro à liberdade de expressão dos diversos segmentos sociais dominantes e de seus intelectuais, os únicos grupos que naquele momento detinham os meios de comunicação de massa mais expressivos, além do próprio aparelho estatal.

---

<sup>87</sup> CARNEIRO, Maria Lucia Tucci. *Livros Proibidos, idéias malditas: o Deops e as minorias silenciadas*. São Paulo: Estação Liberdade, 1997. p. 46-47.

Na falta de uma estrutura que centralizasse o debate político, como um parlamento, os meios de comunicação tendiam a atuar como instrumentos de pressão. Com a deposição de Vargas em 1945, a redemocratização produziu novas fachadas, mas não deixaram de existir órgãos que, em última instância, eram encarregados de manter o consenso e a coesão em torno da ordem instituída.

A historiadora Silvana Goulart registra:

O que findou com o término do Estado Novo, tornando-se obsoleto e envelhecido, foi um determinado tipo de discurso calcado em palavras de ordem de conteúdo autoritário e conservador. Entretanto, cuidou-se para que fossem preservados os meios de controle da opinião pública, assim como permaneceu a necessidade de uma comunicação social direcionada: era preciso preservar certos valores que, muitas vezes, apesar de roupa nova, afirmavam posições semelhantes às anteriores.<sup>88</sup>

Portanto, embora houvesse uma mudança de regime, em razão da nova Constituição, promulgada em 1946, seguida de eleições, muitas características corporativistas do Estado Novo permaneceram intactas. O DIP foi desmantelado, porém grande parte da antiga Lei de Imprensa foi mantida, inclusive a proibição de publicar qualquer coisa que ameaçasse a ordem política e social. Dessa forma, a Lei de Imprensa continuou sujeita a interpretações e muita coisa dependia de quem estivesse no poder; os jornais continuaram a ser confiscados e suspensos vez por outra.

---

<sup>88</sup> GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial*. São Paulo: Marco Zero, 1990. p. 165.

Quando Vargas foi eleito presidente em 1951, a grande imprensa mostrou-se, em geral, hostil a ele. Então, como reação, Vargas ajudou Samuel Wainer a abrir *Última Hora*, cadeia de jornais favoráveis ao seu governo com filiais em todo o país, o que ocorreu na forma de um empréstimo aprovado pelo Banco do Brasil. Embora o empréstimo tenha sido pago, tornou-se simbólico da venalidade na administração de Vargas e ilustrativo da relação ambivalente entre imprensa e Estado naquele período – a dependência financeira do Estado por parte da imprensa e, ao mesmo tempo, o facciosismo político desta.

Toda a grande imprensa parece ter dependido em larga medida de empréstimos do governo, como, aliás, muitos outros negócios. Isso, porém, não a tornava necessariamente subserviente ao Executivo. Nesse caso, a imprensa conservou sua aliança com facções opostas a Vargas e contribuiu substancialmente para a queda do presidente.<sup>89</sup>

Embora as relações de Vargas com a imprensa fossem as mais turbulentas do período 1946-1964, outros presidentes também entraram em choque com ela. Juscelino Kubitschek fez confiscar a *Tribuna da Imprensa* em 1956 e revogou a concessão de um canal de televisão ao *Jornal do Brasil* depois que este publicou uma fotografia dele em situação constrangedora.<sup>90</sup>

O historiador Alexandre A. Stephanou salienta que “a censura é um fenômeno universal e atemporal, não

<sup>89</sup> Durante a década de 1950, as publicações de maior aceitação eram *O Jornal*, *Diário Carioca*, *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Última Hora*, *Tribuna da Imprensa* (no Rio de Janeiro); *Diário da Noite*, *O Estado de São Paulo*, *Folha da Tarde* (São Paulo); *O Povo* (Ceará); *Correio do Povo* (Rio Grande do Sul) e as revistas *O Cruzeiro* e *Manchete* (de circulação nacional). (Nosso Século - 1945-1960 - (Segunda Parte), *Abril Cultural*, v. 8., 1985. p. 127).

<sup>90</sup> Na fotografia parece que Kubitschek está suplicando para o secretário de Estado dos EUA, John Foster Dulles, que está sentado com sua carteira de dinheiro aberta.

se esgota em um determinado período, integrando uma ampla temporalidade”.<sup>91</sup> A imprensa não foi mais sacrossanta em nenhum momento desse período de populismo eleitoral do que fora durante a ditadura às claras do Estado Novo. Sempre que havia uma controvérsia ou crise política importante, a imprensa envolvia-se como agente ou títere, a que o Estado respondia com a aplicação da censura. Esse contexto estaria presente de forma marcante a partir do golpe militar de 1964.

## A censura no período militar

A censura tornou-se mais evidente e concreta no Brasil durante o regime militar, por ter sido institucionalizada, sistematizada, materializada, explicitada e por tratar-se de um regime político autoritário.

Mesmo não sendo uma novidade no Brasil, naquele momento a censura de Estado foi guindada à condição fundamental para a manutenção do regime, tendo lugar de destaque na rede de controle social instituída pelo Estado militarizado. Para a historiadora Anne-Marie Smith, no exame das relações entre imprensa e Estado e da censura sob o regime militar, quatro questões são de particular relevância:

A transformação do sistema jurídico formal e o exercício efetivo da repressão, sem levar em conta sutilezas jurídicas, são duas delas. Constituíram o contexto no qual se exerceu e vivenciou a censura. O controle da imprensa conduzido no Brasil durante o regime militar possuía componentes tanto quase-legais quanto diretamente coer-

---

<sup>91</sup> STEPHANOU, Alexandre Ayub. *Censura no regime militar e militarização das artes*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001. p. 25.

citivos. Eram essas duas faces apresentadas à imprensa: uma oficiosa, a das restrições específicas e codificadas, e outra de fato, a da repressão direta. Todavia, elas não eram completamente diferentes, mas antes partes de um *continuum*, pois os procedimentos formais muitas vezes não eram de fato legais e a repressão extralegal era exercida abertamente por “autoridades constituídas”. Duas outras questões relevantes são as divisões internas do regime e sua busca de legitimidade, que configuraram as escolhas feitas e as opções exercidas pelo regime em cada situação. As divisões internas do regime a busca de legitimidade poderiam enfraquecer a posição da imprensa, por exemplo, quando os jornalistas eram usados como peças no tabuleiro das lutas entre as facções militares. Tais aspectos também podiam beneficiar a imprensa quando o Estado deixava de tomar medidas contra a imprensa se essas ações prejudicassem uma alegação de legitimidade política. As divisões internas e a busca de legitimidade ajudam a explicar certos aspectos peculiares da própria censura, como seu sigilo, sua aplicação desigual e seu modo de aplicação.<sup>92</sup>

O Departamento de Polícia Federal foi o órgão encarregado pelo governo militar de exercer a censura em todo o território nacional. A atuação do órgão censor, no entanto, obedecia a legislações diferenciadas no que se referia às artes e espetáculos e às comunicações sociais impressas. Sobre as comunicações impressas, a Constituição de 1967 rezava:

Art. 150. Parágrafo 8 – É livre a manifestação do pensamento, de convicção política ou filosófica e a prestação

---

<sup>92</sup> SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Tradução Waldívnia M. Portinho. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 35-36.

de informação sem sujeição à censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros, jornais e periódicos independe de autoridade. Não será, porém, tolerada a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de raça ou de classe<sup>93</sup>.

Assim, a Constituição de 1967 fazia restrições à comunicação social de forma gráfica, quando esta dizia respeito a assuntos considerados de segurança nacional (propaganda de guerra, subversão da ordem, preconceito de raça ou classe). No entanto, a emenda constitucional nº 1, de 17 de outubro do mesmo ano, estendeu a restrição constitucional à defesa de convicções morais e religiosas. Para o historiador Alexandre A. Stephanou:

A existência de censura oficial pressupõe que a livre circulação de idéias pode abalar a credibilidade do governo, a harmonia social e a ordem moral. Cabe às autoridades, conforme essa visão, proteger e estabelecer a ética, o padrão moral e o gosto, através do controle social, com a justificativa de evitar possíveis danos à sociedade. A ação censória seria uma espécie de peneira, pela qual a produção cultural é filtrada, o “bárbaro” é excluído e a unidade do discurso oficial – supostamente ameaçada – protegida. Neste discurso, a favor da censura, ela é vista como um mecanismo de defesa da sociedade, um direito inerente ou mesmo uma incumbência do Estado, que deve preservar toda a sociedade constituída e proibir os escritos prejudiciais à tranqüilidade e à prosperidade pú-

---

<sup>93</sup> CUNHA, Alexandre Sanches. *Todas as constituições brasileiras*. Campinas: Bookseller, 2001. p. 347.

blica, cumprindo sua função de impor as leis, de velar pela ordem e pela moralidade.<sup>94</sup>

A censura, conforme o texto de Stephanou, aparece como elemento capaz de induzir os membros da sociedade a obedecerem às normas vigentes, de desestimular os comportamentos contrários, de estabelecer condições de conformação. O que é considerado nocivo ou de má qualidade deve ser destruído; as forças desagregadoras devem ser excluídas.

O governo militar criou o chamado “Manual do Censor”, contendo oito itens relacionados às comunicações sociais, que deveriam ser censuradas por apresentarem mensagens cujos conteúdos atentavam contra a segurança nacional. O primeiro item, por exemplo, tratava dos conteúdos que:

representem incitamento contra o regime vigente, ou seja, sirva de veículo para pregação doutrinária contra o regime adotado no país; apregoe o emprego da força para consecução individual ou coletiva, de objetivos sociais; incentive a adoção de guerrilhas ou guerras civis, como meio de assunção ao poder; insuffle movimento de greve ilegal, com vistas na paralisação de setor vital para a economia nacional ou para a segurança do Estado; provoque convulsão social, instigada por agitadores infiltrados em determinada coletividade, como no meio estudantil; sugira sabotagem a serviços relevantes para a tranqüilidade pública, como aos meios de comunicação, de distribuição de combustíveis, de gêneros de primeira necessidade, de energia elétrica etc.<sup>95</sup>

---

<sup>94</sup> STEPHANOU, Alexandre Ayub. *Censura no regime militar e militarização das artes*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001. p. 28.

<sup>95</sup> GAZZOTI, Juliana. *Veja e os governos militares*. (1968/1985). Dissertação (Mestrado), Universidade de São Carlos, São Carlos, 2001. p. 19.

Fica claro que a preocupação do governo militar era manter o seu *status*, o seu reconhecimento, enquanto representação legítima da realidade social e coletiva, através da preservação do modelo das relações político-sociais (regime). Assim, procurava proteger e manter estáveis os elementos que lhe davam sustentação: a economia e a sociedade.

No “Manual” também figuravam orientações visando proteger os símbolos e signos por meio dos quais o Estado se realiza (heróis nacionais, comemorações cívicas, tradições históricas etc.). Assim, proibia a divulgação de tudo que

ofenda à dignidade e ao interesse nacional, isto é, ridicularize a imagem da autoridade constituída, de heróis nacionais; deturpe fatos históricos, procurando empanar os feitos louváveis de vultos do passado pátrio; tente levar ao descrédito a política e as diretrizes dos governantes do Estado; trate com desrespeito as comemorações cívicas e datas nacionais; divulgue doutrina política alienígena, incompatível com as tradições históricas e políticas da nacionalidade; divulgue informações de instalações ou disponibilidades militares etc.<sup>96</sup>

Um exemplo dessa preocupação em preservar e prestigiar os eventos cívicos promovidos pelo regime militar e, ao mesmo tempo, manifestar o poder de coerção sobre a sociedade civil está na solicitação que, em março de 1966, o comandante do 2º Batalhão Policial de Passo Fundo, tenente-coronel Iriovaldo M. de Vargas, fez à presidência da Câmara Municipal de Vereas-

---

<sup>96</sup> GAZZOTI, Juliana. *Veja e os governos militares*. (1968/1985). Dissertação (Mestrado), Universidade de São Carlos, São Carlos, 2001. p. 20.

dores no sentido de saber quais tinham sido os vereadores que não haviam comparecido à sessão solene comemorativa ao segundo aniversário do golpe militar de 1964.

Pelo ofício 250 – Reservado, expedido em 1º de abril de 1966, o presidente da Câmara, coronel Octacílio Moura Escobar, assim manifestou-se:

Senhor Comandante,

Atendendo solicitação, feita pelo Ajudante do Batalhão telefonicamente, por vossa determinação, informo-lhe que deixaram de comparecer à Sessão Solene, realizada ontem, em comemoração ao II Aniversário da Revolução Democrática Brasileira, os seguintes vereadores: Do ex-PTB: Ernesto Scortegagna, A. A. Meirelles Duarte, Odilon Soares de Lima, Wilson Corrêa Garay, Laury de Jesus Froes, Pedro Walter Mader, Pedro Monteiro da Costa. Do ex-MTR – Hilário Anacleto Rebechi.

Sem outro particular, aproveito para apresentar os protestos de estima e consideração. Cordialmente.

Cel. Octacílio de Moura Escobar - Presidente.<sup>97</sup>

Fica claro nesse episódio que a simples ausência à sessão que homenageara a “Revolução Democrática” era um indício da existência de inimigos do regime, os quais deveriam ser devidamente controlados.

O principal ideólogo do regime, o general Golbery do Couto e Silva, argumentava que o “país vivia um momento decisivo, os valores estavam correndo riscos e a insegurança era um realidade. Era preciso sacrificar o bem-estar em troca da segurança, a liberdade pesso-

---

<sup>97</sup> PASSO FUNDO, Câmara Municipal de Vereadores. Setor de Protocolos.

al em troca de um Estado forte. Para ele o movimento de 64 é como um condomínio, quem não aceitar o regulamento será despejado”.<sup>98</sup> Essa postura fazia parte da Doutrina de Segurança Nacional, gerada a partir da década de 1950 no âmbito da Escola Superior de Guerra. Sobre a DSN o historiador Carlos Fico destaca:

A “doutrina” supunha que o Brasil integrava-se ao contexto internacional da Guerra Fria considerando (a) a sua grande população e extensão territorial; (b) seu posicionamento geopolítico, que lhe conferia importância estratégica no âmbito das relações políticas internacionais e (c) sua vulnerabilidade ao comunismo, à luz de supostas fragilidades internas (população “despreparada” e políticos “corruptíveis”). Desse diagnóstico, decorria que (a) o Brasil tinha condições de se tornar uma das grandes potências mundiais e (b) era necessário precaver-se contra a “ameaça comunista”. Em consequência, a ESG elaborou caminhos brasileiros possíveis para (a) hipótese de guerra entre os países capitalistas e comunistas; (b) mecanismos internos de combate ao comunismo e (c) um desenvolvimento econômico que reforçasse o destino brasileiro de “grande potência”, isto é, de país superiormente desenvolvido do ponto de vista industrial e, também, estratégico quanto à interlocução política internacional.<sup>99</sup>

**Para os militares, a invasão comunista e a conseqüente presença do inimigo interno davam-se principalmente nas universidades, nos sindicatos, nos meios de**

---

<sup>98</sup> O general Golbery do Couto e Silva foi um dos principais teóricos da Doutrina de Segurança Nacional e da geopolítica; idealizou e foi o primeiro diretor do SNI, ajudou a traçar a política dos militares no poder, sendo considerado a *eminência parda* do regime.

<sup>99</sup> FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 41-42.

comunicação e na igreja. Toda a população do país tornava-se suspeita, pois, potencialmente, qualquer cidadão poderia vir a ser um *inimigo interno*. Logo, a sociedade civil deveria ser controlada e os inimigos internos, eliminados.

O conceito de guerra foi ampliado, o que colaborou para a militarização do Estado; agora é guerra invisível e permanente, que assume diversas formas, podendo ser secreta, não declarada. Para combater o *inimigo interno* era necessário uma forte segurança interna, materializada na montagem de uma complexa aparelhagem repressiva, que se estendia a toda a população, e um sistema militar de informação.

Sobre essas questões o historiador Carlos Fico relata:

(...) na verdade, a montagem de um “setor especificamente repressivo”, paralelamente à constituição do sistema de informações, era um projeto que, apoiado em outros instrumentos (como a censura e a propaganda política), pretendia eliminar ou ocultar do país tudo o que constituísse divergência em relação à diretriz geral da “segurança nacional”. (...) Somente no final da década de 60, com o acirramento das atividades de oposição, o governo militar encontrou boas justificativas para estruturar, de maneira rigorosa, as atividades típicas de regimes ditatoriais, criando organismos próprios e treinando pessoal especializado no campo da censura da imprensa e das atividades artístico-culturais, elaboração de propaganda política e da repressão, através de uma polícia política. (...) tratava-se de uma necessidade de informações que ultrapassava a indispensável alimentação do sistema de tomada de decisões presidenciais e atingia a auscultação da esfera particular da vida dos cidadãos. Afinal, a

noção de “guerra revolucionária” ou “guerra interna” pressupunha que alguns brasileiros fossem “inimigos de guerra” do regime: ora, contra o inimigo, todas as armas deveriam ser utilizadas, inclusive as de efeito moral ou psicológico.<sup>100</sup>

A concepção doutrinária que se erigiu em ideologia oficial das Forças Armadas após 1964, voltada para a caça ao inimigo interno, impôs remodelações profundas na estrutura do sistema de segurança do Estado. Uma delas foi a hipertrofia, o gigantismo, a contínua proliferação de órgãos e regulamentos de segurança; outra foi a atribuição de enorme autonomia aos organismos criados.

O aparelho repressor compreendia numerosas organizações cujas funções principais incluíam a vigilância, detenção, interrogatório e ação antiterrorista. Havia muitas atribuições e canais de comando sobrepostos; alguns órgãos aparentemente destinados apenas à vigilância também assumiam ações diretas; outros que se encontravam tecnicamente sob o comando da polícia, na verdade, eram controlados pelos militares.

A historiadora Anne-Marie Smith identifica essa gigantesca estrutura repressora:

O Serviço Nacional de Informações (SNI) possuía dependências em todos os ministérios, empresas estatais e universidades. Cada setor das Forças Armadas também tinha sua ala de vigilância – CIEEx para o Exército, Cenimar para a Marinha e Cisa para a Aeronáutica. Havia também uma rede de unidades de combate à subversão

---

<sup>100</sup> FICO, *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política, p. 63-76.

e órgãos de combate à guerrilha dotados de complexas estruturas de comando, financiamento e operações. (...) Cada região militar também contava com um Destacamento de Operações de Informações (DOI). Os recursos do DOI provinham de várias fontes oficiais ou não. Os agentes do DOI não usavam uniforme.<sup>101</sup>

Os DOIs foram os mais importantes órgãos de repressão política. Também foram os responsáveis pelo maior número de violações de direitos humanos, como revela o profundo estudo do projeto “Brasil: Nunca Mais”.<sup>102</sup>

O aparelho repressor também abrangia as numerosas forças policiais do país (militar, federal, estadual e municipal), bem como órgãos de segurança pública e ordem pública. Nos municípios como Passo Fundo cabia às unidades do Exército, através de seus comandantes, exercer a repressão contra “o inimigo interno”, como veremos.

No Rio Grande do Sul, segundo revela Carlos Fico, havia uma estrutura peculiar na área de segurança:

Foi criada a Divisão Central de Informações (DCI), subordinada formalmente à Secretaria de Segurança Pública, ao contrário da OBAN, que era subordinada ao comando do III Exército. Na prática, contudo, o comandante militar da área detinha o controle da DCI de Porto Alegre. A DCI fazia análise e gerava informações. Os interrogatórios e as ações de combate eram executadas

---

<sup>101</sup> SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Tradução Waldívia M. Portinho. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 39-40.

<sup>102</sup> ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *BRASIL: nunca mais*. 2. ed. Prefácio de Dom Evaristo Arns. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985. p. 69.

pelo Departamento de Ordem Política (DOPS). (...) A estrutura peculiar do Rio Grande do Sul seria mantida por algum tempo, mesmo depois de o modelo da OBAN ter servido à implantação de um sistema nacional. Assim, surgiam, “espontaneamente”, formas mais aprimoradas de combate à guerrilha urbana, com opções de centralização nas secretarias de segurança (DCI) ou nas próprias Forças Armadas (OBAN), ou com maiores ou menos distinções entre informações e segurança.<sup>103</sup>

No final da década de 1960 era voz corrente entre os oficiais superiores que a “Revolução” não estava conseguindo concretizar seus objetivos. Oficiais mais exaltados estavam frustrados com os resultados obtidos no “combate ao comunismo e à corrupção”, especialmente em função da morosidade e das limitações da Justiça.

Surgiu, então, o “Sistema de Segurança Interna do País” (Sissegin). Os crimes políticos passaram a ter um foro especial, sendo julgados pelos tribunais militares, e certas garantias individuais foram suspensas, como, por exemplo, o *habeas-corpus*, algo que se tornaria permanente com o AI-5. Os tribunais deveriam estar afinados com os princípios da Doutrina de Segurança Nacional.

Os sucessivos atos institucionais e a restante legislação repressiva imprimiram uma grande deformação na Justiça brasileira. Aconteceram alterações significativas no processo judicial quanto à competência de julgamento dos “crimes contra a segurança nacional”, ao direito de *habeas-corpus*, ao agravamento das penas etc. Integrantes da linha dura, mesmo assim, reclamavam da necessidade de comunicar prisões ao auditor militar.

---

<sup>103</sup> FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 118-119.

Formalmente, a abertura de um inquérito (ou a inclusão da vítima num preexistente) deveria se dar tão logo alguém fosse preso, e a vítima podia ficar presa por até 45 dias, 15 dos quais incomunicável.

Sem direito a *habeas-corpus*, sem comunicação de prisão, sem prazo para a conclusão do inquérito, o preso ficava absolutamente indefeso perante os órgãos de segurança, desde o dia em que fora seqüestrado até quando passasse à Justiça Militar.<sup>104</sup>

Para Carlos Fico, as motivações que culminaram na montagem do sistema de segurança foram as seguintes:

Em primeiro lugar, a existência de um “projeto de maior alcance que se impunha atemporalmente e que acreditava que, via controle policial e militar, a sociedade poderia ser moldada de uma forma estática e desideologizada”. Em segundo lugar, a generalizada insatisfação da linha dura com o aparelho repressor existente, com a lentidão e limitações da justiça e, em decorrência, com a impressão de “fragilidade” que o regime militar pudesse estar transmitindo.<sup>105</sup>

O Sissegin foi instituído por diretrizes sigilosas preparadas pelo Conselho de Segurança Nacional e aprovadas pelo presidente da República. A ditadura adotou posturas de efeito cômico. Uma delas foi a criação dos chamados “decretos-secretos”, por meio dos quais, a partir de 1971, o regime pôde legislar apenas *para si*, satisfazendo ao tradicional furor de legiferação de que muitas vezes é tomada a elite brasileira. Possivelmente, o

---

<sup>104</sup> ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. 2. ed. Prefácio de Dom Paulo de Evaristo Arns. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 175

<sup>105</sup> FICO, op. cit., p. 113-114.

Sissegin foi cancelado por um desses “decretos-secreto”.

O Sissegin foi implantado após um “Seminário de Segurança Interna” realizado em Brasília. Carlos Fico destaca que em cada um dos comandos militares de área deveriam ser criados os seguintes órgãos:

(...) um Conselho de Defesa Interna (CONDI), um Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e um Destacamento de Operações de Informações (DOI), todos sob a responsabilidade do comandante do Exército respectivo, nesse caso denominado comandante de “Zona de Defesa Interna” (ZDI). O país ficou dividido em seis ZDI. Podiam ser criadas, ainda, Áreas de Defesa Interna (ADI) ou Sub-Áreas de defesa Interna (SADI), em regiões que merecessem cuidados especiais. O Rio Grande do Sul fazia parte da ZDI-3.<sup>106</sup>

Já a Justiça Militar brasileira estava estruturada através de Circunscrições Judiciárias Militares (CJMs), cujos limites coincidiam com a base territorial das Forças Armadas na área (Região Militar, Distrito Naval e Comando Aéreo Regional). As Auditorias Militares funcionavam nas CJMs. Somente nas CJMs do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul se encontravam instaladas mais de uma auditoria. No Rio Grande do Sul existiam as seguintes auditorias, que eram a primeira instância da Justiça Militar:

1ª Auditoria da 3ª CJM – Porto Alegre;

2ª Auditoria da 3ª CJM – Bagé;

---

<sup>106</sup> FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 120-121.

### 3ª Auditoria da 3ª CJM – Santa Maria.<sup>107</sup>

Fica claro que passou a existir um envolvimento militar intenso em todas as áreas da vida civil, caracterizando o surgimento de um Estado burocrático-autoritário no Brasil. Martha K. Huggins faz a seguinte análise, muito pertinente ao que estava acontecendo no Brasil naquele período:

(...) os antigos governos latino-americanos do tipo “homem forte” estavam sendo substituídos por Estados “burocráticos-autoritários” altamente centralizados, cujo aparelho de segurança interna – que inclui as Forças Armadas e a polícia – tinha a capacidade de penetrar mais fundo do que nunca na sociedade civil e com isso sufocar a participação dos cidadãos. Como afirmou Schmitter (1973:223-224) em relação ao Brasil pós-golpe, a centralização do Estado havia “atingido níveis sem precedentes até então, por meio da subordinação gradativa mas sistemática de todos os potenciais poderes capazes de contrapor-se a ele”; no decorrer do processo, houve “enorme expansão da capacidade (do Estado) de se infiltrar nas periferias da sociedade politicamente organizada.”<sup>108</sup>

Esse modelo de Estado surgiu nas sociedades latino-americanas mais industrializadas – o Brasil após 1964, a Argentina após 1966 e o Uruguai e o Chile após 1973 – enquanto o antigo militarismo se enraizava no *subdesenvolvimento* social, político e econômico e na não diferenciação de funções.

Martha K. Huggins destaca as características desses Estados:

---

<sup>107</sup> ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. 2. ed. Prefácio de Dom Paulo de Evaristo Arns. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 170-171.

<sup>108</sup> HUGGINS, Martha K. *Polícia e Política: relações Estados Unidos/América Latina*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Cortez, 1998. p. 137-138.

(...) caracterizam-se pelo regime militar institucionalizado, não dependendo suas burocracias da camaradagem personalista dos governantes militares do tipo “homem-forte”: “ a instituição militar (burocrática-autoritária) (...) assume o poder para reestruturar a sociedade e o Estado”. (...) quando os militares assumiam o controle, transformavam-se em governo permanente, ao invés de abandonar as funções assim que tivessem resolvido a crise política. Nesse processo, profissionais do Estado de novo tipo – o “tecnocrata transnacionalizado” – tornaram-se os dirigentes dos Estados burocrático-autoritários latino-americanos. (...) A ideologia da segurança nacional alimentou o crescimento e a legitimação do regime burocrático-autoritário como meio de fomentar o desenvolvimento econômico.<sup>109</sup>

A frágil divisão que separava a autoridade civil da militar foi sendo lentamente rompida com a política de tirar os militares dos quartéis e colocá-los no exercício de funções da administração civil. Nesse ponto é importante verificar o que é possível depreender da montagem dessa imensa estrutura pelo governo militar. O objetivo, sem dúvida, era fazer com que *aquele* Estado, que os militares representavam fosse aceito e reconhecido como legítimo por segmentos representativos da população.

E entre os segmentos mais visados estavam jornalistas, artistas, intelectuais e estudantes, aliás, os setores mais resistentes a aceitar a legitimidade do novo regime. Para esses, a *revolução* de 64, um dos símbolos mais caros do governo, era proclamada como “golpe”,

---

<sup>109</sup> HUGGINS, Martha K. *Polícia e Política: relações Estados Unidos/América Latina*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Cortez, 1998. p. 138.

cujos autores, ao invés de serem reconhecidos e aceitos como “heróicos guardiães” da segurança nacional e do bem-estar da sociedade, eram tidos como golpistas e usurpadores do poder.

Entretanto, o mais grave nessa etapa foi que, ao manipularem as leis, símbolos máximos do Estado e da nação, os militares aboliram poderosos símbolos que expressavam liberdade e democracia, como as leis que garantiam a eleição dos representantes nacionais e as garantias constitucionais de liberdade de expressão, substituindo-os por novos signos, que expressavam o autoritarismo vigente. As leis foram contestadas, os símbolos, enfraquecidos e a mediação sgnica deu lugar à violência.

É Martha K. Huggins quem explica esse processo:

A legislação de segurança nacional do Brasil também lançava os alicerces para a degenerescência futura. À medida que o Estado militar do Brasil se desvinculava cada vez mais da influência e do controle dos civis, as instituições que poderiam ter feito a mediação entre os cidadãos e o governo – tais como partidos políticos, associações de empresas, sindicatos, grupos religiosos, organizações estudantis e movimentos sociais de base, foram, um a um, sistematicamente empurrados para a clandestinidade. Ao longo do caminho, a tortura, os desaparecimentos e o assassinato, armas do arsenal do governo militar contra a subversão interna, haviam se tornado a estratégia militar para preencher a “ausência de legitimidade”: à medida que porções cada vez mais significativas da população capaz de demonstrar eficácia política eram excluídas da participação política e civil, a representação passava a ser cada vez mais empregada para garantir a estabilidade do governo a curto prazo, mesmo que,

a longo prazo, esse tipo de tática minasse a legitimidade do governo e o ameaçasse de desintegração.<sup>110</sup>

É dessa forma que o cenário de terror em que se traduziu o regime militar em seus dez primeiros anos, marcadamente entre 1968 e 1974, acabou por revelar um Estado enfraquecido, anêmico de energia semiótica, fazendo uso da força bruta para impor seus símbolos e, desse modo, ser reconhecido.

Nesse contexto é que aparece a censura oficial, pois a livre circulação de idéias poderia abalar a credibilidade do governo. Assim, caberia às autoridades proteger e estabelecer a ética, o padrão moral e o gosto, através do controle social, induzindo a sociedade a obedecer às normas vigentes.

Karl Marx formulou uma das críticas mais contundentes à existência de censura por parte do poder público e uma enfática defesa da liberdade de expressão. O pensador alemão classificava a censura como irracional, obscura e mecânica:

A censura é a crítica como monopólio do governo; mas a crítica não perde seu caráter racional, quando procede não em forma aberta, mas secretamente, não teórica, mas praticamente? Quando não julga partidos mas transforma-se em partido? Quando não usa as agudas facas da razão, mas as desafiadas tesouras do capricho? Quando quer criticar, mas não quer aceitar críticas? Quando desaprova a si mesma, mas continua se oferecendo? Quando, finalmente, é tão pouco crítica que confunde sabedoria individual com universal, ditames do poder com

---

<sup>110</sup>HUGGINS, Martha K. *Polícia e Política: relações Estados Unidos/América Latina*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Cortez, 1998. p. 185.

ditames da razão, manchas de tinta com raios de sol, as linhas tortas do censor com construções matemáticas, e fortes golpes com notáveis argumentos?<sup>111</sup>

Portanto, a censura ajudou o regime militar a impor sua ideologia e a bloquear informações que poderiam desacreditá-la. Estava inserida, portanto, no sistema de controle ideológico do Estado, que impedia a difusão e obtenção de certas informações, dificultando a análise e a compreensão crítica do que era divulgado. Para o historiador Nelson Jahr Garcia,

a ideologia se configura como um guia orientador da ação, fornecendo, a determinados segmentos da sociedade, uma versão das condições em que vivem. O grupo portador de determinadas idéias, geralmente, precisa do apoio de outros setores da sociedade que devem atuar no mesmo sentido, sob a orientação das mesmas idéias. À medida que estes setores possuem interesses diversos, especialmente quando pertencem a uma classe social distinta, aquelas idéias precisam receber um tratamento de modo a parecer, na sua difusão, que os seus interesses tenham sido incorporados na ideologia. Portanto, ideologia como um conjunto de representações codificadas em mensagens facilmente compreendidas e memorizadas, vinculadas de forma adaptada, visando parecer atender aos interesses dos receptores.<sup>112</sup>

Como é por meio da imprensa que se estabelece o contato entre a sociedade e os poderes constituídos, entre

---

<sup>111</sup> MARX, Karl. *A liberdade de imprensa*. Porto Alegre: L&PM, 1980. p. 38.

<sup>112</sup> GARCIA, Nelson Jahr. *Sadismo, sedução e silêncio - Propaganda e controle ideológico no Brasil (1964-1980)*. São Paulo: Loyola, 1990. p. 10, 99.

governo e governados, a censura passou a atuar com intensidade no cerceamento da atividade jornalística em todo o Brasil, tanto nos grandes órgãos da imprensa nacional como nos pequenos jornais do interior.

As atitudes censórias variaram de acordo com cada situação, o que levou o jornalista Moacir Pereira a elaborar uma classificação da censura em ideológica, política, econômica, social, técnica, partidária, legal, empresarial, profissional, de diversões públicas e autocensura:

A censura *ideológica* é aquela centrada em uma ideologia. A *política* é resultante da ação de governos. A censura *econômica* caracteriza-se pela interferência direta das empresas e agências de publicidade na linha editorial dos veículos de comunicação. A censura *social* configura-se quando a maioria da população não possui condições de acesso aos benefícios dos sistemas de comunicação. A *técnica* é sempre ilegal, mesmo em regimes ditatoriais (grampo telefônico etc.). A *legal*, é aquela que promove alterações na legislação, anulando a liberdade de expressão e recepção. A *empresarial* ou *interna* ocorre por interesses econômicos dos proprietários e diretores das empresas jornalísticas. A *profissional* exercida por profissionais com poder decisório que resolvem o destino das matérias de seus colegas. A censura a *diversões públicas* que consiste na análise dos espetáculos para verificar se não contrariam a moral e os costumes. A *autocensura*, a pior conseqüência da censura. É a censura que um indivíduo exerce, consciente ou não, sobre as mensagens que produz, em virtude de pressões ambientais ou pessoais<sup>113</sup>.

---

<sup>113</sup>PEREIRA, Moacir. Autoritarismo e censura no Brasil contemporâneo. *Comunicação e Sociedade*, São Bernardo do Campo, n. 1, p. 112, jul. 1979.

O historiador Alexandre A. Stephanou considera o esquema de Pereira incompleto por não acrescentar que jamais se estabelece uma censura de um tipo apenas. Para Stephanou:

Se é política, por exemplo, engloba a ideológica, gera a autocensura e se utiliza de mecanismos da legal e da econômica. Outros tipos de censura são esquecidas pelo autor, como a censura *moral* (baseada em padrões comportamentais preestabelecidos e critérios de adequação social), a *religiosa* (pressão dos grupos religiosos ou sociedades de cunho conservador), em nome do bom gosto (contra o grotesco, o antiestético), a *valorativa* (seleção estabelecida através de valoração estética/artística atribuída a uma determinada obra), a *privada* (exercida através de pressão de grupos privados em defesa dos seus interesses) e a dos *códigos corporativos de ética* (que vigora, atualmente, nos meios de comunicação brasileiros). (...) A censura pode ainda ser classificada pelo tempo de duração (*penal*, por tempo determinado, e *preventiva*, por tempo indeterminado), pelo tempo da ação (punir um ato ocorrido no passado, no presente ou para impedir um ato futuro). Quanto às formas de controle e aplicação, a censura pode ser *prévia* (avaliação da obra antes da mesma ser publicada ou representada), a *posteriori* (repressiva e punitiva, depois da publicação ou durante uma apresentação ou série de apresentações públicas), *policial/militar* (pela repressão e prisão dos cidadãos considerados perigosos, em situações de emergência). Quanto ao alcance, a censura pode ser *parcial* (supressão de trechos da obra), *total* (proibição de toda a obra) ou *classificatória* (proibição por faixas etárias).<sup>114</sup>

---

<sup>114</sup> STEPHANOU, Alexandre Ayub. *Censura no regime militar e militarização das artes*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001. p. 41-43.

Ao longo do período militar a censura iria se expandir, assumindo as mais diferentes formas, fosse no autoritarismo explícito, fosse na subjetivação da cultura do medo, inspirando as pequenas e médias censuras das práticas cotidianas. O regime sustentava que o propósito do golpe de 1964 fora salvar a democracia antes que fosse aniquilada pelo presidente João Goulart. Para Anne-Marie Smith, “as medidas autoritárias das duas décadas subseqüentes foram necessárias para cumprir essa missão e destinavam-se, de fato, a *aperfeiçoar* a democracia. Esse *aperfeiçoamento da democracia* tornou-se uma espécie de chavão, utilizado para justificar cada etapa autoritária”.<sup>115</sup> O autoritarismo seria necessário para acabar com os políticos corruptos e garantir a segurança interna. A democracia agora estava sendo *aperfeiçoada*, o que dava legitimidade ao regime militar.

Sobre essa questão Anne-Marie Smith faz a seguinte análise:

Os esforços do regime em busca da legitimidade com base na democracia proporcionavam à imprensa uma oportunidade para firmar sua liberdade, na medida em que uma imprensa livre pode ser considerada um pilar dos sistemas democráticos. No entanto, enquanto uma democracia aberta exigiria uma imprensa livre, talvez uma democracia *aperfeiçoada* também impusesse uma imprensa *aperfeiçoada* sob a tutela dos militares. A busca da legitimidade no que dizia respeito a qualquer uma dessas incontáveis alegações poderia constituir uma faca de dois gumes. O bom êxito de qualquer proclamação de legitimidade poderia fortalecer e estabilizar o regime mas também estabeleceria padrões implícitos pelos quais ele pode-

---

<sup>115</sup>SMITH. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. p. 47.

ria ser julgado quanto ao seu legado, probidade, realizações, apelo, preocupações ou compromissos.<sup>116</sup>

No caso da imprensa, a ação das forças autoritárias sobre a coleta de informações e sua divulgação assumiu um formato muito claro e inequívoco, configurado na censura, exercida em graus variáveis e estilos diferentes para cada contexto em que se fazia necessária. A censura, sua influência e o modo como foi exercida nos veículos de comunicação de Passo Fundo é o que examinaremos agora.

---

<sup>116</sup> *Ibidem*, p. 47-48.



### III.

## A censura e a repressão em Passo Fundo

(...) a liberdade de imprensa só é usada pelos donos das empresas. Em quarenta anos de jornalismo, nunca vi liberdade de imprensa. Ela só é possível para os donos do jornal. Os jornalistas não podem ter opinião, mas os jornais têm suas opiniões sobre as coisas, que estão presentes nos editoriais e nos textos das pessoas que escrevem com linhas paralelas às do jornal.<sup>117</sup>

### O quadro político gaúcho

Após a revolução de 1930, o Rio Grande do Sul passaria a ocupar um posto de liderança político-partidária em nível nacional, numa espécie de *gauchização* da política nacional. Comentando essa característica da época, Hélió Trindade e Maria Izabel Noll escrevem:

---

<sup>117</sup> ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 116.

A expressão se refere à investida que é feita com a ida de Getúlio Vargas para o Governo Provisório seguido de um número significativo de líderes políticos locais. Nem todos ocuparam postos-chave, nem ficaram ao longo do processo que, em 1954, levou Vargas ao suicídio, mas marcaram sua atuação, como Collor, Aranha, Flores e Neves.<sup>118</sup>

**As forças político-partidárias do Rio Grande do Sul, bem como a organização política interna do estado, entre 1945-1964, mereceram de Joseph Love uma significativa análise:**

(...) a política interna do Rio Grande do Sul tendeu a girar na órbita populista do PTB (criação do próprio Vargas) e de uma coalizão AntiPTB. As forças populistas e conservadoras de certa forma se equilibram. O poder do PTB concentrava-se em Porto Alegre, em uma das poucas áreas urbanas restantes e em alguns municípios da fronteira onde os estancieiros ainda determinavam em quem seus dependentes deviam votar. A oposição conservadora encontrava-se, na maior parte, no resto das comunidades estancieiras e na zona colonial, a norte e a oeste da Capital do Estado.<sup>119</sup>

**Elenice Szatkoski, transcrevendo Trindade e Noll, destaca as três especificidades da conformação do sistema partidário rio-grandense pós-45, articuladas aos padrões básicos de comportamento eleitoral do estado:**

---

<sup>118</sup> TRINDADE, Héglio; NOLL, Maria Isabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Sulina, 1991. p. 56.

<sup>119</sup> LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 275.

Em primeiro lugar, o PSD, em nível nacional, aparecia como o principal partido, com 58,85% de representação na Câmara Federal; obteve no Rio Grande do Sul quase três quartos do eleitorado estadual nas eleições presidenciais, significando 71,5% dos votos e, nas eleições senatoriais, 73,8% da votação. Já os partidos adversários ficavam reduzidos a um nível eleitoral nunca superior a 10%. A força do PSD encontrava-se em São Paulo e em Minas Gerais; em terceiro lugar estava o Rio Grande do Sul. A segunda especificidade apresentou-se no pós-45, enquanto o padrão nacional de confrontação partidária traduziu-se na polarização PSD-PTB e UDN, levando a que os udenistas no estado do Rio Grande do Sul ocupassem o décimo lugar nas eleições de 1947. A explicação para esse fato é que o liberalismo regional concentrou-se tradicionalmente no PL, inclusive atraindo intelectuais urbanos, de tradição católica, o que foi um fator decisivo também no retardamento da fundação do PDC, concretizado somente em 1954. A terceira especificidade é a evolução eleitoral do PTB no Rio Grande do Sul, que antes de 1947 ocupava a última posição. A partir de então, deu um salto espetacular multiplicando por mais de seis vezes sua votação, atingindo o patamar dos 40%, índice que se manteria até 1962. A ascensão vertiginosa do PTB, combinada com a mediocridade dos outros perfis partidários individualmente, estabelece a originalidade do padrão eleitoral do Rio Grande do Sul no período multipartidário de 1945/1962.<sup>120</sup>

**Diante da ascensão do PTB, surgiu no estado uma aglutinação de forças anti-PTB, cujo objetivo era evitar a sua hegemonia eleitoral. O antipetebismo costurava-**

---

<sup>120</sup> SZATKOSKI, Elenice. *Os grupos dos onze: uma insurreição reprimida*. Passo Fundo: UPF, 2003. p. 38.

se através da coligação que incorporou, num primeiro momento, a UDN e o PRP e, mais tarde, o PL. Em 1958, com a candidatura de Leonel Brizola ao governo do estado, formou-se a Frente Democrática, composta pelo PSD-PL-UDN e PRP, que mais tarde denominou-se “Aliança Democrática Popular” (ADP), com o PSD, PL, UDN, PDC e PSP.

Ao longo do período da chamada “democracia populista”, o Rio Grande do Sul apresentou uma alternância partidária no que diz respeito aos governadores de estado, ora ascendendo o PSD, ora o PTB.

Ao governo de Walter Jobim (PSD, 1947-51) seguiram-se os de Ernesto Dornelles (PTB, 1951-55), Ildo Meneghetti (PSD, 1955-1959), Leonel Brizola (PTB, 1959-1963) e novamente Meneghetti (1963-1964). Os demais partidos menores atuavam mediante coligações com os partidos dominantes, reforçando essa bipolarização. Foi o caso, por exemplo, da candidatura de Meneghetti em 1955, quando o PSD associou-se à UDN e ao PL, ou da candidatura de Brizola em 1958, quando o PTB se uniu ao PRP (Partido de Representação Popular) e ao PSP (Partido Social Progressista).

Trindade e Noll delineiam um perfil fundamental do comportamento político-eleitoral gaúcho que se estrutura em dois traços persistentes no pós-45, os quais mostram o nível de maturidade do sistema partidário regional:

Em primeiro lugar estaria a dicotomização das preferências partidárias alicerçadas em dois pólos, visto que mais de três quartos dos votantes estavam entre o PTB e anti-PTB. Esse fato também se refletiu nas eleições para a Assembléia Legislativa, influenciadas pelas coligações locais para as eleições municipais entre 1951-1963. (...)

O teste da reprodução das coligações PTB/Anti-PTB nas eleições para prefeito mostrou que, nas 398 alianças partidárias no período, 88% (352) estabeleceram-se dentro do padrão esperado, inclusive ampliando o arco do conglomerado conservador liberal em torno do partido local mais forte, na medida em que a força do PTB se ampliava. Em segundo lugar, essa polarização bipartidária ocorreu num espaço marco pela distribuição de preferências eleitorais relativamente estáveis. Esse traço pode ser localizado tanto nos conglomerados de partidos populistas (PTB, MTR – Movimento Trabalhista Renovador – e PSB – Partido Socialista Brasileiro), como no PSP e na terceira força (PRP) e PDC. Observamos que o MTR, que surgiu de uma cisão do PTB, integrou-se mais tarde ao antipetebismo.<sup>121</sup>

**Para um melhor entendimento de como ocorreram as disputas políticas regionais entre o PTB e o anti-PTB, faz-se necessário compreendermos o que define e constrói um partido político, ou melhor, como se constituem as bases de sustentação de uma agremiação partidária. Ao trabalhar conceitos de partidos políticos, Gláucio Ary Dillon Soares afirma:**

Os partidos políticos não nascem feitos. Eles começam em algum lugar, com algumas pessoas, com alguns recursos; às vezes com alguma ideologia e alguma proposta para a sociedade que desejam construir. Sem bem sucedidos, crescem; se não, definham, vegetam ou desaparecem. (...) A organização dos partidos também não nasce feita; um país federativo requer diretórios regionais (estaduais); um país com municípios requer uma extensa rede

---

<sup>121</sup> TRINDADE, Héglio; NOLL, Maria Isabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Sulina, 1991. p. 71-72.

de diretórios municipais. A fundação de um diretório é apenas o início da organização de um partido, que é um processo longo.<sup>122</sup>

Soares deixa bem claro a necessidade da existência de dois elementos fundamentais na criação de um partido: organização e estruturação partidária. Num país como o Brasil, com características regionais e locais marcantes, a questão da organização é decisiva.

Já sobre a estruturação de um partido, a implicação principal, segundo Soares, é “a criação de vínculos com meios de comunicação de massa, com organizações civis (com os sindicatos e as religiões organizadas), além da criação de diretórios.”<sup>123</sup>

## A política passo-fundense

A matriz político-partidária de Passo Fundo foi construída por líderes políticos como Gervásio de Lucas Annes, que aportou na cidade, segundo Delma Rosendo Ghem, “em 1870, nomeado escrivão da Coletoria Estadual. Ligou-se ao Partido Conservador e, posteriormente, com a ascensão ao poder, em junho de 1889, do gabinete Ouro Preto, aderiu ao pequeno Partido Republicano”.<sup>124</sup>

Outra figura política de destaque na estrutura partidária da região foi Nicolau de Araújo Vergueiro, que

---

<sup>122</sup> SOARES, Gláucio Ary Dillon. *A democracia interrompida*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 65.

<sup>123</sup> *Ibidem*, p. 65.

<sup>124</sup> GHEM, Delma Rosendo. *Passo Fundo através do tempo*. Passo Fundo: Diário da Manhã. 1982. p. 146. Sobre as lideranças políticas de Passo Fundo, ver: PRATES, Ana Maria Rosa. *A trajetória de Nicolau de Araújo Vergueiro na história política de Passo Fundo – RS (1930-1932)*. Dissertação (Mestrado). Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2001.

“em 1908 passou a militar ativamente na política, sendo eleito Conselheiro Municipal pelo Partido Republicano e elevado ao posto de Presidente dessa corporação política, destacando-se como militante ardoroso. Em 1929 foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul e reeleito em 1935 e 1945. Tornou-se um dos líderes do PSD na região”.<sup>125</sup>

Armando de Araújo Annes foi também liderança fundamental na estruturação da política regional: “Foi eleito intendente em 1924. Em 1932 tornou-se Prefeito Municipal por nomeação de Vargas. Foi a mais expressiva liderança do PTB após 1945”.<sup>126</sup>

Essa matriz político-partidária que se construiu na região não difere do quadro geral do estado, onde, no período entre 1947 e 1962, observou-se uma dominação do trabalhismo. Elenice Szatkoski, transcrevendo Trindade e Noll, relata:

Dos 156 municípios gaúchos no período do pós-1945, caracterizado pelo multipartidarismo, o PTB passou a ter liderança em 55,1%, fato que reforça a forte presença do trabalhismo no estado. Diante disso, observamos que o antipetebismo não conseguiu liderar em municípios com população superior a cinquenta mil habitantes, atingindo uma percentagem de apenas 17,3%. Trindade e Noll relatam que, na época, a situação dos anti-PTB era exclusivamente representada pelo PSD, cuja tendência era um recuo na maioria absoluta dos municípios e não representava crescimento eleitoral, salvo em raros casos.<sup>127</sup>

---

<sup>125</sup> Ibidem, p.153.

<sup>126</sup> Ibidem, p. 185.

<sup>127</sup> SZATKOSKI, Elenice. *Os grupos dos onze: uma insurreição reprimida*. Passo Fundo: UPF, 2003. p. 60.

No que se refere à economia desse período, os produtores gaúchos como um todo – pecuaristas, arrozeiros, industriais – enfrentavam problemas quanto à colocação de seus artigos no mercado interno nacional.

A economia gaúcha passava por grandes dificuldades para acompanhar o processo de acumulação que ocorria no país uma vez que os desdobramentos desse processo, entre 1954 e os últimos anos da década de 1960 não favoreciam nenhum dos constituintes do modelo histórico de acumulação e dominação gaúcha. Assim, entre a segunda metade da década de 1950 e a primeira de 1960, a economia gaúcha viu-se submetida a um bloqueio agravado pela dinâmica dos seus elementos.

Com ênfase em diferentes aspectos, conforme Carlos Alves Muller, as barreiras ao desenvolvimento do estado resumiam-se ao seguinte:

- 1) Dificuldade insuperável da distância em relação ao mercado consumidor nacional, acentuado pela precariedade da infra-estrutura de transportes que tanto preocupava os governantes nos anos 20;
- 2) Falta de uma indústria de base regional, em grande medida inviável pelo porte do mercado estadual para os produtos desse segmento (aço, cimento, derivados e petróleo etc.);
- 3) Graves deficiências nos setores de energia e comunicação;
- 4) Falta de escala na produção estadual para enfrentar os concorrentes do Sudoeste do país já beneficiados pelos fatores acima mencionados;
- 5) Escassez de capital para financiar tantos investimentos, pois o padrão de acumulação e as características da ocupação territorial do Estado implicavam baixas taxas de poupança, grande pulverização de pequenas unidades de produção e índices elevados de imobilização.<sup>128</sup>

---

<sup>128</sup> MÜLLER, Carlos Alves. *A história econômica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Grande Sul, 1998. p. 166-167.

A União tinha as suas atenções voltadas para o eixo centro-sul, onde estavam se realizando as principais transformações econômicas, permanecendo o Rio Grande do Sul à margem dos planos do poder central. Para a concentração industrial que se processava no centro do país exigia-se a obtenção de alimento barato. Na medida em que o trabalhador tinha menores gastos com alimentação, possibilitava-se a generalização de um salário mínimo ao operariado. Tal prática propiciava um elevado lucro ao empresariado nacional, possibilitando a ampliação do parque industrial.

Nesse sentido, a agricultura das regiões periféricas contribuía para a acumulação de capital que se processava na indústria. Sobre a realidade econômica gaúcha do período e a postura adotada por nossos partidos políticos Sandra Jatahy Pesavento esclarece:

Desde o ponto de vista rio-grandense, a identificação dos principais problemas enfrentados pelo estado pode ser sintetizada em três questões fundamentais: a) industrialização; b) êxodo rural; c) transporte e energia. Tais questões envolviam diretrizes político-partidárias, que por sua vez se revelavam associadas aos programas de desenvolvimento econômico que se apresentavam para o Brasil. O PSD, identificava o problema da industrialização como a meta necessária a atingir. Porém, considerava que a indústria a incentivar e proteger deveria ser aquela que beneficiasse os produtos oriundos da agropecuária. Tal identificação demonstra as fortes ligações com o ruralismo gaúcho. O PL, que representava no Rio Grande o setor rural mais apegado à estrutura agrária, defendia ser a agropecuária a forma mais correta de conduzir o progresso econômico gaúcho. O PTB, por seu lado, identificava a industrialização não apenas como o problema crucial do estado, como considerava imprescindível as-

segurar o primado da sociedade urbano-industrial sobre a agrária tradicional. (...) Dentro da visão petebista, cabia fazer o Rio Grande passar para etapas mais avançadas do processo de industrialização, atingindo a produção de intermediários e criando um pólo industrial no estado. No que toca o segundo problema crucial do Rio Grande – o êxodo rural – a posição do PSD era a de “conter a massa no campo”. A permanência do trabalhador no campo era, segundo a perspectiva do PSD, tanto um fator de progresso para o setor primário e, por extensão, para o secundário, quanto era um fator de estabilidade social. Em contrapartida, a evasão para as cidades era conhecida como um elemento que contribuía para a perturbação da ordem. O PTB tinha a clara intenção de incorporar as massas, principalmente as urbanas, à sociedade industrial.<sup>129</sup>

O PTB estava dividido no que se referia à mobilização das massas: Alberto Pasquallini defendia conceitos como “justiça social” e “regeneração do capital pelo trabalho”, ao passo que Leonel Brizola se mostrava muito mais radical, buscando a incorporação das massas dentro de uma perspectiva de redistribuição do capital e da terra, o que alarmou as classes dominantes regionais.

A presença do capital estrangeiro no estado foi alvo de análise tanto pelo PSD quanto pelas vertentes do PTB, na perspectiva de promover o desenvolvimento do Rio Grande. Relata Sandra J. Pesavento:

O PSD posicionou-se pela aceitação do capital estrangeiro, entendido como elemento renovador. Tal perspectiva ligava-se à tendência em curso na sociedade brasi-

---

<sup>129</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 6. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. p. 125-126.

leira conhecida como do “capitalismo associado”. Esta tendência aceitava a colaboração do capital estrangeiro como participante do desenvolvimento econômico brasileiro, ao lado do capital nacional. (...) A posição do PTB gaúcho (Pasquallini, Dornelles) implicava a aceitação criteriosa do capital estrangeiro desde que controlado pelo Estado. Tal posicionamento alinhava-se junto ao “nacionalismo desenvolvimentista”, que buscava coibir os excessos do capital alienígena. Por seu lado, a ala de Brizola posicionava-se frontalmente contra a presença do capital estrangeiro, repudiando-o. O posicionamento radical de Brizola aproximou-o das tendências de esquerda, que o apoiaram.<sup>130</sup>

O revezamento no controle político do estado que ocorria entre PTB e PSD não se repetiria no cenário político passo-fundense, onde o PTB e seus aliados controlavam a administração municipal desde 1947. Welci Nascimento e Santina Dal Paz desenham o cenário político local a partir de 1947, onde se constata o predomínio do Partido Trabalhista Brasileiro na condução da política municipal:

Em 1947 foram eleitos diretamente, após 12 anos de nomeações feitas pelo Estado Novo, Armando Araújo Annes para prefeito e Daniel Dipp para vice-prefeito, candidatos da coligação PTB-UDN. Em 1951 a Coligação Popular formada pelo PTB-PSP-PRP elegeu para prefeito Daniel Dipp e para vice Mário Menegaz. Em 1955 Wolmar Salton e Benoni Rosado foram eleitos pelo PTB. Em 1959 a Coligação Popular formada pelo PTB-PSP-PRP elegeu Benoni Rosado e Sinval Bernardon.

---

<sup>130</sup> Ibidem, p. 127-128.

Somente em 1963 o PTB perdeu o controle político do município, quando Mário Menegaz e Adolfo João Floriani foram eleitos pela Coligação Popular Passofundense formada pelo MTR-PDC-PSD-PL-UDN e PRP.<sup>131</sup>

A vitória de Mário Menegaz ganhou grande repercussão pois representara o fim do domínio político do PTB no município. O quadro tornou-se mais complicado porque, como narramos no início deste livro, havia em Passo Fundo naquele início de 1960 uma disputa pelo controle da Sociedade Pró-Universidade (SPU), entre petebistas e antipetebistas.

Na SPU, até então, o mando do Partido Trabalhista Brasileiro aniquilava qualquer outra liderança que não fosse de sua orientação política trabalhista. Então, Mário Menegaz, uma vez eleito prefeito, articulou-se com o deputado estadual Romeu Martineli, ambos inimigos ferozes do PTB, para, com o apoio do governador do estado Ildo Meneghetti, afastarem a direção da SPU.

O golpe militar de abril de 1964 acelerou o processo, segundo o professor Murilo Coutinho Annes, escolhido como interventor na instituição:

Nos primeiros dias de abril de 1964, em minha casa, ouvi no rádio, com enorme surpresa, que o Ministério da Educação havia intervindo na SPU e, a pedido do Governador Ildo Meneghetti, eu havia sido nomeado interventor na SPU. Evidentemente liguei esse fato a um trabalho político do Prefeito Mário Menegaz e do Deputado Romeu Martinelli. O Governador chamou-me a Porto Alegre. Lá, me disse que, sendo professor da

---

<sup>131</sup> NASCIMENTO, Welci. DAL PAZ, Santina. *Vultos da história de Passo Fundo*. Passo Fundo: Pe. Berthier, 1995. p. 17-18, 81-82.

Faculdade de Direito, única entidade autorizada e reconhecida na SPU, sem participação ativa em nenhuma agremiação política e com trânsito livre na SPU, orientou a minha escolha como interventor (diga-se Mário Menegaz e Romeu Martineli). Não teria maiores problemas: faria um levantamento na instituição, num prazo de 20 ou 30 dias e seriam convocadas eleições para indicar os dirigentes da SPU. Comuniquei ao dr. César Santos que ia tomar posse na SPU.<sup>132</sup>

Esse quadro de intensa animosidade política era alimentado diariamente pelos dois jornais locais, *O Nacional* e *Diário da Manhã*, através de editoriais e comentários. O primeiro defendia os interesses e pontos de vista do grupo petebista, tendo como fundador e proprietário Múcio de Castro, que havia sido deputado estadual pelo PTB no período 1954-1958. Por sua vez, o *Diário da Manhã*, de Túlio Fontoura, tinha uma profunda ligação com o grupo do PSD. Em 1954 Túlio Fontoura também disputara uma cadeira no Parlamento estadual, mas fora derrotado.

## Os jornais passo-fundenses no contexto do golpe

O estudo dos jornais como fonte para a análise e interpretação do período pós-64 na região é de grande importância, visto que a imprensa é um material de pesquisa valioso por produzir uma espécie de documento mediado pelos interesses de seus artífices. Desde o seu surgimento, a imprensa se impôs como uma força po-

---

<sup>132</sup> ANNES, Murilo C. Depoimentos informais sobre a criação do Ensino Superior em Passo Fundo - 1950-1986. 1999.

lítica. Os governos e os poderosos sempre a utilizam e a temem; por isso adulam, vigiam, controlam e punem os jornais.

Por essa razão, após o golpe militar, a transmissão de informações e opiniões passou a ser considerada uma área vital de segurança pelo governo, mesmo se tratando de jornais de cidades de porte médio, como era o caso de Passo Fundo em 1964.

Juliana Gazzoti, transcrevendo Octávio Ianni, destaca:

(...) entre 1964-78, qualquer atividade intelectual, jornalística, artística ou científica, podia ser encarada como algo que prejudicava ou irritava os governantes. A atividade do intelectual seja ela de que tipo for, podia ser tomada como incômoda, ou então perigosa, em si ou potencialmente. Daí a política *cultural* do governo que reprimia a atividade intelectual realizada fora do seu alcance. A necessidade de discussão, pesquisa, controvérsia, crítica e da liberdade de informação para toda atividade jornalística, artística ou científica não era tolerada pelo Estado que detinha o monopólio da única interpretação que ele próprio considerava válida para o conjunto da sociedade.<sup>133</sup>

Em Passo Fundo, como no resto do país, havia a certeza de que algo de grave aconteceria em função da instabilidade política que vivia o Brasil. A declaração do governador Miguel Arraes, de Pernambuco, a um amigo que o levava ao aeroporto no Rio de Janeiro, na

---

<sup>133</sup> GAZZOTI, Juliana. *Veja e os governos militares (68/85)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Carlos, 2001. p. 29.

segunda semana de março, era reveladora: “Volto certo de que um golpe virá. De lá ou de cá, ainda não sei”.<sup>134</sup>

O jornal *Diário da Manhã*, por meio de uma série de editoriais assinados por seu diretor e proprietário Túlio Fontoura, passou a alertar seus leitores sobre a iminência de mudanças radicais no país. Semanas antes do golpe escreveu:

Na atual conjuntura da vida nacional, o ano de 1964 será decisivo para os destinos do regime vigente. Se conseguirmos chegar a dezembro, dificilmente haverá mudanças de rumo, porquanto em 1965, ano da sucessão, gregos e troianos deverão depor as armas que pretendiam utilizá-las contra o regime, jogando-se no caça-votos para mais um período de aventuras nas asas da política. Estamos em março, no começo, e a agitação toma vulto cada vez mais assustador, tanto nas cidades como nas zonas rurais, agora em virtude da presença da SUPRA,<sup>135</sup> na vanguarda da reforma agrária. (...) O governo precisa traçar normas legais para fazer as reformas de base que a Nação está reclamando, implantado uma política construtiva, que restabeleça a confiança entre os que realmente trabalham e produzem. (...) O Presidente João Goulart dispõem de recursos para reabilitar o seu governo perante a Nação, bastando para tanto que afaste das posições de importância da vida nacional, os elementos que estão empenhados na agitação e no agravamento dos problemas sócio-econômicos.<sup>136</sup>

---

<sup>134</sup> GASPARI, Elio. *Ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 51.

<sup>135</sup> SUPRA (Superintendência da Reforma Agrária) foi criada no governo de João Goulart.

<sup>136</sup> Reação dos conservadores. *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 6 mar. 1964. p. 2.

O editorial transcrito manifestava a preocupação com o aumento das tensões no campo e com o compromisso do governo em realizar a reforma agrária através da Superintendência da Reforma Agrária. No princípio da década de 1960, à medida que se ampliavam os círculos de discussão sobre a reforma agrária e que o clima político para a mobilização rural se tornava mais favorável, várias organizações agrárias passaram a funcionar ou foram reativadas: “Entre as mais importantes, distinguem-se a ULTAB, União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, e o MASTER, Movimento dos Agricultores Sem Terra, criado por Rui Ramos e endossado por Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul”.<sup>137</sup>

Quando o presidente João Goulart optou por abraçar as “reformas de base”, independentemente do Congresso, buscando apoio diretamente nas “massas”, com a realização do famoso comício de 13 de março, o *Diário da Manhã* publicou a seguinte opinião:

Os acontecimentos políticos no Brasil, estão tomando rumo perigoso e tudo indica que a situação vai se agravar, cada vez mais, no decorrer das próximas semanas. O comício das reformas, realizado no Rio de Janeiro, com a participação do Presidente, definiu os propósitos do governo de luta aberta contra as atuais estruturas sociais, econômicas, financeiras, políticas e administrativas da Nação, de acordo com a Constituição ou contra a Constituição. (...) O Presidente João Goulart, até então considerado membro da família conservadora, muito embora chefe de uma agremiação populista, vem de tomar decisões avançadas, solidário com o movimento das esquer-

---

<sup>137</sup> DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 299.

das, partidárias das reformas de base, com ou contra a Constituição. (...) Estamos, assim, chegando ao que se pode denominar de ponto crítico da atual conjuntura sócio-econômica do Brasil, com a opinião pública dividida em dois campos distintos. (...) Temos a impressão que o caminho a seguir, para dirimir as dúvidas a respeito dos verdadeiros anseios dos brasileiros, será o da convocação de uma nova Constituinte para a elaboração de uma Constituição atualizada aos problemas nacionais.<sup>138</sup>

**A idéia da “constituinte” defendida no dia 15 de março, que, aliás, era uma das propostas da FMP de Leonel Brizola, deu lugar a um discurso pessimista que caracterizou o editorial do jornal do dia 21 de março:**

(...) os últimos acontecimentos políticos que determinaram a tomada de posição das poderosas forças que discordaram da orientação do governo federal, indicam que vamos mesmo ingressar numa fase difícil e de aflições generalizadas. (...) Estamos rodando rapidamente para a desordem mas precisamos evitá-la. Entendemos que o momento é de entendimento, de calma e, principalmente, juízo. Se formos envolvidos pela desordem, desta feita não teremos vencedores. Todos serão vencidos e terão que suportar, através dos tempos, o repúdio das gerações vindouras.<sup>139</sup>

**A sublevação de sargentos e praças (apoiados por Goulart) levou a que o Clube Militar e um grupo de altas patentes da Marinha denunciasses a postura do presidente como um incentivo à quebra da hierarquia mi-**

---

<sup>138</sup> Ponto crítico da crise. *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 15 mar. 1964. p. 2.

<sup>139</sup> O perigo da desordem. *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 21 mar. 1964. p. 2.

litar. Esse episódio foi comentado pelo jornalista Túlio Fontoura, segundo o qual o país já vivia uma “fase revolucionária”:

A nova insubordinação de inferiores e superiores da Marinha de Guerra, em prosseguimento ao triste episódio não há muito registrado em Brasília, revela, de maneira insofismável, que a Nação está mergulhada na desordem. (...) Temos a impressão de que estamos com a revolução na rua. O gérmen da desordem já penetrou nos quartéis, pelas manobras levadas a bom termo pelos extremistas que pretendem bolchevisar o Brasil. (...) Desgraçadamente, estamos chegando ao fim, vivendo os últimos estertores do regime de liberdade.<sup>140</sup>

Na edição do dia 31 de março, o jornal voltou a abordar a grave questão envolvendo o governo, os militares, a quebra da hierarquia e disciplina nos quartéis. É importante destacar que todas as edições seguintes do *Diário da Manhã*, isto é, as publicadas no mês de abril de 1964, desapareceram, não sendo encontradas no arquivo do jornal nem no Arquivo Histórico Regional (no capítulo sobre a censura em Passo Fundo, falaremos sobre esta questão). Na edição da véspera do golpe, o jornal afirmava que o país estava “a margem do motim”:

Superada a nova crise, oriunda da insubordinação dos fuzileiros navais, na Guanabara, conseguimos, mais uma vez, o adiamento da grande convulsão que ameaçava o país. (...) O governo aceitou a renúncia do Ministro da Marinha, colocando na pasta outro almirante com instruções para libertar todos os militares presos, atenden-

---

<sup>140</sup> FONTOURA, Túlio. *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 29 mar. 1964. p. 2.

do, assim, a primeira exigência dos amotinados. Com esse recuo do governo, estarão salvas as instituições? Teria ficado resguardado o princípio da autoridade? E a disciplina, que constitui o fundamento das Forças Armadas? Essas indagações serão confirmadas ou não no futuro e que Deus continue preservando a nossa Pátria da desordem, é que sinceramente desejamos.<sup>141</sup>

Essa retórica era incentivada pelos políticos, que, naquele momento, acorriam aos quartéis levando avaliações gravíssimas e pedindo ações urgentes – chamados de as “vivandeiros” pelo marechal Castelo Branco.

O jornal *O Nacional* não trazia em suas edições um *editorial* estampando a sua opinião. O cronista Décio Ilha foi o único que fez avaliações sobre as questões que envolviam o país. No dia 13 de março ele alertou: “Hoje é dia de comício. Serão assinados os decretos tão temidos por muitos”. No dia 14, ainda sobre o comício da Central do Brasil, comentou: “Comício do CGT prenuncia nova ordem política e social para o Brasil. Passo Fundo amanheceu ontem toda pintada. Viva as Reformas, Viva Jango e outras sentenças. Isto foi obra das esquerdas. Mas as direitas também agiram, condenando no cal, as idéias reformistas”.<sup>142</sup>

O cronista continuou escrevendo sobre o contexto de março de 1964 mostrando-se favorável ao governo, como, por exemplo, na crônica “Jango assinou os decretos”:

Estava organizado o comício. Todo mundo esperando a assinatura do decreto da Supra. Foi um golpe de alta política

---

141 *DIÁRIO DA MANHÃ*, Passo Fundo, 31 mar. 1964. p. 2.

142 *ILHA*, Décio. Crônica. *O Nacional*, Passo Fundo. 14 mar. 1964. p. 3.

quando o Presidente Goulart assinou, também, o decreto da encampação das refinarias particulares. Foi uma surpresa geral. Pegados desprevenidos, os contrários, à medida nem sequer puderam esboçar qualquer resistência. Maquiavel, tenho certeza, se morderia de inveja... (...) Assinatura do decreto da Supra marcou uma data como a Revolução Francesa o fez: sexta-feira, 13 de março de 1964, foi o dia em que o Brasil saiu da Idade Média, que a estrutura feudal caiu por terra; dia em que o Brasil inicia uma caminhada rumo a uma nova estrutura agrária. Foi dia de foguete. Viva o Brasil, que, gigante deitado eternamente em berço esplêndido, deixou do leito, levantou-se e empunhou as armas para o início da caminhada rumo ao progresso.<sup>143</sup>

Os demais jornalistas de *O Nacional* continuaram escrevendo sobre amenidades, ignorando o grave momento social. Na crônica “A corrente”, de 23 de março, Décio Ilha vaticinou sobre os rumos da crise:

Manchetes nos jornais tornam clara o clima em que vivemos: a agitação, as pregações, as maquinações por trás do pano são o termômetro da derrocada. Dia a dia mais se agitam, mais se odeiam os contendores. Calma não há mais. Bom senso é coisa superada. As duas forças sabem que a luta é de vida ou de morte. Quem primeiro fraquejar cairá tal qual Hércules e a Hidra de Lerna. (...) Seguimos rumo à hecatombe? Nada mais impedirá que a corrente nos carregue? Sabe-se pouco ou quase nada. Só que o rio que nos leva hoje, é turvo; amanhã será rubro (...)<sup>144</sup>

---

<sup>143</sup> ILHA, Décio. Crônica. *O Nacional*, Passo Fundo. 16 mar. 1964. p. 3.

<sup>144</sup> ILHA, Décio. Crônica. *O Nacional*, Passo Fundo. 23 mar. 1964. p. 3.

E o rio de águas turvas, ou *rubro* (talvez numa alusão à propalada ameaça comunista, ou à um possível período de violência), anunciado na crônica do jornalista passo-fundense, acabou levando o governo João Goulart e, com ele, as esperanças de mudanças sociais, políticas e econômicas no Brasil naquela conjuntura.

A derradeira manifestação política de Décio Ilha em sua coluna ocorreu no dia 2 de abril, na qual apoiou o golpe militar, embora Jango ainda fosse o presidente:

Falta agora, o pronunciamento do povo; para o lado que ele pender acontecerá a vitória. Foi isto que eu disse há uma semana atrás em uma de minhas crônicas: o povo têm que tomar parte nos acontecimentos, sob pena de, na sua omissão, perecer. Se o povo fraquejar na defesa dos seus direitos de ser livre, será levado de roldão pela corrente da desgraça. Será levado pelo rio que como disse hoje é turvo; amanhã poderá ser sangrento. O que vocês lêem hoje foi escrito ontem. Pode ser que neste momento tudo tenha mudado; pode ser que já tenha iniciado a guerra civil, a luta de irmão contra irmão. Retornaremos amanhã *se até lá ainda houver liberdade de imprensa* [grifo nosso]. Salvem a Pátria da hecatombe, brasileiros! <sup>145</sup>

Entretanto, a guerra civil que o cronista temia não aconteceu. João Goulart deixou o país, e o Exército, que parecia dividido, “dormiu janguista no dia 31 e acordou revolucionário no dia 1<sup>o</sup>”<sup>146</sup>. Contudo, a liberdade de imprensa, outra preocupação externada na crônica, desapareceria, pois a censura seria a marca dos novos tempos.

---

<sup>145</sup> ILHA, Décio. Crônica. *O Nacional*, Passo Fundo. 2 abr. 1964. p. 5.

<sup>146</sup> GASPARI, Elio. *Ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 81-82.

## A censura em Passo Fundo

A censura pode ser definida, de acordo com o *Dicionário Aurélio*, como uma condenação, reprovação, crítica, exame de qualquer texto, de caráter artístico ou informativo, feito por censor a fim de autorizar sua publicação, exibição ou divulgação. Dessa maneira, censurar é o ato de julgar qualquer forma de expressão para autorização ou não de sua manifestação. Segundo Anne-Marie Smith

(...) a palavra censura denota em geral a proibição decisiva da divulgação de informação, análise e debate em meios de comunicação públicos. Ela restringe a disponibilidade e a circulação de informações (simples dados objetivos) e também impede a comunicação (no sentido profundo, inclusive a formação de identidades e interesses). Ela se destina a servir aos interesses dos que se encontram no poder ao gerar ignorância e distorção, ao enfraquecer ou incapacitar um povo submisso. Prejudica a avaliação bem informada da ordem constituída bem como a conceituação de alternativas da mesma. A censura impossibilita o escrutínio, cerceando esforços no sentido de atribuir responsabilidades aos governantes. Sob censura, manipulam-se a compreensão da realidade social e natural, a posição de alguém no mundo, principalmente, com freqüência, dos que detêm o poder.<sup>147</sup>

Como foi feita a censura em Passo Fundo? Que veículo mais sofreu com as proibições e perseguições políticas? Quem fazia a censura? Quem foi censurado? Qual

---

<sup>147</sup> SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Tradução Waldívia M. Portinho. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 136.

foi a repercussão na vida das pessoas e das empresas de comunicação? Essas e outras questões serão abordadas nas próximas páginas.

Pelo fato de a cidade estar vivendo um período, como pôde-se notar anteriormente, de grande ebulição política, em razão da disputa pelo controle da SPU, os diferentes grupos passaram a agir nas sombras, através de uma verdadeira “epidemia denunciasta”, um contra o outro. Os comandos dos quartéis do Exército e da Brigada Militar sediados no município passaram a atuar como a autoridade punitiva e coercitiva, em nome da “revolução” e dos “interesses locais”.

O primeiro fato importante relacionado a esse novo contexto foi o desaparecimento de todas as edições do mês de abril de 1964 do jornal *Diário da Manhã*, que, nas suas últimas publicações de março de 1964, vinha alertando para a possibilidade de uma revolução e da quebra da normalidade democrática no país. As edições de abril de 1964 não foram encontradas no arquivo do jornal e tampouco no Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo. Conseguimos resgatar apenas quatro edições do mês de abril de 1964, referentes aos dias 1º, 2, 3 e 5, que estão no Museu Hipólito José da Costa em Porto Alegre; as demais simplesmente desapareceram.

A atual diretora do jornal, Janesca Martins Pinto, mostrou-se surpresa com o fato, o mesmo acontecendo com antigos funcionários da empresa, como Walfridio Fonseca, que foi gerente comercial do *Diário da Manhã* daquele período, e Pedro Ari Veríssimo da Fonseca, colaborador do jornal na época. Para eles a única pessoa que poderia dar informações precisas sobre o que aconteceu com as demais edições do jornal seria Diógenes Martins Pinto, falecido há mais de cinco anos. Diógenes foi o sucessor de Túlio Fontoura na direção do *Diário*

da *Manhã* e sua atuação à frente do jornal caracterizou-se pelo apoio aos governos militares.

Se a linha editorial do *Diário da Manhã* foi de apoio ao governo militar, certamente não haveria motivos para dar fim às suas edições. Por que, então, isso teria acontecido? Nenhuma das pessoas que entrevistamos soube explicar o fato.

Na edição de 2 de abril de 1964, o editorial do jornalista Túlio Fontoura demonstrava sua preocupação com os novos rumos do país. Numa linguagem que já denotava uma tendência de apoio ao movimento pró-golpe, aconselhava a população a não reagir:

Aí está o Brasil, a nossa pátria rica e imensa, submergindo na desordem pelos desvairios de seus dirigentes. Lamentavelmente e desgraçadamente as nossas previsões, as inúmeras advertências que fizemos por este canto de jornal aos responsáveis pelos destinos da pátria estão sendo confirmados na sua mais irretorquível evidência. (...) A luta fratricida entre irmãos precisa ser contida. As ambições e as vaidades não podem pairar acima da paz e dos sagrados interesses do povo. (...) Se os nossos homens públicos perderam o juízo, se as nossas lideranças não estão se conduzindo com o acerto desejado, cumpre ao povo nesta hora grave que atravessa a pátria, agir com prudência, equilíbrio e patriotismo não se deixando fanatizar, e encarando a realidade como ela se apresenta, delicada e altamente perigosa para os destinos da nacionalidade. O campo da luta fratricida está dividido, mas presentemente dentro da legalidade. Os que combatem o governo federal proclamam que estão guardando as instituições, a Constituição, o parlamento e a liberdade. Os partidários do governo procedem da mesma forma, jurando a defesa dos mesmos princípios. Oxalá

consigam os vencedores cumprir o que estão prometendo à nação e ao povo brasileiro.<sup>148</sup>

O editorial solicitava a compreensão, a participação e a colaboração dos brasileiros de boa vontade e de responsabilidade. Havia, de forma subliminar, um apelo ao apoio às decisões do Estado, à aceitação submissa da tutela.

Como a evolução dos acontecimentos ainda era incerta, o jornal mantinha uma postura de cautela e prudência como convinha naquele momento. É importante lembrar que o presidente João Goulart, no dia 2 de abril, ainda se encontrava no país, quando o senador Auro de Moura Andrade, que presidia o Congresso Nacional, convocou na madrugada daquele dia uma sessão extraordinária, e formalizou a declaração de vacância do cargo de presidente da República, assumido pelo presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. João Goulart preferiu não reagir ao golpe e deixou o país, indo para o Uruguai.

Com a situação política praticamente definida, o editorial de 3 de abril caracterizou-se por uma linguagem mais incisiva:

A posição tomada pela guarnição militar em Juiz de Fora, Minas, passou a receber de imediato o apoio e a solidariedade de altos escalões das forças armadas alarmadas com o procedimento do governo que vinha estimulando a insubordinação de graduados contra os seus comandantes, como no caso dos Fuzileiros Navais que se amotinaram no Rio de Janeiro. (...) As origens da legalida-

---

<sup>148</sup> FONTOURA, Túlio. Editorial. *Diário da Manhã*, Passo Fundo. 2 abr. 1964. p. 2.

de de agosto de 61 que transferira a solução dos problemas que afligem a nação são as mesmas que hora se incorporam aos acontecimentos que estamos testemunhando. Até aqui as crises tem se caracterizado com perfeita harmonia com a índole pacifista do nosso povo, tão amante da paz, tão devotado à ordem, tão inimigo da violência. Mas é preciso que se reconheça que esse caráter pacífico de nossa gente não é de dimensões ilimitadas, não tem a composição da borracha, razão pela qual os que ontem assumiram a responsabilidade do poder, se não resolverem os problemas que angustiam o povo e aviltam os desprotegidos da sorte, a paz que voltou a imperar terá curta duração e para o futuro teremos que suportar novas crises, novas agitações que muito bem poderão se processar num clima de mais agressividade dos espoliados pelos usufrutuários das posições de mando, pelo mando apenas. (...) As forças armadas do Brasil na atual conjuntura da vida nacional, pelos seus mais lúdimos valores, precisam agir com mais rigor no sentido de exigir melhor conduta e maior ação dos novos responsáveis pelos destinos do Brasil e do seu povo.<sup>149</sup>

No editorial, as Forças Armadas são apontadas como a solução para o combate aos desmandos dos governantes. O *Diário da Manhã* deixava claro que era preciso, a partir daquele momento, “agir com mais rigor” na defesa dos “interesses do Brasil e do seu povo”. Na edição de 5 de abril, a última encontrada daquele mês, uma vez que as demais, como referimos, desapareceram, o jornalista Túlio Fontoura assim se referiu aos acontecimentos nacionais:

---

<sup>149</sup> FONTOURA, Túlio, Editorial. *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 3 abr. 1964. p. 2.

A história difícil que estamos atravessando, com o regime democrático em sério perigo de sobrevivência, consideramos que é necessário que cada cidadão, filiado a esta ou aquela corrente ideológica ou filosófica, se conduza com muito equilíbrio, serenidade e renúncia afim de que por esse meio, a paz e a concórdia possam voltar ao seio do povo brasileiro, afastando dessa maneira os perigos que ameaçam a liberdade e o regime ainda vigente. (...) A crise político-militar foi encerrada com a vitória das forças que desencadearam o movimento salvador da democracia. Nos interesses dessas forças e de seus mais categorizados líderes, têm por dever e obrigação se situarem a altura de suas responsabilidades perante o povo e a nação. Continuamos confiantes na nação e no equilíbrio das nossas Forças Armadas como guardiãs da honra nacional, da liberdade, da justiça e da própria dignidade do povo brasileiro, que jamais poderá se conformar com o regime discricionário a presidir os seus destinos. Na atual conjuntura difícil da vida nacional, as forças que lutam pela democracia unidas e coesas precisam escolher novos mandatários da nação e confiamos que saberão decidir com acerto, entregando o timão da nau à deriva, a um brasileiro de estatura moral e cívica de um Gaspar Dutra, encanecido pelos relevantes serviços prestados à República e ao Brasil ou a um outro brasileiro da sua estirpe, superior, sereno, equilibrado, justiceiro e devotado aos altos interesses do povo brasileiro.<sup>150</sup>

Na edição de 6 de maio de 1964, o *Diário da Manhã*, em seu editorial, reportou-se às providências saneadoras que estavam sendo tomadas no país pelo go-

---

<sup>150</sup> FONTOURA, Túlio. Editorial. *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 5 abr. 1964. p. 2.

**verno militar e deixou um alerta aos que ainda não tinham sido punidos pelo novo governo:**

A marcha da revolução de abril está revelando seus altos e patrióticos objetivos de cunho saneador da vida nacional, e por certo, muitas pessoas, que se consideram isentas de responsabilidade, a esta altura dos acontecimentos não devem estar dormindo o sono dos justos. (...) É preciso que se compreenda que a revolução está exigindo que todos prestem contas de seus atos, vencidos e vencedores, homens públicos e homens de negócios, sem o que não se poderá proclamar que o governo está agindo com justiça. (...) pela evolução dos acontecimentos, podemos começar a confiar na ação enérgica dos atuais dirigentes da nação, empenhados num sadio movimento de recuperação econômica, social e política da Pátria.<sup>151</sup>

**A linha editorial passou a fortalecer o denunciismo que começava a se tornar rotina na cidade. Em de 16 de maio, reiterou a campanha de perseguições:**

(...) os que estão lutando para conquistarem um lugar no conselho da revolução, devem ser considerados suspeitos, principalmente os que lançam mão da denúncia infundada, da infâmia, da calúnia, que também devem ser responsabilizados e punidos exemplarmente para a salvaguarda moral do regime. (...) existem indivíduos que assinaram manifestos subversivos, que fizeram pregações subversivas, que se deixaram fotografar em reuniões; que saudaram subversivos; que foram e são subversivos e que, a partir de 2 de abril, despiram as vestes

---

<sup>151</sup> FONTOURA, Túlio. Editorial. *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 6 mai. 1964. p. 2.

da subversão, para envergarem os de “malacaras” da nova ordem democrática. Precisamos desmascará-los.<sup>152</sup>

O jornal esclarecia que defendia a identificação dos antigos defensores do governo que havia sido deposto a fim de torná-los conhecidos e punidos, se necessário. Imediatamente, Passo Fundo passou a conviver com uma campanha que visava descobrir possíveis focos de oposição ao novo governo. Assim, por exemplo, em maio de 1964, o capitão Grey Belles, comandante do I/20º Regimento de Cavalaria, determinou uma vistoria na casa que abrigava a Juventude Universitária Católica (JUC), na rua Coronel Chicuta, 321, visando identificar possíveis opositores ao governo. O jornal *O Nacional* de 8 de maio publicou notícia segundo a qual o comando do I/20º RC informava que, “feita a vistoria na casa dos estudantes, nada foi encontrado que atente contra os seus moradores, todos completamente dedicados aos seus afazeres particulares. Nada, portanto, paira de dúvidas sobre a honorabilidade moral ou ideológica dos estudantes da JUC”.

A atuação do comandante da unidade local do Exército passou a ser intensa. O mesmo jornal *O Nacional* de 16 de maio registrou:

Na noite de ontem, tendo por local o salão nobre do Colégio Estadual Nicolau de Araújo Vergueiro e da Escola Oswaldo Cruz, o comandante Grey Belles proferiu aplaudida conferência versando sobre a situação nacional, aquiescendo a um convite da direção daquele estabelecimento. No concluir sua conferência, que foi muito aplaudida pelos presentes, o capitão Grey Belles rendeu sua homena-

---

<sup>152</sup> FONTOURA, Túlio. Editorial. *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 16 mai. 1964. p. 2.

gem à mulher brasileira, representada na mulher passo-fundense, dizendo ter sido ela a primeira a movimentar-se no sentido de salvar a Pátria dos perigos da infiltração comunista. Após o sucesso que alcançou a conferência proferida pelo capitão Grey Belles, é de se antecipar que outros diretores de estabelecimentos venham a solicitar novas orientações, obedecendo idêntico tema.<sup>153</sup>

A matéria publicada, além de noticiar a atuação do comandante, deixava claro que o exemplo deveria ser seguido pelos demais diretores das escolas da cidade, a fim de que todos se enquadrassem na nova realidade política do país, recebendo do comandante do Exército as novas orientações.

A vigilância, a defesa da ordem e da disciplina, a demonstração da nova realidade existente no país, do novo poder constituído, passaram a ser fundamentais em todas as comunidades. Como lembra Foucault,

a disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminuiu essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma aptidão, uma capacidade que ela procura aumentar; e inverter por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. (...) a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada.<sup>154</sup>

---

<sup>153</sup> O NACIONAL, Passo Fundo, 16 maio. 1964. p. 4.

<sup>154</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 127.

## As prisões de passo-fundenses

Nesse contexto, imediatamente vieram as prisões. Na primeira quinzena de maio de 1964 foram presos e remetidos a Porto Alegre o jornalista João Freitas, redator de debates da Câmara Municipal e redator-chefe de *O Nacional*, tido como ligado ao Partido Comunista, e toda a bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, formada pelos vereadores Meirelles Duarte, também jornalista, Odilon Soares de Lima, Ernesto Scortegagna, Wilson Garay, Gilberto Tubino e Bernardino Sampaio Guimarães. Também foi preso Paraguassú de Moura Brizola, telegrafista da Viação Férrea e irmão de Leonel Brizola.

Gilberto Tubino da Silva, professor da Universidade de Passo Fundo, em 1964, era médico recém-formado, atuando no então distrito de Ernestina. Como trabalhista tradicional, pois toda sua família era militante do PTB, filiou-se ao partido e logo concorreu à Câmara Municipal. Logo após o golpe de 1964, sugeriu que a Câmara se mantivesse em reunião permanente e elaborou um manifesto de total apoio a João Goulart. Como fazia oposição ao então prefeito Mário Menegaz, foi denunciado pelo próprio chefe do Executivo e preso. “Nosso apoio à João Goulart e nossa oposição ao prefeito Mário Menegaz resultou em 30 dias de prisão incomunicável em Porto Alegre”, declarou Gilberto Tubino.<sup>155</sup>

A viúva do vereador e advogado Wilson Corrêa Garay, Domingas Garay, lembra:

Em pleno Bar Oásis, numa tarde em que tomava cafezinho com amigos, Wilson foi preso por um oficial da

---

<sup>155</sup> DUARTE, Meirelles. Memória. *O Nacional*, Passo Fundo. 17 abr. 2004. p. 18.

Brigada Militar, levado para o quartel e só depois de 40 dias conseguiu retornar, ficando totalmente incomunicável nesse período. Nós, seus familiares, entramos em pânico, e dos brigadianos ouvíamos vagas notícias, todas apavorantes, dando a impressão de que não mais ele retornaria. Quando voltou era outro homem. Nossa casa sempre vigiada por soldados, continuavam implantando o pânico. Wilson tinha medo de sair à noite. Foi se debilitando, acometido de uma enfermidade e por esta veio a falecer. O maldito Golpe de 1964 foi que matou meu marido, tendo nos deixado com um pouco mais de 50 anos. Foi brutal. Não merecíamos tanto sofrimento.<sup>156</sup>

**O advogado e jornalista Meirelles Duarte relatou o que lhe aconteceu em abril de 1964 e também sobre sua atuação na imprensa da época:**

Eu era vereador do PTB e como tal acabei sendo preso, juntamente com mais cinco colegas vereadores do partido. Ficamos 33 dias incomunicáveis em Porto Alegre. Não nos cassaram os mandatos. Eu até me candidatei depois em 1968 e fui o vereador mais votado da cidade. Quanto à minha atividade profissional como jornalista, não sofri nenhuma censura, uma vez que a minha área era estritamente o esporte. Se eu fosse um crítico político, ou da editoria do jornal, claro que aí mostraria as minhas tendências. Eu vi muitos colegas sofrerem e serem perseguidos e censurados. Em Passo Fundo os jornalistas gozavam de uma certa liberdade. É claro que todos, vendo a repercussão na grande mídia, com jornalistas sendo presos, mortos, eles tomavam todos os cuidados possíveis, para que a repressão não chegasse a Passo

---

<sup>156</sup> *O NACIONAL*. Passo Fundo, 17 abr. 2004. p. 18.

Fundo. Nós nos enquadrámos nas normas dos militares, do novo governo. Havia sempre a preocupação com as denúncias às autoridades militares.<sup>157</sup>

O medo, o temor, o clima de insegurança ficam claros nos relatos obtidos. A ameaça de repressão levava a que as pessoas agissem com prudência. No caso dos jornalistas, alguns preferiram se enquadrar na nova realidade, evitando um enfrentamento com o governo militar mesmo no interior do país, escrevendo em jornais de pequena circulação. Alguns, entretanto, ousaram continuar escrevendo e desafiando a censura, não se submetendo aos ditames do novo governo.

Muitos dos que combateram as políticas do Estado pós-1964 e pós AI-5 ficaram desempregados, foram encarcerados e perseguidos. Muitos jornalistas igualmente desempenhavam uma militância de esquerda – de simpatizantes a engajados – e padeceram (muitas vezes com marcas na própria pele) por tais atitudes.

O jornalista João Baptista de Mello Freitas, também advogado e funcionário público – ex-secretário da Câmara Municipal de Vereadores –, foi o caso mais notório. Era igualmente proprietário de uma gráfica e editor da revista *Agenda*. Como jornalista exerceu a função de redator do jornal *O Nacional*. Homem culto, articulado, escrevia sobre os mais diversos temas. Freitas denunciava em sua coluna, “Por ouvir dizer”, as atitudes arbitrárias do governo militar. Na crônica “Lenço vermelho” escreveu:

Agisberto Gonçalves não saberia ler seu nome nesta coluna, nem há de ter noção precisa do que significa ter

---

<sup>157</sup> DUARTE, Meirelles. Entrevista concedida a José Ernani de Almeida em abril de 2003.

sido um dos presos políticos recolhidos ao SESME em Porto Alegre. Moreno, jovem e desconhecido dos demais, estava ele entre os 18 presos (ou, amenizando, detidos?) que às 11 horas do dia 15 de maio foram colocados num ônibus no 2º Batalhão Policial de Passo Fundo, e enviados a Porto Alegre, “enquadrados na Lei de Segurança Nacional”. Conosco – 14 de Passo Fundo, 3 de Nonoai e Sarandi e 1 de Carazinho – foi recolhido ao Instituto Central de Menores (ICM), obra construída no governo de Leonel Brizola e pertencente ao Serviço Social de Menores – SESME – nome que passou a denominar a principal prisão política do Rio Grande do Sul. E Agisberto ganhou o apelido – Lenço Vermelho. E se tornou conhecido – e sua história conhecida – entre os mais de 200 presos políticos, dezenas de vereadores, operários, camponeses, intelectuais, barbeiros, dirigentes sindicais e líderes políticos de todos os recantos do Estado, inclusive duas professoras de Bagé. E entre todos – em sua maioria suportando prisão política sem saber porque e todos privados das garantias individuais da Constituição – Lenço Vermelho era talvez o único que justificava a missão do SESME, porque era menor e analfabeto. Analfabeto com 17 anos, totalmente despolitizado, morava no interior de Casca. Numa festa religiosa, houve a rifa de um lenço colorado. Agisberto ganhou o lenço, mas lhe disseram: “Não use esse lenço que é comunista”. E Agisberto, analfabeto e ainda guri, retrucou: “Eu uso”. Por isso, foi preso, elemento subversivo que teimou em afirmar que usaria um lenço vermelho ganho numa rifa. No SESME, decerto comendo melhor que em casa, recebendo algumas roupas de outros presos, jogando futebol e chutando com o pé esquerdo, ganhando algum dinheiro em serviços de limpeza, sem problemas, sem preocupações, sem entender de política, de golpe ou de ditadura, sem saber que di-

reitos teria, sem sequer entender-se como cidadão, ficou até o anoitecer de 4 de junho o perigoso agitador Lenço Vermelho. Analfabeto e menor, despolitizado e despreocupado ficaria bem no SEME não fosse transformado, eventualmente, em prisão política.

Na verdadeira paranóia de prisões e perseguições que se seguiram ao golpe militar, o simples fato de usar um lenço vermelho, símbolo marcante dos maragatos na história gaúcha, determinava a prisão de um menor analfabeto.

Da prisão, onde conheceu Agisberto Gonçalves, o “Lenço Vermelho”, João Freitas escreveu cartas para sua noiva, Leda, nas quais demonstrava sua preocupação com a família e com sua mãe, particularmente. Numa delas disse: “A prisão, embora política, tem esse grande problema – a família – eu fiquei muito mais sensível a ele e em relação a ti – que seremos uma família – e a minha mãe, irmãos, sobrinhos. (...) espero que saibas enfrentar este episódio de cabeça erguida, porque esta prisão não me deslustra moralmente, nem me abate e nem de amedronta”. Em outra carta enviada à noiva, ele revelou que a sua “preocupação mesmo é a prisão, não por ela em si, porque por mim ela não me afeta. Mas pelo que deixei lá fora, tu, minha mãe, meus irmãos e cunhados, meus sobrinhos e amigos”.<sup>158</sup>

O conteúdo das cartas expressa toda a amargura de alguém que fora arrancado do convívio de seus familiares por questões políticas. Essa prisão, como tantas outras da época, demonstra que as autoridades oficiais viam o intelectual e o profissional de imprensa como

---

<sup>158</sup> Cartas obtidas junto à família Freitas e que estão anexadas a este trabalho.

cidadãos perigosos e, se comunistas, “desde há muito, tanto mais temíveis”.

Para Maria Luiza Tucci Carneiro,

(...) até os anos de 1980, o intelectual ativo – aquele que escrevia e divulgava suas idéias “revolucionárias” – sempre foi tratado pelas instituições vigilantes como um “he-rege”, um “homem maldito”, um “bandido”. Por ultrapassar os limites do permitido, foi repreendido, julgado e punido. Os livros apreendidos como “armas do crime” transformaram-se em prova material da trama articulada contra o regime e que, segundo os homens do poder, poderiam desequilibrar a ordem imposta. Tanto os homens do poder quanto os intelectuais revolucionários sempre tiveram consciência da força da palavra. (...) Temiam-se os homens de vasta cultura, autores de livros, jornalistas e tipógrafos. Professores e estudantes de ciências humanas e ciências políticas também incomodavam. Temiam-se as críticas ao regime, as denúncias, as passeatas estudantis, o humor dos caricaturistas, os enredos cinematográficos e teatrais. Temiam-se os homens com passado de militante político, razão pela qual o regime militar pós-64 instituiu os corriqueiros *atestados de antecedentes políticos*.<sup>159</sup>

Por suas crônicas, o jornalista João Freitas continuou a ter problemas com as autoridades militares locais e em 1965 novamente foi preso e enviado para Porto Alegre.

---

<sup>159</sup> CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Fapesp, 2002. p. 21.

## Jornais alinhados ao golpe: jornalistas divididos

No início da década de 1960, a imprensa passofundense dividiu-se: um grupo de jornalistas apoiava o novo governo e outro, apesar das ameaças, criticava o governo militar. Mesmo dentro do mesmo jornal as opiniões eram divergentes. *O Nacional*, por exemplo, publicava crônicas favoráveis e contrárias ao governo.

O jornalista João Vieda, que era também funcionário dos Correios e Telégrafos, em sua coluna “Acontecimentos da semana”, assim se manifestou em maio de 1964:

Falando em Passo Fundo, têm surgido ultimamente na imprensa daqui artigos que estão despertando interesse incomum. E de autoria de pessoas que antes endeusavam o regime comuna-pelego-sindicalista e cantava loas à Petrobras comunizada. Com o advento da revolução, tais artigos sumiram. Agora, reapareceram. E com críticas sub-reptícias, nas entrelinhas, ao atual regime. Até aqui nada demais. A liberdade de imprensa ainda permite. Porém não são apenas críticas. São furtivos ensaios de defesa da situação anterior. Sub-repticiamente, e que não escapam do leitor arguto. Ora, criticar o novo governo da República é compreensível. Agora, querer defender o desgoverno do grupo Goulart, nesta hora em que toda a imprensa se empenha em esclarecer a opinião pública sobre os desmandos daquele grupo, francamente, é muito peito.<sup>160</sup>

---

<sup>160</sup> VIEDA, João. Acontecimentos da semana. *O Nacional*, Passo Fundo, 19 maio 1964. p. 3.

O jornalista Paulo Roberto Pires, então assessor do prefeito Mário Menegaz, referindo-se ao grupo derrotado na eleição municipal de 1963, escreveu na coluna “Velhos causos”:

O desconsolo do ex-diretor da rádio Municipal [não cita o nome] é porque a revolução pegou-o em cheio. Uma emissora de rádio dentro do novo espírito da revolução não pode ser entregue assim, em pagamento de uma traição política. Imprensa, agora, é coisa mais séria. Este embuste de elogiar Castelo Branco não cola. Quem morria de amores por JK e Amaral Peixoto, não adianta mudar na undécima hora. Quem movia odiosa campanha contra estudantes que anos atrás pintavam as ruas da cidade contra os comunistas, não pode agora virar para anticomunista do dia para a noite. Quem era Janguista doentio, não pode agora querer elogiar rasgadamente a revolução. Mas, é como se diz, é a lei da sobrevivência. Cada um se agarra com os dentes e a moral que tem... Portanto....<sup>161</sup>

Por ideologia ou por serem figuras de visibilidade na sociedade local, esses jornalistas trataram de se posicionar ao lado do poder, numa postura que nos remete a Michel Foucault:

A eficácia do poder, sua força limitadora passaram, de algum modo, para o outro lado – para o lado de sua superfície de aplicação. Quem está submetido a um campo de visibilidade, e sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder; fá-las funcionar espontaneamente sobre si mesmo; inscreve em si a relação de poder na qual

---

<sup>161</sup> PIRES, Paulo Roberto. Velhos causos. *O Nacional*, Passo Fundo, 4 jul. 1964. p. 3.

ele desempenha simultaneamente os dois papéis; torna-se o princípio de sua própria sujeição.<sup>162</sup>

As diferenças políticas locais continuaram a produzir ataques pessoais através dos jornais da cidade, nos quais é possível perceber a cultura de alcagüete e o alinhamento com o regime de exceção. Exemplo disso é o artigo do jornalista Paulo Pires, “Pasquim irresponsável”, do jornal *O Nacional*, fazendo duros ataques ao diretor do jornal *Diário da Manhã*, Túlio Fontoura:

Tivesse a oportunidade de dialogar com o Presidente Castelo Branco, haveríamos de transmitir-lhe contundentes impressões sobre facetas da nossa política. Sabemô-la remota, motivo porque, registramos as mesmas para que não se diluam e para que o povo as conheça. No regime democrático a imprensa representa célula viva da vida nacional. Todo o progresso e prosperidade de um povo, encontra eco na sadia e honesta imprensa. Tendo em mente este pressuposto, haveríamos de relatar ao Marechal, que ainda subsiste no Rio Grande do Sul, o que há de mais reles e corrupto em matéria de imprensa num único (órgão) pasquim. O restante de nossa imprensa, via de regra, é autêntica e honesta e contribui para o desenvolvimento nacional. Como se sabe em algumas comunas rio-grandenses, ainda está a solta a fina flor da rapi-nagem, da corrupção e da subversão. Ainda ladrões e subversivos de grande fôlego miam e caluniam como inconscientes, por já haverem penetrado na fase do “delirium tremis”. E, na sombra destes, rasteja um pasquim com diretor e tudo. (...) Neste estado, não acreditaria o Presidente, possa fazer imprensa quem já foi preso

---

<sup>162</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 179.

por estelionatário. Que ladrões de relógio possam opinar e ditar normas sobre assuntos administrativos e políticos. Mas é pura verdade...<sup>163</sup>

As rivalidades locais produziam manifestações agressivas como a do jornalista Paulo Pires, que pedia ainda mais rigor contra colegas de imprensa. Essas manifestações eram respondidas na mesma proporção, quando não de forma ainda mais contundente. Túlio Fontoura reagiu ao artigo de Paulo Pires tachando-o de “infa-mante”, “mentiroso”, “canalhismo vulgar e de estar à ser-viço da administração de Mário Menegaz”. Em sua res-posta ao jornalista Pires, Túlio fez a seguinte acusação ao prefeito municipal:

(...) fontes indicam que o prefeito Mário Menegaz está denunciando às autoridades militares dezenas de pesso-as aqui residentes, seus desafetos políticos e pessoais, entre eles o Presidente da Câmara, Cel. Otacílio de Moura Es-cobar, presidente do PSD e oficial da reserva da Briga-da Militar, que foi denunciando como elemento extre-mista e autor de atos subversivos. Menegaz continua a denunciar pessoas que até agora ignoram as acusações que sobre elas estão pesando.<sup>164</sup>

Se no contexto local o jornal criticava as denúnci-as contra pessoas inocentes e prisões, no plano nacio-nal elogiava o novo governo, numa postura ambígua, de verdadeiro equilibrista. Assim, por exemplo, defen-dendo a tese da não-convocação de eleições, o *Diário da Manhã* asseverou:

---

<sup>163</sup> PIRES, Paulo Roberto. Pasquim irresponsável. *O Nacional*, Passo Fundo, 25 ago. 1964. p. 2.

<sup>164</sup> FONTOURA, Túlio. *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 29 ago. 1964. p. 2.

(...) na verdade, não podemos, na atual conjuntura da vida nacional, pensar em eleições próximas e muito menos em candidaturas, que precisam ser escolhidas, na devida oportunidade, de acordo com o regime democrático a ser implantado no país pela revolução de março. (...) a casa ainda está muito suja. Existem milhares de pessoas com contas a prestar perante a Revolução, cujos responsáveis precisam ser inflexíveis e surdos aos apelos dos que contribuíram, direta ou indiretamente, para a implantação do regime de desordens que vinha comprometendo as últimas energias da nação. (...) os políticos e os candidatos devem entrar em gozo de férias por algum tempo, para o necessário reexame de seus atos e condutas no passado, e decidirem se devem continuar, no futuro, preservando os interesses maiores do Brasil.<sup>165</sup>

Era preciso dar mostras de aprovação e adesão ao novo poder constituído, mesmo que isso representasse defender o suposto “regime democrático que estava sendo implantado pela revolução”, caracterizado por prisões arbitrárias e denúncias despropositadas, ou seja, combatia-se a ditadura com ditadura e servia-se à liberdade suprimindo-a.

Paulo Roberto Pires, hoje procurador do estado aposentado e advogado em Porto Alegre, analisa os embates na imprensa passo-fundense daquela época:

(...) havia em Passo Fundo a querela interminável entre *O Nacional* e o *Diário da Manhã* que não teve, em momento algum, pelo menos ao tempo em que atuei no jornal, qualquer motivação ideológica e, muito menos, vinculação com o movimento militar. A linguagem dos que atu-

---

<sup>165</sup> FONTOURA, Túlio. *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 2 set. 1964. p. .

avam de um lado e de outro era a mesma. As acusações e as respostas se mereciam. As campanhas de ataques recíprocos que ressurgiam periodicamente, beiravam ao folclore que povoa a melhor literatura de Jorge Amado, Eça de Queiroz e Érico Veríssimo. No âmago da questão estava uma querela pessoal, à qual, ao sabor da conveniência, davam-se foros políticos. Jamais sobrou espaço para apontar, nem em um, nem em outro, qualquer postura de direita ou de esquerda. Será um equívoco pretender alçar uma desinteligência pessoal nascida nos tempos do jornalismo romântico à uma questão de disputa ideológica. Ironicamente, a questão pessoal era maior do que isso. E os jornalistas que atuavam em ambas as trincheiras, sabiam disso. O antagonismo de ambos os jornais tinha uma predominante questão pessoal, a linha editorial que adotavam revelava algumas diferenças quanto a postura diante do regime militar que ambos não combatiam.<sup>166</sup>

Na verdade, os dois jornais locais se alinharam ao golpe militar. A linha editorial de *O Nacional* e do *Diário da Manhã* era ditada pelas quizilas locais e pelas circunstâncias que surgiam com o desenrolar dos acontecimentos políticos na cidade. Em nível nacional, ambos apoiavam o regime discricionário. O golpe militar colheu os grupos políticos locais já antagonizados e a uns e a outros serviu para acirrar os ânimos na disputa pelo poder político municipal.

Para entender situação tão enigmática, ao mesmo tempo visível e subterrânea, presente e oculta, investida em toda parte, que se chama “poder” e que, clara-

---

<sup>166</sup> PIRES, Paulo Roberto. Entrevista concedida a José Ernani de Almeida, via e-mail, em maio de 2005.

mente, no contexto que estamos descrevendo se manifesta, buscamos a argumentação em Michel Foucault:

Quem exerce o poder? Onde o exerce? Atualmente se sabe, mais ou menos, quem explora, para onde vai o lucro, por que mãos ele passa e onde ele se reinveste, mas o poder... Sabe-se muito bem que não são os governantes que o detêm. Mas a noção de “classe dirigente” nem é muito clara nem muito elaborada. “Dominar”, “dirigir”, “governar”, “grupo no poder”, “aparelho de Estado” etc. é todo um conjunto de noções que exige análise. Além disso, seria necessário saber até onde se exerce o poder, através de que revezamentos e até que instâncias, frequentemente ínfimas, de controle, de vigilância, de proibições e coerções. Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui.<sup>167</sup>

A questão do controle político acentuou-se no segundo semestre de 1964, quando foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI). Além de um aparelho repressivo sofisticado, o serviço fazia parte de uma estratégia global que nasceu dos preceitos colocados pela Doutrina de Segurança Nacional. Segundo essa, a segurança nacional “é a garantia que, em grau variável, é proporcionada à nação, principalmente sob a égide do Estado, através de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, para a conquista e manutenção dos Objetivos Nacionais, a despeito dos antagonismos e pressões latentes ou potenciais”.

---

<sup>167</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 5. ed. 1985. p. 75.

## Para os militares, defensores do Ocidente contra o comunismo,

estaria em marcha um processo de destruição da cultura ocidental, na qual os movimentos subversivos internacionais, utilizando-se dos meios de comunicação, tentam destruir as bases morais e culturais do mundo ocidental. (...) Grande parte das Forças Armadas, principalmente dos integrantes dos órgãos de segurança e informação, não só achava que os meios de comunicação do Brasil faziam o jogo do inimigo, como também estava convicta que eles estavam infiltrados de agentes treinados e especializados na técnica revolucionária de conquista da opinião pública e do poder.<sup>168</sup>

## A apreensão de *O Nacional* e a prisão de João Freitas

Um evento secundário ocorrido em fins de março de 1965 serviu para a difusão ainda maior na propaganda do golpe. Um grupo comandado pelo coronel do Exército Jefferson Cardin de Alencar Osório saiu de Montevidéu e dirigiu-se para Rivera, onde pernitoou e, no dia seguinte, prosseguiu para Santa Maria, à procura de companheiros para iniciar um levante contra o governo militar brasileiro.

Segundo o capitão reformado do Exército José Wilson da Silva,

---

<sup>168</sup> Boletim Especial n. 2 do documento do III Exército, *O Globo*, 28 mar. 1978, p. 8.

Jefferson, comandando o grupo, subiu para o Planalto. Apoderou-se das guarnições da Brigada Militar de Três Passos e leu um manifesto na rádio local na qualidade de “Comandante em Chefe das Tropas contra a Ditadura”. Foi o ponto alto do que pretendia. A seguir, ocupou outras cidades. E marchou rumo ao norte com o objetivo de criar um problema para o governo que lutava por se consolidar. Sua intenção era a de não deixar a ditadura comemorar o primeiro aniversário do golpe. A ação de Jefferson imediatamente repercutiu com manchetes na imprensa nacional e internacional: GUERRILHA NO BRASIL!<sup>169</sup>

**O manifesto lido na rádio foi enfaticamente retransmitido por emissoras, que falavam numa coluna de até quatrocentos homens. Segundo Elio Gaspari:**

Cardim subia em direção a Mato Grosso e já estava em território do Paraná quando as tropas do Exército, depois de terem localizado o caminhão durante um reconhecimento aéreo, cercaram-no nas vizinhanças da cidade de Cascavel, duzentos quilômetros a oeste de Curitiba. Antes do meio-dia do dia 26 de março a coluna guerrilheira, acuada tiroteou com a tropa e, em seguida, dispersou-se. Nesse choque morreu um sargento legalista. Horas depois o coronel Cardim foi preso. (...) Estava terminada a guerrilha. Demorara cerca de 144 horas para ser planejada e 36 para ser destruída. Como sempre acontece com os fracassos, Cardim foi dado por louco e o assunto esquecido.<sup>170</sup>

---

<sup>169</sup> DA SILVA, José Wilson. *O tenente vermelho*. Porto Alegre: Tchê, 1987. p. 191.

<sup>170</sup> GASPARI, Élio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 194.

O episódio, que deveria ser mantido sob absoluto sigilo e censura, acabou ganhando ampla cobertura da imprensa de todo o país. Em Passo Fundo, na edição do dia 27 de março, *O Nacional* estampou a seguinte manchete: “5ª Região Militar anuncia: rebeldes já foram cercados”. Na edição de 29 de março, o jornalista João Freitas noticiou o que acontecera durante a jornada do coronel Jefferson Cardim. A notícia foi publicada na primeira página e trazia informações já veiculadas em grandes jornais de todo o Brasil:

RIO, CURITIBA – A morte do sargento Carlos Argemiro, do Exército, e de 2 guerrilheiros, foi anunciada em Curitiba, ao ser noticiado que tropas do 13º Regimento de Infantaria e do Departamento de Fronteira desbarataram, a 50 quilômetros de Cascavel, na região de Marmelândia, o grupo rebelde que, na madrugada de sexta-feira, assaltou as guarnições da Brigada Militar de Três Passos e Tenente Portela, no Rio Grande do Sul e de Itapiranga em Santa Catarina, penetrando em território paranaense. O grupo de 20 rebeldes, segundo informações militares, conseguiu embrenhar-se nas selvas, sob perseguição, tendo sido presos 5 deles, segundo algumas informações, ou 15, segundo outras. No Rio uma nota militar assegurou que a ação rebelde no Rio Grande do Sul fora desencadeada a mando do ex-deputado Leonel Brizola, exilado no Uruguai, dizendo que o ex-coronel Jéferson Cardim de Alencar Osório confessara sua missão subversiva, após ser preso pelo Exército. A nota também informa que a rebelião era sinal para um levante geral no país, o qual fracassou. A nota do Exército diz que o ex-coronel Jéferson, que se intitulava chefe das “Forças de Libertação Nacional” era comunista, tendo sido expurgado pelo Ato Institucional. Em Buenos Aires, a Polícia Marítima da Argentina

anunciou ter determinado estado de alerta em toda a sua fronteira com o Brasil, em conseqüência da “ação de guerrilheiros no Sul”. No Rio, informou-se no Palácio das Laranjeiras que a ação rebelde no sul não provocará qualquer mudança na política federal ou na orientação econômico-financeira do governo. A ação rebelde é considerada como um movimento isolado que não mudará o esquema econômico financeiro do governo e nem provocará o adiamento das eleições de outubro do corrente ano. Próceres do PSD, PTB e PSB mostraram-se com temor de que a ação rebelde possa levar o governo a recuar em sua decisão de permitir a realização de eleições em 1965. Consideram essas forças que o movimento rebelde veio justamente quando foram realizadas as eleições em São Paulo e o processo democrático encaminhase favoravelmente, podendo prejudicá-lo. Um prócer do PSD chegou a afirmar “A hora não é de guerrilha, mas de eleições”.<sup>171</sup>

Na mesma edição, o jornal *O Nacional* publicou a coluna “Destaque. (Políticos)”, assinada por De Pires, fazendo uma avaliação do episódio:

Com os recentes acontecimentos de Três Passos e Tenente Portela, surge a necessidade de examinar-se se verdadeiramente existe uma contra-revolução em andamento. E, se existem, em que termos. Se for nos termos deste grupo de anarquistas, não existe contra-revolução. Se for sob a inspiração de Brizola, igualmente, não poderá existir. Não tem aquele exilado qualquer condição de comandar uma contra-revolução em termos ordenados e com um objetivo certo. Se for através de pronunciamen-

---

<sup>171</sup> FREITAS, João. *O Nacional*, Passo Fundo, 29 mar. 1965. p. 1.

to de chefes esquerdistas, também não admitimos que exista contra-revolução. O PTB, por seu turno, da mesma forma, com sua posição de agora, não está nem poderá comandar contra-revolução. Agora, se for entendida, a contra-revolução, nos termos de atividade espontânea do povo e de homens responsáveis por determinados setores da vida nacional, daí sim teremos de concordar que existe contra-revolução. A atividade, por exemplo, de conhecido subordinado de Brizola, expurgado da SPU<sup>172</sup> recentemente, boicotando a atividade da atual Direção, prejudicando o Ensino Superior, é um verdadeiro contra-revolucionário. Certa imprensa que troca opinião por dinheiro e por cargos, também caracteriza-se como autêntica contra-revolucionária. Certos líderes partidários, e de partidos acima de tudo cristãos, acionando uma política de província junto às administrações, prejudicando seu trabalho, são eficientes porta-vozes da anti-revolução. Estes pobres coitados que não têm inteligência suficiente e jogam-se nos matos dando tiros, não poderão nunca fazer uma contra-revolução. Estes, que citamos acima, escudados nos cargos que ocupam e nas funções que exercem, podem, com eficiência maior, fazer uma contra-revolução. Para estes, especialmente, que precisam ser voltadas as atenções dos homens que comandam a Revolução.<sup>173</sup>

---

<sup>172</sup> No início da década de 1950 surgiu um movimento de interiorização do ensino superior, que, até então, restringia-se às cidades de Porto Alegre e Pelotas. Em Passo Fundo, dr. João Junqueira Rocha, advogado militante, arremontou os advogados para criar a Faculdade de Direito. Esse movimento tomou amplitude e transformou-se na Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo-SPU. A primeira diretoria teve como presidente César Santos, médico, deputado federal pelo PTB de Getúlio Vargas. Sobre a SPU ver "Depoimentos informais sobre a criação do ensino superior em Passo Fundo-1950-1986". ANNES, Murilo Coutinho. Depoimentos informais sobre a criação do ensino superior em Passo Fundo – 1950-1986. 1999. p. 3. p. 1-10.

<sup>173</sup> DE PIRES. *O Nacional*, Passo Fundo 29 mar. 1965. p. 4.

O articulista aproveitou a questão da guerrilha para denunciar políticos e atacar setores da imprensa local, que acusou de contra-revolucionários, pedindo que as autoridades agissem. O episódio da guerrilha tornava-se menor diante do conflito doméstico. Em função deste se justificava até mesmo o pedido de censura do jornal concorrente, por mais contraditório que fosse.

Entretanto, o desejo do jornal *O Nacional* funcionou como um bumerangue. A edição do dia 29 de março do jornal foi apreendida pelo capitão Grey Belles, comandante do 1/20º Regimento de Cavalaria. João Freitas, redator do jornal, deixou registrado o que aconteceu:

Creio que era o dia 27 de março de 1965. Pouco mais de 8 horas da manhã, gurus passando apressados, a edição de *O Nacional* indo para a rua e para os postos de venda. Múcio de Castro tinha ido dormir pela madrugada. Na redação, o Walter Siliprandi comandava a distribuição dos primeiros exemplares do jornal, enquanto eu conversava com o capitão Grey Belles, comandante da guarnição local do Exército, e o capitão Jones Santelano, da Brigada Militar, também vereador da ADP – Aliança Democrática Passofundense, coligação do PSD, PL, UDN, MTR, que em 1963 elegera Mario Menegaz como Prefeito e Adolfo João Floriani como Vice-Prefeito. O dia amanhecera com certa agitação, pois na antevéspera explodira a notícia de que o ex-coronel brizolista Jéferson Cardim de Alencar Osório, comandando um grupo de ex-militares, havia tomado a cidade de Três Passos e dali seguindo para o sudoeste do Paraná, iniciando um movimento guerrilheiro. ON registrava esse fato, inclusive com a transcrição (à base da tesoura, reproduzindo, que então não havia off-set) de uma biografia do cel. Jéferson publicada no Jornal do Brasil. (a biografia

acabou não sendo publicada) Outra nota reproduzia um panfleto, convocando uma greve geral para 31 de março, em protesto contra o “golpe”. Na redação, Grey e Santelano receberam exemplares do jornal, olharam, comentaram. Grey, em especial, conversou comigo (ele, que era espírita), recomendando-me um medicamento para um caso de Lupo no nariz. A gente se dava razoavelmente bem, que ele era amigo do Múcio e do jornal. Daí, os dois militares saíram para a rua e eu para Câmara de Vereadores, junto à velha Prefeitura, na avenida Brasil. Uma hora depois, o Siliprandi manivelava o telefone, esbaforido, pedindo-me que fosse ao jornal, caso grave. E fui. Ali, para surpresa, encontrei vários militares do Exército e fiquei sabendo que a edição do jornal (o que ainda não havia sido distribuído) fora apreendida, por ordem do capitão Grey. E me esperava o sargento Magalhães, “convidando” para que eu fosse ao quartel. Encabulado, não queria carona no meu carro, mas eu, cordial, insisti. Chegando ao quartel, o capitão Grey, após algumas perguntas, me declarou preso “em nome do comando do III Exército”. Recolhido a uma sala da secretaria, dormi num sofá, até uma da tarde. Aí fui ver que o recolhimento seria mais demorado do que se prenunciava.<sup>174</sup>

### **O fato também é narrado pelo jornalista Múcio de Castro Filho, hoje radicado no Rio de Janeiro:**

O comandante Grey Belles, compareceu à redação do jornal a fim de tratar da publicação de uma nota, uma informação qualquer de seu comando e de lá saiu levando, por sinal, um exemplar igual àqueles que estavam sendo tirados da máquina impressora em funcionamento, para lan-

---

<sup>174</sup> Texto retirado do processo para solicitar os benefícios da lei 11.042, de 18/11/97, garantindo indenização a familiares de ex-presos políticos.

çar a edição do dia. Trinta minutos após, o Capitão Grey Belles retornou às dependências do jornal, vasculhou a redação, foi às máquinas, às oficinas, apreendeu, afinal, todos os exemplares do dia 29 de março e deixou uma intimação, depois de ter-se negado a ter um contato com o diretor do jornal, meu pai, Múcio de Castro. Aliás, o Múcio foi chamado. Se armou e veio para o jornal. Felizmente os soldados e o Grey já tinham saído. A intimação deixada era para que o jornalista João Batista de Mello Freitas, colaborador do jornal, comparecesse ao quartel. Múcio escreveu um artigo (o artigo não foi encontrado) dizendo que não permitiria sob hipótese alguma que novamente o jornal fosse invadido pelo Exército e que à partir daquele momento, João Freitas, que não era funcionário da empresa, passava a ser efetivado como jornalista.<sup>175</sup>

O capitão Grey Belles chegou a Passo Fundo em 1953, procedente de São Gabriel. Segundo Múcio de Castro Filho, “a escolha do capitão para o comando da unidade de Passo Fundo se deveu à influência de Múcio de Castro que atendendo ao pedido de um amigo, Ney Vaz da Silva, tio do militar, conseguiu que o presidente João Goulart o nomeasse para o cargo”.

Grey Belles foi um dos fundadores do CTG Lalau Miranda, membro do Rotary Club e comandante do I/20º Regimento de Cavalaria de 1963 a 1969. Hoje, oficial da reserva como coronel, reside em Brasília. Sobre sua atuação em Passo Fundo em março de 1964, ele lembra:

A atitude do quartel local resumiu-se em não permitir sedição e garantir segurança aos passo-fundenses. Porque todo conflito traz sofrimentos e separatividade resultando

---

<sup>175</sup> CASTRO FILHO, Múcio de. Entrevista concedida a José Ernani de Almeida em abr. 2004.

sempre em lutas entre as partes. Também os acontecimentos, estiveram restritos aos grandes centros do poder político-militar. Com o exemplo de 1935, quando militares, contagiados pelas idéias marxistas-leninistas, mataram companheiros que dormiam e assassinaram superiores, voltamos a ser assediados pelos mesmos comunistas, com intensa propaganda subvencionada agora pela Rússia através de Cuba. Sob os ecos da Campanha da Legalidade quando o governo estadual aproximou-se dos chefes militares do Exército e obteve êxito, voltou a agir um caudilho famoso (Leonel Brizola), como secretário internacional socialista e com o símbolo comunista no pescoço, com dinheiro fácil vindo de fora e matreirice, envolvendo militares de altas patentes, detentores do poder das armas, venais todos eles e colocando-os em postos escolhidos pelos sediciosos. Atenta aos acontecimentos em todo o país, a unidade de Passo Fundo, reagiu na data de 31 de março de 1964 coesa, sem vacilações, à decisão do seu pequeno comando. Já que estávamos com o quartel em prontidão quase permanente em virtude da sublevação dos fuzileiros da Marinha, comício da Central do Brasil e reunião do Automóvel Clube, tudo no Rio de Janeiro, com presenças (e conivência...?) dos mais altos dirigentes do país. Como o titular do III Exército foi chamado ao Rio, na véspera (éramos subordinados diretamente ao mesmo) assumi toda a responsabilidade pela minha atitude sob meu limitado discernimento, ditando toda minha ação e coerente com meu lema pessoal (defendido mais tarde em pronunciamento público): liberdade só com respeito e responsabilidade. Subversivos felizmente eram poucos em toda minha área e como comandava sem esquecer minha responsabilidade maior – manter Passo Fundo fora dos distúrbios reinantes no país – tive a satisfação de ser apoiado por todos os homens de bem e progressistas dessa cidade.<sup>176</sup>

---

<sup>176</sup> BELLES, Grey. Entrevista concedida a José Ernani de Almeida, via e-mail em maio. 2005.

Fica claro que a leitura prevalecente entre os militares era de que o país deveria ser reconstruído em novas bases. Era necessário, preliminarmente, eliminar o perigo comunista e a subversão. A sociedade seria reformada tendo por parâmetros a disciplina, a responsabilidade e a hierarquia. Escreve Carlos Fico:

Havia uma utopia autoritária “fundada na idéia de que os militares eram, naquele momento, superiores aos civis em questões como patriotismo, conhecimento da realidade brasileira e retidão moral. Por isso, a grande preocupação era traçar um perfil desse brasileiro que deveria ser educado. Afinal, a população ainda era mera “espectadora” dos novos acontecimentos da cena brasileira; estava ainda “indiferente”. Era preciso “tocar a alma brasileira”.<sup>177</sup>

Sobre o episódio da apreensão do jornal, o coronel Grey Belles declarou:

Quanto à imprensa falada e a escrita nunca me preocuparam. Apenas avisei inúmeras vezes ao Patrão (CTG) Múcio de Castro de que seria traído pelo seu redator, comunista reconhecido, que trabalhava também na Câmara de Vereadores. Concomitante com suas tarefas agia para o Partidão (comunistas são radicais, incansáveis, eternos convictos, com raras exceções). O fato da apreensão do jornal aconteceu por uma cilada do destino e veio a envolver o comandante da unidade. Foi uma ação isolada e pessoal dele, que fora tratar com o proprietário do jornal e como sempre este o fazia, recebi do acima citado uma edição do jornal (não tínhamos verba para assiná-lo). Na edição apreendida fora implantado, na primeira página em destaque, lisonjeira informação sobre o chefe

---

<sup>177</sup> FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

da guerrilha. Fui forçado a recolher parte da edição ainda não distribuída, pois não convinha alarmar a cidade em ocasião tão melindrosa. Com grande pesar magoei o amigo, fundador comigo do CTG. Esta foi a única ação feita contra a mídia.<sup>178</sup>

A acusação de que o jornal havia feito “lisonjeira informação sobre o chefe da guerrilha”, o ex-coronel Jéferson Cardim de Alencar Osório, é questionável uma vez que, na edição apreendida, apenas fora noticiada a movimentação do grupo rebelde e seu desmantelamento pela ação do Exército, fato, aliás, que ganhou destaque nos maiores veículos da imprensa do país na época. No momento da apreensão, o capitão Grey Belles deixou uma intimação para que o jornalista João Batista de Mello Freitas comparecesse ao quartel do Exército. O jornalista foi ao quartel julgando tratar-se de algum equívoco ou de algum problema que se revestisse de alguma seriedade de que não tinha conhecimento, contudo acabou ficando preso por dois dias no quartel e depois transferido para Porto Alegre, onde ficou detido durante mais de 35 dias, transformando-se numa das maiores vítimas da repressão em Passo Fundo.

**Múcio de Castro Filho lembra:**

Aí começou então o processo local do qual participaram a uma primeira visita ao comandante Grey Belles, o ex-prefeito Mário Menegaz, Eurípedes Fachini, Ney Vaz da Silva e Múcio de Castro que foram à casa de Grey Belles pedir a soltura de João Freitas. Na ocasião Grey Belles teria dito que “a justiça estava no tacão da bota dele”, quando Múcio citou o juiz Eurípedes Fachini que o acom-

---

<sup>178</sup> BELLES, Grey. Entrevista concedida a José Ernani de Almeida, via e-mail em mar. 2005.

panhava. Múcio disse então o seguinte ao comandante: “ que ele ficasse avisado naquele momento, que se botasse os pés na redação de *O Nacional* novamente, Múcio responderia a bala e que ele devia sua nomeação a ele e que não era homem para fazer filho na mulher dele”.<sup>179</sup>

### O jornalista revela ainda:

(...) a partir desse episódio, o jornal *O Nacional*, que se confundia com a figura de Múcio de Castro, engajado no processo de redemocratização do país, passou até o final da revolução sem conseguir trocar o seu parque gráfico, sem conseguir empréstimos para máquinas. Entrava em concorrência de rádio, era desclassificado. As verbas publicitárias oficiais desapareceram. Enfim, ele sofreu até o final do governo da revolução um grande processo de retaliação.<sup>180</sup>

O contexto descrito pelo jornalista enquadra-se na análise de Maria Aparecida de Aquino: “A censura pode ser empresarial, ou seja, as pressões econômicas são exercidas internamente dentro dos órgãos de divulgação, sendo fruto de pressões econômicas às quais, os órgãos da imprensa cedem, pois, parcela significativa de suas receitas se origina da publicidade”.<sup>181</sup>

Assim, a censura empresarial também é um indicador das relações dos governos militares com a imprensa, situação que é exemplificada em depoimentos de jornalistas censurados, como os de Hélio Fernandes e Pompeo de Souza, respectivamente:

---

<sup>179</sup> CASTRO FILHO, Múcio de. Entrevista concedida a José Ernani de Almeida em abr. 2004.

<sup>180</sup> Ibidem.

<sup>181</sup> AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: Edusc, 1999. p. 17.

O governo sempre usa o seguinte recurso: ameaçar ou favorecer. É uma faca de dois gumes utilizada pelos dois lados. De um lado está o favorecimento, o pequeno favorecimento – não o favorecimento que gera a independência completa – aquele que tira a corda do pescoço do cidadão e coloca na altura da orelha. De outro, está a ameaça pura e simples. Exemplo: facilitar a importação de um equipamento gráfico ou impedir a sua importação, ou então favorecer ou impedir o crédito para o capital de giro. Na verdade, o poder político aliado ao poder econômico que o sistema dá ao arbítrio é irresistível.

Havia a censura da polícia e aquela que era feita através da troca de favores. Os donos dos jornais telefonavam para o governo pedindo favores e assim também o governo se achava no direito de telefonar para pedir que não fossem publicadas certas notícias. (...) O jornal-empresa, que tem os mesmos problemas de uma fábrica de sabonetes, de uma siderúrgica, de uma fábrica de cimento, não pode se dar ao luxo de ter a liberdade que vai afetar o desenvolvimento da empresa.<sup>182</sup>

Com base nesses depoimentos podemos perceber que, aliada à censura política, estava a censura empresarial. Os jornais e os semanários eram veículos com muita publicidade e anúncios, responsáveis em boa parte pela renda que sustentava esses órgãos. Retirar a publicidade ou pressionar os anunciantes particulares para não programarem os órgãos incômodos ao governo foi uma técnica largamente utilizada.

Nos jornais de pequeno porte, a perda das verbas oficiais representava enfrentar sérias dificuldades ou, então, enquadrar-se à política oficial. A censura foi, so-

---

<sup>182</sup> MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)*. São Paulo: Global, 1980. p. 42.

bretudo, um instrumento de proteção autoritária do próprio Estado; ela procurou esconder o autoritarismo de forma autoritária, assim como as resistências a ele.

O jornalista Múcio de Castro reagiu à apreensão de seu jornal e à prisão do jornalista João Freitas através de contundentes editoriais, tornando mais tensa a relação de *O Nacional* com as autoridades locais do regime militar:

Nossa posição, desde longa data sempre esteve cristalinamente definida, ao sentirmos que o país carecia de uma reforma na sua estrutura político-administrativa. Bem cedo divisamos que ao Brasil se impunha uma remodelação nos seus quadros maiores, pois que os fundamentos essenciais da nacionalidade cambaleavam. (...) Decorria o ano de 1958 e já pela ação e pela escrita apontávamos falhas nas estruturas partidárias, os defeitos nas cúpulas de certas agremiações predominantes, apontando os malefícios que refletiam na administração. E nossa missão de homens da imprensa, assim como a nossa ação de cidadãos, foi clara e decisiva, colimando com os princípios saneadores que consubstanciam os fundamentos da Revolução Democrática de 31 de março de 1964. Tais considerações ocorrem-nos, na hora presente, quando constatamos o surgimento de outra era de confusão, numa tentativa de enxovalhar aqueles que batalharam de peito descoberto, pela transformação que começou a se operar após 31 de março de 64 no país. Não nos arrogamos escudeiros de uma jornada, mas também não podemos aceitar que negativistas e oportunistas inveterados hoje se apresentem como “reformistas do tarde”, na busca incessante das posições cômodas. A história ensina que tipos dessa ordem existira sempre, velhos acomodaticios de todas as épocas. (...) Reina já a força do Direito e os

Poderes se realçam dentro da sua intangibilidade. As classes e o povo, imbuídos de alta responsabilidade expressam o sentimento de sua formação democrática, reafirmando a sua tendência exuberante pela liberdade. Porque, os povos livres, num país livre, nada devem temer. O medo terá que ser combatido sempre. A intimidação e a prepotência jamais encontrarão campo fértil para vingar num mundo livre. O tacão nunca se equilibrará quando os cidadãos cultuam realmente uma consciência cívica, sem mácula, e estão cômnicos de seus deveres e de seus direitos. Um povo se educa adotando métodos convincentes. A intimidação, a prepotência e o tacão somente conduzem à derrocada total. Hitler e Mussolini são exemplos exuberantes, porque pretenderam substituir a força do Direito pelo Direito da força.<sup>183</sup>

**As truculentas atitudes do comando da unidade do exército local continuaram sendo abordadas pelo jornalista Múcio de Castro. Em seus editoriais, ele as criticava abertamente, ao mesmo tempo em que elogiava o novo governo implantado no país.**

O eminente Presidente da República, Mal. Humberto de Alencar Castelo Branco tem se revelado, pela palavra, pela ação e pelo gesto, um democrata autêntico. (...) Nesta terra bem cristã e solidária, ainda existem punhados de indivíduos que preferem morrer a serem tolhidos do alto postulado da liberdade. Homens com uma formação sentimental e emotiva, que portam a auréola espiritual-civilizadora, entendem perfeitamente, soberanamente, que um povo não pode jamais viver de pão e circo, numa grotesca imitação da Roma Milenar de Nero.

---

<sup>183</sup> CASTRO, Múcio de. Consciência cívica. *O Nacional*, Passo Fundo. 14 abr. 1965. p. 2.

De lá para cá a transição marca uma mudança total e ninguém está disposto a admitir métodos que são o arremedo de épocas que o pó do tempo sepultou. (...) Buscou-se, a partir de 31 de março de 64, ir ao encontro de algo sério, positivo, superior, realçando os alevantados princípios da República e reencontrando os valores que se perderam no maremoto confusionista que reinou no País. Mas, essa reconstrução, entendemos, se deve processar de modo seguro, convincente, sem ferir, nem de leve, a dignidade do cidadão, sem macular, nem de longe, a personalidade dos indivíduos, que sabem ter nascido e estar vivendo numa terra de homens livres, que não suportam o tação, nem admitem a prepotência e nem aceitam a intimidação. (...) Eis a maior responsabilidade dos dirigentes do Brasil de março para cá: zelar pelo resguardo da dignidade dos indivíduos, cuidar da soberania do povo, respeitar a propriedade, consolidar a Democracia, restaurar os Poderes constituídos; inaugurar o Princípio da Justiça e do Direito; não permitir que setores isolados, distantes dos grandes centros, pratiquem a insensatez, abusando da autoridade que lhes foi outorgada transitoriamente: que esses grupos isolados não surjam inseqüentes e não pratiquem impertinências. (...) O movimento foi triunfante, porém a grande vitória está na execução da norma superior que se lhe imprimiu. Qualquer deslize que se operar no campo isolado, terá efeitos negativos e constituirá perigo *post*-Revolução.<sup>184</sup>

**A linguagem dos editoriais foi se tornando mais áspera e incisiva à medida que o destino do jornalista João Freitas, encaminhado a Porto Alegre, não era conhecido.**

---

<sup>184</sup> CASTRO, Múcio de. *Post-Revolução. O Nacional*, Passo Fundo. 26 abr. 1965. p. 2.

O povo evidentemente, não é o responsável direto pelo desconhecimento que se infere nos itens constitucionais. A culpa, em boa parcela, pesa sob os ombros de muitos pró-homens de nosso tempo, que pouco se importaram em ajudar a formar uma consciência cristalina para as camadas populares. Daí, porque, a ignorância ainda viceja e surge a interpretação errônea, quanto a direitos e responsabilidades de cada um e de todos, no conjunto. Não se sabe bem o que há. Mas, neste país, basta um cavalheiro andante ser guindado a um posto qualquer para atribuir a si próprio uma força que só os deuses podem subjugar – como diriam os filósofos da velha Grécia, ao tempo de Sócrates... Por outro lado, surgem os prosélitos, os bajuladores, os “arrodeadores” do poderoso em vigência e até se formam equipes de “pelegos”, tal como ocorreu em era bem recente... Pior de tudo, entretanto, acontece com certos indivíduos investidos de função eventual, de missão transitória, que, via de regra, têm a mesma duração dos meteoros. Ficam arrogantes, assumem atitudes de reformas isoladas e esdrúxulas, começam a criar consciências a seu talante, indicam normas forjadas na própria forma, apontam rudemente, mostram de dedo em riste, equacionam e, mais um milímetro, são capazes de ir à agressão ou ao desforço pessoal! São indivíduos confundindo-se a si mesmos, desencontrando-se de si próprios, estabelecendo o choque entre homens e instituições. (...) Há chegado, já, o tempo de incutir no espírito e na mente do povo, fazendo-o compreender melhor o sentido das instituições, demonstrando que elas tão-somente precisam ser respeitadas e acatadas. Que os homens investidos da alta função, em qualquer particular dos poderes, são os intérpretes e os cumpridores da Lei e não “bicho papão” para imprimir medo em quem quer que seja. Homens e ins-

tituições estão entrosados perenemente, dentro de uma alta dignidade e não se podem confundir.<sup>185</sup>

**Sobre o episódio da prisão do jornalista João Freitas, em março de 1965, o coronel Grey Belles revelou o seguinte:**

Repressão de nossa parte não houve nenhuma, só solicitava o comparecimento no quartel de testemunhas importantes quando necessário. Só um cidadão esteve retido por dois dias, tumultuando a vida no quartel, pois tivemos que desocupar sala da secretaria e colocar sentinelas a sua porta, aumentando a escala de serviço, além de despesas com sua estadia (não havia verba prevista para isso), tudo como medida cautelar e preventiva, para alertar os mais afoitos, de que não estávamos inativos diante de ações nefastas e indesejadas pela população local, unanimemente favorável a nossa anti-revolução (pois os comunistas tinham data marcada para deflagrar o “matem os gorilas”, “cada dia matem um gorila” [grifo usado pelo entrevistado], dizeres usados e repetidos via rádio Farroupilha de Porto Alegre. Seria uma revolução sangrenta, como ficou confirmada no Bico do Papagaio, em Goiás, igual a de Cuba, Rússia e demais satélites, que até hoje praticam mortandades”. (...) só acho muito fantasiosa a versão de remessa de quem quer que seja para Porto Alegre. Faltavam recursos financeiros e estávamos sob grande pressão com os problemas locais.<sup>186</sup>

**Embora o militar considerasse “fantasiosa” a remessa de presos a Porto Alegre, a verdade é que já em 1964 toda a bancada do PTB na Câmara de Vereadores havia sido presa e encaminhada à capital do estado.**

---

<sup>185</sup> CASTRO, Múcio de. Homens e instituições. *O Nacional*, Passo Fundo. 26 abr. 1965. p. 2.

<sup>186</sup> BELLES, Grey. Entrevista concedida a José Ernani de Almeida, via e-mail em mar 2005.

# Guerrilheiros

RIO, CURITIBA —

A morte do sargento Carlos Argemiro, do Exército, e de 2 guerrilheiros, foi anunciada em Curitiba, ao ser noticiado que tropas do 13.º Regimento de Infantaria e do Departamento de Fronteira desbarataram, a 50 quilômetros de Cascavel, na região de Marmelândia, o grupo rebelde que, na madrugada de sexta-feira, assaltou as guarnições da Brigada Militar em Três Pastos e Tenente Portela, no Rio Grande do Sul,

e do Itaipiranga, em Santa Catarina, penetrando em território paranaense.

Um grupo de uns 20 rebeldes, segundo informações militares, conseguiu empenhar-se nas selvas, sob perseguição, tendo sido

presos 5 deles, segundo algumas informações, ou 15, segundo outras.

No Rio, uma nota militar assegurou que a ação rebelde no Rio Grande do Sul fora desencadeada a mando do ex-De-

putado Leonel Brizola, exilado no Uruguai, dizendo que o ex-Coronel Jefferson Cardin de Azevedo confessara sua missão subversiva, após ser preso pelo Exército.

A nota também informa que a rebelião era o sinal para um levante geral no país, o qual fracassou.

A nota do Exército diz que o ex-Coronel Jefferson, que se intitulava chefe das "Forças de

Libertação Nacional" era comunista, tendo sido expurgado pelo Ato Institucional.

Em Buenos Aires, a Polícia Marítima da Argentina anunciou ter determinado estado de alerta em toda a sua fronteira com o Brasil, em consequência da "ação de guerrilheiros no Sul".

## NÃO HAVERÁ MUDANÇAS

No Rio, informou-se no Palácio das Laranjeiras que a ação rebelde no sul não provocará qualquer mudança na política federal ou na orientação econômica-financeira do Governo. A ação rebelde é considerada como um movimento isolado que não mudará o esquema econômico-financeiro do Governo e nem provocará o adiamento das eleições de outubro

SINTESE



recuperado para o futuro estar em condições de disputar a Copa do Mundo em 1966. Declarou na Guanabara o técnico de futebol Almiré Mo-

de posse para transferências de jogadores em Pôrto Alegre, em vista as eleições de 6 de junho que elegerão novo Prefeito da capital. O Tribunal Eleitoral de São Paulo decidirá hoje o Brigadeiro de Lima e o sr. Leônicio Ferraz novos Prefeito e Vice-prefeito paulista.

do Brasil iniciam hoje o fim frêse ao Palácio das Laranjeiras, no Rio, em vista o rompimento de suas relações com o Presidente da República. Foi dada uma declaração sobre o assunto, mas ela já voltou ao estomago, da luta

BRASIL (R. G. SUL) — PASSO FUNDO, 2a. Feira, 29 de M

ANO 40 — Número 10.907 — FUNDADO em 19-6

Diário Vespertino-Independente — Direção de MÓCIO DE

dará orientação

# desbaratados

rente ano.  
OCUPAÇÃO  
ceres do PSD, PTB e  
mostravam-se com temor  
a ação rebelde possa  
o Governo a recuar em  
decisão de permitir a re-  
de eleições em 1965.  
daram essas forças que o  
mento rebelde veio justa-  
quando foram realizadas  
ições de São Paulo e o  
uso democrático anem'aba-  
favoravelmente, podendo  
dicá-lo.

prócer do PSD chegou a  
ar: "A hora não é de  
ilhas, mas de eleições". e  
MENEGETTI

SITA  
Governador lido Meneghet-  
us chegou sábado a Frede-  
Westphalen, deslocou-se on-

tem à tarde para Três Passos  
e Tenente Portela, verificando  
que as duas cidades, assaltadas,  
sexta-feira por um grupo re-  
belde de 40 homens, estão em  
perfeita calma e fortemente

guarnecidas. Esta manhã, o  
Governador dirigiu-se a Ijuí, de  
onde retornará a Porto Alegre.

CALMA

Em Recife, o General Lira  
Tavares, Comandante do IV E-

xército divulgou nota oficial a-  
firmando que reina completa  
calma em Pernambuco, dizendo  
que "foi insignificante a ação de  
desordeiros no Sul do Brasil".

Comissão da Câmara examinará recurso

## Arquivado projeto que extingue os subsídios

A Comissão de Legislação da  
Câmara Municipal examinará ho-  
je o recurso regimental que o  
Vereador Ivo Biauzus apresentou  
contra o arquivamento do pro-  
jeto de resolução de sua auto-  
ria, que propõe extinguir os  
subsídios (vencimentos) fixos  
percebidos mensalmente pelos  
vereadores da Passo Fundo, no  
importância correspondente a  
duas vezes e meia o salário-  
mínimo da região.

O projeto, apresentado com  
a assinatura do líder do PSD  
na Câmara, foi mandado ar-  
quivar pelo Presidente do Le-  
gislativo, considerando infor-  
mação da Secretaria Admi-  
nistrativa e disposições do  
Regimento Interno e da Lei  
Orgânica do Município.

somente emendas à Lei Orgâni-  
ca e ao Regimento Interno, pa-  
ra o que é requerido um nú-  
mero de assinaturas de 5 vere-  
adores, poderia extinguir o sub-  
sídio.

Em consequência, o projeto  
do Vereador Biauzus, somente  
com sua assinatura, foi consi-  
derado, "anti-regimental e fla-  
grantemente inconstitucional".

MANIFESTAÇÃO

Embora tenha tido seu ar-  
quivamento determinado pela  
Presidência da Câmara, o pro-  
jeto já recebeu manifestações  
contrárias do Vereador Odilon  
Soares de Lima. Disse o líder  
do PTB que a extinção do sub-  
sídios proibiria as pessoas que  
não têm recursos econômicos  
de concorrer a mandatos. Este



Cr\$

50

4

Págs.

Março de 1965

1925

CASTRO

## João Freitas, a maior vítima da repressão em Passo Fundo

Quando um muro separa, uma ponte une.  
Se a vingança encara, o remorso pune.  
Você vem me agarra, alguém vem e me solta  
Você vai na marra, ela um dia volta.  
E se a força é tua, ela um dia é nossa.  
Olha o muro! Olha a ponte !  
Olha o dia de ontem chegando...  
Que medo você tem de nós!  
Olha aí...  
(Pesadelo, Maurício Tapajós e Paulo César Pinheiro)

**Em 1965, após dois dias detido na unidade do Exército, o jornalista João Freitas foi remetido a Porto Alegre, onde ficou preso em local desconhecido pela família e colegas até dois de maio daquele ano.**

**A viúva do jornalista, Leda Freitas, relembra que**

na quarta-feira de cinzas eu fui visitar o João que estava preso no quartel do 1/20º.RC. O Grey Belles pegava umas revistas com umas crianças espetadas numa lança e dizia que era isso que o João queria fazer com as crianças. Eu chorava. O mundo estava todo enrolado para mim. Eu não era uma pessoa que estava preparada para isso, aliás, acho que ninguém está. A minha família veio me buscar, mas eu disse que não podia deixar o João. O padre que nos casou veio depor, veio dizer para o Grey Belles que ele era testemunha da conduta do João, que era seu confessor. Grey Belles tocou o padre do quartel dizendo que nem sabia se ele era realmente padre. Era capaz de ser um comunista que se vestiu de batina para enganá-

lo. Enfim, o João teve muitas pessoas que se interessaram em ajudá-lo a sair, mas nada conseguiram. O João foi então colocado numa Kombi e levado para Porto Alegre pelo Tenente Zambon. Lá ficou preso em local indefinido para todos nós por mais de 35 dias.<sup>187</sup>

**A prisão de João Freitas ganhou repercussão em todo o estado. O deputado Cândido Norberto, do PSB, falando perante a Assembléia Legislativa do Estado em 26 de abril de 1965, denunciou a apreensão de *O Nacional* e a prisão do jornalista:**

A Assembléia Legislativa conhece, o Rio Grande conhece o jornal “O Nacional”, que se edita em Passo Fundo. Jornal de tradição, jornal sério, jornal respeitado e respeitável, além de um esplêndido corpo de colaboradores, tem a direção do jornalista Múcio de Castro, nome que já honrou esta Casa, na condição de Representante do povo rio-grandense, jornal que tem um passado que é, sem dúvida alguma, sua grande e sólida prova de quanto vale, de quanto se recomenda à consideração e ao respeito de todos. Independente disso, Sr. Presidente, por coincidência, o jornal “O Nacional” de Passo Fundo, tem adotado como linha de conduta a aprovação em tese, do que se convencionou chamar de Movimento Revolucionário de 31 de março. Mais ainda: o jornal “O Nacional”, em tese, o que me parece – permitam-me que registre a minha opinião – um erro, tem inclusive aprovado atos praticados pelo Governo do Estado, que afinal de contas, como se sabe, nem governo chegou a ser até hoje. Como se verifica, nem tudo significa virtudes, do ponto de vista de definição política do jornal “O Nacio-

---

<sup>187</sup> FREITAS, Leda. Entrevista concedida a José Ernani de Almeida em mar. 2004.

nal”, mas o que é inegável é que esses dados que estou transmitindo são indispensáveis para se ajuizar melhor o fato que vou narrar e para o qual chamo a atenção da Casa e do Rio Grande e da população em geral desta imensa coletividade que está inexplicavelmente se anes-tesiando, que está inexplicavelmente perdendo, dia a dia, a capacidade de reação, que eu diria até anda a perder um pouco dos reflexos que marcam, que caracterizam, que informam todo o organismo vivo, todo o ser vivo. O fato é este, Sr. Presidente. E para ele chamo a atenção dos democratas da Casa que imagino ainda existam: dia 29 de março de 1965, na heróica cidade de Passo Fundo, um capitão do Exército, que é o Comandante do 1/20 Regimento de Cavalaria daquela cidade, chamado Grey Belles, compareceu à redação do jornal a que estou aludindo, a fim de tratar da publicação de uma nota, uma informação qualquer do seu comando e de lá saiu levando, por sinal, um dos exemplares que àquelas horas estavam sendo tirados de uma máquina já em funcionamento, para lançar a edição do dia. Tenho em mãos o exemplar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, do jornal de 29 de março de 1965. Vou oferecê-lo ao exame dos Srs. Deputados que ainda se preocupam com esses problemas, os problemas das liberdades públicas, tão esquecidas, tão maltratadas ultimamente, com os problemas da liberdade de imprensa, da liberdade de opinião. Trinta minutos depois de ter deixado a redação do jornal, o capitão de cavalaria Grey Belles retornou às dependências do jornal “O Nacional”. Vasculhou a redação, foi às máquinas, às oficinas, apreendeu, afinal, todos os exemplares da edição de 29 de março e deixou uma intimação – depois de ter-se negado a ter um contato com o diretor do jornal, jornalista Múcio de Castro, que estava a poucos metros do local – para que o jornalista João Batista de Melo Freitas, colaborador do jornal, funcionário, por sinal, da Câmara Municipal de Passo Fundo, do qual ob-

tive as melhores referências, como cidadão exemplar que é, deixou uma intimação para que o jornalista João Freitas – como é moda hoje, porque qualquer militar se vê no direito de intimar qualquer um a comparecer ao seu quartel e se aproveitar da covardia que está a dominar uma grande massa de políticos, diria que sem vértebras – comparecesse ao quartel. O jornalista foi, de boa fé, julgando tratar-se de algum equívoco ou de algum problema que se revestisse de alguma seriedade, e que não tinha conhecimento. Compareceu a 29 de março, foi detido, transportado para Porto Alegre onde se imagina se encontra agora, e dele nada mais se sabe desde 29 de março. Lá estão seus familiares, sua esposa, seus filhos, seus colegas. Lá estão os seus amigos, lá está toda a população de Passo Fundo a querer saber o que foi feito do jornalista que foi seqüestrado pela prepotência de um capitão do Exército, que se investiu de funções que não são as suas, de autoridade que não possui. (...) Pois o capitão Grey Belles, além de ter cometido tudo isto, vem, repito, atentar contra as garantias constitucionais, além de atentar contra liberdade de imprensa brasileira, além ter feito tudo isto – e, também, como tal o aponto à consideração de seus superiores – também comprometeu os seus colegas de farda que estão mandando no Estado e no País, que mandam no Rio Grande do Sul em especial, onde estamos sem governo, como sabem os senhores, compromete a todos, a administração militar do Estado, porque não há como falar em termos de administração civil. Estamos aqui Sr. Presidente, para protestar, para denunciar, para reclamar, como se impõe no caso do jornalista João Batista de Melo Freitas. Onde está o jornalista? Que foi feito do jornalista? Que explicação se dá à opinião pública sobre o seu paradeiro, sobre a brutalidade de que está sendo vítima?<sup>188</sup>

---

<sup>188</sup> DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA. 5ª Legislatura. 5ª Sessão Legislativa. nº 2874. 30/04/65. p. 173-174.

Na mesma sessão da Assembléia Legislativa, o deputado Osmar Lautenschleiger, do MTR, manifestou-se sobre o fato:

Vamos aqui, e a Bancada do MTR vai fazê-lo: estar diariamente, nesta tribuna, até que se saiba onde está João Batista de Mello Freitas, o jornalista preso em Passo Fundo. E vamos repetir: O fato não pode cair em esquecimento, como já está acontecendo com outros, porque uma violência contra uma criatura humana é coisa muito séria, muito mais importante do que os problemas econômicos e sociais do Brasil. Uma violência contra uma criatura humana vale mais que tudo, e contra tais violências estaremos, aqui, para lembrar e não permitir, com a nossa omissão, que a insensibilidade tome conta da opinião pública, tome conta das pessoas, tome conta dos Parlamentares, tome conta dos magistrados, tome conta dos intelectuais, tome conta dos estudantes. Isso não pode acontecer.<sup>189</sup>

Diante das manifestações dos deputados em defesa de *O Nacional* e do jornalista João Freitas, Múcio de Castro, apesar dos “pruridos revolucionários”, viu-se obrigado a enaltecer o Parlamento, com uma linguagem cuidada, como o exigia o momento político do país:

Não obstante a descrença de uns, o ceticismo de outros e a análise afoita e negativa de muitos, o Parlamento continua sendo a expressão rediviva de uma nação, porque é um Poder, que, soberanamente, emana do povo, pelo povo e para o povo. Admitimos, em tese, que algumas

<sup>189</sup> DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA. 5a Legislatura. 5a Sessão Legislativa. Nº 2874. 30/04/65. p. 176.

representações populares, efetivamente, não encarnam o seu legítimo sentido. Isto porque quase impossível é estabelecer uma homogeneidade ante a diversidade que se observa, no todo do organismo que constitui um Parlamento. (...) A afirmação plena desse ângulo do nosso regime vamos encontrar no Parlamento Riograndense, na Assembléia Legislativa do Estado, onde os postulados democráticos são zelados, respeitados, e os altos princípios de liberdade não deixam de ser preservados. Parlamentares corajosos integram e enriquecem uma plêiade de legisladores que sabem consolidar os alicerces da magestosa tradição da respeitável casa. Atitudes recentes, que presenciamos na tribuna parlamentar gaúcha, pronunciamentos de manifestações primorosas que dão conteúdo à nossa história, no resguardo às liberdades, na salvaguarda da justiça e do direito, ensejando novos alentos e novas esperanças para um Estado, para a Nação. O Parlamento é indubitavelmente, o vanguardeiro do Regime Democrático.<sup>190</sup>

**O jornalista Múcio de Castro, ao elaborar seus editoriais, procurava um meio-termo entre o apoio ao golpe militar e críticas veladas ao mesmo, ou seja, fazia uma espécie de oposição, mas como parte de uma situação política local. Essa postura nos leva à análise de Pierre Bourdieu sobre a prática da censura:**

Toda expressão é um ajustamento entre um interesse expressivo e uma censura constituída pela estrutura do campo em que ocorre esta expressão. Um acordo de compromisso, uma combinação do que era para ser dito, que

---

<sup>190</sup> CASTRO, Múcio de. Parlamento - vanguardeiro do regime. *O Nacional*, Passo Fundo. 29 abr. 1964. p. 2.

tinha como objetivo ser dito, e do que poderia ser dito dada a estrutura constituída em certo campo.<sup>191</sup>

A oposição de *O Nacional* ao comandante da unidade do Exército de Passo Fundo fez com que o jornal usasse de todos os meios para atingi-lo. Na edição de 24 de abril de 1965, que noticiava a apreensão do jornal, foi publicada uma matéria de duas páginas sobre Adolf Hitler, com fotos do ditador, da suástica e da conhecida saudação do nazismo. No título maior da matéria eram feitas insinuações como “a história de Hitler – que soube aproveitar num momento o pouco poder que tinha e ganhar a condição de super-homem pela inadvertência da maioria e pelo ódio de que se alimentava – deixa clara a necessidade de uma vigilância sobre seus seguidores que, sob qualquer disfarce, ainda estão aí. Ao início de sua vida Hitler foi ridicularizado, como muitos o são hoje...”<sup>192</sup>

No momento em que *O Nacional* fazia uma verdadeira campanha contra a conduta do comandante da unidade local do Exército, o *Diário da Manhã* adotava uma postura de defesa e elogio a atuação do capitão Grey Belles:

Devemos neste momento ressaltar a personalidade do capitão Grey Belles como cidadão, militar e como comandante da disciplinada unidade do Exército Nacional de Passo Fundo. Desde que irrompeu o movimento revolucionário em Minas, em declarações a este jornal, o capitão Grey Belles definiu a sua conduta a favor do movimento saneador da vida nacional. Graças a essa atitude

---

<sup>191</sup> BOURDIEU, P. A censura. In: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 108.

<sup>192</sup> *O NACIONAL*, Passo Fundo, 24 abr. 1965. p. 7.

de o governador Meneghetti encontrou em Passo Fundo, o lugar seguro para instalar o seu governo e preparar-se militarmente, para enfrentar as forças que estavam solidárias com o governo federal. Grey Belles interpreta os legítimos anseios da sociedade que deve ao mesmo benefícios de alta relevância e já devia, há mais tempo, ter proclamado de público esta dívida de gratidão ao bravo soldado que honra e dignifica como discípulo, o saudoso Duque de Caxias, patrono do Exército.<sup>193</sup>

Os dois jornais, como costumeiramente acontecia, estavam em campos opostos. A postura do *Diário da Manhã* não foi nenhuma surpresa. A apreensão do jornal concorrente e a prisão do jornalista João Freitas foram ignorados pelo *Diário*, que, alinhado aos militares, ainda buscou argumentos para enaltecer a ação do capitão Grey Belles.

João Freitas cujas primeiras crônicas no jornal *O Nacional* tratavam sobre cinema, quando de sua iminente prisão em 1964, aproveitou o contexto para fazer uma análise do filme *Ligações perigosas*, que estava em cartaz nos cinemas locais. As “ligações perigosas” de João Freitas estavam relacionadas com sua participação no Partido Comunista Brasileiro, cujos militantes, mesmo sem provas, carregavam todo o estigma da subversão.

O PCB foi fundado em março de 1922 durante um congresso operário promovido em Niterói, Rio de Janeiro, sob o impacto da Revolução de Outubro de 1917 na Rússia. Seu surgimento coincide com o declínio do movimento operário de influência anarquista, que até então ocupava lugar de destaque na inspiração das pri-

---

<sup>193</sup> *DIÁRIO DA MANHÃ*, Passo Fundo, 9 maio 1965. p. 2.

meiras lutas populares no Brasil. Até o golpe de 1964, o PCB só havia conhecido três curtos períodos de legalidade: os primeiros na década de 1920 e o terceiro no final da Segunda Guerra, quando caiu a ditadura do Estado Novo. O mesmo destino de atuação clandestina compulsória haveria de marcar todas as organizações de esquerda surgidas a partir da década de 1960. A primeira divisão mais expressiva nas fileiras do PCB, que resultou em duas forças partidárias com linha claramente diferenciada e que continuam assim até a atualidade – o PCB e o PC do B – consumou-se em 1962. A partir de 1966, o PCB sofreu uma luta interna, que resultou no surgimento de inúmeros grupos dissidentes.<sup>194</sup>

Na conjuntura inicial do regime golpista, a atuação de João Freitas era discreta. A própria esposa não tinha certeza de sua filiação ao partido

Oficialmente, eu nunca soube. Ele tinha idéias que na época eram muito combatidas. Ele era daquelas pessoas que acreditava que a gente tinha que ajudar os outros, que a gente tinha que dividir com o outro. Era uma pessoa de uma alma muito boa. Talvez no seu íntimo, mas, no entanto, a gente casou na igreja, comungamos, confessamos etc. O João tinha as suas idéias, mas nunca ele disse que era ligado ao Partido Comunista.<sup>195</sup>

Entretanto, para os colegas de imprensa, o vínculo de João Freitas com o PCB era conhecido. Segundo o jornalista Argeu Santarém, “todos nós sabíamos que o João tinha vínculos com o Partido Comunista, o que não

---

<sup>194</sup> Sobre o tema ver Brasil: nunca mais. Prefácio de D. Paulo Evaristo Arns. Petrópolis: Vozes, 1985. p-91-93.

<sup>195</sup> FREITAS, Leda. Entrevista concedida a José Ernani de Almeida em mar. 2004.

era segredo nos anos que antecederam o golpe. Conhecia-se todos os comunistas da cidade, tal como se conhece hoje”.<sup>196</sup>

O jornalista Hélio Freitag confirmou que “todos os colegas sabiam que o confrade João Freitas tinha ligações com o PCB. Ele também não negava esse fato”.<sup>197</sup> O veterano militante comunista passo-fundense Valentim Jesus de Oliveira, aposentado da Viação Férrea, confirmou:

Ele tinha vínculos com o Partido Comunista Brasileiro. Era o encarregado de fazer as atas das reuniões que eram feitas pelos membros do partido em Passo Fundo. Não tínhamos uma ficha partidária, até porque o partido sempre estava na clandestinidade. O que nós tínhamos era uma senha que podia ser uma palavra, um número que identificava o companheiro do partido. Eram membros Ebraim Cordeiro de Melo, Miguel Rezende, Eduardo Barreiro, Telmo Pedroso, João Roman, João Freitas entre outros que agora não recordo. Tínhamos companheiros dentro do próprio Exército, dispostos a agir no momento que fossem convocados. Em 1964 nós estávamos prontos para tomar a rádio Passo Fundo. Só não o fizemos porque soubemos que Jango e Brizola haviam deixado o país. Em 1964 fomos todos denunciados. À partir de então eu tinha de me apresentar todos os meses no Quartel do I/20º RC. Se eu fosse viajar tinha que dizer para onde ia etc.<sup>198</sup>

---

<sup>196</sup> SANTARÉM, Argeu. Entrevista concedida a José Ernani de Almeida, via e-mail, em jul. 2004

<sup>197</sup> FREITAG, Hélio. Entrevista concedida a José Ernani de Almeida, via e-mail, em fev. 2005.

<sup>198</sup> OLIVEIRA, Valentim Jesus de. Entrevista concedida a José Ernani de Almeida em mar. de 2005.

A presença de comunistas no Exército era um fenômeno nacional. O depoimento de Valentin Jesus de Oliveira é corroborado pela análise da historiadora Maria Celina D’Araújo:

Paradoxalmente, dentro do próprio Exército, o comunismo encontrou terreno fértil para se expandir. É notória a frase de Luís Carlos Prestes de que era mais fácil organizar o Partido dentro dos quartéis do que dentro das fábricas, pois a estrutura de hierarquia e obediência militar se adequaria melhor ao tipo de militante disciplinado que o Partido queria formar. As disputas ideológicas dos anos 50 em torno da questão do nacionalismo serviram para consolidar algumas teses da esquerda entre os militares, despertando nos chefes a necessidade de medidas saneadoras. Assim, grande parte do esforço doutrinador das escolas militares foi voltado para a construção e sedimentação de valores contrários ao comunismo.”<sup>199</sup>

Para o capitão Grey Belles, a prisão de João Freitas impunha-se porque “ele era o cérebro da Câmara de Vereadores e exercia muita influência como jornalista. Tinha uma posição destacada em Passo Fundo”.<sup>200</sup> A prisão do jornalista acarretou muitos problemas para sua família, como a viúva Leda Freitas lembra:

Quando da prisão tínhamos adquirido nosso primeiro carro, um *Hilman* de cor cinza. Por problemas decorrentes da prisão, tivemos que nos desfazer do automó-

---

<sup>199</sup> D’ARAÚJO, Maria Celina. SOARES, Gláucio Ary Dillon. CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Dumará, p. 20.

<sup>200</sup> BELLES, Grey. Entrevista concedida a José Ernani de Almeida, via e-mail, em mar. 2005.

vel, devolvendo ao antigo proprietário. Como tínhamos pago entrada correspondente a 50% do valor do automóvel, a condição do vendedor era que ele recebia o carro, mas perderíamos a entrada, o que acabou acontecendo. Depois que voltou da prisão em Porto Alegre, o Grey Belles impediu o João de voltar a trabalhar na Câmara. Então ele ficou seis meses em casa cuidando da horta. Apesar dos pedidos do Grey Belles para que a Câmara não pagasse o seu salário, o presidente da Casa, coronel Otacílio Moura Escobar, continuou pagando o João. Parecia ser algo pessoal com o João. Nós sofremos muito.<sup>201</sup>

O jornalista passou a ser monitorado pelo comando da unidade do Exército de Passo Fundo. Através de um documento *reservado*, datado de 6 de maio de 1965, o capitão Grey Belles dirigiu-se à presidência da Câmara de Vereadores de Passo Fundo:

Conforme ordem do Exmo. Sr. Gen. Cmt do III Exército, o comunista fichado nesta Unidade, João Batista de Mello Freitas, está impedido de reassumir suas funções junto a essa Casa Legislativa. Outrossim, comunico-vos que o assunto em pauta é sigiloso e vedado à divulgação de qualquer espécie.<sup>202</sup>

Fisicamente, o jornalista João Freitas voltou extremamente debilitado da prisão, passando a ter um temperamento reservado. Os familiares e amigos nunca souberam como ele sobreviveu ao cárcere, nem sobre as tor-

---

<sup>201</sup> FREITAS, Leda. Entrevista concedida a José Ernani de Almeida em mar. 2004.

<sup>202</sup> PASSO FUNDO. Arquivo da Câmara Municipal de Vereadores.

**turas que lhe acarretaram problemas físicos. Conforme a viúva Leda Freitas,**

(...) ele sofreu muito lá. O João ficou num prédio grande, onde eles tinham prendido muita gente anteriormente. Havia muitos ratos e ele contava que recebia o pão para comer e colocava alguns pedaços no buraco dos ratos, para que estes não o incomodassem. Ele era o único preso no prédio. Determinado dia vieram implodir o prédio, quando então um guarda disse que ali dentro havia um homem preso. Ele veio um trapo de lá. Era uma pessoa magra e retornou ainda mais magro. Ele não falava da prisão. Nunca contou nada. Voltou calado. Parece que tinham cortado suas idéias. Ele me escreveu várias cartas da prisão (estas cartas foram perdidas) nas quais falava dos companheiros de cárcere e das condições do local onde estavam.<sup>203</sup>

**A experiência do jornalista, relatada pela viúva, remete-nos à análise de Michel Foucault:**

O que é fascinante nas prisões é que nelas o poder não se esconde, não se mascara cinicamente, se mostra como tirania levada aos mais ínfimos detalhes, e, ao mesmo tempo, é puro, é inteiramente “justificado”, visto que pode inteiramente se formular no interior de uma moral que serve de adorno a seu exercício: sua tirania brutal aparece então como dominação serena do Bem sobre o Mal, da ordem sobre a desordem.<sup>204</sup>

**A prisão do jornalista João Freitas foi denunciada na Câmara de Vereadores de Passo Fundo pelo suplente**

---

<sup>203</sup> FREITAS, Leda. Entrevista concedida a José Ernani de Almeida em mar. 2004. As cartas mencionadas pela entrevistada foram perdidas.

<sup>204</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 73.

te de vereador pelo MTR (Movimento Trabalhista Renovador) e também jornalista Paulo Roberto Pires, o qual declarou que “a apreensão do jornal e a prisão do jornalista” foram feitas por um “revolucionário de última hora”, referindo-se ao capitão Grey Belles.<sup>205</sup>

O comandante do I/20º RC não gostou das declarações do vereador e encaminhou à presidência do Legislativo municipal um ofício reservado, no qual solicitava

(...) encaminhar a esta Unidade do Exército Nacional uma cópia autêntica da Ata da sessão dessa Casa Legislativa, aprovada unanimemente, na qual são solicitadas ao Exmo. Sr. Gen. Cmt. do III Exército, informações sobre os fatos verificados no dia 29, na redação de *O Nacional*, quando foi preso o cidadão João Batista de Mello Freitas, particularmente as referências feitas pelo Sr. Vereador Paulo Roberto Pires, no expediente da reunião plenária, em que se referiu a este Comando. Solicito ainda a fineza de fazer constar na íntegra o nome de todos aqueles que foram unânimes e assinaram o referido ato. Deixo bem claro a V. S. que a presente correspondência é oficial e reservada e como tal peça seja encerrada, *inclusive permaneça vedada à imprensa* [grifo nosso].<sup>206</sup>

A atitude do comandante Grey Belles expressa bem o autoritarismo militar que começava a se manifestar no país. Munidos do instrumental repressivo adequado, os militares ansiavam por eliminar rapidamente os inimigos do novo governo, através de intervenções rápidas, cirúrgicas, censuradas à imprensa. Abusos ou excessos não deveriam ser noticiados. No caso do vereador Paulo Roberto Pires, a pressão obteve êxito. O par-

---

<sup>205</sup> PASSO FUNDO. Arquivo da Câmara de Vereadores. 23/04/65.

<sup>206</sup> PASSO FUNDO. Arquivo da Câmara de Vereadores. 27/04/65.

lamentar apresentou uma “emenda retificativa de ata” solicitando que “seja retificada a ata da sessão plenária do dia 23 de abril de 1965, na parte onde diz que a apreensão do jornal *O Nacional* e do jornalista João Freitas fora feita por “um revolucionário de última hora”.<sup>207</sup>

Paulo Roberto Pires lembra:

As pressões sofridas eram todas no sentido do pronunciamento de um novo discurso reconsiderando inteiramente o que havia sido dito. Não se tratava de simples retificação de ata, era mais grave, pretendiam uma retração que repeli desde o primeiro momento. Depois de sucessivas reuniões e apelos, um dos argumentos mais insistentes era de que a minha posição estava comprometendo a imagem do Prefeito Mário Menegaz junto ao governo militar, dado que além da vereança eu exercia alternadamente a Secretaria do Município. A solução, embora o exercício da vereança não fosse remunerado e o cargo de secretário municipal o fosse, renunciei à Secretaria para dispensar o prefeito do chamado constrangimento a que estava submetido perante o governo geral.<sup>208</sup>

Assim, a Câmara de Vereadores começava a ser disciplinada e passaria a ser mais cuidadosa ao se referir a qualquer ato das autoridades que representavam o poder no país e, particularmente, no âmbito local.

Esse comportamento pode ser entendido pela análise de Michel Foucault em sua obra sobre o exercício do poder:

---

<sup>207</sup> PASSO FUNDO. Arquivo da Câmara de Vereadores. 30/04/65.

<sup>208</sup> PIRES, Paulo Roberto. Entrevista concedida a José Ernani de Almeida, via e-mail, em maio 2005.

De um poder que faz valer as regras e as obrigações como laços pessoais cuja ruptura constitui uma ofensa e exige vingança; de um poder para o qual a desobediência é um ato de hostilidade, um começo de sublevação, que não é em seu princípio muito diferente da guerra civil; de um poder que não precisa demonstrar por que aplica suas leis, mas quem são seus inimigos, e que forças descontroladas os ameaçam; de um poder que, na falta de um vigilância ininterrupta, procura a renovação de seu efeito no brilho de suas manifestações singulares; de um poder que se retempera ostentando ritualmente sua realidade de super-poder.<sup>209</sup>

No momento em que o Legislativo local era censurado e colocado sob a tutela do comando do Exército, o *Diário da Manhã* reiterava sua postura de apoio ao regime militar de forma enfática:

No Brasil, nunca um militar tentou implantar um regime de opressão e toda a vez que a democracia encontrava-se em perigo, quem a defendia, pela imprensa, nos pronunciamentos, foram os líderes das classes armadas (...) E quem quiser examinar com imparcialidade a atual conjuntura nacional, será obrigado, por imperativo de patriotismo, amparar e aplaudir a atuação do atual governo, inspirado no bem público, lutando para a felicidade do povo e pelo fortalecimento da Pátria.<sup>210</sup>

Seguindo a linha editorial do jornal, o padre Humberto Luca complementava a receita para “a felicidade do povo e o fortalecimento da Pátria”:

---

<sup>209</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 52.

<sup>210</sup> Objetivos da revolução. *Diário da Manhã*, Passo Fundo. 4 maio 1965. p. 2.

O Brasil precisava de um galo. Um galo que, como o de São Pedro, cantasse pela segunda vez para comover o teimoso negador de Cristo. Castelo Branco vem dar-nos uma prova irrefutável que ainda existe um galo capaz de cantar no terreiro nacional, impondo ordem e respeito nesta terra que parece não ter dono, onde muitos mandam e ninguém obedece. (...) Já o velho Vieira dizia que “ a noz, o sino, o burro e o preguiçoso (e o desordeiro) sem pancada nenhum faz seu ofício”. Desejamos que não se façam perseguições injustas, que não se condenem inocentes, que se evitem crueldades contra as pessoas, mas que os culpados recebam o corretivo salutar que merecem.<sup>211</sup>

Nesse artigo, o autor resgata a vigilância da Inquisição e, de passagem, lembra Maquiavel, segundo o qual “o príncipe não deve se incomodar com a reputação de cruel, se seu propósito é manter o povo unido e leal”.

Nesse contexto, o jornalista João Freitas passou a ter problemas para se locomover. Após a prisão, para se deslocar até o distrito de Estação Getúlio Vargas, onde moravam os familiares de sua esposa, precisava de uma espécie de *salvo-conduto*, como demonstra o documento assinado pelo presidente da Câmara de Vereadores, coronel Octacílio Moura Escobar:

Atendendo ao seu requerimento desta data (6/09/1966), protocolo sob nº 706 e de acordo com o art. 24 do Regulamento Geral dos Serviços Internos da Câmara de

---

<sup>211</sup> LUCA, Humberto. O canto do galo. *Diário da Manhã*, Passo Fundo. 31 maio 1965. p. 3. O padre Humberto Luca pertencia à ordem dos Missionários da Sagrada Família. Em 1965 exerceu a função de superior em Passo Fundo. Foi pároco da Paróquia Sta. Terezinha de 1955 a 1965. Posteriormente, assumiu a paróquia Nossa Senhora da Conceição, onde ficou de 1965 a 1968. Deixou a congregação e a batina em 1968 em função de problemas disciplinares. Já é falecido.

Vereadores, concedo-lhe permissão para viajar a Estação Getúlio Vargas, de 6 a 8 do corrente, fornecendo-lhe a presente comprovação.<sup>212</sup>

A esse fato se somava a vigilância discreta que o comandante da unidade federal em Passo Fundo determinava sobre todos os seus atos. Ele receava ser preso a qualquer momento, ainda que sem motivos. Na verdade, João Freitas estava submetido a intensa observação. Desde 1962 a Subsecretaria de Inteligência do governo federal tinha registros sobre fatos e situações envolvendo o jornalista. O teor dos registros é o seguinte:

Foi secretário na Câmara Municipal de Vereadores de Passo Fundo/RS; redator do jornal *O Nacional*, em Passo Fundo/RS; editor da revista “Agenda”; e presidente do Conselho Administrativo da Caixa de Pensões e Auxílio dos Servidores Municipais de Passo Fundo/RS (CAPASEMU). Em 1962, participou do movimento dos trabalhadores sem terra em Nonoai/RS. Em 1964, foi preso em Passo Fundo/RS quando portava panfletos considerados subversivos, tendo sido recambiado para o Instituto Central de Menores, em Porto Alegre/RS, sendo colocado em liberdade em JUN 64. Em abril de 65, foi indiciado em Inquérito Policial Militar (IPM) instaurado em Passo Fundo/RS, para apurar o envolvimento de João Batista de Mello Freitas em atividades de caráter subversivo. Ao final, o encarregado do inquérito foi de parecer que João Batista de Mello Freitas deveria ser enquadrado no art. 11, parágrafo 3º, letra “b”, da Lei 1.802/53, Lei de Segurança Nacional. Em 1966, participou, juntamente com outros, de um plano terro-

---

<sup>212</sup> PASSO FUNDO. *Anais da Câmara Municipal de Vereadores*. Of. nº 518/66. 06/09/1966.

rista estruturado para ser desencadeado em agosto daquele ano, em todo o Estado do Rio Grande do Sul. No mesmo ano, foi detido pela Brigada Militar, em Passo Fundo/RS. Em 1973, quando proprietário de uma gráfica em Passo Fundo/RS, compôs a primeira edição do jornal “O Universitário”, criado pelo Diretório Central de Estudantes da Universidade de Passo Fundo. Em 1975, foi convidado a assumir a chefia de gabinete da assessoria do deputado estadual Romeu Martineli. Em janeiro de 1977, tomou posse como assessor jurídico da Câmara Municipal de Vereadores de Passo Fundo/RS.<sup>213</sup>

Quadro 2. Locais e motivos das prisões de João Freitas.

Data	Local da prisão	Motivo
1964: entre os dias 19 e 24 de maio, aproximadamente	Porto Alegre – Instituto Central de Menores – ICM	Distribuição de panfletos considerados subversivos
1965: entre os dias 29 de março e 02 de maio.	Porto Alegre – Local indefinido	Publicação de matéria sobre o movimento do coronel Jéferson Cardim Osório no jornal <i>O Nacional</i> . Atividades de caráter subversivo.
1966: junho. Prisão por 3 dias. Os registros da prisão desapareceram do Quartel da BM.	Passo Fundo: Quartel da Brigada Militar.	Atividades subversivas.

Fonte: Documento obtido junto à família de João Freitas e expedido em 1988 pela Subsecretaria de Inteligência da Casa Militar da Presidência da República.

<sup>213</sup> Documento obtido junto à família de João Freitas e expedido em 1988 pela Subsecretaria de Inteligência da Casa Militar da Presidência da República.

A participação do jornalista no movimento de trabalhadores sem-terra em Nonoai é totalmente desconhecida da família e de seus contemporâneos. João Freitas, na época, era repórter da Rádio Passo Fundo e foi enviado pela emissora para realizar uma reportagem sobre o movimento dos sem-terra naquela região. Logo, a acusação de participação no movimento é para todos desca-bida.

Após as prisões, João Freitas voltou a exercer suas atividades no jornal *O Nacional*. Suas crônicas, entre-tanto, não eram publicadas. A viúva Leda Freitas conta:

Durante algum tempo após as prisões, o João voltou a trabalhar no jornal e a escrever. Ele escrevia bastante a mão. Ele escrevia mas não publicava. A direção do jornal não deixava. Ele nunca deixou claro o que acontecia. Talvez também ele estivesse com temor de publicar suas crônicas.<sup>214</sup>

Ao longo do ano de 1966 nenhuma crônica do jornal-ista foi publicada. Ele se limitou a exercer a função de revisor da redação por um longo período. E foi no exercício dessa função que João Freitas se envolveu num novo episódio com as autoridades militares. O próprio jornalista deixou uma narrativa sobre o fato:

Em 1966, num período em que grupos radicais anda-vam falando (mais falando que agindo) em comprar ar-mas para movimentos armados, um oficial da Brigada tentou censurar a redação de *O Nacional*. Múcio, mais uma vez, evitou atitudes precipitadas ou conflitantes. Foi mais cedo para casa, mas me deixou ordens para que, se

---

<sup>214</sup> FREITAS, Leda. Entrevista concedida a José Ernani de Almeida em mar. 2004.

o PM exigisse revisar os textos antes de baixarem à oficina, cancelasse a edição. O oficial, a certa altura, me pediu para levar as matérias redigidas, antes de irem à oficina, “para saber antes o que seria publicado, a fim de proteger o jornal”. Seguindo as instruções do diretor, pedi que ele me desse a determinação por escrito. Fomos cordiais, mas firmes. E o PM desistiu. Pelas onze horas da noite, foi embora. Sem alarde, mas com firmeza, Múcio evitou a censura prévia.<sup>215</sup>

Logo após a ocorrência do fato, João Freitas foi preso e permaneceu detido por três dias no quartel da Brigada Militar, sob a acusação de que estaria ligado a um grupo que arquitetava um plano terrorista estruturado para ser desencadeado em agosto daquele ano.<sup>216</sup>

Somente no início da década de 1970, após a transferência do capitão Grey Belles do comando da unidade do Exército, João Freitas passou a fazer um comentário diário na Rádio Planalto, emissora da Diocese de Passo Fundo. Por uma coincidência, a estréia do seu comentário foi no dia 31 de março de 1971 e o tema foi a questão dos minifúndios em Passo Fundo. Para a surpresa de seus amigos e companheiros, ainda em 1971, João Freitas filiou-se à Arena, partido que dava sustentação ao governo militar.

E foi a Aliança Renovadora Nacional que ganhou as eleições para a prefeitura municipal em 1972, tendo como candidato um militar, o tenente-coronel Edu Villa de Azambuja, que, em 1969, substituíra o capitão Grey Belles no comando do I/20º RC, que saíra bastante

---

<sup>215</sup> Documento obtido junto à família Freitas e que faz parte do processo de pedido de indenização para pessoas presas por motivos políticos em nível estadual. Lei 11.042 de 19/11/1977.

<sup>216</sup> Documento da Casa Militar da Presidência da República. Subsecretaria de Inteligência.

desgastado de Passo Fundo em razão de suas atitudes arbitrárias e arrogantes. O Exército precisou providenciar um oficial de trânsito livre no meio civil – o coronel Edu – para recuperar sua imagem na cidade.

O novo prefeito facilitou o retorno de João Freitas às suas funções na Câmara de Vereadores. Sobre essa brusca e contraditória mudança, a viúva Leda Freitas relata:

Quando o coronel Edu Azambuja assumiu a prefeitura, o João voltou para a Câmara. O coronel não fazia nenhuma objeção quanto ao trabalho do João. Ele lhe deu muito apoio e reconheceu o seu trabalho. Não tinha nada a ver com o partido. Ele assinou ficha na Arena porque eles deram valor ao seu trabalho. Aí não tivemos mais nenhum problema, até porque pelo simples fato de estar ligado à direita, já era uma garantia. Até eu perguntava: “João por que você mudou de partido?” Ele dizia: “Não mudei de partido. Apenas estou com as pessoas que estão me valorizando”.<sup>217</sup>

João Freitas foi um dos tantos jornalistas que em todo o país foram enquadrados criminalmente e presos por matérias publicadas em veículos legais, nos quais exerciam sua legítima atividade profissional. Comum àqueles que viveram naqueles tempos outro problema era a pecha de comunista e terrorista. No caso de João Freitas, o *terrorismo* por ele exercido, e que era temido pelas autoridades da época, era o das palavras, das opiniões, inadmissível num contexto em que criticar era crime.

---

<sup>217</sup> FREITAS, Leda. Entrevista concedida a José Ernani de Almeida em mar. 2004.

Em 1999 sua viúva recebeu uma indenização de R\$ 20 mil reais, com base na lei nº 11.042, que reconheceu a responsabilidade do Estado do Rio Grande do Sul por danos físicos e psicológicos causados a pessoas detidas por motivos políticos no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979. O deferimento do processo significou o reconhecimento das injustiças cometidas durante o regime militar e que tantos dissabores trouxeram à família Freitas durante mais de 15 anos.

do. me por man  
voluntários  
do de tempo  
to em nosso  
alguns pradi  
frete, nestas ho  
arquivas. Hime  
is ~~is~~ responsa  
por isso q. o ha.  
a que ele não  
de... mas  
ele tem sent. me  
com minha mãe, com  
de sofrer mais. que  
ach e eu sei que me  
a me - e se tivesse que  
de alegria - a minha  
Bom...  
João  
H... (que este gre  
de...)

Fonte: Documento obtido junto à família de João Freitas.

Fragmento de carta enviada por João Freitas, da prisão, para sua noiva em 1964.

60, mas eu ainda não fui interrogado.  
 Ontem à noite (dia 10), foram libertados  
 mais de 50, entre os quais 4 de Passo  
 Fundo: os uruguayos Esteban Soares de  
 Lima e Uiralles Duarte e os Juro-  
 niários Santos Martins e Felmo Machado.  
 Aqui do apartamento 7 foram libertados  
 o Paulista (João Rodrigues da Costa), de Rio  
 Grande, Angelos Maria Gulegri, de Tupyari,  
 o João Ademar Sacramento de Paula,  
 de São Leopoldo. Ficamos ainda em 3  
 aqui no 7: o plebeo Pyala, o Juze,  
 este de Rio Grande - e eu. Agora passo  
 para um cargo de baixo do telhado  
 e te escrevo com o papel sobre a cota-  
 como me acostumei a fazer aqui.  
 Estou bem sentimentalista, sabes? - e  
~~o~~ ante a falta de ti e a expectati-  
 va de nosso próximo encontro. Sobre o  
 que dizes em tua carta: como vai ser  
 esse encontro? Chorarás? Não que não.  
 Mas estou imaginando que estaremos muito  
 emocionados. Ah, eu tenho um projeto: conforme  
 estiverem as coisas em PF - em telefonia, para  
 lá - e conforme o horário em que eu sair -  
 (vix)

(continua...)

em um dia até Jitullio - para ver-te por  
primeiro! Chego a Jitullio e venho à Estação. Tô  
na dependência dos horários e se puder ir  
no ônibus que chega a Jitullio ao meio-  
dia. No outro dia vou à Pt. bezal, não?  
Se tiver que ir primeiro à Pt, vou ver-te  
um dia ou 2 depois. O que eu mais  
decep é ver-te - mas me preocupa muito  
a minha mãe. Não apenas por ti - mas  
também pelo Eledoro Antunes - eu soube  
que ela ficou muito chocada com um  
nha prisão - essa brincadeira de mau gosto  
que alguns cretinos que fizeram.  
A prisão, embora política, tem esse grande  
~~problema~~ problema - a família - e eu fiquei  
muito mais sensível a ele - em relação a  
ti - que seremos uma família - e a minha mãe  
irmão, sobrinho - também a tua irmã e os  
sobrinhos. É valioso e considero muito a tua pre-  
ocupação e ansiedade - e certo é que ela é uma  
medida de quanto me quer - a medida de que  
também saiba enfrentar este episódio de Calisto  
dequida - porque esta prisão não me desluta  
moralmente, nem me aleate e ~~me~~ nem  
me amedronta. Admira muito o meu irmão

Fonte: Documento obtido junto à família de João Freitas.

Fragments de carta enviada por João Freitas, da prisão, para sua  
noiva em 1964.

Alagoas, 24 maio, 1964 - Domingo

Mirinda querida minha,

Estive mal inspirado ao escrever-me esse bilhete do dia 19 e que a três - um dia da Correição, me entregue outros. Já como tem aqui e, quanto à comida, temos nosso próprio refectório para que dormis ou comer não seja o que me preocupa.

Minha preocupação mesmo é a prisão, não por ela em si - porque por mim ela não me aperta. Mas ~~que~~ pelo que deixei lá fora, tu, minha mãe, meus irmãos e unhas, meus sobrinhos, meus amigos - o mínimo que eu poderia fazer politicamente.

Comer o dormis! Já três recebeu. Enviado duas cartas e saber que isso é apenas um detalhe aqui e o conforto relativo um fato ocasional.

Agora é domingo - dia 24. São umas 13 horas e vamos para o pátio receber visitas. Um tio está aqui. Hoje deve ter recebido a mensagem da Telina e eu fiquei de fora da foto. Na próxima semana talvez eu saia

(continua...)

~~de~~ daqui, juntamente com outros colegas  
nossos. As saídas estão aceleradas.  
Assim, os dias devem apenas se  
passando, até a liberdade. Aqui, jogo  
xadrez, joga ping pong, lê, conversamos, agora  
temos rádio e jornais - durante ou de  
pelo televisão.  
O Ilariê chegou preso 69 aqui -  
foi preso 7 dias após o casamento, feito  
meio os escondidas para evitar ser  
"encavado".  
No mais, a família aqui é a que te  
falei na carta que o Joni ~~te~~ levou.  
O com ir para o páteo. Pô breve, beij  
e não te esqueça, mais com o valor  
das coisas.

João

Fonte: Documento obtido junto à família de João Freitas.

Carta enviada por João Freitas, da prisão, para sua noiva em 1964.





4

5

6

7

354  
PRACA  
M. FLORIANO

## O denunciismo

O denunciismo, do qual João Freitas foi uma das principais vítimas, marcou Passo Fundo ao longo das décadas de 1960 e 1970. Alguns episódios foram notórios. No final de 1965, denúncias de que professores das escolas Nicolau de Araújo Vergueiro e Oswaldo Cruz estavam fazendo pregações contrárias ao governo chegaram até as autoridades locais. Então, uma sindicância foi instalada, mas nada ficou comprovado. Na escola não existe registro do ocorrido, no entanto, o *Diário da Manhã* registrou o fato:

A denúncia sigilosa, vaga e imprecisa, feita ao pé do ouvido da autoridade competente, é atitude que caracteriza os caluniadores, os desprezíveis, e os indignos. Quem denuncia um fato assume desde logo o ônus da prova. Assim exige a lei. (...) Os encarregados da sindicância, ao iniciarem os trabalhos, deveriam ter dado conhecimento às partes acusadas das acusações e seus acusadores, afim de que pudessem formalizar suas defesas. Assim procede quem tem por objetivo fazer justiça. Mas isso não foi feito, lamentavelmente. As pessoas acusadas continuam desconhecendo seus acusadores e a própria acusação, o que contribuiu para o surgimento desses inúmeros e graves boatos que correm de boca em boca, denegrindo a reputação alheia. A Revolução de 31 de março de 1964 não ampara o processo do cochicho, dos denunciadores relapsos que não assumem as responsabilidades dos seus atos.<sup>218</sup>

---

<sup>218</sup> O dever do denunciante. *Diário da Manhã*, Passo Fundo. 19 nov. 1965. p. 2.

A respeito do denunciismo que marcou seu período à frente do comando da unidade do Exército em Passo Fundo, o coronel Grey Belles declarou:

Quanto ao denunciismo, ele jamais influenciou minhas ações. Nunca apreciei a maneira de o brasileiro fazer política partidária e vinditas não se coaduna com atitude militar. Minha política, não vai além de viver de bem com todos. Não sou inimigo de ninguém e lamento por aqueles que se julgam meus desafetos, por ter agido no cumprimento do meu dever e do meu lema (liberdade só com respeito e responsabilidade).<sup>219</sup>

Um empresário que na época prestava o serviço militar no quartel de Passo Fundo e exercia a função de motorista do capitão Grey Belles – o qual pediu anonimato – revelou que em determinados dias o capitão saía pela cidade para recolher informações sobre os possíveis subversivos e comunistas. Segundo ele, um dos informantes era o radialista Carlos Alberto Valadares, que trabalhava na Rádio Passo Fundo e, mais tarde, trabalhou nas rádios Municipal e Planalto. Em determinado local, o capitão Grey Belles recebia uma espécie de bilhete contendo as informações e os nomes de pessoas que deveriam ser *averiguadas*. Sobre essa questão, o radialista, hoje aposentado, declarou:

Eu tinha uma grande amizade com o capitão Grey Belles, porque morava ao lado da casa dos pais dele, na rua Morom. A casa em que eu morava era deles. Eu e minha mulher cuidávamos dos velhinhos. Nós somos espiritualistas. Ele é cardeque e eu sou umbanba. Volta e meia

---

<sup>219</sup> BELLES, Grey. Entrevista concedida a José Ernani de Almeida, via e-mail, em mar. 2005.

eu ia ao quartel tomar um cafezinho, trocar idéias sobre espiritualidade etc. Eu sempre tive trânsito livre no quartel. Entrava a hora que queria, nunca tive problema nenhum de censura. Sempre fiz as entrevistas com quem eu precisava fazer. A minha amizade com o Grey Belles fez com que muita gente na imprensa passasse a me ver como informante. É uma inverdade. O Grey Belles nunca me perguntou o que eu achava do fulano ou do sicrano. Nunca tocou em assunto nenhum. Eu não tinha nada a ver com o que os outros faziam ou deixavam de fazer. Eu sabia que muita gente que ia até o quartel era para fazer denúncias. Companheiros de partido, amigos, acusavam-se reciprocamente de comunista, subversivo. O Grey nunca me perguntou sobre ninguém. Nunca. Eu me dava com ele em função da amizade com os seus pais, nada mais do que isso.<sup>220</sup>

**Sobre as acusações de que a maioria das denúncias partia da Prefeitura Municipal, na época comandada por Mário Menegaz, o coronel Grey Belles, passados tantos anos, fez a defesa do prefeito:**

Quero afirmar com todas as letras a quem tiver oportunidade de tomar conhecimento dessa declaração e que não queira transladar-se a outros níveis de realidade: o prefeito Mário Menegaz, para mim apolítico convicto, trata-se de uma personalidade ímpar, íntegra na sua simplicidade cativante e afável para com todos, jamais se prestaria para o papel de delator, pois portador de grande caráter, para mim um paradigma de cavalheiro autêntico e típico passo-fundense.<sup>221</sup>

---

<sup>220</sup> VALADARES, Carlos Alberto. Entrevista concedida a José Ernani de Almeida em jun. 2005.

<sup>221</sup> BELLES, Grey. Entrevista concedida a José Ernani de Almeida, via e-mail, em mar. 2005.

**Paulo Roberto Pires, que trabalhou no secretariado de Mário Menegaz, tem a mesma opinião:**

Um dos desserviços do movimento militar foi ter espalhado entre os cidadãos o vírus do denunciamento, por sinal, muito em voga também nos dias presentes. Em todos os níveis de atividade, público ou privado, era costumeiro ouvir-se ameaças sobre possíveis denúncias. Na área política a troca de farpas sobre tais práticas era comum. Foi criado um caldo propício à delação, à calúnia e à difamação. Agora, elevar este sentimento dominante à condição de prática concreta de um administrador como o ex-prefeito Mário Menegaz é, no mínimo, uma falta de responsabilidade e, mais do que isso, uma injustiça. É possível e não devem ter sido poucas as vezes que tais práticas chegaram a ele. Mas não passaram dele. E isto tanto é absolutamente verdadeiro que em Passo Fundo, com todo o calor dos embates políticos, não se teve vereador cassado e não se conhece caso concreto de prisão, demissão ou perseguição de funcionário público de todos os níveis e muito menos municipal. Reconhecer a “epidemia de denúncias” é homenagear a verdade. Atribuir qualquer delas ao ex-prefeito Mário Menegaz é homenagear a mentira.<sup>222</sup>

**O tenente-coronel Zimmerman, comandante do Batalhão da Brigada Militar de Passo Fundo de 1975 a 1980, confirmou a prática do denunciamento na cidade naquele período:**

(...) as denúncias vinham de toda a ordem. Vinham do serviço secreto e a gente mandava pesquisar. Nós tínhamos muitos informantes. Aí veio a anistia no período

---

<sup>222</sup> PIRES, Paulo Roberto. Entrevista concedida a José Ernani de Almeida, via e-mail, em maio 2005.

Figueiredo e o processo se enfraqueceu. (...) Alguém não gostava de uma pessoa e procurava a Brigada Militar para dizer que seu desafeto era comunista. Era uma entrega, uma intriga muito grande. Para fazer cartaz, para buscar algum favor, por revanchismo. Nós tínhamos muito cuidado com estas denúncias. Na verdade houve uma verdadeira epidemia de denunciismo aqui na cidade. Isso aconteceu em todos os setores.<sup>223</sup>

**O padre Alcides Guareschi, ex-reitor da Universidade de Passo Fundo e atual secretário da Educação do município, que em duas oportunidades foi intimado pelas autoridades militares, vivenciou a fase das denúncias em Passo Fundo:**

De fato, as pessoas começaram a ter um receio muito grande de serem presas naqueles dias. Eu me lembro de um estudante universitário de grande liderança, que, quando soube que eu estava sendo visado, me procurou num corredor escuro e disse assim: “ Pelo amor de Deus não cita o meu nome!”. É claro que eu não ia citar, jamais iria citar, eu não podia fazer isto de jeito nenhum. É um exemplo de como as pessoas tinham medo. Sei de outro estudante universitário que tinha livros em casa e que procurou esconder no sótão. Ficou com medo de que alguém chegasse. Mas havia verdadeiras armadilhas. Exemplo: de repente você receber um livro da linha marxista. Bastava ser um livro de filosofia, já era perigoso. Você de repente recebia um livro de presente e aí mais tarde, se alguém, um militar, fosse visitar a sua casa, iria encontrar este livro. Na verdade era uma armadilha, de gente que se aproveitava. Não gostava de você e

---

<sup>223</sup> ZIMERMAN, Maurílio Neves. Entrevista concedida a José Ernani de Almeida em mar. 2005.

te criava uma cilada. Prova? Você não tem como provar, mas esse fato é verdadeiro. Eu sei de uma pessoa que deu um livro a uma outra e foi uma surpresa muito grande. É claro que aquela pessoa pôs fora o livro imediatamente, porque percebeu que se tratava de uma armadilha. Então, aconteceu de tudo naquela época.<sup>224</sup>

**Esses relatos nos encaminham novamente à análise de Michel Foucault sobre o aparelho repressivo do Estado, o tipo de poder que exerce e os mecanismos que põe em funcionamento:**

(...) o poder policial deve-se exercer sobre tudo: não é, entretanto, a totalidade do Estado nem do reino como corpo visível e invisível do monarca; é a massa dos acontecimentos, das ações, dos comportamentos das opiniões – tudo o que acontece. (...) E para exercer, esse poder deve adquirir o instrumento para uma vigilância permanente, exaustiva, onipresente, capaz de tornar tudo visível, mas com a condição de se tornar ela mesma invisível. Deve ser como um olhar sem rosto que transforme todo o corpo social em um campo de percepção: milhares de olhos postados em toda parte, atenções móveis e sempre alerta, uma longa rede hierarquizada.<sup>225</sup>

Os “milhares de olhos postados em toda a parte”, descritos por Foucault, traduziam-se em Passo Fundo na atuação dos agentes da denúncia. Foi assim, por exemplo, que, em função de acusações, durante algum tempo, a Faculdade de Agronomia ficou fechada por determinação do comando da unidade do Exército local.

---

<sup>224</sup> GUARESCHI, Alcides. Entrevista concedida a José Ernani de Almeida em maio 2005.

<sup>225</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 187-188.

O motivo é explicado pelo próprio comandante Grey Belles e não deixa de ser hilariante:

A Faculdade de Agronomia foi fechada em função de pseudo-professores que de suas cátedras faziam proselitismo marxista-leninista e abasteciam amigos de mel, obtido com todos os recursos desenvolvidos no curso de apicultura. Uma vez afastados os comunistas, a faculdade voltou a funcionar. A aula inaugural de reabertura foi proferida por mim e teve como tema a apicultura.<sup>226</sup>

A cultura do denunciamento fez tradição e continua presente na política passo-fundense. O recente episódio ocorrido durante o depoimento do prefeito Airton Dipp na CPI dos Correios é uma das provas.<sup>227</sup> Em meio ao depoimento do prefeito Dipp, o senador baiano do PFL Cezar Borges apontou o nome de dois passo-fundenses que teriam recebido dinheiro da estatal em nome do prefeito. Uma mensagem de origem adulterada, sem qualquer validade, citava o nome do presidente da Codepas, Claudemir Bragagnolo, e do capitão PM Zambonato como envolvidos. A acusação usava o nome do ex-comandante do 1º/20º RC do Exército de Passo Fundo, major Oscar da Costa e Silva, hoje reformado, que em Bagé, onde reside, negou peremptoriamente qualquer participação no caso. Pessoas próximas do prefeito Dipp atribuíram a falsa denúncia a elementos ligados ao grupo político que foi derrotado nas últimas eleições municipais. A velha práti-

---

<sup>226</sup> BELLES, Grey. Entrevista concedida a José Ernani de Almeida, via e-mail, em fev. 2005.

<sup>227</sup> O prefeito Dipp foi chamado à CPI em função de uma denúncia publicada pela revista *Época*, de 27 de junho de 2005, segundo a qual ele teria recebido R\$ 600.000, 00 da empresa Promodal para entregar um contrato dos Correios a esta empresa, no período em que fora presidente dos Correios. *Submundo dos Correios. Época*, 27 jun. 2005. p. 30-34.

ca do denunciamento demonstra, portanto, ser ainda um recurso de luta política.

## A universidade sob vigilância

O ensino superior foi alvo de intenso controle por parte das autoridades do governo militar. Em outubro de 1966, o acadêmico Zelcy Dall'Acqua, presidente do Diretório Acadêmico Sto. Agostinho, da Faculdade de Filosofia, foi preso por várias horas no quartel do I/20º RC, acusado de estar envolvido em extensa trama subversiva. O diretor da faculdade, padre Alcides Guareschi, também foi convidado a comparecer ao comando da unidade do Exército a fim de prestar informações no inquérito policial militar. O episódio ganhou repercussão nacional. O padre Alcides Guareschi conta o que aconteceu:

Na verdade, havia um receio dos militares em relação à universidade. Em todo o país as universidades foram visadas: as universidades, os seus professores, os seus diretores, os seus alunos, seus livros. Então, o meio universitário foi tratado como sendo foco de subversão. Em outubro de 1966, a situação política em Passo Fundo ficou muito confusa. O presidente do DCE, Zelcy Dall'Aqua, resolveu convidar alunos e professores para um debate político entre a Arena e o MDB. Aquele debate foi visto pelo comandante Grey Belles como um ato contra o governo revolucionário. Ele via comunistas por toda parte e, de modo especial, no meio universitário. Mandou prender o presidente do DCE, que, além de aluno da Faculdade de Direito, era também funcionário da Faculdade de Filosofia. Era o dia 10 de outubro. Na cidade correu o boato da prisão. À noite procurou-me o pai do Zelcy,

angustiado porque o filho não aparecera em casa e ele tinha ouvido dizer que estava preso. Por telefone, entrei em contato com o quartel, buscando informações. Responderam-me que somente o comandante poderia falar sobre o assunto e que voltasse a telefonar no dia seguinte. Na manhã seguinte, a resposta foi que o comandante não estava. Entendi que não podia me calar diante da arbitrariedade porque conhecia a formação do Zelcy, incapaz de atividades subversivas. Naquela tarde, sem ser atendido, fui até o jornal *O Nacional* e dei uma declaração denunciando a prisão do presidente do DCE e funcionário da faculdade como arbitrariedade. Foi publicada no dia seguinte, 13 de outubro, ao lado de uma nota do DCE. A publicação provocou a ira do comandante. Ao meio-dia, recebi um ofício convocando-me para comparecer ao quartel às 14 horas. Cheguei na hora marcada e informei que tinha um compromisso às 17h30min. Começou, então, um longo interrogatório conduzido pelo comandante. Foi tenso. Eu sentado numa cadeira e o comandante em pé, caminhando de um lado para o outro, impaciente e fazendo perguntas e ameaças. Precavido, adotei uma estratégia que aumentou a ira do comandante: anotava as perguntas e rascunhava minhas respostas. Eram quase 22 horas quando o tenente Zambon, que estava presente, me levou para casa.<sup>228</sup>

Enquanto o padre Alcides Guareschi era ouvido pelo comandante, alunos da Faculdade de Filosofia realizaram um grande protesto diante do quartel do Exército, o que tornou a situação ainda mais tensa. As ameaças contra o sacerdote continuaram porque, para o comandante Grey Belles, “a Faculdade de Filosofia era um

---

<sup>228</sup> GUARESCHI, Elydo Alcides; *UPF, que horas são?* Entrevista concedida a Ivaldino Tasca. Passo Fundo: Aldeia Sul, 2002. p. 48-51.

centro de subversão. Dizia que ser subversivo era privilégio dos filósofos. Ele não escondia o seu rancor. Imaginava que a direção da faculdade estava tramando a sua transferência".<sup>229</sup>

O episódio teve repercussão fora de Passo Fundo, pois foi notícia na *Última Hora* e em outros jornais do país, inclusive no *Le Monde*, de Paris. A divulgação foi obra do jornalista Tarso de Castro, filho do diretor do jornal *O Nacional* e que militava na imprensa do Rio de Janeiro, sendo um dos criadores do jornal *O Pasquim*.

O *Diário da Manhã* buscou minimizar o fato publicando a seguinte matéria:

Houve exagero nas notícias divulgadas pelos jornais de Porto Alegre sobre a prisão do estudante Zelcy Dall'Acqua e o comparecimento do Pe. Alcides Guarescy, Diretor da Faculdade de Filosofia, no quartel do Exército da cidade. As informações enviadas pelos correspondentes de Passo Fundo não são verdadeiras, servindo apenas para produzir agitações tão prejudiciais no momento. Pe. Alcides não esteve preso, apenas prestou esclarecimentos e o Capitão Grey Belles não aconselhou os estudantes a derrubarem da presidência do Centro Acadêmico da Filosofia a estudante Alda Flores. Aliás, o comandante Grey Belles foi alvo de manifestações de apoio por parte do Prefeito Mário Menegaz, do Comandante da Brigada Militar Iriovaldo Maciel de Vargas e também de acadêmicos e professores das faculdades de Direito, Odontologia e Instituto de Artes.<sup>230</sup>

Enquanto o *Diário da Manhã* apoiou as atitudes do comando do Exército em Passo Fundo e desautori-

---

<sup>229</sup> Ibidem, p. 51.

<sup>230</sup> *DIÁRIO DA MANHÃ*, Passo Fundo, 12 out. 1966. p. 4.

zou as informações dos correspondentes dos jornais da capital, *O Nacional*, em sua “Página universitária”, assinada por Wesley Maracajá, fez uma denúncia veemente:

Um povo atônito, uma multidão calada, uma massa diferente: domina tudo o medo dos homens! As palavras perdem o seu tom seguro, as frases tornam-se indecisas, exíguas, monossilábicas. Ninguém mais comenta ou discute. Todos estão forçosamente alheios a tudo, o que não seja o cotidiano da vida. (...) A novidade é o Medo! O colega de trabalho, o estudante ao meu lado, o frequentador do café, qualquer um deles nos pode delatar – qualquer um deles nos pode trazer uma situação embaraçosa por termos comentado tal ou qual ato do governo. É incrível, mas verdadeiro! Ô geração passada, que Brasil é esse? Os estudantes de fato, democratas que somos os grandes idealistas que poderíamos ser, sofremos. (...) O perigo é um só: invadindo o terreno jurídico, desrespeitando o aspecto jurídico das leis, estaremos colocando o direito da força acima da força do direito. Se não mais respeitarmos o Direito, viveremos sempre num país do medo, não de respeito; num país da força, não de Liberdade; e seremos um povo de agachados e não de homens livres.<sup>231</sup>

Os jovens militantes ou inconformados passaram a ser perseguidos pelo regime, sobretudo o jovem universitário de classe média, tomado, de alguma maneira, pelo anseio de modificar o mundo: seriam subversivos, segundo o governo, ou inocentes úteis – o que dava na mesma, quando se pensa *apenas* no cotidiano da repres-

---

<sup>231</sup> MARACAJÁ, Wesley. Página universitária *O Nacional*, Passo Fundo, 25 out. 1966. p. 2.

são. Sobre a questão da pressão sobre jovens e o clero Carlos Fico escreve:

Os religiosos e os jovens eram inimigos diletos do regime militar, *et pour cause* da comunidade de informações. A alta hierarquia católica, depois do apoio inicial ao golpe de 64, horrorizou-se com os “excessos”, isto é, com a tortura e o assassinato de presos políticos oriundos da classe média e das elites intelectuais. Em função disso, posicionou-se contra a Ditadura Militar, sobretudo a partir do momento em que membros dos clero foram atingidos por medidas de repressão.<sup>232</sup>

A postura de oposição à ditadura militar não foi monolítica de toda a Igreja. Em Passo Fundo, sua alta hierarquia, representada pelo bispo dom Cláudio Colling, alinhou-se ao regime militar.

Elio Gaspari analisa a postura da Igreja com muita objetividade:

De todas as instituições de âmbito nacional e tradição política, só uma não coubera inteira no acerto (regime militar e sociedade brasileira): a Igreja. Seria exagero acreditar que toda a Igreja ficara de fora, ou até mesmo supor que ela tenha ficado sempre de fora. Pelo contrário. De 1964 a 1970 ela marchou ao lado do regime nos momentos decisivos, e a maior parte de sua hierarquia perfilou-se nos momentos críticos. Como instituição a Igreja podia fazer muitas coisas, menos uma: dar a César sua própria desmobilização. Ao contrário do empresariado, do funcionalismo público civil e militar, dos partidos

---

<sup>232</sup> FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 166-167.

políticos e do Congresso, ela não precisava de remuneração terrena ou licença do governo para existir. Essa independência decorria de um patrimônio espiritual amarrado a conceitos de civilização que estavam sendo revogados no Brasil.<sup>233</sup>

**Entre os jornalistas de Passo Fundo, o medo passou a ser um parceiro constante. Poucos ousaram desobedecer à legislação vigente e ao controle exercido pelas autoridades. A situação foi ironizada pelo jornalista João Vieda:**

Escrevo sempre dentro daquele conceito de liberdade expressamente definido na Lei de Imprensa, ou na de Segurança Nacional. Lógico, pois não sou de fazer regime a pão e água entre quatro paredes. Comigo não. Mas, como eu ia dizendo, recebo sempre com muito prazer as sugestões que me enviam. Quando a opinião pode ser livre, eu me manifesto. Quando não, me fecho em copas. Não é por medo; é que sou homem da lei, e tenho mulher, quatro filhos e um cachorro pra sustentar.<sup>234</sup>

**Antes de adotar essa postura prudente e temerosa revelada em sua crônica, o jornalista Vieda, que também era funcionário dos Correios e Telégrafos, fez uma grave denúncia em *O Nacional* sobre a violação ou censura de correspondência:**

Acentuamos, numa nota há dias divulgada em *O Nacional*, haver indícios de que se processa uma censura velada na correspondência que tramita pelo Correio de Pas-

---

<sup>233</sup> GASPARI, Elio. *Ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 236-237.

<sup>234</sup> VIEDA, João. Opinião livre. *O Nacional*, Passo Fundo. 17 out. 1967. p. 3.

so Fundo. Ora, não nos consta que esteja em vigor lei alguma que autorize censura em cartas ou em despachos telegráficos, nem aqui, nem no Estado ou no país inteiro. Se lei semelhante houvesse, toda a correspondência que passasse pelo crivo, traria, naturalmente, o dístico “Censurada”, ato que deveria ser praticado, legalmente, é claro pela respectiva autoridade incumbida dessa tarefa. (...) Logo se não há censura legal, o que poderá estar havendo é violação criminosa de correspondência. Ainda ontem, conversando com um redator de *O Nacional*, cidadão pertencente ao comércio desta praça, mostrávamos uma carta enviada por sua esposa, a uma pessoa da família, que retornara do destino, trazendo o envelope com indícios mostrando traços de violação: a carta fora aberta e depois fechada cuidadosamente pelo “censor” improvisado. O chefe da agência postal telegráfica de Passo Fundo não diz nada, não sabe nada, não esclarece nada e vai ficando na “moita”, “quietito no más”, só pra não se incomodar.<sup>235</sup>

São inúmeros os relatos de violação de correspondência acontecidos em todo o país durante o período militar e, pelo visto, Passo Fundo não foi uma exceção.

Depois de exercer controle e censura de fato, a Lei de Imprensa, que atemorizou os jornalistas, foi enviada ao Legislativo em dezembro de 1966 e, após uma breve discussão, foi aprovada pelo Congresso Nacional em janeiro de 1967 e sancionada no mês seguinte. A lei aumentou as penalidades para os crimes contra a segurança nacional e diminuiu a liberdade de crítica dos jornalistas. Visava coibir a divulgação de qualquer informação que não interessasse ao governo, pois a im-

---

<sup>235</sup> Violação ou censura (surda) de correspondência? *O Nacional*, Passo Fundo. 19 abr. 1965. p. 6.

prensa deveria representar um elemento aglutinador, gerador de consenso, divulgando os *feitos da Revolução*, o crescimento econômico e as campanhas ufanistas do governo.<sup>236</sup>

A respeito da nova legislação, *O Nacional* assim se manifestou:

Como profissionais de imprensa e como cidadãos sempre entendemos e pugnamos constantemente, através de longa data, pela livre manifestação do pensamento; pela expressão da letra de forma ou por intermédio da palavra. É o fundamento essencial do regime democrático e vem a ser o direito expresso, inscrito em itens constitucionais elaborados, tendo em primeiro plano a liberdade plena do indivíduo. É a prerrogativa inalienável da pessoa humana, de dizer o que pensa, o que sente, o que pretende, o que aspira – num mundo livre, num país sem grilhões, numa nação bafejada pelas conquistas de alto sentido espiritual e idealístico. Somos, em suma, pelo império de uma liberdade, cujo exercício afiança a ampla responsabilidade do cidadão.<sup>237</sup>

Com uma Lei de Imprensa extremamente restritiva, os órgãos de comunicação de Passo Fundo buscaram se adequar à nova legislação. E foi exatamente nesse contexto que um acontecimento insólito veio agitar a opinião pública da cidade e do Rio Grande do Sul, tendo, inclusive, forte repercussão no país.

---

<sup>236</sup> A lei 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, limitou drasticamente a atividade jornalística, principalmente o jornalismo investigativo.

<sup>237</sup> Liberdade, imprensa e responsabilidade. *O Nacional, Passo Fundo*, 19 maio 1967. p. 1.

## A retomada da SPU

No dia 2 fevereiro de 1967, os irmãos César José dos Santos e Reissoli José dos Santos retomaram o comando da Sociedade Pró-Universidade. Eles haviam perdido a direção da SPU quando do golpe militar de 1964, em razão de acusações de toda a ordem e também por estarem filiados ao PTB – Reissoli, na época, era suplente de deputado federal pelo PTB. Depois de muitas articulações do prefeito Mário Menegaz e do vereador Romeu Martinelli, o governo do estado decretou intervenção na entidade em abril de 1967.

Sobre o episódio da retomada da SPU por seus antigos dirigentes, *O Nacional* publicou o seguinte texto:

De sábado (dia 2) a esta parte, novos contornos vem assumindo o rumoroso caso surgido na Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo. Retomada, na tarde de quinta-feira, de maneira brusca, pelos antigos dirigentes da instituição, a ocorrência tem encontrado a maior repercussão em todos os círculos, ao redor do assunto girando uma série de conjecturas e suposições. Os antigos dirigentes da SPU, sob a alegação de que se escudaram no Código Civil e tendo obtido a garantia de elementos do 2º Batalhão Policial da Brigada Militar, a 2 do corrente se apossaram dos bens e da direção da Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo. Isto feito, como é do conhecimento público, lavraram ata, firmaram atos, destituindo a maioria do corpo docente que estava em exercício e adotando outras medidas. Membros da alta administração da SPU, em férias, dentre estes o Padre Alcides Guareschi, presidente; e o Dr. Celso da Cunha Fiori, diretor da Faculdade de Direito.<sup>238</sup>

---

<sup>238</sup> *O NACIONAL*, Passo Fundo, 4 fev. 1967. p. 1.

O *Diário da Manhã* e a Rádio Passo Fundo passaram a ser porta-vozes do grupo que reassumiu o controle da SPU. O *Diário da Manhã* noticiou:

Logo após a posse, foi enviado o seguinte telegrama, assinado pelo Dr. César Santos: - “Cel. Iriovaldo Vargas, Chefe da Casa Militar – Palácio Piratini – Porto Alegre. Comunico a V.S. que hoje, às 18 horas, reassumi a direção da Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo, com amparo na legislação civil e no interesse do ensino universitário. Atenciosas saudações etc.”<sup>239</sup>

Na Rádio Passo Fundo, Reissoli José dos Santos dirigiu violento ataque ao prefeito Mário Menegaz e aos administradores da SPU, tendo à frente o padre Alcides Guareschi. O conteúdo do pronunciamento, recheado de acusações, tornou o ambiente ainda mais tenso na cidade. A aplicação da Lei de Imprensa passou a ser exigida pelas pessoas que tinham sido alvo dos ataques pelas ondas da ZYF-5.<sup>240</sup>

Os ataques pessoais tornaram-se rotineiros e a cada manifestação ainda mais violentos. No *Diário da Manhã*, Reissoli José dos Santos voltou a atacar o prefeito municipal:

Pela Rádio Universitária de que o Sr. Prefeito Mário Menegaz se apropriou indebitamente, mudando o nome para “Rádio Municipal”, após ter requerido, mediante informações falsas, uma intervenção na SPU – ouviu um pronunciamento-confissão que não sei bem se era de um empregado da Prefeitura ou do próprio Menegaz.

<sup>239</sup> DIÁRIO DA MANHÃ, Passo Fundo, 3 fev. 1967. p. 1.

<sup>240</sup> ANNES, Murilo Coutinho. Depoimentos informais sobre a criação do ensino superior em Passo Fundo. 1950-1986. Universidade de Passo Fundo.

A retomada pela Sociedade Pró-Universidade do seu patrimônio, indebitamente apropriado por um grupo que também se denominou “Sociedade Pró-Universidade”, que tinha como chefe aparente o testa de ferro Mário Menegaz, foi medida, necessária, legitimada pelo direito civil, para salvação do ensino universitário, criado pela SPU, prestes a desaparecer. (...) Este é o primeiro revide às infâmias assinadas por esse ignóbil Mário Menegaz, infeliz criatura, instrumento vil de malfeitores e corruptos, encarregado de destruir o ensino superior de Passo Fundo.<sup>241</sup>

A Rádio Municipal e *O Nacional* transformaram-se em tribunas do prefeito Mário Menegaz. Definitivamente, as lideranças locais estavam divididas e viviam um clima de hostilidade no qual os ataques pessoais exigiam a cada dia um desagravo, uma resposta em tom ainda mais radical. O prefeito, em entrevista a *O Nacional*, assim se manifestou:

Reissoli José dos Santos, conhecido pelos seus atentados e violências em Passo Fundo, figura em nova ação de difamação contra a minha pessoa. Vai, por isso, responder por crime de calúnia e injúria, em ação que entrará em juízo segunda-feira próxima. Queremos dizer à comunidade passofundense que não somos como César Santos e Reissoli Santos, envolvidos em escândalos. Não somos proprietários de hospitais fantasmas, como César Santos. Não fomos nunca envolvidos em inquéritos policiais-militares, como ambos. Nunca fomos ao Quartel do I/20º R.C. para pedir forças, a fim de assaltar a Pre-

---

<sup>241</sup> SANTOS, Reissoli José. *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 4 fev. 1967. p. 4.

feitura, estando na lista dos que deviam ser eliminados, entre outros, o próprio bispo diocesano.<sup>242</sup>

**Após uma rápida viagem a Porto Alegre, Mário Menegaz retornou à cidade e tomou medida insólita: decretou luto oficial no município pelo decreto nº 1/67:**

Mário Menegaz, Prefeito Municipal de Passo Fundo, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas por Lei, e principalmente pelos artigos 49, 50 e seguintes da Lei Orgânica do Município, de 7 de dezembro de 1957, considerando que, em data de 2 do corrente, à tarde, César dos Santos, Reissoli José dos Santos, Mário Daniel Hoppe e Wilson de Assis Ferreira Lopes, acompanhados de capangas, invadiram e tomaram à força as Faculdades pertencentes à Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo, desrespeitando os mais comezinhos e rudimentares princípios do Direito. (...) Considerando que César Santos e Reissoli Santos, em inquérito policial-militar por eles requerido junto ao III Exército e realizado no I/20º R.C. desta cidade, foram considerados sem condições para continuar à testa da SPU; Considerando que César Santos e Reissoli Santos são ligados a Leonel Brizola e ao Governo deposto; Considerando que César Santos, em 31 de março de 1964, foi ao Quartel do I/20º R.C. local solicitar forças para tomar conta da Prefeitura Municipal, e outros atos de violência que poderiam ter sacrificado inúmeras vidas na região, a começar pela de S. Exa. Revdma. Dom Cláudio Colling; Considerando os pronunciamentos violentos, caluniosos e injuriosos, transmitidos pela Rá-

---

<sup>242</sup> MENEGAZ, Mário. *O Nacional*, Passo Fundo, 5 fev. 1967. p. 1.

dio Passo Fundo e as notícias inverídicas divulgadas pelo Diário da Manhã, desta cidade etc. DECRETA luto oficial em todo o território do Município de Passo Fundo, enquanto perdurar essa situação de violência e permanecerem os “irmãos Santos” e seu bando, ilegalmente, na Direção da Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo. Este decreto entrará em vigor na data de sua promulgação, revogadas as disposições em contrário. GABINETE DO PREFEITO em Passo Fundo, RS, aos 4 de fevereiro de 1967. (As.) – Mário Menegaz – Prefeito.<sup>243</sup>

O decreto logo foi divulgado pela Rádio Municipal, seguindo-se o hasteamento da bandeira do município, colocada a meio-pau. Na tarde do mesmo dia, o prefeito determinou o cerco do prédio da SPU, usando maquinário e funcionários da prefeitura.

*O Nacional*, referindo-se aos acontecimentos, noticiou:

Seriam 19 horas de sábado quando o chefe do Governo Municipal determinou que todos os veículos da Prefeitura, patrulas, máquinas rodoviárias, caminhões etc., cercassem o quarteirão que compreende a avenida Brasil, rua Paissandu e transversais: rua 15 de Novembro e Teixeira Soares, interditando completamente os próprios da Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo. A medida causou sensação e atraiu grande multidão ao local das ocorrências, acompanhando o movimento que ali se processava. A multidão, estacionada em frente à Prefeitura

---

<sup>243</sup> ANNES, Murilo Coutinho. Depoimentos informais sobre a criação do ensino superior em Passo Fundo. 1950-1986. Universidade de Passo Fundo.

Municipal, vivava o sr. Mário Menegaz, à sua passagem, demonstrando a sua aprovação e público apoio.<sup>244</sup>

No episódio do cerco à SPU, o prefeito municipal exigiu a retirada do radialista Josué Natividade Duarte, gerente da Rádio Passo Fundo, acusando-o de divulgação tendenciosa e parcial dos fatos. Também o jornalista Hélio Gonçalves Dias, da mesma emissora, teve um atrito com o prefeito e seus assessores ao tentar entrevistá-lo. A postura das autoridades municipais foi condenada através de nota dos jornalistas passofundenses publicada no *Diário da Manhã*, na qual os jornalistas acusavam as autoridades da prática de censura prévia.

O caso da Sociedade Pró-Universidade de Passo Fundo foi resolvido no Supremo Tribunal Federal em favor do grupo de Mário Menegaz, isto é, dos dirigentes que haviam assumido sua direção quando da intervenção decretada pelo governo estadual em 1964. As acusações, as denúncias, as perseguições, as vinganças, entretanto, continuariam com seus ecos até os dias atuais.

## A repressão ao movimento estudantil

O ano de 1968 ficou na história como um marco de mudanças no mundo. Segundo Zuenir Ventura, “com persistência rara, para o Brasil, 68 ainda povoa o nosso imaginário coletivo, mas não como objeto de reflexão. É uma vaga lembrança que se apresenta, ora como totem, ora como tabu; ou é a mitológica viagem de uma

---

<sup>244</sup> O *NACIONAL*, Passo Fundo, 4 fev. 1967. p. 1. A localização da SPU, bem como da Prefeitura Municipal e da Câmara, além dos veículos de comunicação e do quartel, aparece no mapa de Passo Fundo da década de 1960, anexado a este trabalho.

geração de heróis, ou a proeza irresponsável de um 'bando de p.-loucas', como se dizia então".<sup>245</sup>

Em Passo Fundo, o ano começou com as tradicionais acusações entre os grupos que disputavam o poder. *O Nacional* publicou em janeiro uma extensa entrevista com o deputado Antonio Mesquita, líder da Arena, na qual afirmava que "intrigante profissional, contumaz agente da calúnia e injúria está solapando o partido, dividindo os arenistas, enfraquecendo o governo e estabelecendo choque entre chefes do executivo, membros do legislativo e componentes de comissões diretoras municipais"<sup>246</sup>. O deputado fazia menção ao jornalista Túlio Fontoura.

Em março, a morte do estudante Edson Luís de Lima Souto durante conflito com a PM no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, provocou uma grande reação dos estudantes em todo o país. Em Passo Fundo, o Diretório Acadêmico João Carlos Machado, da Faculdade de Direito, realizou uma assembleia e mandou rezar uma missa na catedral em 4 de abril. No dia seguinte, realizou uma passeata de protesto. *O Nacional*, em matéria de Wesley Maracajá, sob o título "Baionetas caladas", fez a cobertura:

Foi grande o aparato de *Pedro e Paulo* nas ruas. Até bombeiros estavam preparados. A própria cavalaria seria usada se necessário fosse. Próximo da General Netto, à altura do empreendimento do SC Gaúcho estava um choque de PPs armados não somente de revólveres e fuzis, mas, senhores pais, de Baionetas Caladas. Assim, senhores pais, entendam agora quais as medidas que foram toma-

---

<sup>245</sup> VENTURA, Zuenir. 1968: o ano que não terminou. São Paulo: Nova Fronteira, 1988. p. 16.

<sup>246</sup> MESQUITA, Antonio. *O Nacional*, Passo Fundo, 6 jan. 1968. p. 4.

das para conter uma simples e ordeira passeata fictícia – em que os estudantes amordaçados (eles sairiam amordaçados) seriam prato para as facas militares. Assim se defende um governo popular? Meu pobre Brasil de baionetas caladas. Não contra inimigos cruéis, seviciadores de nossas irmãs, violadores de nossas mães ou assassinos de nossos pais – pobre país este que usa essas armas brutais contra seus próprios filhos que protestam.<sup>247</sup>

### **O jornalista Argeu Santarém, na época estudante de direito, lembra:**

O movimento estudantil ressuscitava em Passo Fundo depois da repressão que espalhou o medo nos meios acadêmicos. À medida que íamos chegando à universidade, íamos nos identificando. No início de 68, todos os diretórios acadêmicos, com exceção do da Faculdade de Belas Artes, estavam em mãos dos companheiros. O DCE, obviamente, passou a assumir uma postura pró-UNE, que o regime militar tentara extinguir. Em abril, após a morte de Edson Luís no Rio de Janeiro, convocamos uma passeata. Centenas de estudantes marcharam da antiga Faculdade de Direito, na Av. Brasil, até o centro, onde foram cercados por tropas do Exército e da BM. Não ocorreram prisões porque as portas da catedral foram *providencialmente* abertas para que os universitários (e alguns secundaristas que os acompanhavam) saíssem pela Coronel Chicuta. Os repórteres das rádios e jornais que acompanhavam o fato foram aconselhados a moderarem a linguagem.<sup>248</sup>

---

<sup>247</sup> MARACAJÁ, Wesley. *O Nacional*, Passo Fundo, 5 abr. 1968. p. 4.

<sup>248</sup> SANTARÉM, Argeu. Entrevista concedida a José Ernani de Almeida, via e-mail, em março de 2004.

O *Diário da Manhã* silenciou sobre os acontecimentos. Já *O Nacional*, além de noticiar a passeata, também revelou que “no Colégio Estadual Nicolau de Araújo Vergueiro a sua diretora, professora Suzana Einloft, determinou a expulsão dos estudantes Sólon Viola e João Carlos Bona Garcia, presidente e vice-presidente da União Passofundense de Estudantes, respectivamente, por terem distribuído panfletos no pátio do educandário e convocado uma greve dos estudantes”<sup>249</sup>. A União Passofundense de Estudantes (UPE) reagiu convocando uma assembléia e realizando protestos contra a medida tomada pela direção da escola.

Sólon Viola, hoje professor universitário na Unisinos, revelou:

Com a morte de Edson Luís convocamos uma greve nas escolas e uma vigília em nome da democracia durante a qual a sede da entidade ficava aberta 24 horas. Fizemos cartazes suspendendo as aulas e especialmente no Cenav conseguimos paralisar os estudantes. Algumas turmas do Instituto Educacional também pararam. Junto aos DAS convocamos uma passeata pela cidade com término em frente à catedral. A convocação foi feita com cartazes, faixas, panfletos etc. Alguns organismos da repressão tentaram negociar com os estudantes para impedir a passeata e o ato público (houve uma longa reunião das lideranças estudantis com o comando da Brigada Militar). Fui chamado, também, para uma conversa (recheada de conselhos) com o comandante do quartel do Exército, capitão Grey Belles. Mantivemos a passeata e o dia de greve. Quando retornamos às aulas, recebemos a notícia (Bonna e eu) da expulsão. Uma constrangida

---

<sup>249</sup> *O NACIONAL*, Passo Fundo, 5 abr. 1968. p. 4.

diretora da escola nos informava que nossa matrícula estava suspensa por ordens superiores, que a muito custo ela confirmou terem se originado do comando militar da cidade, isto é, do capitão Grey Belles. Convocamos assembléias da UPE e mantivemos o movimento o tempo possível. Os estudantes decidiram que a entidade pagaria as despesas dos estudos dos dirigentes e o corajoso diretor (prof. Edu) do Instituto Educacional aceitou nossa matrícula. A partir de então, com muita freqüência éramos chamados a prestar depoimento na Polícia Civil, especialmente em seu pequeno núcleo de informação. Iam nos buscar no colégio, o que provocava intensa inquietação. Havia vigilância permanente em frente a minha casa e, não raro, eu era seguido quando andava nas ruas da cidade.<sup>250</sup>

### **João Carlos Bona Garcia, hoje juiz da Justiça Militar gaúcha, relembra:**

(...) na época era eu tesoureiro e vice-presidente da União Passofundense de Estudantes. Em decorrência dessa militância (eu também era ligado ao Partido Operário Comunista), participei ativamente de uma greve que paralisou a maioria dos estabelecimentos de ensino, com forte adesão do Cenav. Como um dos líderes da citada greve, fomos proibidos de entrar no colégio e nem de se aproximar dos muros do educandário. Em decorrência veio a expulsão, decisão homologada pela diretora da época. Nossa atuação era pautada pela organização dos estudantes e o alcance de melhores condições de ensino. Há de se destacar que o movimento estudantil secundarista tinha a admiração e respeito dos professores e se mostrava mais

---

<sup>250</sup> VIOLA, Sólon. Entrevista concedida a José Ernani de Almeida, via e-mail, em maio 2005.

atuante e organizado do que o movimento universitário da época.<sup>251</sup>

Bona Garcia, posteriormente, ingressou em movimentos de esquerda clandestinos; participou da luta armada, de seqüestros, foi preso e exilado. Inicialmente, foi para o Chile e depois para a França. Somente retornou ao Brasil no início da década de 1980. Voltando a Passo Fundo, passou a ser vigiado. Ele esclareceu:

(...) lembro-me que, desde a minha chegada, por volta de 1980, percebi que estava sendo vigiado. Debito essas ações às inúmeras denúncias que fiz a respeito da atuação do Exército. Relembro que, numa reunião com o então prefeito de Passo Fundo, dr. Firmino Duro, e o comando do Exército, ponderei que devêssemos esclarecer a respeito das atitudes que então vislumbrava e que para minha pessoa eram desnecessárias. Na oportunidade, o comando do Exército presente no encontro manifestou-se contrário à minha candidatura a prefeito do município.<sup>252</sup>

Aos jovens estudantes que haviam deixado o cabelo e a imaginação crescerem, que amavam os Beatles e os Rolling Stones restava apenas protestar ao som de Caetano Veloso, Gilberto Gil, Chico Buarque e Geraldo Vandré. Andavam com a alma incendiada de paixão revolucionária e não perdoavam os mais velhos por não terem evitado o golpe militar de 1964.

E o golpe assumiu um caráter ainda mais violento em dezembro de 1968, quando foi editado o ato institu-

---

<sup>251</sup> GARCIA, João Carlos Bona. Entrevista concedida a José Ernani de Almeida, via e-mail, em jun. 2005.

<sup>252</sup> *Ibidem*.

cional nº 5. Para Elio Gaspari, “escancarada, a ditadura firmou-se. A ditadura envergonhada foi substituída por um regime a um só tempo anárquico nos quartéis e violento nas prisões. Foram os Anos de Chumbo”.<sup>253</sup>

Em Passo Fundo, em 14 de dezembro, um dia após a promulgação do AI-5, um discurso proferido pelo paraninfo da turma da Faculdade de Filosofia da Universidade de Passo Fundo, padre Alcides Guareschi, vice-reitor da instituição, causou grande repercussão. Ao saudar os formandos, o orador referiu-se a Ernesto Che Guevara: “Esse homem pode ter-se enganado no seu caminho (não cremos na violência), mas o seu exemplo será conservado no meio dos jovens, porque, para eles, representa a possibilidade que um homem tem de opor-se ao poder dos interesses e de fazer triunfar um ideal”.<sup>254</sup>

#### O padre Alcides Guareschi relembra:

Em dezembro de 1968 os formandos da Faculdade de Filosofia escolheram-me como paraninfo. A mensagem central do meu discurso era a importância de dedicar-se a um ideal. Fiz uma citação que acabou gerando confusão sem tamanho por causa da situação política, logo depois do AI-5, que limitara a liberdade de expressão. O discurso ganhou repercussão após a sua publicação e foi interpretado como pregação subversiva. A reação mais forte veio do comandante Grey Belles, que exigiu a minha cassação. Aproveitei aquela solenidade para fazer uma reflexão questionadora das idéias e opiniões sobre a juventude da época em que estavam surgindo os fenômenos dos *hippies* e das drogas. Mostrei aos formandos a

---

<sup>253</sup> GASPARI, Elio. *Ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 13.

<sup>254</sup> GUARESCHI, Alcides. *Diário da Manhã*, Passo Fundo, 17 dez. 1968. p. 3.

importância de ter um ideal. Transcrevo: “Hoje, muitos jovens se sentem tomados de perplexidade e insegurança; muitos se lamentam da solidão, da impessoalidade de um mundo no qual não existem pessoas com quem partilhar os sentimentos, as preocupações e os problemas. Ou que sabem oferecer apenas a resposta vazia das fórmulas feitas. Pode um jovem realizar-se como ser humano nesse mundo problemático e difícil, que não parece feito para os jovens? Como? Fugindo da sociedade? Evadindo-se para as aventuras alucinantes das drogas, num desesperado afã de viver se saber para que? Toda fuga da realidade será condenada ao fracasso. Ser jovem é ter uma causa a que dedicar a vida. Trata-se de encorajar os jovens a lutar por um ideal, com a confiança límpida de que o homem vale mais do que a máquina; com a decisão de que, se preciso, se pode morrer por uma causa. (...) Não será justamente isto que falta apontar aos jovens: a dedicação a um ideal, não apenas a um ideal romântico de passageiros entusiasmos, mas a um ideal nobre, elevado, ao qual se pode renunciar a tudo?! Será um sonho falar aos jovens do idealismo? Mas, às vezes, é preciso sonhar e esperar com aquela esperança que pode levar de vencida a tristeza e o pessimismo, conforme as palavras da formosa canção de Chico Buarque de Holanda: ‘Pedro Pedreiro não sabe, mas, talvez, no fundo espera alguma coisa mais linda que o mundo, maior que o mar... Mas, pra que sonhar se dá o desespero de esperar demais?’ (...) Nesse discurso citei também a figura de Che Guevara, que era tido como um dos heróis da juventude estudantil, que carregava a sua fotografia pelas ruas do mundo: ‘Descobrimos no Diário recém publicado, um homem que desprezava o dinheiro, a vaidade e o poder. Viveu e morreu pobre. Padeceu fome e sede. Foi devorado pelos mosquitos e pelas inclemências dos trópicos. Com sua mochila às costas, única riqueza,

caminhou até o esgotamento. Esse homem pode ter-se enganado no seu caminho (não acreditamos na violência), mas o seu exemplo será conservado no meio dos jovens porque, para eles, representa a possibilidade que um homem tem de opor-se ao poder dos interesses e de fazer triunfar um ideal'.<sup>255</sup>

O jornal *Diário da Manhã* publicou o discurso do vice-reitor na íntegra, sem sua permissão, causando um profundo mal-estar entre a universidade e as autoridades militares locais. O padre Alcides Guareschi já havia sido chamado ao quartel do I/20° RC em 1966 para prestar esclarecimentos sobre um possível envolvimento com atividades subversivas, fato que não foi comprovado.

O *Diário da Manhã* acusou-o de desfaçatez em função da justificativa que enviara ao reitor Murilo Annes pelo discurso proferido como paraninfo e na qualidade de vice-reitor da UPF. Guareschi destacou na sua justificativa que “o jornal publicou o discurso sem meu conhecimento. No título introdutório distorceu de maneira tendenciosa o sentido do mesmo. O discurso deve ser lido globalmente, no seu todo, e não apenas nas entrelinhas e parágrafos isolados”.

O jornal, censurando o vice-reitor, afirmou:

Repelimos, com energia a desfaçatez do paraninfo que agora pretende jogar para os ombros dos outros as suas responsabilidades. Não alteramos em nada, absolutamente em nada, o pensamento do vice-reitor. O seu discurso foi por nós publicado na íntegra e vem ele agora dizendo “que distorcemos de maneira tendenciosa o sen-

---

<sup>255</sup> GUARESCHI, Elydo Alcides; *UPF, que horas são?* Entrevista concedida a Ivaldino Tasca. Passo Fundo: Aldeia Sul, 2002. p. 52-53.

tido do mesmo”. O jornal reedita para a avaliação de nossos leitores, o período por ele agora considerado por nós deturpado etc.<sup>256</sup>

## O AI-5 e a constante mudança de postura dos jornais locais

No momento em que a censura foi intensificada, uma vez que o AI-5 permitia praticamente tudo à repressão, o *Diário da Manhã* assumiu uma postura de patrulhamento e de defensor intransigente do regime militar. Este editorial é um exemplo claro da sua postura:

(...) o Presidente armou-se e também ficou calado, mas com cara de quem chegou a conclusão de que tinha mesmo poucos companheiros de revolução. E tudo começou a entrar num regime de calma absoluta, de tranquilidade completa. Ninguém fala, ninguém grita, ninguém diz nada de ninguém e quem tiver a ousadia de falar a um parlamentar sobre Márcio, leva de imediato um nome feio, no mínimo. E assim está tudo muito bom. O Presidente armado até os dentes, os parlamentares em férias, com a parte fixa apenas de seus subsídios, e ninguém fala em ninguém ou de ninguém. Os parlamentares andam de cabeça baixa, pensativos; os estudantes, de livro aberto, entregues ao trabalho para aperfeiçoar seus conhecimentos; o clero de mini-batina, chamado clero progressista, já está repudiando o “Che” e outros que tais... (...) E como os deputados arenistas falharam no cumprimento de seu dever para a revolução e o governo, foi editado o AI-5 e logo em seguida o

---

<sup>256</sup> *DIÁRIO DA MANHÃ*, Passo Fundo, 21 dez. 1965. p. 5.

complementar número 38, criando-se assim este Estado de constrangimento e expectativa para muita gente que sempre viveu da política e não para a política.<sup>257</sup>

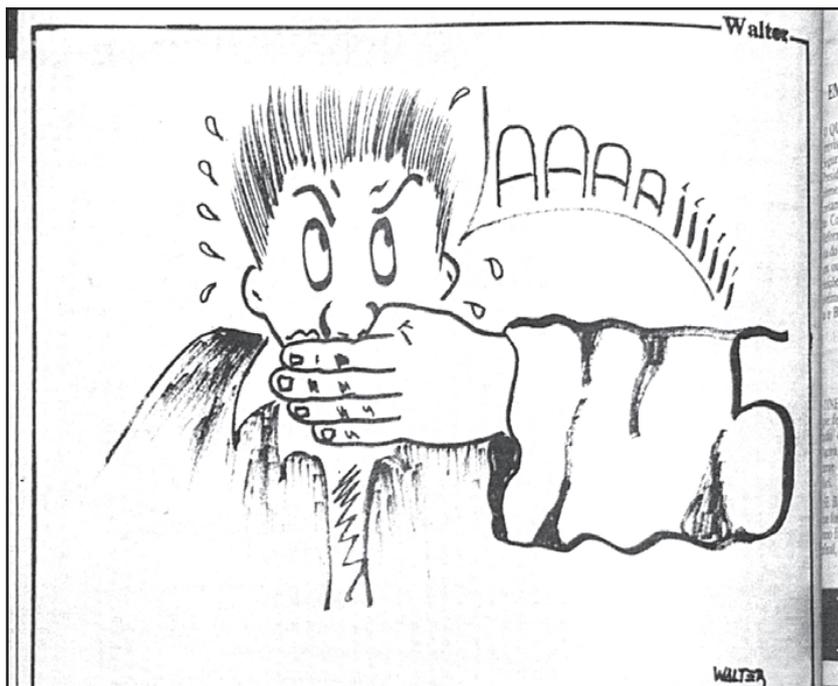
Enquanto a sociedade tinha a sua liberdade expropriada por uma razão de Estado que deu início à longa noite que assombrou a República, o editorial dizia que “agora estava tudo muito bom”. Com a edição do AI-5, houve uma intensificação da censura à imprensa, pois o *decretum terribile* dava poderes extraordinários ao governo. Desde então, a censura da imprensa sistematizou-se, tornou-se rotineira e passou a punir toda e qualquer manifestação contrária ao regime; foi amplamente utilizada para impedir a divulgação de temas ou para coibir manifestações artístico-culturais.

Enquanto, em nível nacional o governo se consolidava através de leis de exceção, em Passo Fundo, a oposição recuperou o poder nas eleições municipais que apontaram a vitória de César José Santos e Guaracy Marinho, do MDB-3. Foi uma campanha em que os inflamados comícios desapareceram, as emissoras de rádio se calaram e os jornais publicaram apenas os “a pedido” com a foto, nome e partido do candidato. Os partidos tinham o direito de apresentarem até três candidatos cada um. O partido que somasse mais votos elegeria o prefeito, o mais votado das sublegendas. Os candidatos da Arena eram Augusto Trein, Adolfo João Floriani e Anildo Sarturi. O MDB concorreu com Sinval Bernardon, Wolmar Salton e César José Santos. A Arena obteve 10.943 votos e o MDB, 14.037; César Santos foi o candidato mais votado entre os emedebistas, com 5.559 votos.<sup>258</sup>

---

<sup>257</sup> Depois do ato. *Diário da Manhã*, Passo Fundo. 27 dez. 1968. p. 2.

<sup>258</sup> *O NACIONAL*, Passo Fundo, 8 out. 1968. p. 1.



Fonte: Jornal *O Nacional* de Passo Fundo em dezembro 1968.

Charge de Walter.

A vitória do MDB significou não apenas a ascensão da oposição ao governo municipal, mas, sobretudo, a volta do grupo que havia sido defenestrado pelos militares tanto do controle político do município como da instituição de ensino superior de Passo Fundo.

A vitória de César Santos representou para o contexto da mídia da época uma vitória do *Diário da Manhã*. *O Nacional* acusou o golpe e, já no dia seguinte à posse do novo prefeito, manifestou-se:

Ontem por ocasião da posse de César Santos na Câmara de Vereadores, elementos arruaceiros e agitadores, companheiros de partido do novo prefeito e componentes de sua “claque”, tentaram tumultuar o ambiente, no momento em que proferia seu discurso o representante da ARENA e da Revolução, vereador Paulo Pires. O discurso de Pires enalteceu as realizações de Costa e Silva e as medidas saneadoras de seu governo, o que não agradou aos eternos adeptos da arruaça e da provocação. Pensando decerto que pelo fato de haverem conseguido eleger um prefeito adversário da revolução, poderão reviver os usos e costumes da era do brizolismo, referidos arruaceiros e agitadores dirigiram provocações ao vereador Pires e, inclusive, ameaças de agressão física, no instante em que o representante arenista deixava o recinto da Câmara, o que motivou a ira desses saudosistas da situação anterior à revolução de março. (...) Ainda bem que se achavam presentes na Câmara de Vereadores autoridades militares que, certamente, observaram a conduta insólita desses agitadores, que começaram muito cedo a dar provas do sentimento de revanchismo que os domina.<sup>259</sup>

**A mudança na linha editorial do jornal é flagrante: nesse instante, o golpe militar passou a ser tratado**

---

<sup>259</sup> *O NACIONAL*, Passo Fundo, 1 fev. 1969. p. 1.

como *revolução*. A presença de autoridades militares no evento é louvada desde que tenham observado “a conduta dos agitadores”. As questões políticas locais faziam com que *O Nacional* esquecesse seu empastelamento e a prisão de seu redator João Freitas pelo regime militar em 1965.

Em março de 1969, o capitão Grey Belles deixou o comando da unidade do Exército de Passo Fundo, substituído pelo major Edu Villa de Azambuja. O desgaste do capitão Grey Belles era muito grande em razão das atitudes arbitrárias que tomara. O Exército tratou de enviar a Passo Fundo um militar com um perfil que permitisse um melhor entendimento com a sociedade local.

Enquanto isso, na imprensa passo-fundense o jornal *Diário da Manhã* passou a ser o porta-voz do novo governo municipal do MDB. Simultaneamente, em seus editoriais, elogiava o governo militar do presidente Arthur da Costa e Silva, num verdadeiro malabarismo ideológico:

Com a edição do AI-5, o presidente Costa e Silva fortaleceu ainda mais o regime democrático vigente, que tanto contraria os apetites dos profissionais da política, acostumados a viverem da prática de crimes contra o erário público. (...) Uns espertinhos pensam que estão escondendo a *rabada* em lugar seguro, que estão legalizando, com o auxílio de coleguinhas, as falcatruas que praticaram. (...) Os que estão esperneando, podem continuar se agarrando com Santa Bárbara, que nada adiantará, que nada conseguirão para isentá-los da culpa dos crimes que praticaram. O ajuste de contas está mais perto do que muita gente pensa, inclusive com aqueles que se omitiram no cumprimento do dever, para dar lugar à aparen-

te legalização dos crimes praticados contra os cofres públicos e contra os sagrados interesses do povo.<sup>260</sup>

O ato que havia imposto um regime de censura draconiano era visto pelo jornal como instrumento de fortalecimento democrático e necessário para combater o mau uso do dinheiro público. Nas entrelinhas o editorial ameaçava claramente os adversários políticos locais que haviam deixado a administração municipal.

Ao longo de 1969, o *Diário da Manhã* continuou desenvolvendo uma linha editorial de apoio ao governo do MDB no âmbito local e, no nacional, ao regime militar:

(...) qualquer observador, se pretender ser honesto consigo próprio, é obrigado a reconhecer e proclamar que o homem simples das ruas, os humildes, os trabalhadores, os ruralistas, enfim, gente de todas as camadas sociais estão aplaudindo o governo revolucionário, firmemente encarnado pela figura singular de soldado e patriota que é o gaúcho Arthur da Costa e Silva. A revolução, agora, está se popularizando e se o governo continuar pautando seus atos, como tem procedido, terminará conquistando todos os aplausos de todos os brasileiros que ainda sonham com uma Pátria forte, independente economicamente e respeitada por todos os povos de todos os países.<sup>261</sup>

O jornal *O Nacional*, durante o ano de 1969, praticamente abandonou a publicação de editoriais, limitando-se a esporádicas crônicas de seus redatores e colaboradores.

---

<sup>260</sup> Democracia forte. *Diário da Manhã*, 27 jan 1969. p. 2.

<sup>261</sup> Revolução popular. *Diário da Manhã*, 6 mar. 1969. p. 2.

## Uma nova geração de jornalistas

O início da década de 1970 marcou na imprensa passo-fundense o surgimento de uma nova safra de jornalistas, muitos deles egressos do movimento estudantil. Um deles foi Ivaldino Tasca<sup>262</sup> que, no jornal *O Nacional*, passou a escrever artigos criticando o regime militar e a falta da liberdade de expressão. Sobre sua trajetória ele conta:

Eu tive uma trajetória maluca. Entre 1964-1971 fui a favor da luta armada. Cheguei a sair daqui para ir treinar. Eu até vim para Passo Fundo para ser visto, para ficar bem visível. Meu grupo foi desmantelado. Era chamado de “Ampliação do PC do B”. Meu pai teve problemas sérios em seu negócio em função de meu envolvimento político. A visibilidade foi uma forma de me preservar. (...) Um dos episódios em que a censura se manifestou foi quando da morte do presidente Costa e Silva. O jornal *O Nacional* preparou uma matéria com base em informações das rádios da Argentina que aqui eram facilmente sintonizadas. Aí um oficial do Exército foi até o jornal e disse que sobre a morte do presidente somente poderia ser veiculada a versão oficial. Era comum a presença de oficiais na redação do jornal. Eles entravam na sala do Múcio e em seguida este chamava os redatores e passava as instruções sobre as matérias que poderiam ser divulgadas.<sup>263</sup>

---

<sup>262</sup> Ivaldino Tasca fez parte da Juventude Estudantil Católica e foi um dos líderes do movimento estudantil universitário passo-fundense, tendo participado do 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes, realizado em 1968 em Ibiúna (SP), ao lado de Argeu Santarém, Vera Estrásulas, Carlos Alceu Machado e Gilberto Borges. Nesse evento centenas de estudantes foram presos, pois o congresso, praticamente clandestino, acabou sendo descoberto pela polícia.

<sup>263</sup> TASCÁ, Ivaldino. Entrevista concedido a José Ernani de Almeida em nov. 2002.

## O relato do jornalista Ivaldino Tasca coincide com o que defende a historiadora Anne-Marie Smith:

A característica mais marcante desse sistema, afora as múltiplas contradições de ser um sistema ilegal de “auto-censura” administrado pelo Estado, foi sua burocratização. Cada aspecto da censura era rigorosamente controlado. Proibições sem assinatura de notícias que eram levadas por oficiais da polícia uniformizados a cada órgão da imprensa. Tais ordens nunca eram deixadas com o destinatário, nem era permitido fotocopiá-las. Ao contrário, seu conteúdo tinha de ser copiado por um representante da publicação, que também tinha de assinar um formulário acusando o recebimento da proibição. (...) Nesse sistema corriqueiro que tudo abarcava, não havia encontros diretos com a autoridade. O sistema funcionava fácil, primorosa e automaticamente. O consentimento da imprensa era virtualmente total. Durante anos, os atores da imprensa aceitaram essas proibições ilícitas, passaram recibo, registraram-nas, fizeram-nas circular até o redator certo (...) <sup>264</sup>

O Brasil, agora sob o governo Médici, vivia a época do “Ninguém segura este país”, da marchinha “Pra frente Brasil”, da promoção do “Brasil grande potência”. O crescimento econômico foi designado como “o milagre brasileiro”. Os grupos de esquerda foram violentamente reprimidos, a tortura institucionalizou-se, dezenas de mortes ocorreram. O Congresso estava visivelmente incapacitado de exercer plenamente suas funções, além de contar com parlamentares arenistas. A censura prévia à imprensa se impôs.

---

<sup>264</sup> SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Tradução Waldívia M. Portinho. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 10-11.



Fonte: Jornal *O Nacional* de Passo Fundo em outubro de 1977.

Charge de Ivaldino Tasca.

Em Passo Fundo, nas eleições municipais de 1972, surgiu no cenário político um militar oriundo de São Borja, comandante da unidade do Exército, o tenente-coronel Edu Villa de Azambuja, que venceu o pleito para prefeito numa disputa praticamente voto a voto com o candidato do MDB, Wolmar Salton. A pequena diferença de 984 votos na legenda demonstra o que foi a disputa: Salton, apesar de ter feito mais votos individualmente, perdeu a eleição. A Arena reassumia o controle político do município.<sup>265</sup>

No jornal *O Nacional*, Ivaldino Tasca passou a se destacar com sua coluna (“Koluna 3”) falando da realidade do país e local:

Uma das grandes acusações à sociedade moderna é a de que a repressão foi aceita como parte da civilização. (?) Até certo ponto isto é verdade. Todas as nações do mundo, principalmente as mais ricas, gastam bilhões com agências secretas, serviços de espionagens policiais especiais; usando métodos mais sofisticados para colher dados sobre a vida dos cidadãos. O *dedo-duro* é hoje uma figura internacional. Ele vendeu sua consciência, para que outras consciências sejam amassadas. O *dedo-duro* é o ser mais ignóbil que existe e por isso só satisfaz sua sanha maldita quando consegue sujar a dignidade dos outros.<sup>266</sup>

(...) Os homens de hoje apesar de viverem no maior entendimento acreditam nas histórias que ouviram quando pequenos. Aquelas histórias de que ninguém era livre; de que a cultura era privilégio; os ratos comiam crian-

---

<sup>265</sup> Os candidatos da Arena eram: Edu V. Azambuja e Ivo Biazus. O MDB concorreu com Wolmar Salton e Odilon Soares de Lima. A Arena obteve 15.331 votos e o MDB 14.147 votos. *O Nacional*. 10 out. 1972. p. 1.

<sup>266</sup> TASCÁ, Ivaldino. Investigação... agora também no Brasil? *O Nacional*, Passo Fundo. 26 jul. 1972. p. 3.

ças; as pessoas vendiam sangue para não morrer de fome; a manifestação do pensamento era controlada; a verdade era distorcida; a censura existia; a moral era de conveniência; os jovens eram acusados de depravados; as guerras matavam e aleijavam milhares por ano etc etc. Mas como o trabalho era urgente todos foram convocados, porque alguns começaram a ver nessa situação o perigo de as historinhas se transformarem em realidade e então tudo estaria perdido. E afirmavam isso citando certos fatos que estavam acontecendo em países longínquos, de onde chegavam notícias um pouco vagas. Países com nomes esquisitos. E assim foi... (É fogo querer escrever uma crônica por dia sabendo que se pode dizer somente a metade)<sup>267</sup>

(..) O problema do homem está em que a repressão nasce primeiro que a consciência, e isso, vai levá-lo a caminhos tão tortuosos, que muitas vezes a única solução é quebrar tudo e reconstruir de novo. A dualidade – consciência-repressão – vai ser uma acompanhante que o incomodará pela vida afora. A repressão impelindo a formação de uma consciência amassada vai ser um fardo pesado demais para homens, que, reconstruindo uma nova vida sentirão as oscilações das frustrações que serão imagens projetadas numa tela de lembranças e de vãos para o futuro. O presente vai ser sempre um momento ausente, um vácuo somente preenchido com o passado cheio de mentiras e um futuro cheio de fantasias. (...) São assim os homens de hoje. Capengas e cheios de passados e futuros, nunca dentro do presente. O estado de repressão que moldou uma consciência; a própria consciência – agora mais aberta – recriando a repressão e, esta última aumentando e sempre permanecendo, faz da huma-

---

<sup>267</sup> Idem. *Aquelas histórias. O Nacional*, Passo Fundo. 11 out. 1972. p. 3.

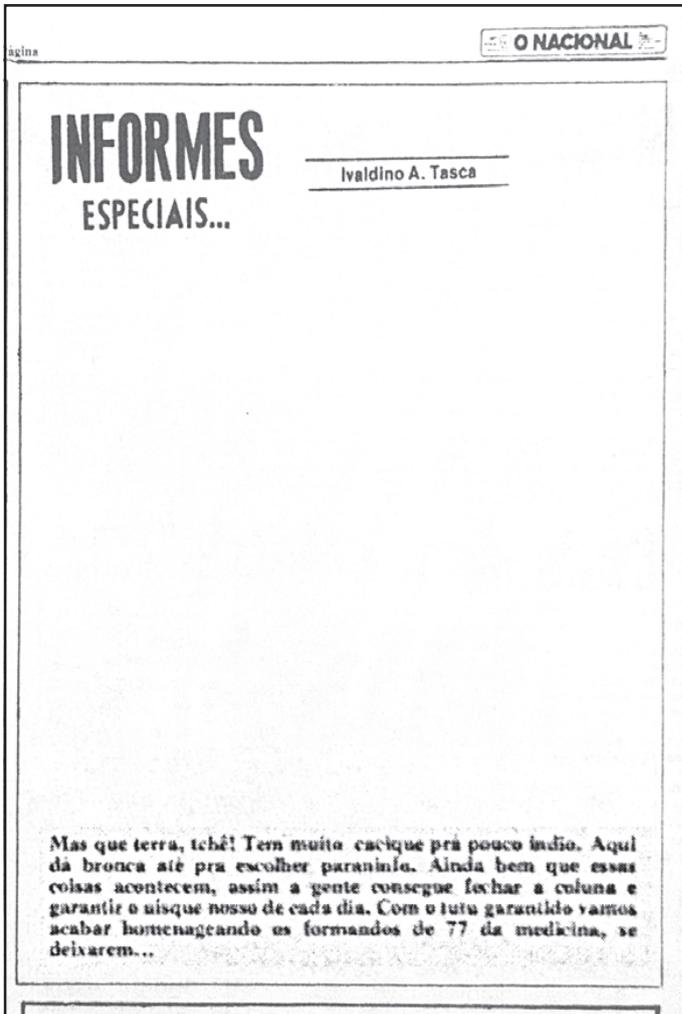
nidade um único e grande hospital, querendo parar um carro acelerando-o cada vez mais, para terminar mais depressa a gasolina.<sup>268</sup>

O jornalista lançava mão dos recursos retóricos da metáfora e da ironia para driblar o patrulhamento dos agentes do denunciamento que atuavam em Passo Fundo. Havia também a questão do medo, em razão do que já havia acontecido em anos anteriores. Ivaldino Tasca confirma:

A gente tinha muito medo. Eu comecei a escrever com intensidade a partir de 1972. Durante muito tempo usei de metáforas, da mitologia grega, do episódio dos “Coronéis Gregos”,<sup>269</sup> para tentar dizer alguma coisa. Nós tínhamos consciência de que estávamos numa ditadura, de que a liberdade era restrita, escrevendo de acordo como permitiam. Eu lembro que o clima era tão tenso que as pessoas recomendavam: “Cuidado, está avançando o sinal. Numa dessas te complicam”. Certa vez, durante um coquetel no Gaúcho, o comandante do Exército, Piaguassu, me disse que não iriam dar manchete para *O Nacional*. Afinal, era um jornal pequeno, só circulava aqui, não valia a pena. Eu vivia com medo. Eram telefonemas anônimos para casa. Às vezes minha filha, uma garotinha, era quem atendia. A gente desconfiava de muitos *arapongas*, mas não deu para comprovar nada. Eu costumava dizer que tão grande quanto as demais seqüelas que um período de exceção deixa são as psicológicas, por-

<sup>268</sup> TASCAS, Ivaldino. Repressão. *O Nacional*, Passo Fundo. 27 out. 1972. p. 3.

<sup>269</sup> Em abril de 1967, um grupo de coronéis tomara o poder na Grécia e produziu um regime em que havia *milagre econômico*, cassações, torturas, banimentos e projetos grandiloqüentes (como a reconstrução do Colosso de Rodas, com noventa metros de altura). Contudo, ruíu em apenas uma semana, depois de um golpe fracassado em Chipre.



Fonte: Jornal *O Nacional* de Passo Fundo em setembro de 1976.

Na impossibilidade de escrever, o jornalista optou por publicar sua coluna em branco.

que essas não são avaliadas e você nem sabe o que prejudicou, não são contabilizadas. Meus pais viveram muito tempo com medo já que também eram ameaçados. Papai teve problemas sérios em seu negócio por questões políticas. A pior coisa que fica é o medo.<sup>270</sup>

**O depoimento do jornalista Argeu Santarém é revelador sobre o clima de insegurança que predominava na imprensa da época:**

Os arapongas eram normalmente conhecidos. Estavam nos bares que freqüentávamos, freqüentavam a redação e não raras vezes obsequiavam a gente com presentes de aniversário. A maioria não era profissional. Eram só puxa-sacos. Cansamos de deixar pistas falsas para rir da cara deles. É claro que com os profissionais o papo era outro. Não eram comerciantes dedo-duros, ou vigaristas que buscavam vantagens pessoais. Sabíamos quem eram os militares ligados ao S-2 do Exército e ao P-2 da Brigada, bem como quem assumia realmente o órgão de informação da Polícia Civil, o famigerado Dops. Era o máximo do cuidado que podíamos ter. Quanto às ameaças, parece que partiam sempre das mesmas pessoas. As palavras ditas ao telefone e escritas em cartas e bilhetes ameaçadores eram uma lisura de ignorância política e de truculência verbal. Confundiam tudo: brizolista, anarquista, comunista, terrorista e finalizavam com ameaças macabras e palavras de ralé. Nunca dei importância a isso até que começaram a explodir bombas em bancas que vendiam revistas consideradas subversivas. E uma das primeiras – daquela série que acabou nos atentos com mortes na OAB e no Rio Centro – foi em

---

<sup>270</sup> TASCA, Ivaldino. Entrevista concedida a José Ernani de Almeida em nov. 2002.

Curitiba, justamente onde era postada a maioria da correspondência que recebíamos. Tenho comigo a última enviada, que é igual às recebidas pelo Ivaldino e pelo padre Alcides Guareschi. As outras deixei com a Federação Nacional dos Jornalistas, Fenaj, órgão do qual eu era um dos diretores. Meu nome foi incluído numa relação internacional de jornalistas ameaçados de morte. A pressão parecia ser cada vez maior que a promessa de abertura. Numa véspera de Natal, recebi em casa uma pequena caixa de papelão, bem vedada e relativamente pesada. Não ocorreu qualquer suspeita até o instante em que minha filha começou a abrir e gritou eufórica, imaginando ser um rádio portátil que ela tanto gostava de ouvir: “Pai, tem uma antena!”. Passou de tudo pela minha cabeça e desesperado, joguei-me sobre a criança, tomei-lhe o pacote e o atirei num terreno baldio ao lado do meu. Ninguém entendeu meu gesto até que, após tremedeira, expliquei tudo. Como não houve explosão, encorajado, fui procurar o pacote. Era um trator miniatura, realmente com um rádio portátil, brinde da empresa de construção mineira Andrade Gutierrez, cuja sede havia visitado meses antes em Belo Horizonte.<sup>271</sup>

**Sobre a questão do medo na imprensa da época, relatado pelos jornalistas Ivaldino Tasca e Argeu Santarém, Anne-Marie Smith escreve:**

Aliás, mesmo defensores ardorosos do regime expressaram sua aversão à censura, que consideravam uma farsa ilegal e uma imposição imoral. Toleravam e obedeciam esse sistema legítimo ou acertado. Seu consentimento às restrições emanou de seu apoio ao regime. Em momen-

---

<sup>271</sup> SANTARÉM, Argeu. Entrevista concedida a José Ernani de Almeida, via e-mail, em jul. 2004.

to algum seu apoio ao regime suscitou o endosso dessas restrições à sua própria liberdade. O medo é outra explicação razoável. Foi isso o que eu esperava encontrar quando comecei minha pesquisa sobre a imprensa no regime militar brasileiro no período 1964-85. Esse regime, tal qual outros regimes autoritários burocráticos na América Latina, exerceu o terror de Estado e provocou medo na sociedade civil. Não há indícios comprobatórios, porém, de que o medo fosse a razão do consentimento da imprensa. Havia medo, na verdade, entre os atores da imprensa, constituindo em certos momentos um fator de altíssima relevância. Mas não era, para a maioria, uma experiência concreta ou predominante. (...) Embora a imprensa no Brasil com frequência tivesse medo, ela não sofreu de uma cultura do medo. O medo não deixou os jornalistas em silêncio total, desesperançados, isolados ou paralisados até a passividade.<sup>272</sup>

**Havia, certamente, medo do regime, mas havia também outras forças que se expressavam nas ações e compromissos de membros da imprensa, mesmo que, como no caso de *O Nacional*, o veículo não confrontasse diretamente e até apoiasse o governo militar. Ivaldino Tascia, por exemplo, continuou denunciando a falta de liberdade de expressão:**

A paciência se perde na multidão que acredita que está pensando. Chorar, um ato humano que revela a pulsação de um ser que não é número, não adianta. Em nossa frente surgirá sempre alguém disposto a oferecer bacalhau e discutir o top-less. Hoje, mais do que nas hor-

---

<sup>272</sup> SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Tradução de Waldívia M. Portinho. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 11-12.

rendas épocas das fogueiras e das bruxas, a verdade custa a aparecer. Isto, num mundo que saltou milênios em termos de comunicação. Justamente nisso o maior paradoxo: a maior perfeição dos meios de comunicação fez aumentar astronômicamente o controle sobre o que pode ser dito. Existe sempre a versão oficial, não a real. Nas escolas, em tempos idos, ensinava-se que o homem era livre para pensar e expressar suas idéias. Alguns dias negros mais tarde, onde a dor invadiu o terreno proibido, houve algumas mudanças e ao homem cabia tão só, pensar. (...) Em toda a parte hoje a argumentação é sempre a mesma, “questão de segurança nacional”. A opressão não é mais o privilégio de um ou dois países. Somente 35 nações permitem liberdade aos seus órgãos de divulgação. Os restantes adotam o sistema de que “quem está com a verdade é quem está no poder” – outorgado ou não.<sup>273</sup>

A liberdade de imprensa parecia cada vez mais distante naquele início da década de 1970. Novos mecanismos eram adotados pelo regime militar para calar os jornalistas. Um deles eram os famosos “bilhetinhos” citados por Argeu Santarém. O diminutivo inócuo disfarçava o caráter objetivo do que de fato eram novas proibições expedidas pelo regime autoritário. Para Anne-Marie Smith:

“Bilhete” seria uma nota, e o diminutivo dá-lhe um tom informal. Não eram chamadas “proibições” nem “ordens”. É claro que a imprensa não as recebia como um mero bilhete de um amistoso policial da vizinhança. O rótulo “bilhete” também incorporava um caráter legal inexistente. Se, por um lado, o rótulo mascarava a

---

<sup>273</sup> TASCA, Ivaldino. Tristezas. *O Nacional*, Passo Fundo. 15 jan 1973. p. 3.

força e a autoridade que estavam por trás do “bilhetinho”, não mascarava sua ilegalidade ao alegar outro caráter legal. O nome “bilhetinho” não foi contestado. Era e é o rótulo usado por todos, no regime assim como na imprensa. Sem dúvida era ouvido e dito de maneiras diferentes por diferentes atores, e continua ser um dos artefatos do caráter ambíguo dessas “proibições sugeridas”, uma das representações da ambigüidade das relações entre o Estado e a imprensa que se “autocensurava”, da mistura mal definida de cooperação e coerção.<sup>274</sup>

No país do “ame-o ou deixe-o” o controle da imprensa passou a desempenhar um papel cada vez mais essencial na cantata do “Brasil Grande” e na supressão jornalística dos conflitos que abrigava. Uma verdadeira histeria instalou-se em todo o país no combate aos subversivos e inimigos do regime. Mesmo em cidades pequenas como Passo Fundo o fenômeno se manifestou, conforme depoimento do jornalista Ivaldino Tasca:

Passei a receber cartas anônimas do CCC (Comando de Caça aos Comunistas). Recebi duas. Numa delas ameaçavam incendiar a minha casa. A segunda ameaçava o jornal. Isto foi por volta de 1975-1976. A Brigada Militar colocou um carro na frente da minha casa. Um oficial me abordou e perguntou: “O senhor estranhou o carro? Respondi: estranhei!. Não se preocupe, me disse ele, que não é o que o senhor está pensando. É para a sua segurança.” Houve uma vigilância por um bom tempo. A Brigada me deu segurança. Uma vez tentaram me pegar. Bateram na churrascaria de meu pai, no jornal, em minha casa. Fui avisado e fiquei uma noite inteira an-

---

<sup>274</sup> SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Tradução de Waldívia M. Portinho. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 138.

dando pela cidade de carro com o Mena Barreto. Eu deitado, atrás no carro, e ele dirigindo.<sup>275</sup>

No *Diário da Manhã*, o jornalista Hélio Freitag também passou por apuros em razão de um artigo que não agradou ao comando local do Exército:

Em agosto de 1972, no Dia do Soldado, escrevi um artigo, com o título “Patente Musical”. Falava de pessoas que utilizam a tal patente. O primeiro a sair revelou que ao sentar no “trono” ouviu uma música clássica. O segundo, um samba e assim por diante. Do lado de fora, os curiosos se acotovelavam para entrar na tal patente. Foi quando um soldado do exército entrou, sentou no trono, e começou a tocar o hino nacional. Imediatamente ele levantou-se e ouviu o hino, fazendo continência, sem se preocupar com a urina que escorria por sua pernas, molhando a farda. Foi um estouro na cidade, afinal de contas, era o Dia do Soldado. O saudoso professor e advogado do Diário da Manhã, Ney Menna Barreto, às 8 horas, já estava na redação, dizendo que eu seria preso e que, dificilmente, evitaria um processo militar. O Túlio Fontoura, mais calmo, também aguardava os acontecimentos, mas não conseguiu esconder um ar de satisfação pela piada. Às 10 horas, encostou um camburão em frente do DM, com um tenente e dois sargentos. Conversaram com o Túlio e disseram que tinham ordens do comandante Isauro Piaguassú Pires Corrêa para levar-me até o quartel do 1º 20º R.C. O Túlio informou que ele próprio me conduziria ao quartel, o que foi feito, com o camburão seguindo atrás. Como havia outras pessoas para depor, por motivos diversos, o Túlio retornou ao

---

<sup>275</sup> TASCA, Ivaldino. Entrevista concedida a José Ernani de Almeida em nov. 2002.

jornal e lá fiquei eu, durante mais de 5 horas numa sala sozinho, observado por um cachorro da raça boxer, de nome Farrapo, que era do comandante. Quando me chamaram para depor, com as perguntas cretinas de sempre (se eu era comunista, brizolista etc etc.) disse ser simpático ao regime militar, para espanto de um sargento, que negava-se a registrar a minha resposta. Respondi a todas as perguntas e fui liberado.<sup>276</sup>

A mordça imposta à imprensa era confusa, onipotente, errática e insólita, porém era lógica: havendo um conflito entre um poder ditatorial e um jornal, usava-se a força sobre aqueles que o escreviam ou o editavam. Em Passo Fundo a pressão era especificamente sobre os jornalistas, uma vez que os proprietários dos jornais estavam alinhados ao regime militar.

O mesmo *Diário da Manhã*, que tivera um de seus redatores intimidado pela autoridade militar e obrigado a comparecer ao quartel do Exército, afirmou num editorial:

A revolução de março de 1964 foi obrigada a restringir as liberdades públicas a fim de sanear a política e a administração da ação deletéria dos que vinham tramando para implantarem um regime ditatorial da esquerda, cópia grosseira, talvez, do que está vigorando em Cuba. A revolução de março foi necessária para salvar o país e criar condições favoráveis para a implantação de uma democracia verdadeira, que seja realmente benéfica ao país e ao povo, que vinham exaustos e desiludidos da ação dos trapaceiros, negociastas, demagogos e irresponsáveis,

---

<sup>276</sup> FREITAG, Hélio. Entrevista concedida a José Ernani de Almeida, via e-mail, em fev. 2005. A edição do jornal do dia 21/08/1972 desapareceu.

nos postos de relevância da vida pública, na direção dos partidos políticos e na administração dos municípios, dos estados e da própria Nação. As lideranças da revolução iniciaram e estão terminando o patriótico trabalho de limpeza da vida pública brasileira, através de leis de conteúdo moralizador, muitas delas de tendência ditatorial, afim de que o poder executivo fosse devidamente armado de poderes para enfrentar, com vantagem, a ação do terrorismo e dos revanchistas, que passaram à ação com uma ferocidade impressionante.<sup>277</sup>

A direção do *Diário da Manhã* manteve uma ambigüidade que caracterizou a sua linha editorial durante todo o período do regime militar. Também sempre foi muito ciosa das complicações que as críticas ao governo poderiam trazer à empresa. Curiosamente, a edição que trouxe o artigo “Patente musical” desapareceu dos arquivos do jornal e não foi encontrada no Arquivo Histórico Regional.

O jornal *O Nacional*, apesar do alinhamento ao regime militar, continuou publicando artigos abordando a censura, o denunciismo, a tortura. Argeu Santarém, na coluna “O foca”, notabilizou-se por uma linguagem desafiadora:

Teoria: Há sempre uma melhor maneira de dizer as coisas, mas hoje em dia a maneira melhor é não dizê-las.<sup>278</sup>

(...) Para torturador, matar o preso é acidente funcional.<sup>279</sup>

(...) O pessoal anda estranhando muito a preocupação de um determinado coleguinha de imprensa que deve

---

<sup>277</sup> Tendência irresistível. *Diário da Manhã*, Passo Fundo. 27 fev. 1972. p. 2.

<sup>278</sup> SANTARÉM, Argeu. *O Nacional*, Passo Fundo, 22 nov. 1975. p. 2.

<sup>279</sup> Idem. *O Nacional*, Passo Fundo, 17 fev. 1976. p. 2.

estar colecionando fitas e fotografias de encontros políticos. Já me insinuaram que o garotão é arquivo-maníaco e até tem um problema de *articulação* no indicador direito.<sup>280</sup>

(...) Quando nos tempos da Universidade sem o decreto-lei 477<sup>281</sup>, sem convênios alienígenas e sem pressões, a participação estudantil era tão grande que até atritos se criavam. O advento da repressão reduziu o universitário a um individualista membro da sociedade de consumo, onde não se questiona porque é proibido, onde não se participa porque não se incentiva. A Universidade brasileira é hoje um amontoado de edifícios onde as realizações patrimoniais esmagaram a cultura e a sede de verdade. Sabem porque estamos colocando isso? É que no dia 30, não foi realizada a eleição do DASA, Diretório da Faculdade de Educação, simplesmente porque não tinha candidato ao cargo. Foi a isso que reduziram nosso querido Diretório Acadêmico Santo Agostinho de tantas lutas e de tanta participação? É chocante!<sup>282</sup>

### **Argeu Santarém lembra a experiência de escrever sob a pressão da censura:**

Não tínhamos censura direta, dentro de casa. Ela se realizava sob forma de determinações, na maioria das vezes não escritas, e até por *sugestões* de políticos alinhados

---

<sup>280</sup> SANTARÉM, Argeu. *O Nacional*, Passo Fundo, 15 abr. 1976. p. 2. Argeu Santarém lembra que o repórter chamava-se Luis Carlos. Apareceu em Passo Fundo e, estranhamente, morava no quartel do Exército. Foi plantado na imprensa local para colher informações. Trabalhou durante algum tempo no *Diário da Manhã* como colaborador e depois deixou a cidade.

<sup>281</sup> Foi decretado em 26/02/1969 e definia infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares. Os estudantes foram calados e a União Nacional de Estudantes, proibida de funcionar.

<sup>282</sup> SANTARÉM, Argeu. *O Nacional*, Passo Fundo, 02 set. 1976. p. 2.

ao regime que *sugeriam* aos donos de jornais e de rádios, posturas mais amigáveis para não despertar a ira dos militares. Se até hoje, os empresários da comunicação do-  
bram-se ao poder e utilizam a autocensura por motivos econômicos, imaginem o que ocorria no tempo duro do arbítrio. E a questão não era apenas a contestação do regime em seu núcleo maior de poder, em Brasília. As matérias ou crônicas que envolvessem políticos colaboracionistas – não só arenistas – eram apontadas como provocação e muitas vezes como subversão. Um tempo em que o guarda-noturno deveria ser de muita confiança, sob pena de, por qualquer motivo, delatá-lo a um esbirro qualquer. Vistos de regra, delegados de polícia e outras personalidades dos governos situacionistas eram intocáveis. Tínhamos de nos expressar por metáforas e só citávamos nomes e fatos com absoluto domínio de provas. Respondi por mais de uma dezena de denúncias de Crime de Imprensa e de Lei de Segurança Nacional. Algumas situações foram realmente singulares, é bem verdade, quando até os proprietários (e em Passo Fundo ocorreram muitos casos) postaram-se ao lado dos jornalistas e avalizaram seus textos. Lutávamos com o que tínhamos, sempre sob o risco de não ser entendidos pelos leitores e ao mesmo tempo em que éramos custodiados pelos detentores do arbítrio. Nossa única segurança estava no espaço que detínhamos no jornal e sabíamos que com sagacidade podíamos neutralizar as pressões. Nosso grupo, pelo menos, nunca fez pacto com os homens do regime, eles apenas nos respeitavam (ou nos engoliram) na maioria das vezes. Afinal, não ficava nada bem para a Secretaria de Segurança quando um jornalista de Passo Fundo, mesmo processado pela Lei de Segurança, pela Lei de Imprensa e execrado pelo Sistema, denunciava torturas e corrupção desenfreada nos órgãos policiais da cidade.<sup>283</sup>

---

<sup>283</sup> Idem. Entrevista concedida a José Ernani de Almeida, via e-mail, em jul. 2004.

## As revelações dos jornalistas enquadram-se rigorosamente na análise de Anne-Marie Smith:

O contato da imprensa com qualquer agente da censura era mínimo. A organização vertical da imprensa significava que apenas a chefia editorial manuseava as proibições, o que restringia ainda mais a oportunidade de confronto direto. O sistema parecia funcionar de forma automática, praticamente sem intermediação da autoridade. (...) Muitos membros da imprensa apoiavam o regime autoritarista. Nunca, porém, a imprensa brasileira endossou manifestamente a negação de sua liberdade. Os que aceitaram a censura o fizeram por outras razões, não por causa do seu apoio ao regime. O apoio ao regime era maior entre os donos elitistas da grande imprensa. Para a maioria desses proprietários, um jornal era uma empresa, um negócio entre muitos. Os jornalistas da equipe ficavam no nível inferior da hierarquia da imprensa. Nas publicações, viam-se como peões que cumpriam as ordens dos que estavam no poder, e muitas vezes se ressentiam disso.<sup>284</sup>

**Argeu Santarém usou, como poucos, do recurso da metáfora para driblar a ação dos censores e tentar se fazer entender pelo público. Esta crônica é um exemplo:**

Sou contra, obviamente. É que, o considero opressivo, irritante. Inda mais quando existem imposições de arbítrio daqueles que não sofrem os efeitos do *regime*. Regimes assim são sempre anunciados pelos ricos enquanto os pobres os agüentam por absoluta necessidade. Ora, perguntam-me o porquê de uma posição tão radical? Tal-

---

<sup>284</sup> SMITH, Anne Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 201.

vez porque não tenha índole pacifista, frontalmente contrária à violência que o regime proporciona. Ou não é violência permitir que a fome corra paredes estomacais? Certos dietecistas por exemplo utilizam regimes de cunho militarista, isto é, exigem uma disciplina rigorosa aos pacientes. Estes são os que mostram frutos mais imediatos, que entretanto, são a médio prazo fruto de debilidades físicas de difícil recuperação. E não estou só nesta posição. Vejam o caso dos magrinhos. Quase todos estão contra o regime e não engordam (quem sabe por isso mesmo). Vejam, por exemplo, que quem defende tal situação são os masoquistas que o agüentam ou os sádicos que o aplicam. Quando algo violenta a ordem natural das coisas, como faz o regime, agride valores tão importantes que provoca reações válidas embora agressivas. É lógico que a dieta deve funcionar como terapêutica para certos casos de doença mas daí a transformá-la em regime, obrigando cidadãos a renunciar de aspirações fundamentais e levá-los à fome, é um delito grave. Vejam, por exemplo, meu caso: Você tem que aceitar o regime. Do contrário explode qualquer dia desses! Mas e o direito das gentes de ser e de pensar? O regime é mais importante que o sagrado direito de decidir? Sim porque entendo ser a história da liberdade com responsabilidade uma teoditice, isto é, uma idiotice de teoria. Liberdade é ainda o direito de errar diante dos conceitos alheios. Sob o regime, é verdade, a maioria passa fome, emagrece e obrigatoriamente perde muitas proteínas. Mas dependendo o caso, como a verminose, a barriga continua. Se os teóricos e os sustentáculos do regime conseguem manter a auto-promoção como garantia de incolumidade é também verdade que cada vez mais, como eu, o pessoal tem se rebelado a essa forma arbitrária de conduzir as coisas. Até os cardiologistas estão aderindo. A primeira sugestão é sempre a de aderir ao regime. (...)

Não sou um niilista, juro. Acho que existem táticas corretas e táticas erradas. Considero o regime plenamente enquadrado no segundo caso. Se rendesse frutos econômicos, isto é, come-se e paga-se menos, até poderia perdô-lo por combater a inflação e assegurar um nível de vida superior. Mas isso não acontece. As preferências do regime exigem verdadeiras mordomias, inda mais com os atuais preços da carne e dos hortigranjeiros! E o pior de tudo, o pior mesmo, é que se negam os princípios e muitos engordam utilizando o regime.<sup>285</sup>

**Ainda sobre os efeitos do trabalho num clima de controle e pressão, o jornalista Santarém revelou:**

Não é fácil suportar a tensão das redações durante quase vinte anos de censura. O dia-a-dia do que se pode, ou não se pode dizer. Quem pode e quem não poder ser citado. Na realidade, chegamos a constatar desvios tão grande na conduta de certos colegas que ao término da censura, nada mais tinham daqueles ousados e valentes companheiros do passado. A expectativa normal seria a de que essa opressão permanente explodisse no dia da “volta do cipó-de-aroeira”. Com o passar dos anos – ainda no fortalecimento da repressão – sentiu-se, lamentavelmente, um processo de acomodação que nos frustrava. O bloqueio já era coisa natural, esclerosada. Quem não deu a volta alcançou os anos 80 nos departamentos comerciais, nas agências de publicidade e outras atividades bem mais rendosas que a redação. Mesmo porque a redação já não tinha sentido para quem não tinha mais fôlego. É duro admitir que isso aconteceu com muitos camaradas.<sup>286</sup>

---

<sup>285</sup> SANTARÉM, Argeu. Regime. *O Nacional*, Passo Fundo. 31 maio 1977. p. 4.

<sup>286</sup> Idem. Entrevista concedida a José Ernani de Almeida, via e-mail, em jul. 2004.

**Ivaldino Tasca também analisou o desgaste de ter de escrever sob intenso patrulhamento:**

Escrevíamos usando metáforas, esperando que todo mundo estivesse sabendo sobre o que estava acontecendo. A maioria daqueles artigos tinham validade apenas para aquele momento. Tu pensava que todo mundo estava sabendo do que acontecia. Chegou um momento que nós estávamos escrevendo somente para os censores. Tal era o grau de loucura. Mas eles sabiam! Então, vamos incomodá-los. Grande parte da elite local estava à favor, com medo da ameaça comunista. Chegou um momento que nós escrevíamos para eles. Cheguei a usar apenas charges ou o espaço de minha coluna em branco, uma vez que não dava mais para escrever.<sup>287</sup>

**Tasca alternou períodos de protesto através do silêncio, utilizando colunas em branco ou através de charges, que falavam mais alto do que as palavras, com artigos que abordavam questões nacionais, como a morte do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do DOI/Codi/II EX. em São Paulo em 1975.**

Desculpe Vladimir, sei que dizer isso não vai adiantar nada. Pode ser até pieguismo. Mas o que fazer se eu tenho medo. Medo do suicídio. Eu nunca soube direito o que você pensava das coisas, os motivos que o levaram a prisão. Se soubesse direito você poderia estar até no meio daquelas pessoas que às vezes combate, critico, brigo. Não é hora de dizer isso, afinal você está morto e eu ainda, apesar do medo, estou aqui. Se escrevo é porque no meu momento de tranqüilidade a minha imaginação

---

<sup>287</sup> TASCA, Ivaldino. Entrevista concedida a José Ernani de Almeida em nov. 2002. As charges citadas pelo jornalista estão nas próxima páginas.

parou em São Paulo naquele outubro que fez com que descobrisse o medo. Sabe, Vladimir, lá em casa estamos aguardado um neném. As coisas são assim: eu estava vivendo um momento de tranqüilidade quando o medo se colocou entre a tua morte e o neném que está nascendo. Coisa desastrosa: entre o passado e o futuro, o medo. Não sei se você pode sentir isso um dia, mas é doloroso. Tremendamente doloroso.<sup>288</sup>

**A resistência à censura por parte dos jornalistas locais continuou firme, imaginosa e constante. Se o jornal, como empresa, apoiava o regime autoritário, até por uma questão de sobrevivência, alguns jornalistas nunca endossaram manifestamente a negação de sua liberdade. Argeu Santarém continuou sendo um porta-voz dessa postura:**

Evidentemente que nos dias de hoje apontar nomes de quem pressiona ou de quem coage é uma temeridade. Basta se colocar o problema para que se aleguem motivos graves para se tentar enquadramento em leis excepcionais. O risco, tem se tornado em Passo Fundo, uma constante nos últimos tempos, mesmo que a posição seja prolongamento de um compromisso respaldado pelo voto popular. Afinal *coronéis-de-mato* sempre existiram, pois o termo é exatamente a presunção de propriedade da verdade e da justiça. A desfaçatez alcança o auge quando até embriagados, certos chefetes pregam cassações, prisões, detenções e outros “ões” que chegam ao plural pelo número que nunca passarão pelo singular da qualidade. Para quem não entendeu ainda é bom que se diga que não serão pressões contra os que se opõe, que

---

<sup>288</sup> TASCA, Ivaldino. Informes especiais. *O Nacional*, Passo Fundo. 25 out. 1976. p. 9.

imporão o medo. Muitos *xerifes* por aqui já passaram (de triste memória) fazendo bobagens e arrotando ameaças. E por sinal, a mediocridade sempre está na razão direta do roubo de grande ou de poder físico. Não serão ameaças que impedirão nosso trabalho.<sup>289</sup>

A divulgação de críticas ou de notícias incômodas às autoridades locais conduzia a que estas apelassem à ameaça direta ou velada, lembrando aos jornalistas a existência das inúmeras ferramentas utilizadas pelo regime para garantir a repressão e cercear o direito de informar.

## O fechamento da Rádio Municipal

Nesse clima, a situação política passo-fundense voltou a se tornar tensa em 1978 em razão do fechamento da Rádio Municipal pelo Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel).<sup>290</sup> Na época, o município estava novamente sob o governo da oposição, uma vez que o MDB havia vencido as eleições de 1976 com o candidato Wolmar Salton.<sup>291</sup> O fechamento da emissora, que

---

<sup>289</sup> SANTARÉM, Argeu. O foca. *O Nacional*, Passo Fundo. 9 mar. 1977. p. 4.

<sup>290</sup> A Rádio Municipal entrou no ar em 1954 durante a administração de Daniel Dipp. Em 1961, pelo decreto 938, o prefeito Benoni Rosado passou a emissora para a Universidade de Passo Fundo. Em 1964, a emissora voltou para o Município através da lei 1.070, assinada pelo prefeito Mário Menegaz.

<sup>291</sup> Os oposicionistas retomaram o poder numa eleição tranqüila. O candidato do MDB 1, Wolmar Salton, retornou à Prefeitura Municipal, fazendo 43,8% dos votos. Com pouco menos de dois anos de mandato, o prefeito Salton adoeceu, ficando impossibilitado de cumpri-lo integralmente. O vice-prefeito Firmino Duro assumiu o cargo até o final do mandato. O resultado final da eleição apontou: MDB – 19. 875 votos; Arena – 18. 578 votos. *O Nacional*, 10 out. 1976. p. 1.

havia entrado no ar em 1954, é visto por muitos como um fato eminentemente político. Para outros, foi fruto da sua situação irregular. Ao longo da campanha política anterior à prefeitura, a emissora havia sido utilizada para promover os candidatos da Arena, o que provocou um debate acirrado entre os grupos. Assim, o fechamento da rádio ganhou contornos de vingança política, pelo fato de o MDB ter vencido o pleito.

O jornalista Argeu Santarém escreveu na época sobre o fato:

O fechamento da rádio Municipal terá um dia a sua história contada. E terá que ser contada. Pouco ou nada sabemos dela eis que, o trâmite das decisões nas esferas do Poder, um Poder marcado definitivamente pelo arbítrio e pela força é desconhecido. Difícil se torna portanto uma afirmação de responsabilidade e nem se poderia fazer em meio à emoção, ou mais que isto, à comoção causada pela decisão. De minha parte, sei somente que, quando dias atrás, em Porto Alegre conversamos com o Ministro Quandt de Oliveira, fomos informados que a cassação do canal havia sido determinada já durante a gestão do seu antecessor Higinio Corsetti, mas que não se sabe como e por que, foi sustada. Coincidiu que exatamente um ano após a subida do MDB ao poder municipal, sem qualquer outra explicação, decidiu-se que a emissora seria fechada. (...) Até mesmo uma crítica ao todo poderoso Ministério das Comunicações é impossível, eis que são poucos os grandes órgãos do país que divulgariam tal crítica. Ela não atingiria ressonância. Basta se entender o que me segredou dias atrás em Porto Alegre um companheiro de imprensa de um dos grandes órgãos da capital: “Não adianta berrar. Nem no meu, nem no outro jornal sai nada contra eles.” (...) Fácil será,

entretanto, saber se há e quem está por trás disso. Bastará daqui a alguns meses abra-se uma concorrência para uma nova concessão na frequência até aqui usada pela emissora da família passo-fundense. Saberemos, se é que existem, quem são os inimigos de duas dezenas de funcionários, suas esposas e filhos e de toda a comunidade passo-fundense.<sup>292</sup>

**Para Argeu Santarém, o fechamento da emissora foi mais político do que técnico. O jornalista afirma:**

A Rádio Municipal, nos governos de Mário Menegaz e de Edu Azambuja (Arena), foi um instrumento político e uma anarquia em termos de controle do Dentel – órgão que com mão de ferro dominava a área das comunicações –, sempre dirigido por militares dos órgãos de informação. Quando o prefeito Wolmar Salton foi eleito, procurou resolver problemas pendentes indicando o major Manoel Rodrigues Cordeiro, presidente do Sindicato dos Jornalistas e de bom trânsito nos órgãos militares. De nada adiantou. Nas primeiras semanas, o Dentel aqui esteve e exigiu coisas impossíveis em caráter técnico. Mas o destino da querida U-38 estava selado. O fechamento ocorreu em seguida com a retirada dos cristais. Algum tempo depois tudo se esclareceu. Nos primeiros dias do seu governo, o general Figueiredo autorizara uma nova empresa a explorar o mesmíssimo canal da antiga Rádio Municipal. A concessão estava pronta desde os últimos dias do governo anterior de Ernesto Geisel. Por coincidência ou por outro termo que todos podem concluir, os empresários favorecidos são parentes muito próximos de dois generais do Estado Maior do Exército e do próprio ex-presidente da República, Er-

---

<sup>292</sup> SANTARÉM, Argeu. Quem foi? *O Nacional*, Passo Fundo. 17 mar. 1978. p. 2.

nesto Geisel. Aliás, esses critérios da ditadura é que possibilitam o alto grau de conservadorismo em que se encontra hoje a mídia radiofônica brasileira.<sup>293</sup>

**O professor Ilmo Santos, ex-reitor da Universidade de Passo Fundo, na época integrante do secretariado do prefeito Salton, interpreta o assunto da seguinte forma:**

Houve um período em que a rádio pertenceu à SPU com o nome de Rádio Universitária. O canal era legal. Eu diria que houve um jogo de interesses muito grande por trás de tudo. Na época da SPU a rádio funcionou normalmente e depois foi transferida para o município. A rádio, para a universidade, era interessante. Quando nós assumimos a prefeitura (1976), fomos surpreendidos com o fechamento da rádio. Nenhum aviso foi dado. Apenas eles ligaram dizendo que estavam fechando a rádio. Alegaram que haviam exigido a regularização da sua situação e que não havia sido feita. Na verdade, ninguém havia recebido qualquer comunicação. Nem o prefeito, nem a direção da rádio. A administração anterior, do Edu Azambuja, havia sido avisada mas nos sonegou a informação. Nem na prefeitura nem nos arquivos da rádio foi encontrado qualquer documento do Dentel. Então o órgão do Ministério das Comunicações justificou dizendo que a rádio havia sido avisada e que a prefeitura tinha um prazo para cumprir algumas normas que não estavam contempladas. Como não feito no prazo previsto nada mais havia a fazer. Todo mundo foi pego de surpresa. Alegaram que havia problemas da frequência que

---

<sup>293</sup> SANTARÉM, Argeu. Entrevista concedida a José Ernani de Almeida, via e-mail, em jul. 2004.

era incompatível com outras emissoras mais potentes etc. (...) Por trás se sabia que havia alguns grupos de Passo Fundo disputando canais de rádio. Eram vários grupos. O que aconteceu é que o canal que era da rádio Municipal acabou ficando com a atual rádio Uirapuru. O Fragomeni tinha um irmão que era general. O Bruno Marcus tinha o seu cunhado, o Geisel e o Nedeff. Os três tinham uma influência muito grande. Então, ao que tudo indica, já estava previamente determinado o fechamento da rádio. Esse pessoal contava como certo o seu fechamento. Por coincidência, fui eu que fiz o contrato de fundação da rádio Uirapuru.<sup>294</sup>

**A tese do caráter político na decisão de fechar a emissora fica fortalecida com esta revelação do professor Ilmo Santos:**

Havia ainda alguns resquícios do movimento de 1964. Eu me recordo de um fato interessante ocorrido em março de 1977. O general comandante do III Exército veio a Passo Fundo fazer uma visita e o prefeito Wolmar Salton foi recepcioná-lo no aeroporto. Por volta das 10 horas e 30 minutos o prefeito retornou para a prefeitura e chamou a mim, ao Caio Cabeda e ao Atanásio Orth para uma reunião. Nela o prefeito nos relatou que o general o chamara no próprio aeroporto e dissera que ele, como general e comandante do III Exército, exigia que ele demitisse três secretários que eram comunistas, subversivos e altamente perigosos: Ilmo, Caio e Atanásio. O prefeito revelou que disse ao general que, enquanto ele fosse prefeito, quem mandava e escolhia os secretários

---

<sup>294</sup> SANTOS, Ilmo. Entrevista concedida a José Ernani de Almeida em mar. 2005.

era ele. Aí o general disse que isto iria custar caro para o prefeito Salton.<sup>295</sup>

**O ex-prefeito Edu Vila Azambuja deu, na época, a sua versão sobre o que acontecera com a Rádio Municipal:**

Em dezembro de 1972, logo após ter sido eleito prefeito, solicitei ao então titular do Executivo uma autorização para que o Ipeplan da UPF efetuasse uma auditoria na Rádio Municipal e no Hospital Beneficente César Santos, autarquias municipais, com o objetivo de ser estudada a viabilidade de doação de ambas à nossa universidade, mediante a competente autorização legislativa e a concordância da citada UPF. (...) Em janeiro de 73, após assumir como prefeito, nomeei diretor da rádio Municipal o professor Belém de Carvalho. Dias depois fiz o oferecimento de doação das autarquias ao então reitor da UPF, Murilo Annes. A universidade não aceitou a proposta de doação nos termos feitos pelo Executivo. O maior obstáculo residia na responsabilidade pelos passivos (dívidas) e na manutenção do quadro de pessoal então existente em ambas as autarquias. Verifiquei também, por trás dos bastidores, que qualquer projeto de doação não passaria na Câmara, pois certos *coronéis*, embora não sendo vereadores, eram contra qualquer espécie de doação para a UPF, principalmente do hospital. Em abril de 1973, recebi do diretor da rádio a informação de que a mesma, autarquia do município, criada por lei, simplesmente não existia. Não possuía qualquer

---

<sup>295</sup> SANTOS, Ilmo. Entrevista concedida a José Ernani de Almeida em mar. 2005. Ilmo Santos participou dos movimentos estudantis e foi chamado ao quartel do Exército em 1964. Caio Cabeda (já falecido) foi militar e preso por suas ligações com o brizolismo. Atanásio Orth (falecido) foi preso durante dois anos na Ilha das Pedras Brancas, no Guaíba, acusado de comunista e subversivo.

documento de concessão do Contel ou do Dentel, ou melhor, existia de fato mas não de direito. Faltava-lhe o principal, o indispensável: a outorga da permissão federal para existir. Aí iniciamos contatos com o Ministério das Comunicações, que nos informou que a emissora de Passo Fundo estava entre outras duzentas também irregulares e a disposição era de fechá-las. Contratamos um engenheiro de telecomunicações para elaborar um projeto a fim de solicitar ao Dentel um canal de rádio para a Prefeitura e o protocolamos em Porto Alegre, sob nº 37.932/73, em 19 de novembro de 1973, acompanhado de requerimento no qual a Prefeitura solicitava um canal de radiodifusão em Passo Fundo. (...) Infelizmente a emissora acabou sendo fechada em 1978. A Municipal foi retirada do ar definitivamente. Por questão política? Acho que não. Por imposição legal, ao nosso ver. Tanto poderia ser governo da Arena como do MDB. Essa questão é subjetiva. Em quem jogar a culpa pelo fechamento de uma coisa que não existia? Não foi questão política. Dos 24 anos que teria de existência, quantos anos esteve nas mãos deste ou daquele partido ou partidos políticos?<sup>296</sup>

**Um dos últimos diretores da Rádio Municipal, o professor Fernando Belém de Carvalho, relatou:**

O prefeito Edu Vila de Azambuja estava disposto a aceitar as ponderações do Ministério das Comunicações e fechar a rádio, coisa com a qual não concordei de forma alguma. Eu disse ao ministro: a rádio é popular, ela já existia há mais de vinte anos e enquanto estiver a administração Edu/Zílio não vai fechar de forma nenhuma. Aí o ministro colocou à disposição da Prefeitura e da rádio Municipal dois engenheiros eletrônicos que pertenciam

---

<sup>296</sup> AZAMBUJA, Edú. *O Nacional*, Passo Fundo. 29 mar. 1978. p. 2.

ao Exército para orientar e formar um processo para legalizar a emissora. O processo foi feito e estava em tramitação quando passamos a administração do município ao MDB. A emissora continuava ainda dependendo de decisão do governo. (...) É bom lembrar que, em administrações anteriores, a Rádio Municipal, sem autorização, sem a permissão do governo federal, passava do Município para a universidade. Isso ocorreu várias vezes. Provocou muitas discussões, sem a permissão de quem de direito, isto é, o governo federal, através do Ministério das Comunicações. (...) Me parece que a administração do MDB não levou muito em consideração a situação da emissora, até do próprio processo. Talvez tenham chegado ao conhecimento do Ministério das Comunicações alguns problemas, alguns programas gravados, porque na época qualquer coisa o pessoal gravava e comunicava às autoridades militares. Era comum no regime da ditadura, período terrível e triste da nossa história. E aí não foi surpresa quando o governo realmente fechou a emissora em 1978. Então, como todos sabem, o ministério colocou o canal em concorrência. Lembro muito bem que o grupo da Uirapuru concorreu e ganhou o canal.<sup>297</sup>

Para algumas fontes consultadas, Belém de Carvalho foi ardoroso defensor do regime militar. Ao dizer em sua entrevista que “qualquer coisa o pessoal gravava e comunicava às autoridades militares”, deixa no ar a suspeita de que, no caso da Rádio Municipal, mais uma vez o *denuncismo* foi fator decisivo para o fechamento da emissora, ou, pelo menos, para apressar o desfecho da situação de uma rádio que atuava de forma precária, conforme os depoimentos que colhemos.

---

<sup>297</sup> CARVALHO, Fernando Belém de. Entrevista concedida a José Ernani de Almeida em mar. 2005.

## **Para o jornalista e radialista Meirelles Duarte, que esteve entre os presos políticos em 1964 por pertencer à bancada do PTB**

O canal da Rádio Municipal sempre foi irregular. Ela foi criada pelo prefeito Daniel Dipp, numa célebre reunião de vereadores quando decidiram pela criação da rádio, onde um vereador, que seria o voto de Minerva desapareceu inexplicavelmente, dando vantagem aos que eram favoráveis à criação de uma nova emissora na cidade. Ela surgiu de forma irregular porque deveria ser uma emissora essencialmente educativa, informativa e cultural e jamais comercial. Passaram-se os anos, passaram-se os governos dos municípios e a situação continuou. No momento em que, no governo do senhor Wolmar Salton, veio a pressão maior do alto para que a rádio se decidisse assumindo as suas finalidades essencialmente informativas e culturais, a administração sentiu que sem os comerciais ela não iria sobreviver, a Prefeitura não tinha condições de mantê-la e então foi extinta. Não foi questão política, a emissora sempre foi irregular.<sup>298</sup>

**Carlos Alberto Valadares, radialista que fez parte da equipe da Rádio Municipal durante muitos anos, esclareceu:**

A Rádio Municipal foi doada para a universidade em 1961. O Túlio Fontoura foi nomeado pela universidade como diretor da rádio. Então, imediatamente, ele foi a São Paulo e trocou a razão social da rádio com o termo de doação e da autorização da universidade. A rádio deixou de ser Rádio Municipal e passou para Rádio Univer-

---

<sup>298</sup> DUARTE, Meirelles. Entrevista concedida a José Ernani de Almeida em mar. 2003.

sitária. Em 1964 o prefeito Mário Menegaz retomou a rádio porque ela estava sendo usada para fazer política. Retomou no grito. Aí eu entrei na rádio. Jorge Edetre Cafruni era o diretor. Ninguém foi a São Paulo, no Dentel, para trocar o nome da rádio. Assim, ela ficou clandestina. No período Salton a orientação era dar cobertura para o deputado Jorge Bandarra, que era do MDB. O outro lado não gostou. A Arena, que tinha como deputado Romeu Martinelli, ajudou a fechar a rádio. Ao perder a eleição municipal, a Arena, através do Martineli, via área de segurança, denunciou a irregularidade da rádio. Aí vieram aqui e fecharam a emissora. Na disputa pelo canal se inscreveram grupo Grazziotin, grupo Edu Azambuja/Irmãos Berthier, grupo do dr. Fragomeni e Bruno Markus. O dr. Fragomeni era irmão do general-chefe do Estado Maior do Exército e o Bruno Markus era cunhado do presidente Geisel. Me pareceu que foi uma coincidência a concessão para este último grupo.<sup>299</sup>

**Hélio Freitag, radialista e jornalista, proprietário do jornal *Diário da Manhã* de Pelotas, afirmou:**

Com relação ao fechamento da Rádio Municipal, eu não tenho dúvidas de que foi uma questão política e não técnica. A emissora possuía excelente equipe de profissionais, uma boa programação e, pelo que sei, o faturamento cobria as despesas. Ocorre que o prefeito era o Wolmar Salton, do velho PTB, e o gerente da rádio era o ex-vereador Pedro Monteiro da Costa, alinhado à oposição. Com o fechamento da Rádio Municipal, surpreendentemente, o Dentel, concedeu um novo canal de rádio AM para um grupo liderado pelo dr. Bruno Markus,

---

<sup>299</sup> VALADARES, Carlos Alberto. Entrevista concedida a José Ernani de Almeida em jun. 2005.

que era primo-irmão do general Ernesto Geisel, presidente da República na época, hoje conhecida como Rádio Uirapuru. Foi muita coincidência.<sup>300</sup>

Com o fechamento da Rádio Municipal, foi aberta concorrência para um novo canal de AM em Passo Fundo. Surgiu então a Rádio Uirapuru, que entrou no ar em 1981. Um de seus diretores, Jerônimo Fragomeni, falou sobre o contexto do fechamento da rádio do município e o surgimento da nova emissora:

Não sou sabedor das reais razões que levaram ao fechamento da antiga Rádio Municipal. Por comentários, me informaram de que foi pelo não-atendimento às exigências da concessão (estabelecidas pelo governo federal) e também pelo desinteresse da Prefeitura Municipal na época, devido a prejuízos acumulados que o Município estava tendo que suportar. Nessa mesma oportunidade, a Rádio Municipal chegou a ser oferecida para a nossa UPF, para que assumisse a emissora, mas a universidade declinou. A Rádio Uirapuru surgiu por uma razão que absolutamente nada teve a ver com o fechamento da Rádio Municipal. A Uirapuru nasceu a partir de um sonho de um grupo de empresários liderados por meu pai, Luiz Fragomeni (já falecido), e do dr. Bruno Markus, que idealizaram um veículo de comunicação livre, independente, com um forte apelo social, onde os mais humildes e sofridos de nossa sociedade tivessem *voz e vez*; aberta ao povo durante as 24 horas do dia e vislumbrando também retorno financeiro. Com o ideal definido, partiram para parte legal e provocaram a abertura de um edital para a obtenção de um canal de radiodifusão. Pelo

---

<sup>300</sup> FREITAG, Hélio. Entrevista concedida a José Ernani de Almeida, via e-mail, em fev. 2005.

que apurei não houve sequer disputa na concorrência do canal de AM, disponibilizado pelo edital da época. Acredito que foi concedida a frequência 1170 para a Uirapuru, simplesmente por este ter sido um canal já pré-existente e, portanto, já provado sua condição de operação. (...) Assim, como pode se verificar, não houve privilégio algum em todo este processo que culminou com o nascimento da rádio Uirapuru.<sup>301</sup>

Não há dúvida de que a situação da emissora do município era irregular. Entretanto, também fica evidente que, mais uma vez, as disputas políticas locais foram decisivas para o desfecho do caso. O regime militar impôs sério controle sobre os veículos de comunicação e estabeleceu punições às emissoras infratoras da lei, culminando com a cassação de licenças de funcionamento. No caso da Rádio Municipal, houve ainda o agravante de denúncias e do fato de a emissora estar sob o controle de um governo da oposição quando foi tirada do ar. Também a omissão das autoridades locais, tanto da Arena como do MDB, que se revezaram no comando do município, foi decisivo para o fechamento da emissora. O fato de o canal da Rádio Municipal ter passado para um grupo com fortes ligações com o então governo militar não pode ficar apenas como uma coincidência. Sabemos que, na época, os amigos do poder tinham tratamento especial e que os mecanismos então existentes facilitavam tais concessões. Foi ao longo do período do regime militar que se formaram as grandes redes nacionais de televisão e rádio, através de uma política de concessões que beneficiou os grupos identificados com o governo.

---

<sup>301</sup> FRAGOMENI, Jerônimo. Entrevista concedida a José Ernani de Almeida, via e-mail, em mar. 2005.

## Alexandre A. Stephanou esclarece sobre essa política do governo militar:

Como o setor de radiodifusão dependente do governo, emissoras de rádio ou canais de televisão precisam de concessão/renovação para existir e permanecer funcionando (o sistema de concessão no Brasil foi criado para o rádio, em 1932, e estendido para a televisão, em 1952), o regime buscou ampliar justamente esse setor, em detrimento da imprensa escrita. A ampliação da comunicação eletrônica também objetivava aumentar a divulgação da propaganda patriótica e ufanista, que buscava criar a imagem de um Brasil tranquilo, competentemente administrado e rumo ao desenvolvimento econômico. A outra artimanha desta política era a concessão dos novos canais de radiodifusão a grupos nacionais e regionais alinhados aos militares. Portanto, o controle do conteúdo das informações pela censura do Estado aconteceu também através da propriedade concedida a pessoas de confiança dos governos militares.<sup>302</sup>

As outras duas emissoras de rádio de Passo Fundo, Rádio Planalto, pertencente à Mitra Diocesana, fundada em 1969, e a Rádio Passo Fundo, fundada em 1946 e que atualmente pertence à rede Diário da Manhã, poucos problemas tiveram com a censura ao longo do regime militar.

O padre Paulo Augusto Farina, diretor da Rádio Planalto na época, revelou:

Como diretor da rádio Planalto, nunca senti nenhuma pressão por parte dos censores. Apenas tivemos alguns

---

<sup>302</sup> STEPHANOU, Alexandre Ayub. *Censura no regime militar e militarização das artes*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001. p. 287-288. (Coleção História, 44).

problemas com relação à execução de determinadas músicas que eram proibidas pela censura. Oficiais vieram à rádio e levaram discos dos artistas proibidos, como Geraldo Vandré, Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil, etc. Recebíamos correspondência, muitas vezes do próprio quartel de Passo Fundo, orientando sobre determinados discos que não deveriam tocar. A gente teve o cuidado na parte da redação de ficar neutro. Não mexer num *vespeiro*. Sempre fui de acatar a situação, de ser diplomático.<sup>303</sup>

A rádio da diocese obedeceu a um alinhamento claro ao regime militar. Durante muitos anos, ao longo da década de 1970, a emissora comemorava o aniversário de sua fundação, juntamente com o aniversário do então comandante da Brigada Militar, numa única grande festa.

A rádio Passo Fundo, quando da instalação do governo gaúcho no quartel da Brigada Militar em 1964, passou a ser uma espécie de *rádio do golpe*, transmitindo do quartel todos os acontecimentos que envolveram a presença do governador Ildo Meneghetti e seu secretariado na cidade.<sup>304</sup>

Com a implantação da censura, a emissora também passou a sofrer algumas restrições na sua liberdade informar. O radialista e jornalista Hélio Freitag lembra:

A censura passou a ser rigorosa nos anos 70. Diversas músicas, entre as quais as de Vandré, Gil, Caetano e principalmente de Chico Buarque pararam de tocar. Lem-

---

<sup>303</sup> FARINA, Paulo Augusto. Entrevista concedida a José Ernani de Almeida em nov. 2003.

<sup>304</sup> Documentos existentes no quartel da Brigada Militar de Passo Fundo relatam a atuação da emissora em abril de 1964.

bro que numa manhã um tenente do Exército esteve na rádio Passo Fundo recolhendo o disco de Vandré. O Argeu Santarém, que também trabalhava como programador musical, tinha um segundo disco com as mesmas músicas, escondeu e guardou como troféu. O noticiário assinado pelo redator-chefe, Hélio Gonçalves Dias, passava pelo crivo da gerência para evitar complicações. No entanto, seguidamente, o Exército requisitava fitas de entrevistas, que eram apresentadas nos noticiosos.<sup>305</sup>

## O caso *Clodoaldo*: um teste para a abertura e a liberdade de imprensa em Passo Fundo

Perdoem a cara amarrada  
Perdoem a falta de abraço  
Perdoem a falta de espaço  
Os dias eram assim

Perdoem por tantos perigos  
Perdoem a falta de abrigo  
Perdoem a falta de amigos  
Os dias eram assim.

(*Aos Nossos Filhos*, Ivan Lins e Vítor Martins)

Em 1978 terminou o governo Geisel e houve o início da abertura política, lenta, gradual e segura. A liberalização do regime consolidou-se com a revogação do

---

<sup>305</sup> FREITAG, Hélio. Entrevista concedida a José Ernani de Almeida, via e-mail, em fevereiro de 2005.

AI-5, em 1º de janeiro de 1979. Passo Fundo viveu no início daquele ano um episódio marcante, que ganhou repercussão nacional, o “caso Clodoaldo Teixeira”, jovem motociclista de 17 anos, morto por um policial militar com um tiro nas costas em 5 de fevereiro de 1979, ao cometer uma simples infração de trânsito.

A morte do rapaz provocou verdadeira comoção na cidade. Seu enterro foi acompanhado por aproximadamente dez mil pessoas. Após o sepultamento, a população passou a se manifestar contra a Brigada Militar. Uma viatura foi incendiada na praça Marechal Floriano. Na frente do CPA/3, na avenida Brasil, houve um confronto entre os policiais militares e os manifestantes, resultando na morte de Adão Faustino, de 19 anos, e em ferimentos em Joceli Joaquim Macedo, de 17 anos, que viria a morrer dias depois.

Foi preciso a intervenção do Exército para apaziguar os ânimos e devolver a tranqüilidade e a ordem à cidade.<sup>306</sup>

Sobre esse tipo de evento Michel Foucault destaca:

(...) as massas, quando reconhecem em alguém um inimigo, quando decidem castigar esse inimigo – ou reeducá-lo – não se referem a uma idéia universal abstrata de justiça, referem-se somente à sua própria experiência, à dos danos que sofreram, da maneira como foram lesadas, como foram oprimidas. Enfim, a decisão delas não é uma decisão de autoridade, quer dizer, elas não se apóiam em um aparelho de Estado que tem a capacidade de impor decisões. Elas executam pura e simplesmente.<sup>307</sup>

<sup>306</sup> O NACIONAL, Passo Fundo, 6, 7, 8, 9 fev. 1979. p. 1-4.

<sup>307</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 45.

O acontecimento ganhou repercussão nacional com a presença de repórteres de várias partes do país. No jornal *O Nacional* destacou-se a cobertura comandada pelo jornalista Tarso de Castro, que estava em Passo Fundo. Tarso era um dos mais destacados nomes da imprensa nacional e também um dos jornalistas mais visados pelo regime militar, em função de ser um dos fundadores do jornal alternativo *O Pasquim*, do Rio de Janeiro, que ao longo da ditadura se notabilizou por enfrentar a mesma e criticá-la com destemor.

Múcio de Castro Filho lembra o fato:

A morte do motoqueiro foi uma espécie de grito da liberdade. Nunca se viu em momento algum as Forças Armadas acuadas por uma imprensa que perdeu o medo e partiu para o pau. Na verdade, a morte daquele menino foi uma espécie de estopim de todo o processo de repressão a que o povo estava submetido. O papel da imprensa foi fundamental. O Tarso comandou as quatro edições sobre o tema com vendas incríveis. Outro fato inusitado foi o de que não tivemos nenhuma censura.<sup>308</sup>

**O jornalista Ivaldino Tasca participou da cobertura daqueles acontecimentos:**

A manchete do dia seguinte à morte do motoqueiro foi “Tiro nas costas”. Ali, curiosamente, não houve censura. Trabalhamos livres. O Tarso estava aí e foi ele que fez a manchete. Não houve censura. Foi um fato tão maluco matar o garoto. Depois mais dois garotos. Foi algo tão grave que não deu para as autoridades se preocuparem com o jornal. No enterro dele houve o episódio das motos, que ensurdeceram a cidade e tentaram

---

<sup>308</sup> CASTRO FILHO, Múcio de. Entrevista concedida a José Ernani de Almeida em abr. 2004.

invadir o quartel da Brigada Militar. Se o Exército não viesse para a rua, o quartel da Brigada seria invadido. A população se combinou. Muitos foram em casa buscar uma arma. Viam-se as pessoas indo e voltando com arma na mão. O que aconteceu não foi por causa da repressão que existia, porque haviam acontecido fatos mais graves. Mas havia um componente que ligava o clima existente no país. Inconscientemente havia. Tinha o componente, sim, da opressão, a farda, o ato muito dramático, para não dizer covarde. As coisas acumuladas transbordaram. A maneira como o comando da Brigada se manifestou a respeito agravou a situação.<sup>309</sup>

O processo de abertura que vivia o país e que teve prosseguimento no governo Figueiredo pode ser uma das explicações para o fato de a imprensa passo-fundense não ter sido censurada ao realizar a cobertura dos episódios de fevereiro de 1979. Por outro lado, a conjuntura econômica, social e política tornou desacreditado o discurso das comunidades de segurança e informações. A morte dos três jovens comoveu a cidade. A crítica à ação dos militares foi unânime. Dessa feita, os grupos políticos locais estavam alinhados na condenação da repressão, que fora cultivada ao longo dos anos do regime militar e que em muitas ocasiões foi justificada e defendida como meio de proteger o país da ameaça comunista e subversiva. A manifestação da população foi espontânea, exigindo justiça e surpreendendo as autoridades locais.

Para a imprensa local significou a oportunidade para trabalhar mais livremente, sem o controle absoluto do poder. A comunicação retornava, aos poucos, às determinações do jogo político e econômico municipal e regional.

---

<sup>309</sup> TASCA, Ivaldino. Entrevista concedida a José Ernani de Almeida em nov. 2002.

# Considerações finais

Fica evidente que, uma vez instalado o governo militar, a censura tornou-se um dos mecanismos fundamentais para a manutenção do regime, tendo lugar de destaque na rede de controle social instituída pelo Estado militarizado.

A preocupação do governo militar era manter o seu *status*, o seu reconhecimento enquanto representação legítima da realidade social e coletiva, através da preservação do modelo das relações político-sociais (regime). Um grande aparelho repressor foi criado, compreendendo numerosas organizações, cujas funções principais incluíam a vigilância, a detenção e interrogatórios.

Em comunidades pequenas, a exemplo de Passo Fundo, o exercício da censura e da repressão ficou a cargo dos comandantes das guarnições militares. Gláucio Soares explica que “ a censura, de fato, estava nas mãos dos militares e fazia parte de um fenômeno autoritário,

teria acompanhando o seu crescimento e, posteriormente, a sua diminuição”.<sup>310</sup> No caso de Passo Fundo, eram os comandantes da Brigada Militar e do 1º/20º Regimento de Cavalaria, os quais foram obrigados a se adaptar aos embates políticos locais, muito peculiares. O golpe de 1964 colheu as lideranças políticas locais já antagonizadas e serviu para acirrar os ânimos. Como elementos complicadores da peculiar situação da política passo-fundense havia a questão da disputa pelo controle da Sociedade Pró-Universidade (SPU) e a querela interminável entre os jornais *O Nacional* e *Diário da Manhã*.

Sobre a briga entre os jornais locais, a motivação ideológica deve ser relativizada. O que se destacava era a disputa pelo comando político municipal, geralmente fonte de renda. A linguagem dos antagonistas era a mesma. A evolução dos acontecimentos, a partir de abril de 1964, acabou revelando maiores ou menores compromissos com a situação vigente. Tal procedimento revela que, em Passo Fundo, no auge do recrudescimento do movimento militar, não existiam “revolucionários” nem “contra-revolucionários”, mas apenas militâncias políticas que adequaram as suas quizilas locais às circunstâncias. Gradativamente, as posições foram se cristalizando e desaguaram no que se transformou na Arena e o MDB.

Assim, os jornais mudavam constantemente de posição ou, então, adotavam posturas contraditórias, como as de defender a ditadura em nível nacional e condená-la de forma veemente em função dos acontecimentos locais. Até a censura, desde que atingindo o grupo adversário ou o veículo de comunicação a seu serviço, era elogiada, apoiada e tolerada.

---

<sup>310</sup> SOARES, Gláucio Ary Dillon. A censura durante o regime autoritário. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 10, 1989. p. 40.

As campanhas de ataques recíprocos muitas vezes eram folclóricas e as querelas pessoais se sobrepunham ao embate ideológico. Os jornalistas que atuavam em ambas as trincheiras sabiam disso. Uma postura ideológica definida viria na década de 1970, com o surgimento de uma nova geração de jornalistas, como Argeu Santarém e Ivaldino Tasca.

Dependendo da conjuntura, as empresas toleravam certas manifestações de pensamento dos seus jornalistas ao externarem suas opiniões diante dos acontecimentos. Por conseqüência, alguns deles, como foi o caso do jornalista João Baptista de Melo Freitas, com ligações com o Partido Comunista, passaram a ser perseguidos pelas autoridades militares. Aí se manifestou a arbitrariedade do comandante da unidade local do Exército, cujas atitudes se caracterizaram pela extravagância e pela bizarrisse.

No episódio da prisão do jornalista João Freitas e da apreensão de *O Nacional*, em março de 1965, o jornal não se intimidou e os editoriais e matérias publicadas com a repercussão do ocorrido estiveram exemplarmente a altura da defesa da liberdade de imprensa. As apreensões eram uma das táticas adotadas pelos detentores do poder municipal que buscavam vingar-se dos jornais locais. Críticas e revelações de ações de tais políticos locais podiam provocar rápidos confiscos, através da ação militar.

Nas redações de jornais e das rádios em Passo Fundo nunca foram percebidas as presenças física ou ostensiva da censura; o que vez por outra ocorria era o jornalista ou radialista ser avisado pelas direções de que determinada matéria ou artigo, a juízo do comando militar local, havia sido ofensivo ou despresticioso ao poder dominante. A censura, portanto, realizava-se sob a

forma de determinações, na maioria das vezes não escritas, e até por *sugestões* de políticos do regime, que sugeriam aos donos de jornais e de rádios posturas mais amigáveis para não despertar a ira dos militares.

Os proprietários dos jornais, embora alinhados ao regime militar, temerosos de represálias em função de artigos publicados por seus jornalistas, trataram de eliminar toda e qualquer evidência de oposição ao regime. Assim, constatamos o desaparecimento de inúmeras publicações ao longo do período 1964-1978, sem que os atuais dirigentes tenham explicação para isso.

Um dos temores dos proprietários dos jornais era a suspensão das verbas publicitárias. Nos jornais de pequeno porte, a perda das verbas oficiais representava enfrentar sérias dificuldades. Disso decorria o enquadramento na política oficial; o governo militar usava da ameaça ou do favorecimento. Em Passo Fundo, *O Nacional* foi o veículo que mais sofreu com as retaliações, prejudicado na concessão de empréstimos e concorrências, passando a ter sérios problemas econômicos.

Uma espécie de *cultura local* acentuou-se durante no regime militar: o denunciismo. A denúncia sigilosa, vaga, imprecisa, caluniadora, feita ao pé do ouvido da autoridade, levou a que jornalistas, políticos, estudantes, professores, sindicalistas passassem a sofrer perseguições e, quando não, detenções ou intimações para comparecerem aos quartéis. Essa prática é uma espécie de patrimônio da cidade, reaparecendo em diferentes conjunturas com maior ou menor intensidade. No presente, essa continuidade se manifestou no episódio envolvendo o atual prefeito municipal Airton Dipp quando do seu depoimento na CPI dos Correios. No período militar, as questões pessoais faziam com que ambos os grupos que disputavam o controle político municipal

adotassem o expediente da denúncia. A prática mais comum foi a de procurar as autoridades militares e acusar o adversário de “subversivo” ou “comunista”.

Em geral, as denúncias eram vagas e imprecisas. Dizia-se, genericamente, que o acusado era subversivo ou que havia praticado atos de subversão, sem descrevê-los devidamente. A denúncia era feita sem o conhecimento do fato narrado, simplesmente “por ouvir dizer”. Num contexto de marcantes desavenças pessoais surgiu uma verdadeira *epidemia denunciasta*; então, os próprios grupos adversários passaram a desempenhar o papel de censores.

O clima de insegurança era muito grande. Em Passo Fundo havia *muitos poderes*. As pessoas eram presas ou intimadas a comparecer aos quartéis por este ou aquele motivo, por motivo nenhum, por denúncias vagas, destituídas de qualquer veracidade. Como ensina M. Foucault, “o poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede”.<sup>311</sup>

O medo foi um parceiro constante dos jornalistas, notadamente daqueles que desafiaram abertamente o regime militar e o denunciismo local. João Freitas, Argeu Santarém e Ivaldino Tasca foram os mais visados. Como os proprietários dos jornais se mantinham alinhados ao governo militar, mas permitiam que críticas fossem feitas a ele, os jornalistas é que acabavam respondendo pela opinião que emitiam; só em situações graves os proprietários se manifestavam. No conflito entre o po-

---

<sup>311</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 183.

der ditatorial e o jornal, usava-se a força, via de regra, sobre aqueles que o escreviam ou o editavam.

Em Passo Fundo, notabilizaram-se também os chamados “arapongas”, os que realizavam os serviços de espionagem para a repressão. Para os jornalistas tratava-se de meros “puxa-sacos”, comerciantes dedo-duros que freqüentavam as redações, os bares onde a imprensa se reunia. Ao mesmo tempo, atuavam também os S.2 do Exército e os P.2 da Brigada Militar, militares infiltrados na imprensa, nas universidades, nos espaços sociais, nas associações e sindicatos para denunciar possíveis inimigos do regime militar. Essa convivência ficou tão íntima que alguns deles, com a redemocratização, incorporaram-se no objeto de suas vigilâncias, havendo um caso antológico na imprensa local.

Para driblar os censores, ou mesmo para incomodá-los, os jornalistas passaram a valer-se de metáforas a fim de tentar dizer o que estava acontecendo. Nas entrevistas realizadas com os jornalistas da época, estes revelaram que, lentamente, foram aparecendo os mecanismos da autocensura. Para Bernardo Kucinski, “não é fácil tipificar a autocensura porque ela se confunde com mecanismos sistêmicos e inconscientes de censura inerentes ao processo social de construção da notícia”. O autor destaca que, “enquanto a censura exógena do Estado impede o exercício da liberdade, sem necessariamente afetar a dignidade do jornalista – sua personalidade de homem livre –, a autocensura vai minando a integridade do ser, porque ele aceita a restrição a sua liberdade e se torna ao mesmo tempo agente e objeto da repressão”.<sup>312</sup>

---

<sup>312</sup> KUCINSKI, Bernardo. A primeira vítima: a autocensura durante o regime militar. In. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2002. p. 537-538.

Muitos foram se acomodando ou passaram para os departamentos comerciais, agências de publicidade e outras atividades bem mais rendosas e menos perigosas do que a redação. Alguns, em razão da opressão permanente, não viam mais sentido no seu trabalho jornalístico.

A tensão entre a liberdade e a censura teve a seguinte reflexão do professor Renato Janine Ribeiro. “A censura jamais conseguirá reprimir a liberdade de pensamento e a imaginação. Se quisermos combatê-la, não será ridicularizando seus excessos, mas contestando seu cerne. Não será zombando de seus erros, mas defendendo a capacidade que tem o pensamento – e a fantasia – de criar mundos novos”.<sup>313</sup>

Em sua *Ética a Nicômaco*, o filósofo grego Aristóteles produziu a definição clássica do papel da imprensa: “Alguns poucos cidadãos adquirem o poder de fazer políticas públicas. Todos, porém, têm o direito de criticá-las”. Aristóteles estabeleceu com clareza que os governos e seus críticos, embora façam parte da mesma sociedade, ocupam nela esferas inteiramente diferentes: os primeiros têm o poder; os segundos, o direito. Por essa razão, a qualidade da imprensa deve ser sempre medida por seu grau de independência nas relações com os governos, que são tanto melhores quanto mais preservam a liberdade de seus críticos.

---

<sup>313</sup> RIBEIRO, Renato Janine. O direito de sonhar. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.) *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2002. p. 18.



# Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1968)*. Petrópolis: Vozes, 1987.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *A rosa do povo: poema nosso tempo*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: Edusc, 1999.

ARAÚJO, Maria Celina de (Org.); SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Grianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 1986.

BOURDIEU, P. A Censura. In: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CASTELO BRANCO, Carlos. *Os militares no poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Edusp; Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1996.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GASPARI, Elio. *Ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. *Ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LOPES, Luiz Roberto. *História do Brasil contemporâneo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MARX, Karl. *A liberdade de imprensa*. Porto Alegre: LP&M, 1980.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 1996.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. *De Geisel a Collor*: Forças Armadas, transição e democracia. Campinas: Papirus, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 6. ed. 1992.

SANTARÉM, Argeu. *República dos coqueiros*: histórias e estórias do Passo Fundo. Não-Me-Toque: Santo Antonio. 1984.

SZATKOSKI, Elenice. *Os grupos dos onze*: uma insurreição reprimida. Passo Fundo: UPF, 2003.

TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). *1964*: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo. Campinas: Unicamp, 1997.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

TRINDADE, Héglio; NOLL, Maria Isabel. *Rio Grande da América do Sul*: partidos e eleições (1823-1990). Porto Alegre: Sulina, 1991.

VENTURA, Zuenir. *1968, o ano que não terminou*. São Paulo: Nova Fronteira, 1988.

VOLDMAN, Daniele. Definições e usos. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

## Jornais consultados

JORNAL DIÁRIO DA MANHA. De 1964 a 1978.

JORNAL O NACIONAL. De 1964 a 1978.

JORNAL CORREIO DO POVO. 23/01/1964

## Fontes documentais

Depoimentos informais sobre a criação do Ensino Superior em Passo Fundo - 1950-1989. Murilo Coutinho Annes.

Livro de Boletins Regimentais. 2º Batalhão Policial. Primeiro Trimestre - 1964. Ordem do dia, nº 1.

Livro de Boletins Regimentais. 2º Batalhão Policial. Segundo Trimestre - 1964. Ordens de Serviço.

Câmara Municipal de Vereadores de Passo Fundo. Setor de Protocolos.

## Documentos orais - entrevistas

Alcides Guareschi, padre e professor;

Argeu Santarém, jornalista;

Antonio Augusto Meirelles Duarte, radialista, jornalista e advogado;

Carlos Alberto Valadares, radialista;

Grey Belles, militar;

Hélio Freitag, jornalista;

Ivaldino Tasca, jornalista;

Ilmo Santos, professor e advogado;

Jarbas Sampaio Corrêa, radialista;

Jerônimo Fragomeni, empresário;

João Carlos Bona Garcia, juiz da Justiça Militar;  
José Fernando Belém de Carvalho, professor e radialista;  
Leda Freitas, viúva do jornalista João Baptista de Melo Freitas;  
Maurílio Zimmermann, militar;  
Múcio de Castro Filho, diretor do Jornal *O Nacional*;  
Paulo Augusto Farina, padre, ex-diretor da Rádio Planalto  
e advogado;  
Paulo Roberto Pires, advogado;  
Sólton Viola, professor;  
Valentim Jesus de Oliveira, ferroviário;  
Walfridio Fonseca, bancário.







José Ernani de Almeida

# DENUNCISMO & CENSURA



O regime militar de 1964 sofreu uma verdadeira devassa nos últimos anos. Para nós, faltava uma pesquisa mais apurada sobre o que aconteceu em Passo Fundo. Ao penetrar na história da repressão à imprensa local, o professor José Ernani de Almeida descortina o amplo cenário político dos “anos de chumbo” e suas repercussões na cidade. Embora jovem à época, acompanhou vários desses acontecimentos, que agora resgata num trabalho isento. Personagens daqueles tempos, independentemente de suas posições políticas, são entrevistados e contam suas versões sobre os fatos. Um resgate imprescindível.

*Argeu Santarém*

Um facho de luz sobre um período muito traumático da vida passo-fundense. Assim defino este livro do José Ernani, que contraria o costume da intelectualidade nacional de só olhar para o que ocorreu nos grandes centros e aborda o estrago produzido pela ditadura numa pequena cidade brasileira. Ler esta publicação com o espírito desarmado é um favor que prestamos a todos nós. Isto porque avaliar sem rancor os acontecimentos vinculados a março de 1964 pode ser a chave para descobrir os mecanismos que possam impedir que a dose se repita ali adiante.

*Ivaldino Tasca*



ISBN 85-89769-28-3



Apoio:

